

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**

**EDUARDO BORILE JUNIOR**

***IMPEACHMENT E ÉTICA JORNALÍSTICA NAS REPORTAGENS DE  
CARTACAPITAL E VEJA***

Caxias do Sul

2017

**EDUARDO BORILE JUNIOR**

***IMPEACHMENT E ÉTICA JORNALÍSTICA NAS REPORTAGENS DE  
CARTACAPITAL E VEJA***

Trabalho de conclusão de curso para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, da Universidade de Caxias do Sul.

Orientador: Prof. Me. Marcell Bocchese

Caxias do Sul

2017

**EDUARDO BORILE JUNIOR**

***IMPEACHMENT E ÉTICA JORNALÍSTICA NAS REPORTAGENS DE  
CARTACAPITAL E VEJA***

Trabalho de conclusão de curso para obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo, da Universidade de Caxias do Sul.

**Aprovado em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2017.**

**Banca examinadora**

---

Prof. Me. Marcell Bocchese  
Universidade de Caxias do Sul

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. Ramone Mincato  
Universidade de Caxias do Sul

---

Prof. Me. Jacob Raul Hoffmann  
Universidade de Caxias do Sul

Aos que ainda acreditam em um Jornalismo ético, responsável e cidadão.

## AGRADECIMENTOS

A decisão de escolher cursar Jornalismo é fácil. Difícil é manter a convicção ao longo do caminho. Jornalismo é intensidade, comprometimento, responsabilidade. Jornalismo é doação. Quantos de nós saímos exaustos após cada jornada e no outro dia temos uma nova batalha? Independentemente do nível de comprometimento de cada um, quantos de nossos amigos, conhecidos e familiares sabem do esforço financeiro e, principalmente, do tempo que investimos para buscar a profissionalização em uma área pouco valorizada?

Como diria o cantor e compositor Lenine “focado no seu mundo qualquer homem imagina muito menos do que pode ver”, portanto, ao chegar nesse estágio acadêmico, vale refletir e recordar algumas pessoas especiais. Aliás, se eu tivesse a oportunidade voltar no tempo, lá em 03 de março de 2011 – data que iniciei minha trajetória acadêmica na UCS – e falar apenas uma frase para o inquieto Eduardo de 17 anos, eu diria: *Não se arrependa das suas escolhas, pois, tudo, vai valer a pena.* E já está valendo. Essa monografia é apenas um reflexo do perfil crítico que desenvolvi ao longo de 13 semestres no curso de Jornalismo da UCS.

A ética sempre esteve presente em minhas atitudes, palavras e atuação profissional. Não podia deixar de abordá-la no maior (e mais extenso) trabalho do curso. Pudera, os valores pessoais, que fiz questão que me guiassem no caminho percorrido até agora, são fruto da minha educação e formação humana, a qual agradeço, exclusivamente, aos meus pais. Maria Luiza e Eduardo: vocês são os meus maiores exemplos e assim vão continuar sendo pelo resto da minha vida. Palavras não definem a gratidão e a admiração que tenho por vocês. Tenho orgulho do adulto que me tornei e devo isso a vocês. Obrigado por nunca desistirem de mim. O amor que sinto por vocês é eterno.

Nesse momento importante, agradeço também a pessoa que, mesmo diante de todos os defeitos que possuo, me escolheu como companheiro de vida. Débora: ao seu lado tenho otimismo e esperança de que a vida vale a pena. Só o seu sorriso basta para meus dias terem sentido. Seu olhar me acalma, suas orações me protegem e sua presença faz-me ter a certeza de que o futuro vai ser bom. Independentemente das circunstâncias que a vida nos apresentar continuaremos fortes e unidos. Pretendo te respeitar e valorizar sempre. Te amo, meu amor.

Para você Julini, devo agradecer ao exemplo de ousadia e coragem. Mesmo tão jovem e imatura tem qualidades que, se bem lapidadas, vão desvendar um ser humano fantástico. Para isso, espero que se reflita o exemplo do seu irmão e não desista dos seus sonhos, pois tens a capacidade de trilhar uma linda caminhada, basta estar ao lado das pessoas certas (e você saberá quais são elas). Afinal de contas, não somos tão diferentes como, insistentemente (e equivocadamente), queremos demonstrar um ao outro. Conte comigo sempre que precisar, pois no futuro, seremos o único elo com a lembrança dos nossos pais. Avante!

Agradeço também ao ex-coordenador do curso, e companheiro de pesquisa, professor Alvaro Benevenuto Junior que, com sua experiência, sempre me orientou, mesmo que muitas vezes, indiretamente (e até mesmo sem perceber). Não podia deixar de recordar e também agradecer ao meu padrinho e atual coordenador do curso, professor Marcell Bocchese. Não é exagero dizer que és o profissional que mais admiro na UCS. Seu exemplo de disciplina, competência e persistência foram cruciais para que esse trabalho fosse possível. Considero-te um exemplo de que, com muito trabalho, o reconhecimento é algo natural. Estás, gradativamente, colhendo os frutos da pessoa que és. Sua personalidade me cativou a ponto de hoje eu te considerar muito mais do que um orientador de monografia, mas sim, um grande amigo. Sou grato pela sua atenção e auxílio ao longo da construção desse trabalho.

Por fim, agradeço a convivência que tive com os professores que conheci ao longo do curso: Adriana Schleder, Alessandra Rech, Ana Laura Paraginski, Branca Solio, Cesar Augusto Erthal, Edson Corrêa, Eliane Cardoso, Gilberto Dal Zotto, Isabel Marinho, Ivana Almeida, Jacob Hoffmann, Leyla Thomé, Lia Mara Dornelles, Lucas Dalsotto, Luís Miranda, Marcelo Wasserman, Marina Chiapinotto, Marliva Gonçalves, Misael Montaña, Morgana Falavigna, Paulo Ribeiro, Ramone Mincato, Valneide Azpiroz e Veronica Zevallos. Com vocês compreendi temas complexos, assimilei diversos conteúdos e, principalmente, aprendi a nunca não desistir, mesmo diante dos equívocos naturais do aprendizado. O respeito sempre foi recíproco, contudo, peço desculpas se, em determinados momentos, minhas palavras e atitudes lhes magoaram. A sapiência e a humildade de vós para comigo foram essenciais não apenas nas disciplinas, mas também nas conversas informais de corredor que contribuíram para meu desenvolvimento. Obrigado por tudo, mestres.

Aos que não foram citados, apenas um sonoro e sincero “Muito obrigado” por fazerem parte do meu caminho. Certamente nos veremos pelas esquinas da vida.

*“Não esperem de mim o  
obsequioso silêncio  
dos covardes”*

**Dilma Rousseff**

## RESUMO

O *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, é um dos fatos políticos brasileiros mais importantes do século. O assunto colocou o país em estado de ebulição. Os veículos de comunicação, imersos nesse contexto, repercutiram o tema. Nesse sentido, propõe-se estudar a ética jornalística implícita nas reportagens das revistas *CartaCapital* e *VEJA*, publicadas no período do processo que resultou na destituição da ex-presidente. O referencial teórico envolve temáticas relacionadas a ética, responsabilidade, isenção e deontologia jornalística, linha editorial do jornalismo político, legislação vigente no Brasil e as características das reportagens que exploram esse tema. A metodologia utilizada baseia-se na análise de conteúdo (qualitativa). Como principal resultado, destaca-se que a ética jornalística esteve presente com maior incidência e relevância no conteúdo publicado por *CartaCapital*, quando comparado ao que fora publicado, no mesmo período, por *VEJA*.

**Palavras-chave:** ética jornalística; *impeachment*; reportagens; *CartaCapital*; *VEJA*.



## ABSTRACT

Dilma Rousseff's impeachment in 2016 is one of the most important Brazilian political events of the century. The subject put the country in a state of boiling. The communication vehicles, immersed in this context, reverberated the theme. In this sense, it is proposed to study the journalistic ethics implicit in the reports of the magazines *CartaCapital* and *VEJA*, published during the period of the process that resulted in the removal of the former president. The theoretical framework involves topics related to ethics, responsibility, exemption and journalistic deontology, editorial line of political journalism, legislation in force in Brazil and the characteristics of the reports that explore this theme. The methodology used is based on the (qualitative) content analysis. As a main result, it should be noted that journalistic ethics was present with greater incidence and relevance in the content published by *CartaCapital*, when compared to that published in the same period by *VEJA*.

**Keywords:** journalistic ethics; impeachment; reports; *CartaCapital*; *VEJA*.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Contrato de comunicação.....	63
Figura 2 - Modos discursivos do acontecimento midiático.....	66
Figura 3 - Gêneros e engajamento .....	70
Figura 4 - <i>Corpus</i> de pesquisa <i>CartaCapital</i> .....	91
Figura 5 - <i>Corpus</i> de pesquisa <i>VEJA</i> .....	92

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de reportagens sobre o <i>impeachment</i> : <i>CartaCapital</i> x <i>VEJA</i> .....	93
Gráfico 2 - Quantidade de telas sobre o <i>impeachment</i> : <i>CartaCapital</i> x <i>VEJA</i> .....	94
Gráfico 3 - Quantidade de parágrafos sobre o <i>impeachment</i> : <i>CartaCapital</i> x <i>VEJA</i> .	95
Gráfico 4 - Fragmentação, codificação e categorização das reportagens produzidas por <i>VEJA</i> em 09 de dezembro de 2015.....	98
Gráfico 5 - Fragmentação, codificação e categorização das reportagens produzidas por <i>CartaCapital</i> em 20 de abril de 2016 .....	109
Gráfico 6 - Fragmentação, codificação e categorização das reportagens produzidas por <i>VEJA</i> em 20 de abril de 2016 .....	110
Gráfico 7 - Fragmentação, codificação e categorização das reportagens produzidas por <i>CartaCapital</i> em 07 de setembro de 2016 .....	123
Gráfico 8 - Fragmentação, codificação e categorização das reportagens produzidas por <i>VEJA</i> em 07 de setembro de 2016 .....	124

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Reportagens publicadas por <i>CartaCapital</i> e <i>VEJA</i> em 09 de dezembro de 2015 .....	97
Tabela 2 - Fontes presentes na reportagem de <i>CartaCapital</i> publicada em 09 de dezembro de 2015 .....	99
Tabela 3 - Fontes presentes nas reportagens de <i>VEJA</i> publicadas em 09 de dezembro de 2015 .....	102
Tabela 4 - Reportagens publicadas por <i>CartaCapital</i> e <i>VEJA</i> em 20 de abril de 2016 .....	108
Tabela 5 - Fontes presentes nas reportagens de <i>CartaCapital</i> publicadas em 20 de abril de 2016 .....	111
Tabela 6 - Fontes presentes nas reportagens de <i>VEJA</i> publicadas em 20 de abril de 2016 .....	117
Tabela 7 - Reportagens publicadas por <i>CartaCapital</i> e <i>VEJA</i> em 07 de setembro de 2016 .....	122
Tabela 8 - Fontes presentes nas reportagens de <i>CartaCapital</i> publicadas em 07 de setembro de 2016 .....	125
Tabela 9 - Fontes presentes nas reportagens de <i>VEJA</i> publicadas em 07 de setembro de 2016 .....	132

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

C	Revista <i>CartaCapital</i>
CEJB	Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido Democratas
FASPSP	Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
MBL	Movimento Brasil Livre
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REDE	Partido Rede Sustentabilidade
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
USP	Universidade de São Paulo
V	Revista <i>VEJA</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>O PERÍMETRO DA CRÍTICA .....</b>	<b>19</b>
2.1	ÉTICA E COMUNICAÇÃO.....	22
<b>2.1.1</b>	<b>Ética e moral na comunicação.....</b>	<b>26</b>
2.2	ÉTICA NO JORNALISMO.....	27
<b>3</b>	<b>SEM JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>33</b>
3.1	PRINCÍPIOS DEONTOLÓGICOS DO JORNALISMO.....	33
<b>3.1.1</b>	<b>Deontologia jornalística .....</b>	<b>34</b>
<b>3.1.2</b>	<b>Responsabilidade jornalística .....</b>	<b>37</b>
<b>3.1.3</b>	<b>Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros .....</b>	<b>41</b>
3.2	JORNALISMO E LEGISLAÇÃO.....	44
<b>3.2.1</b>	<b>Regulamentação da profissão.....</b>	<b>45</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Constituição Federal.....</b>	<b>46</b>
<b>4</b>	<b>ANESTÉSICOS DA CONSCIÊNCIA.....</b>	<b>48</b>
4.1	FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO.....	49
<b>4.1.1</b>	<b>Jornalismo público .....</b>	<b>53</b>
4.2	JORNALISMO POLÍTICO .....	54
<b>4.2.1</b>	<b>Isenção jornalística.....</b>	<b>58</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Linha editorial.....</b>	<b>60</b>
<b>4.2.3</b>	<b>Construção das notícias .....</b>	<b>63</b>
<b>4.2.4</b>	<b>Jornalismo de revista .....</b>	<b>67</b>
<b>4.2.5</b>	<b>Reportagem de revista .....</b>	<b>69</b>
<b>4.2.6</b>	<b>Grande reportagem de revista .....</b>	<b>75</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>78</b>
5.1	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA .....	79
5.2	ANÁLISE.....	80
<b>5.2.1</b>	<b>Análise de conteúdo.....</b>	<b>81</b>

<b>6</b>	<b>A ÉTICA JORNALÍSTICA DAS REPORTAGENS DE CARTACAPITAL E VEJA.....</b>	<b>87</b>
6.1	O <i>IMPEACHMENT</i> DE DILMA ROUSSEFF .....	87
6.2	IDENTIFICAÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE PESQUISA .....	89
6.2.1	<b>Quantidade de reportagens produzidas por <i>CartaCapital</i> e <i>VEJA</i> .....</b>	<b>92</b>
6.2.2	<b>Quantidade de telas diagramadas por <i>CartaCapital</i> e <i>VEJA</i>.....</b>	<b>93</b>
6.2.3	<b>Quantidade de parágrafos produzidos por <i>CartaCapital</i> e <i>VEJA</i> .....</b>	<b>94</b>
6.3	CONTEÚDO PUBLICADO EM 09 DE DEZEMBRO DE 2015 .....	96
6.3.1	<b>Conteúdo publicado por <i>CartaCapital</i> em 09 de dezembro de 2015...98</b>	
6.3.2	<b>Conteúdo publicado por <i>VEJA</i> em 09 de dezembro de 2015.....</b>	<b>101</b>
6.4	CONTEÚDO PUBLICADO EM 20 DE ABRIL DE 2016 .....	107
6.4.1	<b>Conteúdo publicado por <i>CartaCapital</i> em 20 de abril de 2016 .....</b>	<b>110</b>
6.4.2	<b>Conteúdo publicado por <i>VEJA</i> em 20 de abril de 2016 .....</b>	<b>116</b>
6.5	CONTEÚDO PUBLICADO EM 07 DE SETEMBRO DE 2016 .....	121
6.5.1	<b>Conteúdo publicado por <i>CartaCapital</i> em 07 de setembro de 2016..</b>	<b>124</b>
6.5.2	<b>Conteúdo publicado por <i>VEJA</i> em 07 de setembro de 2016.....</b>	<b>131</b>
6.6	INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS .....	136
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>140</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>142</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>146</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>189</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*“Enquanto ela estiver ali, essa p#@!% não vai parar nunca”*

**Sérgio Machado**

*“Tem que ter impeachment.  
Não tem saída”*

**Romero Jucá**

*“Está tudo tranquilo, os caras  
dizem que vão garantir”*

**Sérgio Machado**

Qual sua opinião sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff? Um dos fatos políticos mais importantes da história recente do Brasil ainda repercute de forma implacável. Foi golpe constitucional ou exercício da democracia? Há quem diga que tudo começou após as manifestações populares em 2013, período em que o país recebia a Copa das Confederações da FIFA. “O gigante acordou” fora uma das expressões que ecoava nos protestos. No entanto, outros acreditam que a batalha pelo poder máximo do Brasil teve início naquele 26 de outubro de 2014.

Tudo indicava que o povo testemunharia uma das eleições mais democráticas da história do Brasil: Dilma Rousseff (13) x Aécio Neves (45). De um lado a petista, então presidente (eleita em 2010), que propunha “um governo novo com ideias novas”<sup>1</sup>. Do outro, o tucano “querendo crescer, querendo mudar, em busca de um país melhor”<sup>2</sup>. O que poucos esperavam era que, naquele mesmo dia, após 112.683.879 votos (sendo 105.542.273 válidos, 1.921.819 brancos, 5.219.787 nulos e 30.137.479 abstenções) apurados nas 428.894 seções eleitorais existentes no território nacional, o país assistiria ao início de um dos momentos de maior incerteza política da história recente.

Minutos após a divulgação do resultado, que efetivou democraticamente a

---

<sup>1</sup>Trecho extraído do último programa eleitoral de Dilma Rousseff (PT) exibido em 24 de outubro de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i0wP7f1pXKU>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

<sup>2</sup>Trecho extraído do último programa eleitoral de Aécio Neves (PSDB) exibido em 24 de outubro de 2014. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=-zcb\\_Y3XXBY](https://www.youtube.com/watch?v=-zcb_Y3XXBY)>. Acesso em: 03 jun. 2017.



reeleição de Dilma com 51,64% dos votos válidos<sup>3</sup>, a vencedora dizia que “algumas vezes na história, os resultados apertados produziram mudanças mais fortes e rápidas do que as vitórias amplas”<sup>4</sup>. A presidente eleita exalava “esperança” com a “certeza” do que iria ocorrer a partir daquele momento no Brasil. Dilma justificava dizendo que “toda eleição tem que ser vista de forma pacífica e segura. Toda eleição é uma forma de mudança. Principalmente para nós que vivemos em uma das maiores democracias do mundo”. O derrotado, por sua vez, agradecia “aos mais de 50 milhões de brasileiros que apontaram no caminho da mudança”<sup>5</sup>, ressaltava que havia cumprido a sua “missão”, mas enfatizava que “a maior de todas as prioridades” deveria ser “unir o Brasil em torno de um projeto honrado e que dignifique a todos os brasileiros”. Ambos estavam errados.

A polaridade política, se manifestou com força sem igual. Ela se alastrou do resultado das urnas e dominou o dia a dia dos cidadãos. A partir de então, os veículos de comunicação, consumidos por grande parte da população nacional, ocuparam um importante espaço na esfera pública. O conteúdo de importantes periódicos, como *CartaCapital* e *VEJA*, foi, mais uma vez, colocado em xeque: até que ponto o que estava sendo publicado podia ser considerado ético? Tem-se, então, a seguinte questão norteadora: “de que forma a ética jornalística está implícita (ou não) e influencia (ou não) o conteúdo de *CartaCapital* e *VEJA*?”.

Para alcançar a resposta para tal, surgem as seguintes hipóteses: “*CartaCapital* não agiu de forma ética ao considerar o *impeachment* de Dilma como golpe constitucional”, “*VEJA* não agiu de forma ética ao considerar o *impeachment* de Dilma como exercício da democracia” e “ambas as revistas agiram de forma ética, de acordo com os códigos deontológicos e a legislação vigente no Brasil, na cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff”.

Assim, o objetivo desta pesquisa é analisar a forma com que os princípios da ética jornalística influenciaram na produção do conteúdo na cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em reportagens especiais publicadas nas revistas

---

<sup>3</sup>Apuração de votos para presidente do Brasil (eleições 2014 - 2º turno). Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

<sup>4</sup>Trecho extraído do discurso da vitória de Dilma Rousseff (PT). Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/leia-integra-do-discurso-de-dilma-rousseff-14369830>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

<sup>5</sup>Trecho extraído do discurso da derrota de Aécio Neves (PSDB). Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/26/cumpri-minha-missao-diz-aecio-ao-reconhecer-a-derrota.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

*CartaCapital* e *VEJA*. Para chegar ao que se propõe, tem-se como objetivos específicos: “reunir, conceituar e analisar os códigos deontológicos e a legislação brasileira que regulamentam os princípios éticos do fazer jornalístico no país”, “comparar o conteúdo publicado nas edições analisadas das revistas *CartaCapital* e *VEJA* na cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff” e “identificar e explorar as unidades de registro e de contexto utilizadas pelas revistas *CartaCapital* e *VEJA* no conteúdo publicado”.

Portanto, para alcançar tais objetivos, a pesquisa fora estruturada, por capítulos, da seguinte forma: em *O perímetro da crítica*, com base em Boff (2003), Gomes (1989), Lipovetsky (2004), Morin (2011), Plaisance (2011), entre outros autores, são explorados os conceitos que embasam a ética, assim como a diferenciação de ética e moral na comunicação e no jornalismo; na sequência, em *Sem justificativa*, por meio da leitura de autores como Bertrand (1999), Charaudeau (2009), Karam (1997), Lage (2003), Ramonet (2004), Rothberg (2011), entre outros, são apresentados e estudados os princípios deontológicos, a responsabilidade jornalística e a legislação vigente no Brasil. No terceiro capítulo, intitulado *Anestésicos da consciência*, baseado em Coimbra (1993), Kotscho (2001), Lage (2001), Lima (2004), Scalzo (2011), Sodré e Ferrari (1986), entre outros, são abordados conceitos implícitos na prática profissional como isenção jornalística, linha editorial, construção das notícias, características do jornalismo político e das reportagens publicadas em revistas que exploram esse tema.

Quanto à *Metodologia*, estruturou-se um capítulo homônimo que apresenta o conceito de método, conforme Paviani (2013) e Marconi e Lakatos (2007), de pesquisa bibliográfica, de acordo com Figueiredo (2004) e Stumpf (2005), além do conceito de análise de conteúdo com base em Bardin (2011). Em relação à *A ética jornalística das reportagens de CartaCapital e VEJA*, também apresentada em um capítulo exclusivo, apresenta-se a exploração do conteúdo publicado pelas revistas acima citadas, no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, além da inferência e interpretação das unidades de contexto e registro identificadas no conteúdo das revistas. Por fim, em *Considerações finais*, projeta-se o resultado da pesquisa.

Paraphrasing Mario Sergio Cortella, who cites Millôr Fernandes: “se você não tem dúvidas é porque está mal informado”. Boa leitura.

## 2 O PERÍMETRO DA CRÍTICA

*“Todo olhar sobre a ética deve  
levar em consideração que a  
sua exigência é vivida  
subjetivamente”*

**Edgar Morin**

*“Ética não é cosmética, não  
deve ser mera maquiagem  
provisória e superficial”*

**Mario Sergio Cortella**

A aplicação da ética parte da existência de dilemas complexos. A sociedade contemporânea encontra-se imbuída numa grave crise de valores, portanto, solo fértil para uma análise filosófica da natureza da bondade. Leonardo Boff (2003) reflete essa complexidade. Conforme o autor, a ausência de valores gera distorções nas percepções individuais dos seres humanos, visto que nesse cenário “é difícil para a grande maioria da humanidade saber o que é correto e o que não é”. (BOFF, 2003, p. 27).

Edgar Morin (2005) delinea essa crítica ao mundo ocidental. O antropólogo também sustenta que a sociedade já não possui a referência dos valores, visto que com a falta de referências éticas, os sujeitos escolhem quais princípios devem seguir. “Os valores dão à ética a fé na ética sem justificção exterior ou superior a ela mesma. Na realidade, os valores tentam fundar uma ética sem fundamento”. (MORIN, 2005, p. 27).

Os critérios equivocados resultam em comportamentos confusos que dificultam a avaliação de determinados dilemas. Boff (2003) salienta que a ausência dos limites éticos é facilmente identificada na convivência humana. De acordo com o autor, não raramente, as relações sociais tendem a se organizar no entorno de interesses particulares, em detrimento aos conceitos de “direito” e “justiça”, por exemplo. “A ética, para ganhar um mínimo de consenso, deve brotar da base última da existência humana [...] é por valores que nos movemos e somos”. (BOFF, 2003, p. 30).

Morin (2005, p. 22) corrobora com a ideia. As relações sociais, citadas por Boff (2003) - imbuídas em um relativismo de valores - são vistas, pelo autor como rastros

deixados ao longo do desenvolvimento da sociedade moderna. Segundo o antropólogo essa evolução é, historicamente, caracterizada por relações de duplo caráter sociológico: competição e cooperação. Conforme o autor, os vínculos comunitários são a fonte da responsabilidade e da solidariedade, assim, portanto, fazem parte da genealogia da ética.

Embora não estime datas, Morin (2005) afirma que a ética se manifesta inicialmente nas religiões, com foco na coletividade. Entretanto, é na modernidade que há a ruptura do imperativo religioso com a laicização da ética, agora, baseada no individualismo.

As fontes da ética quase não irrigam mais; a fonte individual é asfixiada pelo egocentrismo; a fonte comunitária é desidratada pela degradação da solidariedade; a fonte social é alterada pela compartimentação, burocratização, atomização da realidade social e, além disso, é atingida por diversos tipos de corrupção [...]. (MORIN, 2005, p. 28).

A ausência da figura divina e a dessacralização da lei faz com que haja progresso no individualismo, desenvolvimento do egocentrismo, e, evidentemente, a natural redução do altruísmo e da solidariedade. Boff (2003) apresenta duas palavras gregas: *ethos* e *daimon*. De acordo com o teólogo, os termos fizeram parte da espinha dorsal da maior crise da história do povo grego, no século VI a.C, quando a razão crítica “[...] ameaçava esvaziar as tradições e valores que garantiam até então, pela razão mítica e religiosa, a sociabilidade da cidade grega (*polis*)”. (BOFF, 2003, p. 33).

O autor admite a complexidade dos termos gregos e explica o significado de ambos. “Em primeiro lugar, cabe dizer que *daimon* em grego clássico não é demônio. Ao contrário, é o anjo bom, o gênio protetor. E *ethos* não é primeiramente ética, mas a morada humana”. (BOFF, 2003, p. 33). Portanto *ethos* deve ser compreendida como uma abordagem existencial do ser humano (motivações, memórias, valores e relacionamentos), ou seja, o caráter de uma pessoa ou de uma comunidade.

Por sua vez *daimon* deve ser entendido como um guia que auxilia a tomada de decisões e facilita as escolhas diante da complexidade dos dilemas. Segundo Boff (2003) “[...] é a voz da interioridade, aquele conselheiro da consciência que dissuade ou estimula aquele sentimento do conveniente e do justo nas palavras e nos atos que se anuncia em todas as circunstâncias da vida, pequenas ou grandes”. (BOFF, 2003, p. 34). Ainda segundo o autor, é o *daimon* que acompanha o ser humano em determinados objetivos, como amor e poder, por exemplo.

Boff (2003) exemplifica e frisa que *ethos* e *daimon* estão sempre juntos: o primeiro é a casa, o segundo o residente. A morada (*ethos*) é considerada a ética em sua totalidade, enquanto que o residente (*daimon*) tateia as situações e filtra as decisões objetivando o justo e o bom que devem ser seguidos, conforme determinada situação. “Tudo que fizermos para que se more bem juntos (sermos felizes) é ético e bom, o contrário é antiético e mau”. (BOFF, 2003, p. 35).

Se quisermos uma revolução ética que responda aos desafios de nosso tempo, devemos desentulhar e liberar o *daimon* interior [...] precisamos resgatar o bom senso ético, aquilo que simplesmente deve ser, pois essa é a missão que o *daimon* desempenha dentro de nós [...]. Não temos outra saída senão despertar o *daimon* em todos nós. É utopia? Sim, mas é direção correta para encontrarmos o caminho verdadeiro. (BOFF, 2003, p. 36).

Gilles Lipovetsky (2004) contribui com as ideias de Boff (2003) e Morin (2005) e problematiza a questão do relativismo de valores. O autor recorda que, “[...] paralelamente à irrupção dos valores, avança a lógica do poder e da competição econômica” (LIPOVETSKY, 2004, p. 50). Portanto, segundo ele, os seres humanos têm o discernimento necessário e conseguem identificar o que é ético. Ele enfatiza que “não é verdade que não tenhamos mais uma visão comum, que todos os sistemas de valores sejam percebidos como equivalentes, que não sejamos mais capazes de falar com a menor convicção do bem e do mal”. (LIPOVETSKY, 2004, p. 34).

De acordo com o autor, a extinção dos limites éticos é fundamental para que as sociedades liberais se mantenham ativas. Lipovetsky (2004) classifica esse paradoxo de “caos organizado”, onde “[...] não é necessário que todos partilhemos os mesmos valores, mas somente que sejam aceitos os valores mínimos da democracia e que o *ethos* prático da tolerância domine”. (LIPOVETSKY, 2004, p. 35). Entretanto, Boff (2003) enfatiza que “todos os valores valem, mas nem todos valem para todas as circunstâncias”. (BOFF, 2003, p. 31).

Morin (2005) enfatiza a complexidade da ética, pois conforme o autor, não há uma definição precisa do termo, assim, é necessário utilizar um olhar subjetivo para analisar temas com viés ético. “[...] A ética é complexa por ser, ao mesmo tempo, una e múltipla [...]. É complexa por estar exposta à incerteza do resultado e comportar aposta e estratégia. (MORIN, 2005, p. 195-196). O autor defende que deve-se abordar continuamente o tema, pois, caso contrário, ele pode desaparecer. “A ética nunca será pronta: não é um bem de que se possa ser proprietário; deve incessantemente

regenerar-se [...]” (MORIN, 2005, p. 197), porque se não se regenera, automaticamente degenera-se.

## 2.1 ÉTICA NA COMUNICAÇÃO

Diante da reflexão acerca da ética, Morin (2005) exige aproximações entre os temas e as demais áreas, senão “a ética, isolada [...] é uma emergência que não sabe do que emerge”. (MORIN, 2005, p. 29). Embora o autor admita que a abordagem depende do contexto social e histórico, não exime o papel do analista, pois, conforme ele “[...] é no indivíduo que se situa a decisão ética; cabe a ele escolher os seus valores e suas afinidades”. (MORIN, 2005, p. 29). Entretanto, o antropólogo enfatiza que, ao analisar determinado tema com o olhar da ética, é necessário qualificar os dilemas, pois “o problema ético surge quando dois deveres antagônicos se impõem”. (MORIN, 2005, p. 47).

Patrick Lee Plaisance (2011) propõe uma definição à ética na comunicação. Independentemente da atividade exercida no setor, o autor enfatiza a manutenção da credibilidade. Assim como Morin (2005), o autor enfatiza a necessidade de dilemas concretos e recorda que “a ética não consiste em agradar a todos, pois os dilemas verdadeiros podem ser plausivelmente tratados de formas opostas”. (PLAISANCE, 2011, p. 28). De acordo com Plaisance (2011), um comunicador desonesto, enganador e despreocupado com as informações que dissemina, por exemplo, não merece atenção, portanto, a análise ética se faz necessário. O autor defende a manutenção da credibilidade, pois, conforme Plaisance (2011), ela é, de fato, a “[...] única moeda verdadeira” (PLAISANCE, 2011, p. 52) que um comunicador possui.

Segundo o autor, “[...] todos nós nos confrontamos com inúmeras questões éticas – tanto grandes como pequenas, às vezes triviais, às vezes cruciais – todos os dias”. (PLAISANCE, 2011, p. 24). Para ele, a utilização da ética em determinada análise se apresenta como “[...] uma forma de investigação que se preocupa com o processo de encontrar justificações racionais para as nossas ações quando os valores que defendemos entram em conflito”. (PLAISANCE, 2011, p. 24-25).

O autor exemplifica quando defende que “[...] os valores pessoais que defendemos não são mutuamente exclusivos” (PLAISANCE, 2011, p. 50), portanto a decisão de defender determinado valor não significa que os outros não são importantes. “É uma questão de estabelecer prioridades entre os valores que

defendemos simultaneamente”. (PLAISANCE, 2011, p. 50).

Lipovetsky (2004, p. 31) recorda que a preocupação com a ética é considerada recente. Segundo o autor, nas décadas de 1960 e 1970, o conceito era considerado uma “falsa consciência”. Somente a partir de meados dos anos 1980 é que há o ressurgimento da aspiração ética. “Nos últimos vinte anos, o tema da ética [...] roubou a cena pública. Mas de que se fala quando se trata dessa questão?”. (LIPOVETSKY, 2004, p. 41). Plaisance (2011), Boff (2003) e Kunczik (2001) dão norte a ela.

Plaisance sugere que a ética “[...] se concentra nas questões relativas ao modo como de fato sabemos aquilo que afirmamos saber”. (PLAISANCE, 2011, p. 25). Conforme o autor, “[...] a ética se refere ao nosso processo de reflexão”. (PLAISANCE, 2011, p. 27). Ele considera que o conceito não consiste em responder dilemas universais, mas sim questioná-los. Para Plaisance (2011) “[...] a ética se preocupa em fazer as perguntas corretas. O foco está na qualidade do processo deliberativo e não no resultado”. (PLAISANCE, 2011, p. 27).

Boff (2003) problematiza a questão e condiciona, não apenas a atuação profissional, mas a existência humana e cidadã. Entretanto, embora admita que há exemplos que justificam a ausência de valores, o autor não encara a situação com pessimismo, mas sim, como uma chance de utilizar a ética para revisar os valores que, de alguma forma, se perderam ou foram esquecidos. “A crise cria a oportunidade de irmos às raízes da ética e nos convida a descermos àquela instância na qual se formam continuamente valores”. (BOFF, 2003, p. 29).

Assim, mesmo diante de produções, tecnicamente, de qualidade, é o caráter do comunicador que vai qualificar um trabalho ético ou não. Segundo Boff (2003), a ética é resultado da análise filosófica e, portanto, ponto de partida para questões universais, como, por exemplo projetar a personalidade dos cidadãos:

A ética é parte da filosofia. Considera concepções de fundo acerca da vida, do universo, do ser humano e de seu destino, estatui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades. Uma pessoa é ética quando se orienta por princípios e convicções. Dizemos, então, que tem caráter e boa índole. (BOFF, 2003, p. 37).

Evidenciando a necessidade de uma análise ética na comunicação, Plaisance (2011) salienta a qualidade da exploração dos dilemas. Conforme o autor, “as boas decisões éticas podem ser defendidas com um raciocínio sólido, baseado em evidências, e não apenas em uma série de afirmações morais”. (PLAISANCE, 2011,

p. 28). Portanto, partindo desse pressuposto, o autor salienta que o ponto central de qualquer análise ética é trabalhar com “[...] problemas e questões que não são claramente definidos”. (PLAISANCE, 2011, p. 24).

Diante disso, é necessário considerar que a ética é, evidentemente, necessária no exercício do profissional de comunicação. Entretanto, é fundamental admitir também que, apesar de ser um assunto essencial, sua abordagem é frustrante, visto que a ética elabora mais perguntas e dilemas do que define respostas e verdades. (PLAISANCE, 2011). De acordo com Plaisance (2011), a utilização do conceito não depende da complexidade da questão, visto que a abordagem é utilizada em assuntos ora relevante, ora nem tanto, mas o foco “[...] permanece no processo deliberativo e não na decisão final”. (PLAISANCE, 2011, p. 46).

Um estudante pode plagiar algum material para um trabalho de final de semestre, ou um repórter pode fabricar uma citação para incrementar uma matéria. Podemos desejar denominar essas atitudes como “falhas morais”, mas elas na verdade não propõem questões de *ética*, pois ambos os comportamentos constituem violações claras de regras estabelecidas para definir o que é aceitável e o que não é [...]. A ética, portanto, normalmente não se preocupa com questões tão preto no branco. (PLAISANCE, 2011, p. 24).

Ao realizar uma análise dos conceitos estruturados por um dos pioneiros na área da sociologia, Max Weber, Michael Kunczik (2001) sugere o confronto entre a “ética das responsabilidades” e a “ética de valores absolutos” como ponto de partida para analisar a prática profissional. “A racionalidade do propósito é o tipo normativo de ação logicamente implícita na posição anterior, e a racionalidade de valores a que está implícita na última”. (KUNCZIK, 2001, p. 41).

Segundo o autor, os jornalistas adotam a orientação ética de valores absolutos. Kunczik (2001) exemplifica: “uma pessoa cuja ética abriga unicamente os valores absolutos recusa-se a assumir a responsabilidade pelas consequências de suas ações”. (KUNCZIK, 2001, p. 41). Portanto, o autor acredita que esses profissionais “[...] atuam racionalmente segundo os seus valores, quer dizer, recusam-se a assumir a responsabilidade por suas ações”. (KUNCZIK, 2001, p. 42).

Nesse contexto, o resultado da ação não é admitido pelo agente. Conforme o autor, o profissional se vê diante de um objetivo claro e definido e atua com o máximo empenho possível para alcançá-lo. Kunczik (2001) enfatiza que ao agir desse modo, o jornalista apenas persegue o valor absoluto (uma verdade) que determinou



anteriormente e exige a preocupação com o bom êxito da própria ação. Entretanto, é necessário “[...] enfatizar que a ética dos valores absolutos nada tem a ver com a irresponsabilidade, assim como a ética da responsabilidade nada tem a ver com a falta de valores” (KUNCZIK, 2001, p. 41).

O autor justifica essa afirmação, ao defender que a responsabilidade pela exatidão do conteúdo produzido não, necessariamente, vai ser justificada diante de possíveis consequências não-intencionais, ocasionadas pela publicação. “Fundamentalmente, no entanto, as duas éticas não se excluem mutuamente” (KUNCZIK, 2001, p. 44). Sobre a abordagem, Plaisance (2011) diverge parcialmente, visto que, de acordo com o autor, qualquer jornalista se preocupa com a própria confiabilidade, pois “[...] os profissionais de comunicação de todas as classes, independente de por que eles estejam usando os canais da mídia, aspiram a ter uma coisa: credibilidade” (PLAISANCE, 2011, p. 51).

Kunczik (2001) pondera com Plaisance (2011) quando afirma que “[...] não se deve esquecer que não é raro o comportamento jornalístico malicioso ou moralmente censurável [...]” (KUNCZIK, 2001, p. 45), que não se aplica a nenhuma das éticas propostas pelo autor, anteriormente. O autor sugere que os próprios profissionais não sabem distinguir a responsabilidade jornalística implícita, por exemplo, na exatidão de uma reportagem, e as possíveis consequências que ela pode gerar. Assim, Plaisance (2011) propõe a estruturação de um método específico pode auxiliar na identificação das camadas que compõem um dilema complexo.

Segundo Kunczik (2001), as diferentes atividades jornalísticas seguem a sua própria orientação ética. O autor acredita que o comportamento jornalístico dos chefes de redação se inclinam para a ética das responsabilidades, mesma situação dos profissionais responsáveis pela coleta das informações. O primeiro age assim, pois tem compromisso com o bem-estar da empresa de comunicação, já o segundo pela necessidade de preservar o relacionamento com as fontes.

Kunczik (2001) projeta que “[...] é mais provável encontrar a ética dos valores básicos entre os jornalistas que não têm nenhuma obrigação para com seus colegas ou informantes [...]” (KUNCZIK, 2011, p. 45) ou naqueles que encaram a profissão como o Quarto Poder, e, por meio da atuação, entendem que a imprensa, sendo um órgão com atividades públicas, tem o dever de fiscalizar o governo. No entanto, ele reforça que a formação profissional tem papel fundamental na constituição do caráter ético nos futuros profissionais.

A capacitação profissional também deve dar prioridade aos aspectos éticos do jornalismo. Não se deve permitir que o empenho em ser mais rápido que a concorrência, quer dizer, que os colegas jornalistas, ponha em perigo os seres humanos. A liberdade irresponsável dos meios de comunicação pode tornar-se muito perigosa [...]. É necessário avaliar muito cuidadosamente o uso de métodos [...] para obter informações, porque sempre vai existir o perigo do abuso. (KUNCZIK, 2001, p. 48).

Portanto, a ética profissional, aplicada ao jornalismo, deve ocupar espaço central na composição dos currículos acadêmicos, para que tenha relevância e destaque no seio das redações. É necessária uma contínua reflexão a respeito do impacto que pode vir a causar a veiculação incorreta ou indevida das informações. (KUNCZIK, 2001).

### **2.1.1 Ética e moral na comunicação**

No caminho percorrido até então, antes de prosseguir com o tema, faz-se necessária uma breve distinção entre ética e moral, aplicadas, evidentemente, à comunicação. Conforme Plaisance (2011, p. 25), “[...] a moralidade refere-se de um modo geral a um conjunto de crenças que adotamos para nos ajudar a entender o que é bom e o que é mau no mundo em que vivemos”. Segundo Boff (2003), a moral se difere do abstracionismo da ética:

A moral é parte da vida concreta. Trata da prática real das pessoas que se expressam por costumes, hábitos e valores culturalmente estabelecidos. Uma pessoa é moral quando age em conformidade com os costumes e valores consagrados. Estes podem, eventualmente, ser questionados pela ética. Uma pessoa pode ser moral (segue os costumes até por conveniência) mas não necessariamente ética (obedece a convicção e princípios). (BOFF, 2003, p. 37).

Pedro Gilberto Gomes (1989) diferencia os conceitos e defende que as morais são relativas de acordo com a época, já a ética é absoluta, ou seja, vale em todas as situações, independente da época. Para facilitar a distinção, o autor propõe a análise da moral social vigente com base na “ética comunitária” (que leva em consideração a condição de justiça social - fome, saúde, educação, etc. - que os cidadãos de determinado país vivem em determinada época).

O autor ainda afirma que essa abordagem auxilia o jornalista a ir “[...] além do estabelecimento dos códigos profissionais, das normas externas que, em cada época, são colocadas como balizas para o agir profissional”. (GOMES, 1989, p. 61). Portanto,

situações cotidianas como, por exemplo, o desrespeito com a vida humana (ao defender a violência como solução para a mesma ou até mesmo zelar pela morte de um criminoso), por mais que pareçam convincentes e manifestem o desejo de parte da população (assim, caracterizando-se com uma moral vigente) não podem ser eticamente aceitas.

No entanto, o limite do que, de fato, é ético nunca estará definido, pois de acordo com Plaisance (2011) “[...] esperar que a ética forneça respostas ‘certas’ necessárias normalmente apenas leva à moralização”. (PLAISANCE, 2011, p. 27). O autor recorda que grande parte dos dilemas éticos não são, totalmente, solucionados, mas que mesmo assim, a ética deve manter o seu propósito, pois, como o autor salienta, “a ética não se preocupa em fazer afirmações moralistas, mas sim com a deliberação que precisamos realizar para contrabalançar adequadamente as afirmações concorrentes”. (PLAISANCE, 2011, p. 26). A lacuna da solução pode ser preenchida com uma infinidade de opções que de alguma forma são, naturalmente, insatisfatórias.

## 2.2 ÉTICA NO JORNALISMO

As práticas que envolvem o jornalismo não estão alheias à sociedade, afinal, o contexto onde a profissão se insere está imerso nas conjunturas econômicas, políticas e sociais. Para facilitar a compreensão, Gomes (1989) divide a comunicação humana dos meios de comunicação social. A comunicação é caracterizada pela interação do indivíduo com o ambiente. Já os meios têm o papel de inter-relacionar as situações e, de forma interdependente, estimular um processo de mudança social e cultural ao meio que está inserido. Ciente da importância dos meios de comunicação o autor questiona (e responde) quais são os agentes de transformação que estão à frente desses veículos.

Pertencentes à classe que domina a sociedade, estão a serviço da ideologia dominante. Deste modo, atuam na reprodução material e ideológica do sistema [...] o problema da comunicação oscila entre dois elementos que atuam no nível da linguagem: mito e ideologia, cuja função é filtrar o conhecimento real dos fenômenos. [...] O sentido do mito é apresentar uma realidade limpa, depurada das contradições históricas. A realidade mitificada cria a falsa consciência e a perpetuação do sistema tal como está sendo conformado pela ideologia que o justifica. (GOMES, 1989. p. 34).

Lipovetsky (2004) diverge de Gomes (1989) ao afirmar que “[...] a mídia não consegue controlar e fabricar, peça por peça, os gostos e as reações do público. Estimula-os, mas não os comanda”. (LIPOVETSKY, 2004, p. 81). O autor justifica a afirmação quando questiona a audiência do conteúdo de viés político pois, de acordo com ele, uma partida de futebol atrai mais espectadores do que um debate político, mesmo em períodos eleitorais, por exemplo.

O autor (que é crítico da chamada satanização da mídia) questiona o poder da mídia ao explorar o caso amoroso do à época presidente dos EUA Bill Clinton com a estagiária da Casa Branca Monica Lewinsky, que poderia resultar no *impeachment* do chefe de estado daquele país em 1998. Segundo Lipovetsky (2004, p. 86), embora a mídia tenha estigmatizado desvios de conduta de Clinton, muitas vezes exigindo sua cassação, a opinião do povo estadunidense permaneceu estável e desfavorável à saída do chefe de estado.

Gomes (1989) rebate ao defender que fatos como esses, veiculados massivamente na mídia, também contribuem para o reforço da elite que, em muitos casos, é proprietária dos veículos de comunicação. “A desinformação não é somente a mentira, a lavagem cerebral, a propaganda [...]” (GOMES, 1989, p. 45), mas também a fabricação de notícias falsas, a censura e a omissão.

Independentemente da ideologia dos autores, ao considerar a ética, é inerente admitir que, assim como uma indústria de bens duráveis (que produz determinado produto para atender demandas de mercado), em muitas realidades o jornalismo segue a lógica da produção industrial, visto que os assuntos abordados e as publicidades/propagandas vendidas alimentam o público consumidor daquele conteúdo.

[...] nesta relação com o capital, os meios de comunicação subordinam-se aos ditames do lucro e a seus mecanismos internos. Por isso, subordinam-se aos interesses do capital, formando uma pessoa adaptada ao sistema. Isto é, formam a pessoa de acordo com as exigências do poder político e econômico: passiva e acomodada. Moldam a pessoa à imagem e semelhança do sistema, uma pessoa reprodutora do mesmo, em lugar de agente de transformação. (GOMES, 1989, p. 71).

Contudo, Luiz Martins da Silva recorda que “[...] jornalismo é, essencialmente, denúncia” (SILVA, 2006, p. 48), portanto denunciar é uma tarefa primordial da profissão. Baseado nas ideias do filósofo argentino Enrique Dussel, Gomes (1989) aproxima a discussão do contexto da América Latina. O autor considera a ordem social do continente “injusta, opressora e marginalizadora”, portanto, a manutenção

dos sistemas de dominação, por meio dos meios de comunicação, se faz necessária para manter o sistema estabelecido, pois “[...] tudo aquilo que concorre para a sua manutenção é considerado bom; tudo aquilo que contribui para a sua mudança, sua transformação, é mau [...]”. (GOMES, 1989, p. 54).

Partindo dessa premissa, Plaisance (2011) vai ao encontro da afirmação de Silva (2006) quando defende que o jornalismo ético não pode fazer “vistas grossas”, independentemente da situação, pois, de acordo com o autor “a ética não consiste em agradar a todos, pois os dilemas verdadeiros podem ser plausivelmente tratados de formas opostas”. (PLAISANCE, 2011, p. 28).

Gomes (1989) contribui com a problemática ao salientar que os jornalistas não têm um discernimento claro do limite da própria atuação. O autor enfatiza que muitos agem individualmente, embora o veículo de comunicação, geralmente, possua um código que normatiza a atuação profissional.

Para muitos, o problema ético é algo puramente individual. Não cabendo nenhuma interferência exterior que diga ao profissional como ele deve agir. Por outro lado, quando se fala de ética para os meios de comunicação, logo nos vem à mente um código que normatiza o agir dos profissionais. Portanto, um quadro de normas e leis que, na maioria das vezes, não são observadas. (GOMES, 1989, p.13).

Plaisance (2011) defende que a ética seja utilizada para orientar esse agir profissional, contudo que haja provas evidentes para comprovar a veracidade do material jornalístico produzido. Gomes (1989), entretanto, questiona como evitar o maniqueísmo entre o “bem” e o “mal”, visto que no campo da comunicação “[...] não está clara a definição pura e simples destes conceitos”. (GOMES, 1989, p.13).

O autor recorda que “[...] houve um tempo em que os jornalistas não se preocupavam com a sua integridade profissional, em termos éticos. Depois aflorou a preocupação pela ética e se configuram os códigos”. (GOMES, 1989, p. 67). Entretanto, Gomes (1989) questiona o valor desses códigos, pois, para o autor “os atuais meios de comunicação são produtores de uma comunicação imposta pela classe dominante e não permitem um real processo de participação (GOMES, 1989, p. 102). Assim, a credibilidade de determinado jornalista é diretamente vinculada ao agir profissional. Plaisance (2011) sugere que, diante da dimensão dessa consciência crítica, o profissional não estará ileso a julgamentos.

Seja qual for a decisão que você escolher, é provável que algumas pessoas fiquem incomodadas, e que você seja submetido a acusações por ser considerado “antiético”. Mais exatamente, o que é importante na ética é a qualidade de seu raciocínio para fazer ou não alguma coisa. (PLAISANCE, 2011, p. 28).

Plaisance (2011) reforça a importância dos valores. Assim como Boff (2003) e Morin (2005), que divergem de Lipovetsky (2004) quanto ao relativismo de valores, o autor traz o assunto para o debate e defende que nossos valores entram em conflito diariamente, portanto, a tomada de decisão ética “[...] requer que reflitamos com maior profundidade a respeito desses valores e de por que cada um deles deva orientar as nossas deliberações mais do que os outros”. (PLAISANCE, 2011, p. 29). Assim, ao objetivar a ética profissional no jornalismo, os profissionais devem considerar que alguns valores devam ser abandonados, ao menos temporariamente.

Ao encontro das ideias de Plaisance (2011), Gomes (1989, p. 57) reflete que não é papel exclusivo do jornalista enfrentar e repudiar a dominação, opressão e marginalização da sociedade que está inserido, mas de todos os cidadãos. O autor defende que o ser humano ético não se conforma com esse cenário e, portanto, por meio da atuação profissional deve transcender as injustiças em busca da justiça. No entanto, Gomes (1989) admite que “[...] o papel do profissional da comunicação depende da linha ideológica e dos compromissos assumidos pela empresa na qual trabalha” (GOMES, 1989, p. 2011). Em muitos casos, a subversão dessa moral aumenta o risco de demissão dos jornalistas. O autor adverte ainda que, assim como Plaisance (2011) afirmou anteriormente, o profissional ainda pode ser acusado de uma postura antiética.

A inversão completa-se quando aquele que luta por transformar a situação injusta, manipuladora e apassivadora é apresentado como um ser mau e elemento desagregador do sistema social. A luta é condenada, a manutenção do sistema é louvada como um ato bom e imitável. Atualmente, o clamor do pobre, sua voz, não é ouvido. Ele não conta para nada nestes mecanismos de manipulação. Só é levado em conta como um ser que, trabalhando, contínuo para a reprodução e desenvolvimento do sistema que privilegia e beneficia a poucos. (GOMES, 1989, p. 71-72).

Nesse contexto, Plaisance (2011) afirma que dois aspectos influenciam a tomada de decisão ética: o idealismo e o relativismo. Segundo o autor, o idealismo “[...] se refere à intensidade com a qual percebemos a busca pela promoção de objetivos humanitários [...] maximizar o bem-estar de todos é central nos códigos morais de muitas pessoas”. (PLAISANCE, 2011, p. 35). Entretanto, embora haja essa

preocupação, muitos dão pouca ênfase ao tema.

Já o relativismo “[...] se refere à crença de que a única maneira pela qual podemos decidir o que é ético e o que não é ético é confiar nas nossas experiências e na nossa ‘bússola’ moral interna”. (PLAISANCE, 2011, p. 35). Ou seja, a percepção, e as atitudes partem de uma perspectiva individualista. É nesse momento que surgem as chamadas “ideologias éticas” que é a negação das regras morais aliada a justificativa relativa dos fatos.

Mauro Santayana (2006) defende que qualquer texto redigido por um jornalista é delimitado pela abordagem, ou seja, o recorte e a conotação que o conteúdo vai ganhar é uma escolha do profissional. O autor sugere que a parcialidade do texto é uma premissa necessária para que a liberdade do jornalista não seja limitada. “A imparcialidade é virtude inatingível [...]. Se existisse, o jornalista absolutamente imparcial não seria jornalista livre”. (SANTAYANA, 2006, p. 43). Ele enfatiza que o profissional “[...] não tem uma ética particular, mas é aconselhável que discipline sua atividade de maneira a obedecer à ética, isto é, a forma com que devemos agir”. (SANTAYANA, 2006, p. 39).

Ao encontro, Ester Kosovski (1995) admite que a imparcialidade, desejável teoricamente, é muito difícil de ser seguida na prática. No entanto, a autora salienta que é importante “[...] que o jornalista tenha pelo menos consciência disto e busque a objetividade como meta. (KOSOVSKI, 1995, p. 30). Emmanuel Carneiro Leão (1995) aborda essa difícil tarefa como um exemplo da transformação que a profissão sofreu nas últimas décadas. Segundo o autor, essa crise dos fundamentos deve motivar uma mudança de princípios para que haja uma transformação nos parâmetros éticos do jornalismo.

Leão (1995) fundamenta que “[...] a ética é uma luta obstinada e sem tréguas contra as abstrações na conduta”. (LEÃO, 1995, p. 17). O autor sugere que, no jornalismo, poucas ações podem, de fato, serem consideradas éticas. “Caracteriza toda atitude ética ser despretensiosa e nunca, por operação dolosa e de má fé, levar a crédito de uns o que inscreve a débito de outros [...]. Vivemos uma aberração ética”. (LEÃO, 1995, p. 18).

Kosovski (1995) reforça a importância do bom jornalismo, naturalmente ético, para o exercício correto da profissão. A autora alerta os efeitos que a falta de ética pode resultar. “A investigação ética é uma das maiores glórias do jornalismo atual [...]. A má redação faz vítimas. E ser jornalista não é só saber escrever - é antes saber

‘como’ escrever - a arte e a técnica de bem empregar as palavras”. (KOSOVSKI, 1995, p. 27).

Assim como Santayana (2006), Kosovski (1995) enfatiza que a construção de qualquer texto, seja ele jornalístico ou não, é muito mais complexa do que se imagina. “O texto é muito mais que a simples soma das frases (e palavras) que o compõem: a diferença entre frase e texto não é meramente de ordem quantitativa, mas de ordem qualitativa. Muda-se o juízo de valor”. (KOSOVSKI, 1995, p. 29).

Diante disso, é necessário considerar ainda o papel dos veículos de comunicação que empregam esses jornalistas, visto que são empresas que almejam, inicialmente, a sustentabilidade e, na sequência, a lucratividade. Portanto, “o fundamento do exercício profissional dos jornalistas, mais do que técnico, é ético” (SANTAYANA, 2006, p. 44). Nesse cenário, embora haja a deontologia da profissão (conceito explorado no próximo capítulo) o jornalismo deve ter como norte o interesse público e agir de forma plural para que atue como agente político democrático.

Se o jornalista for canalha em sua vida pessoal, será sempre jornalista canalha. A deontologia do jornalista é aferida em todos os seus atos sociais [...]. Em todas as horas do dia, o jornalista é jornalista. E sua consciência moral se faz na dialética do cotidiano. (SANTAYANA, 2006, p. 44).

Assim, o tratamento ético do conteúdo publicado deve considerar, além dos códigos deontológicos da profissão, o distanciamento necessário para com as fontes e projetar nas publicações a análise profunda dos fatos sem excluir ou omitir informações.



### 3 SEM JUSTIFICATIVA

*“O que está em jogo no processo de impeachment não é apenas o meu mandato, mas sim, o respeito às urnas, à vontade soberana do povo brasileiro e à Constituição”*

**Dilma Rousseff**

*“A ética deve encarnar-se nas leis e nas instituições se queremos combater o mal e a injustiça”*

**Gilles Lipovetsky**

O método de trabalho de um jornalista é guiado pelos valores éticos e deveres morais que o profissional segue. Aliado a isso, é necessário considerar os objetivos que ele possui ao produzir determinado conteúdo. Naturalmente, ambos se incorporam ao propósito do veículo de comunicação onde o jornalista exerce suas atividades (assunto abordado com maior profundidade no próximo capítulo). Entretanto, para refletir acerca dessas relações, é de suma importância apresentar e compreender as bases deontológicas e legais que determinam a atuação jornalística.

#### 3.1 PRINCÍPIOS DEONTOLÓGICOS DO JORNALISMO

“Muitos fatores influenciam e determinam o modo como lidamos com as questões éticas”. (PLAISANCE, 2011, p. 35). A formação ideológica cultural, política e religiosa, dentre outras, pode determinar e obscurecer a análise ética, visto que a reflexão individual está embasada nos valores e padrões individuais. Nilson Lage (2003) avalia de forma positiva a existência de princípios éticos e condutas (deontológicas) universais que podem ser aplicadas aos jornalistas.

No entanto, conforme Lage (2003), a transgressão dessas práticas ocorre de forma frequente e rompe as barreiras do tempo, corrompendo o conteúdo ético desses princípios. Diante disso, o autor defende que agir de forma ética deveria ser tão natural

quanto seguir as leis, pois “[...] as leis costumam validar-se por seu conteúdo ético e, portanto, ética e legislação deveriam confundir-se”. (LAGE, 2003, p. 90).

### 3.1.1 Deontologia jornalística

Nesse contexto, é necessário conceituar deontologia jornalística. Segundo Claude-Jean Bertrand (1999), o conceito consiste em uma série de regras e princípios definidos, com a contribuição dos jornalistas, para a profissão. O autor admite que “a deontologia é uma zona nebulosa [...]. Alguns misturam os conceitos, enquanto outros embrulham clichês no jargão”. (BERTRAND, 1999, p. 21). Francisco José Karam (1997) conceitua a palavra etimologicamente. Conforme define o autor, o termo, acima citado, é “[...] derivado do grego *deontos*, significa *o que deve ser*, isto é, a cristalização provisória do mundo moral, validado pela reflexão ética, as normas sociais concretas, em princípios formais e, em alguns casos, em normas jurídicas”. (KARAM, 1997, p. 33, grifos do autor).

Ao encontro de Bertrand (1999), Patrick Charaudeau (2009) afirma que “a deontologia concerne à totalidade de uma prática profissional”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 262). Portanto, o conceito se aplica a qualquer profissão, mas no caso do jornalismo, a deontologia foi transformada em um código baseado em princípios éticos. Assim, Bertrand (1999) reforça a necessidade de realizar algumas distinções.

É frequentemente uma tradição não escrita que determina por consenso o que “se faz” e o que “não se faz”. Mas em todos os países do mundo, organizações corporativas julgaram útil redigir uma carta dos deveres dos jornalistas, apesar de haver profissionais que denunciam esta tendência. (BERTRAND, 1999, p. 42).

O autor enfatiza que a deontologia é praticada apenas na democracia, pois, segundo Bertrand (1999) “é evidente que a deontologia só se pode desenvolver se a mídia for livre”. (BERTRAND, 1999, p. 21). De acordo com ele, essa liberdade é necessária para que os meios de comunicação atendam bem ao público. “Para manter seu prestígio e sua independência, a mídia precisa compenetrar-se de sua responsabilidade primordial: servir bem a população”. (BERTRAND, 1999, p. 13).

Dessa forma, Bertrand (1999) fundamenta que, para estabelecer princípios deontológicos, é necessário ter ciência de quais serviços a mídia deve prestar. Segundo o autor, eles se dividem em seis categorias: observar o entorno; assegurar

a comunicação social; fornecer uma imagem do mundo; transmitir a cultura; divertir e fazer comprar. “A cada função correspondem disfunções, alvos da deontologia”. (BERTRAND, 1999, p. 26).

Bertrand (1999) ainda estabelece cinco obstáculos principais que impedem que os serviços sejam prestados com primazia, dificultando a liberdade dos meios de comunicação: a tecnologia, a política, a economia, o conservadorismo e as tradições. Assim, conforme o autor, embora os jornalistas possam cometer erros sozinhos quanto à “[...] política redacional de um meio de comunicação, suas atitudes frente à deontologia são decididas pelos proprietários e seus representantes”. (BERTRAND, 1999, p. 32). No entanto, Bertrand (1999) esclarece que patrões são homens de negócios, portanto, o papel dos jornalistas “[...] é crucial em matéria de deontologia pois podem usar sanções para impor regras”. (BERTRAND, 1999, p. 33).

Ainda conforme Bertrand (1999), é importante considerar os anunciantes, apresentados pelo autor “como os piores adversários da responsabilidade social”. (BERTRAND, 1999, p. 34). Para Danilo Rothberg (2011), a influência se dá, inclusive, de veículos publicitários que agem, ora como grupos de interesse, ora como grupos de pressão, visando adequar o conteúdo para atender os clientes.

Ao lado desse contexto de natureza econômica, outros aspectos restringem a atividade jornalística, como a influência que empresas de mídia exercem sobre o conteúdo editorial em favor de suas próprias visões dos assuntos, ou de seus aliados, que em geral são anunciantes ou governos. (ROTHBERG, 2011, p. 9).

O autor acredita que a intimidade dessas relações transforma o conteúdo de muitos veículos de comunicação em desinformações, visto que são produzidas de forma superficial, fragmentada e até mesmo sensacionalista. “Ou seja, uma mídia quase que completamente dominada pelo mercado vai produzir um conteúdo de qualidade discutível sob vários aspectos”. (ROTHBERG, 2011, p. 13). Portanto, segundo Rothberg (2011), o fazer jornalístico deve ser analisado como uma atividade social e pública (assunto abordado com profundidade no próximo capítulo).

O autor discute ainda a possibilidade concreta de um veículo de comunicação ser conduzido como um negócio estatal. Conforme Rothberg (2011), um veículo que está “[...] centrado na obtenção máxima de lucros, comumente acaba desempenhando seu papel de maneira que se não confronta exatamente os princípios democráticos da expressão plural de ideias”. (ROTHBERG, 2011, p. 18).

Ao encontro das ideias de Bertrand (1999) e Rothberg (2011), Gomes (1989) sugere a necessidade de se questionar os códigos deontológicos profissionais para evitar correr o risco de justificar a moral vigente em determinado veículo, sendo ela ética ou não. O autor define quatro responsabilidades que podem embasar e moldar a atuação profissional: a contratual, a social, a derivada do respeito à lei e a responsabilidade dos valores universais. Diante dessa perspectiva, Gomes (1989) defende que “é urgente iniciar um processo amplo de discussão em todos os setores profissionais, para se definirem os valores básicos da comunicação, em consonância com o nosso povo e em resposta à nossa realidade”. (GOMES, 1989, p. 105). Ignacio Ramonet (2004) exemplifica a necessidade dessa discussão ao comparar a “revolução romena” (centrada na capital Bucareste imersa em uma ditadura) à invasão estadunidense do Panamá, ambas ocorridas em dezembro de 1989.

Embora o número de mortos tenha sido duas vezes maior no Panamá (cerca de duas mil pessoas, na maioria civis), por que ninguém falou de “genocídio panamenho”, nem de “ossários”? Porque o exército americano não permitiu que os jornalistas filmassem as cenas de guerra. [...] Ora, uma guerra “invisível” não impressiona nem revolta a opinião pública. (RAMONET, 2004, p. 103).

Silva (2010) defende a “[...] liberdade de expressão e valores, como: independência; objetividade; credibilidade; e cidadania, entre outros, é uma atitude que transcende a relação capital x trabalho”. (SILVA, 2010, p. 17). Nessa linha de raciocínio de Ramonet (2004), Bertrand (1999), Gomes (1989) e Rothberg (2011), Boff (2003) pondera que, apesar de possuírem evidentes virtudes, desde a origem, os sistemas éticos são rígidos, distantes da realidade e até mesmo artificiais:

[...] os filósofos como Platão e Aristóteles, Kant e Schopenhauer colocaram os sistemas éticos, com normas e leis tidas por universais. Os sistemas, entretanto, por força da ordenação arquitetônica, se distanciam do vivenciado. Fazem-se abstratos, quando a ética sempre tem a ver com a prática concreta. Possuem inegáveis virtudes, mas também vícios como a rigidez, a inflexibilidade, a a-historicidade. Por isso, todos os sistemas possuem algo de artificial e construído. As normas não raro funcionam como imperativos, quais superegos castradores, mais do que inspiradores de comportamentos criativos. (BOFF, 2003, p. 35).

Charaudeau (2009) corrobora com os demais autores, ao estabelecer uma relação de comparação entre as normas e as leis universais, questionadas por Boff (2003), a um acontecimento. Segundo o autor, quando esse é convertido em notícia,

traz consigo traços de a-historicidade. Charaudeau (2009, p. 253) justifica que as informações resultantes desse processo (assim como os códigos universais que embasam a produção de notícias) também são efêmeras e a-históricas.

Gomes (1989) “discute” o tema com Boff (2003) ao defender que, embora os códigos deontológicos sejam, em algumas situações, passíveis de interpretação é importante considerar que eles não são responsáveis pelos atos falhos dos profissionais, pois “[...] não basta a verbalização de um código de ética para o comunicador, ou para os meios. Não é a lei pura e simples que vai resolver o problema da prática concreta”. (GOMES, 1989, p. 103). O autor enfatiza que a discussão do tema “[...] não se situa entre ‘fazer o bem e evitar o mal’ [...]”. (GOMES, 1989, p. 103), mas sim, diz respeito a forma como o jornalista emprega os valores, (implícitos nos códigos) e adequa essas informações às mais diversas situações.

Diante dessa questão, Rothberg (2011) recorda um assunto polêmico: a intimidade do profissional para com as fontes. De acordo com o autor, isso denota a falta de pluralismo para com as informações publicadas. Ele considera ainda que, caso o relacionamento (jornalista x fonte) objetiva beneficiar ambos, pode ser classificado como um “clientelismo”. Para Rothberg (2011), “o jornalista pode executar seu trabalho com menos esforço, [...] as fontes tendem a valorizar o jornalista como receptor e meio de expressão de seus pontos de vista”. (ROTHBERG, 2011, p. 36), favorecendo uma espécie de “negociação entre as elites” que em nada contribui para a formação cidadã do público.

Nessa linha de raciocínio, outra discussão levantada por Lage (2003) é a relativização dos códigos éticos, visto que “a ética, por seu conteúdo instável e complexo, não pode ser integralmente generalizada em mandamentos”. (LAGE, 2003, p. 91). Portanto, o autor sustenta que “os códigos de ética são, mais exatamente, códigos deontológicos” (LAGE, 2003, p. 89), reforçando a importância do conceito. Segundo o autor, a existência de códigos de ética é necessária, pois “[...] é comum jornalistas serem pressionados a omitir informações em nome de interesses grandiosos”. (LAGE, 2003, p. 101-102).

### **3.1.2 Responsabilidade jornalística**

A responsabilidade do jornalista, resultante das decisões do profissional diante de determinado assunto, é baseada nos deveres da profissão e nas justificativas que

baseiam a atuação do jornalista. Plaisance (2011) questiona as intenções e consequências que delineiam o fazer jornalístico. Para o autor, como o resultado dessas variáveis determinará os efeitos do conteúdo, é difícil identificar as intenções do jornalista implícitas no material produzido. Assim, de acordo com Plaisance (2011) “existem poucas maneiras pelas quais podemos saber razoavelmente qual seja a verdadeira intenção de uma pessoa, logo, basear um sistema de moralidade na intenção, na melhor das hipóteses dificulta a justiça”. (PLAISANCE, 2011, p. 42).

Dentre as “poucas maneiras” citadas por Plaisance (2011), o autor exemplifica com uma delas: a ausência da verdade. Utilizando uma abordagem utilitarista (com o intuito de explicar os fins e os impactos das mensagens) o autor comprova que a mentira pode ser considerada “moralmente neutra”, caso o receptor não identifique uma moralidade seletiva. “[...] O utilitarismo diz que podemos questionar quanto ao que é certo ou errado apenas no que diz respeito aos resultados das nossas decisões, uma mentira é boa ou má, dependendo do resultado obtido ao proferi-la”. (PLAISANCE, 2011, p. 42).

O autor vai além e questiona: como o impacto de uma mentira pode ser aceitável, diante da “[...] importância social e moral do conceito da honestidade?”. (PLAISANCE, 2011, p. 42). Desta forma, Plaisance (2011) determina que o receptor deve desconsiderar algumas informações, caso desconfie da veracidade das mensagens proferidas por determinado comunicador (ou meio de comunicação).

Se se acredita que um comunicador seja enganador ou desonesto, despreocupado com o bem-estar das outras pessoas, ou que não tenha consciência da obrigação de todos de usar a comunicação de uma forma socialmente responsável, esse comunicador não oferece ao seu público potencial praticamente nenhuma razão contundente para que este dê atenção à sua mensagem. (PLAISANCE, 2011, p. 52).

Lage (2003) discute acerca dos princípios éticos aplicados na institucionalização das relações de emprego, ou seja, diante dos dilemas da profissão, o autor questiona o compromisso ético dos jornalistas: qual é a responsabilidade do profissional sobre o conteúdo que o veículo de comunicação publica diariamente?

[...] se é a empresa quem paga por supostos erros de informação, que sentido têm os códigos de ética dos jornalistas empregados? Ou qual a lógica de se lutar pela informação ética em uma empresa? Pode-se confundir notícia com negócio? De que autonomia dispomos, em nosso trabalho dentro das empresas? O quanto valem nossas técnicas, nosso conhecimento, nossa

individualidade? Somos, afinal, irresponsáveis, meros agentes do empregador, que pagará por nossos erros? (LAGE, 2003. p. 103).

Como já citado por Plaisance (2011) no capítulo anterior, a preocupação da ética é fazer as perguntas certas, com foco na qualidade das questões levantadas e não em respostas prontas e definidas. Assim, as considerações de Lage (2003) fomentam a importância da ética na comunicação. Práticas e princípios devem exigir que o jornalista preze pela verdade, através da verificação de informações com fontes especializadas e quando necessário, corrigi-las, caso apresentem-se erradas (KUNCZIK, 2001).

Morin (2005) defende que o jornalista se liberte da “moralina”, conceito fundamentado pelo filósofo Friedrich Nietzsche. Conforme o autor, o julgamento antecipado do profissional em relação a determinado assunto pode influenciar o tratamento do jornalista para com o conteúdo produzido.

A moralina julga e condena com base em critérios exteriores ou superficiais de moralidade, apropria-se do Bem e transforma em oposição entre bem e mal aquilo que, na realidade, não passa de conflito de valores. A moralina substitui a purificação ética pela polêmica e evita o debate pela exclusão dos adversários julgados indignos de refutação. A moralina sempre transforma o erro do outro em falta moral. (MORIN, 2005, p. 98).

O autor reflete a contradição ética que juízos de valores geram na percepção dos consumidores desse conteúdo. Morin (2005) afirma que a moralina só contribui para a supremacia da moralidade. “O paradoxo consiste em que, na época atual de falta de fundamento ético, há um excesso de juízos morais, na verdade julgamentos de moralina: indignação, culpabilização, reprovação, denúncias virtuosas [...]”. (MORIN, 2005, p. 99).

Ramonet (2004) analisa a influência das questões comerciais no fazer jornalístico. O autor vê o mercado da comunicação como uma espécie de indústria da informação, onde o conteúdo produzido é considerado mera mercadoria. Ramonet (2004) sustenta “[...] que este caráter prevalece, de longe, sobre a missão fundamental da mídia: esclarecer e enriquecer o debate democrático”. (RAMONET, 2004, p. 8). O autor ampara essa afirmação ao considerar a “concorrência feroz” e as “pressões comerciais” que pairam sobre a mídia em geral. Ramonet (2004) ainda recorda que os “dirigentes da mídia” “[...] são menos sensíveis à veracidade da informação”

(RAMONET, 2004, p. 15), pois eles fazem parte do universo empresarial e não do mundo jornalístico.

A informação se tornou de verdade e antes de tudo uma mercadoria. Não possui mais valor específico ligado, por exemplo, à verdade ou à sua eficácia cívica. Enquanto mercadoria, ela está em grande parte sujeita às leis do mercado, da oferta e da demanda, em vez de estar sujeita a outras regras, cívicas e éticas, de modo especial, que deveriam, estas sim, ser as suas. (RAMONET, 2004, p. 60).

Ao encontro de Ramonet (2004), que enfatiza a necessidade de uma autocrítica da mídia, Kunczik (2001) reflete acerca do impacto causado pelas informações disseminadas pelos jornalistas de determinados veículos de comunicação. O autor defende que “embora no momento não se possa discernir nenhum consenso internacional sobre a ética do jornalismo, é irrefutável a necessidade dessa ética”. (KUNCZIK, 2001, p. 109). A partir e, somente, por meio dessa percepção, de acordo com Plaisance (2011), é que a credibilidade, tão almejada pelos profissionais de comunicação, vai ser, de fato, alcançada e preservada.

Plaisance (2011) enfatiza que “[...] os profissionais de comunicação que levam a sério seu profissionalismo estão sempre discutindo a respeito de como podem proteger a própria credibilidade”. (PLAISANCE, 2011, p. 52). Com isso, o autor dá ênfase ao compromisso inflexível que os comunicadores devem ter com o que é disseminado, vislumbrando no horizonte a incessante busca da verdade.

Alinhado às ideias de Plaisance (2011), Álvaro Pereira (2006) fundamenta que o único compromisso que o jornalista deve ter é com a verdade “daí a importância de se abordar os fatos com a máxima isenção”. (PEREIRA, 2006, p. 96). O autor enfatiza a necessidade de o profissional preservar a credibilidade. Conforme Pereira (2006) “[...] para passar credibilidade, o repórter precisa estar convencido de que a sua informação é a mais correta, a mais próxima da verdade. É fundamental estar convencido para convencer os outros”. (PEREIRA, 2006, p. 100).

Ramonet (2004) “debate” com Plaisance (2011) e Pereira (2006) a responsabilidade jornalística e o compromisso com a verdade. O autor reflete o papel dos veículos de comunicação na construção de experiências.

O que é verdadeiro e o que é falso? Se a imprensa, a rádio ou a televisão dizem que alguma coisa é verdadeira, isto se impõe como verdade...mesmo que seja falso. O receptor não possui outros critérios de avaliação, pois, como não tem experiência concreta do acontecimento, só pode orientar-se



confrontando os diferentes meios de comunicação uns com os outros. E se todos dizem a mesma coisa, é obrigado a admitir que é a versão concreta dos fatos, a notícia "verdade oficial". (RAMONET, 2004, p. 62).

Plaisance (2011) enriquece a discussão quando afirma que é necessário admitir que o conceito de verdade pode variar de acordo com a percepção frente aos valores. “Em vez de presumirmos que a verdade seja monolítica, devemos entender que o uso que fazemos da verdade é muitas vezes seletivo, e devemos ser capazes de refletir sobre as razões pelas quais isso ocorre”. (PLAISANCE, 2011, p. 53).

Gomes (1989) ingressa nesse debate. De acordo com o autor, independentemente dos valores que o profissional considera, a consciência crítica do jornalista frente a realidade será o ponto de partida que vai balizar a responsabilidade dele para com o conteúdo produzido. “Embora não lhe caiba toda a responsabilidade pela crise moral e ética que grande parte do sistema comunicacional está passando, o profissional da comunicação não se pode furtar à responsabilidade [...]”. (GOMES, 1989, p. 105).

O posicionamento de Gomes (1989) frente a Ramonet (2004), Plaisance (2011) e Pereira (2006) enaltece a importância de se considerar a responsabilidade jornalística como primordial para guiar a postura profissional. É baseado nela que se justifica a deontologia da profissão, o tratamento ético das informações e, evidentemente, a qualidade do conteúdo publicado.

### **3.1.3 Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**

Entendendo que a responsabilidade jornalística é volúvel, portanto inconstante e passível de desconfiança, surge o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (CEJB), um dos documentos deontológicos que estabelecem normas e princípios que o profissional deve se subordinar para exercer a profissão. Embora não cite a fonte, Karam (1997) afirma que os primeiros códigos de ética dos jornalistas foram criados na década de 1910, mas reformulados no fim da década de 1930.

[...] segundo alguns autores o primeiro código foi criado na França, em 1918, precisamente o Código de Ética do Sindicato dos Jornalistas Franceses, reformulado em 1938. Outro autor lembra que historiadores da ética da comunicação indicam que, formalmente, o primeiro código de ética jornalística foi criado no estado do Kansas (EUA), em 1910. (KARAM, 1997, p. 54).

O autor recorda que na década de 1950 a Organização das Nações Unidas (ONU) propõe normas sobre liberdade de informação e imprensa, mas é só na década de 1980, mais precisamente em 1983, que por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) “[...] foi estabelecido um código com pretensão de validade universal [...] foram, então, formalizados Os *Princípios Internacionais da Ética Profissional dos Jornalistas*”. (KARAM, 1997, p. 55, grifos do autor).

No Brasil, a versão mais recente do CEJB foi atualizada em 2007<sup>6</sup>. Em 19 artigos, a normativa fixa deveres relacionados ao direito à informação, compromissos, restrições e responsabilidades da conduta profissional do jornalista e relações trabalhistas. Adiante são apresentados trechos selecionados.

No capítulo I, *Do direito à informação*, artigo 2º, inciso II, o documento estabelece que “a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público” (FENAJ, 2007, p. 1). No inciso seguinte, a liberdade de imprensa é citada como o pressuposto básico no exercício do jornalismo. Conforme o inciso III, possuir essa liberdade implica no compromisso com a responsabilidade social que, de acordo com o documento, é inerente à profissão. Já no inciso V, o código estabelece a censura ou a “indução à autocensura” como “delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante”. (FENAJ, 2007, p. 1).

No capítulo II *Da conduta profissional do jornalista*, o artigo 3º estabelece que a atividade profissional do jornalista é acima de tudo “uma atividade de natureza social” (FENAJ, 2007, p. 1), portanto deve estar subordinada ao conteúdo disposto no Código de Ética. No artigo 4º, é apresentado que “[...] o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade no relato dos fatos [...]”. (FENAJ, 2007, p. 1). O trecho fixa que a precisa apuração dos acontecimentos e a correta divulgação deve pautar a profissão.

Ainda no capítulo II, no artigo 6º, referente aos deveres do jornalista, o Código de Ética traz no inciso VI que o exercício da profissão não deve “colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha” (FENAJ, 2007, p. 1). No inciso VIII, o documento impõe que o profissional deve “[...] respeitar o direito à

---

<sup>6</sup>Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (CEJB). Disponível em: <[http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros-1.pdf](http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros-1.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2017.

intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão [...]”. (FENAJ, 2007, p. 1). Adiante, no inciso X, o documento estabelece que o jornalista deve “[...] defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito [...]”. (FENAJ, 2007, p. 2) e no inciso XII que o profissional tem que “[...] respeitar as entidades representativas e democráticas da categoria [...]”. (FENAJ, 2007, p. 2).

No artigo 7º, a responsabilidade com a integridade das fontes, necessárias para a atividade profissional, é novamente lembrada. Conforme o inciso IV indica, o jornalista não pode “expor pessoas ameaçadas, exploradas ou sob risco de vida, sendo vedada a sua identificação, mesmo que parcial, pela voz, traços físicos, indicação de locais de trabalho ou residência, ou quaisquer outros sinais” (FENAJ, 2007, p. 2), justificando a preocupação do documento com a ética.

O capítulo III, que trata *Da responsabilidade profissional do jornalista*, fixa no artigo 8º a possibilidade de deturpação e manipulação do conteúdo. Conforme o conteúdo disposto no código “o jornalista é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sido alterado por terceiros”. (FENAJ, 2007, p. 2). Caso isso aconteça, a responsabilidade passa a ser do autor da alteração. No artigo 9º do CEJB o conteúdo salienta que “[...] a presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística [...]”. (FENAJ, 2007, p. 2). Já o artigo 10º sintetiza a importância da responsabilidade jornalística nos segmentos de opinião ao sinalizar que “[...] a opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade [...]”. (FENAJ, 2007, p. 2).

No artigo 11º, os incisos I, II e III descrevem as situações em que o jornalista não deve publicar informações. Conforme o documento, um conteúdo não deve ser divulgado quando, injustificadamente, as informações têm interesses diferentes do social, não respeitem os valores humanos ou são obtidas de forma criminosa:

O jornalista não pode divulgar informações: I - visando o interesse pessoal ou buscando vantagem econômica; II - de caráter mórbido, sensacionalista ou contrário aos valores humanos, especialmente em cobertura de crimes e acidentes; III - obtidas de maneira inadequada, por exemplo, com o uso de identidades falsas, câmeras escondidas ou microfones ocultos, salvo em casos de incontestável interesse público e quando esgotadas todas as outras possibilidades de apuração. (FENAJ, 2007, p. 2-3).

No artigo 12º, o inciso I orienta que, embora haja a necessidade de considerar as informações emitidas pelas assessorias de imprensa, o jornalista deve “ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições

envolvidas em uma cobertura jornalística” (FENAJ, 2007, p. 3), enfatizando a escolha das fontes como essencial para a prática do jornalismo ético e responsável, portanto de qualidade. O documento prossegue com a temática: o inciso II estabelece que o jornalista deve “buscar provas que fundamentem as informações de interesse público” (FENAJ, 2007, p. 3) e, o inciso III, há a informação de que o jornalista deve “tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar”. (FENAJ, 2007, p. 3).

Ainda no artigo 12º, o inciso VI estabelece que o profissional deve “[...] promover a retificação de informações que se revelem falsas ou inexatas [...]” (FENAJ, 2007, p. 3), assim como “[...] defender o direito de resposta às pessoas ou organizações envolvidas ou mencionadas em matérias de sua autoria ou por cuja publicação foi o responsável”. (FENAJ, 2007, p. 3). O inciso VIII estabelece a defesa da “[...] soberania nacional e seus aspectos políticos, econômicos, social e cultural [...]”. (FENAJ, 2007, p. 3).

Diante disso, faz-se necessária a avaliação e análise deste documento na prática profissional, objetivando a aplicação do mesmo na produção jornalística. De acordo com Karam (1997) é válido confrontar a natureza do código para com sua aplicabilidade.

[...] os códigos trazem princípios que, sem uma vinculação com o concreto e o cotidiano, esvaem-se no mar de subjetividades, onde aquele que tiver mais força certamente puxará para seu lado os desdobramentos implícitos no conteúdo dos artigos, parágrafos e incisos. (KARAM, 1997, p. 58).

Assim, a reflexão acerca dos códigos deontológicos e da legislação (a seguir) é essencial para que o conteúdo implícito neles não caia no esquecimento ou perca a aplicabilidade. Portanto, considera-se que o conteúdo de tais documentos, quando levados à prática, são cruciais para o fazer jornalístico de forma responsável e ética.

### 3.2 JORNALISMO E LEGISLAÇÃO

Embora os códigos deontológicos sejam importantes para guiar a atuação do jornalista, são as leis que estabelecem as punições que o profissional pode sofrer caso transgrida o código legal. Karam (1997) enfatiza que “a formalização de princípios morais e éticos em geral se dá da forma jurídica. Eles estão implícitos, de certa forma,

mesmo que ambíguos, nas Constituições e nas legislações específicas”. (KARAM, 1997, p. 56).

No Brasil, uma série de normas gerais regulam a existência e a atuação dos profissionais e dos meios de comunicação. O conjunto de leis do País, a Constituição Federal de 1988<sup>7</sup>, é o principal deles. No entanto, existem leis específicas para a área da Comunicação, como é o caso do Decreto-Lei Nº 972/1969<sup>8</sup>, Decreto Nº 83.284/1979<sup>9</sup>, a Consolidação da Leis do Trabalho (CLT) e uma série de códigos deontológicos, como o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, de 2007.

Como afirmou Lage (2003) anteriormente, seguir as leis é natural para quem age de forma ética. Assim, conforme o autor enfatizou, a legislação deveria se confundir com a ética. Entretanto, naturalmente, a regulamentação do jornalismo segue uma série de conteúdos deontológicos e possui trechos específicos estruturados de forma exclusiva para a prática ética da profissão. É válido lembrar que, conforme enfatiza Kunczik (2001) “a legislação como mecanismo de controle não é considerada muito útil, por estar geralmente atrasada em relação aos avanços da tecnologia da comunicação”. (KUNCZIK, 2001, p. 113).

### 3.2.1 Regulamentação da profissão

A profissão *jornalista* é regulamentada pelo Decreto-Lei Nº 972, de 17 de outubro de 1969 e atualizada através do Decreto Nº 83.284, de 13 de março de 1979, devido a revogações realizadas no segundo parágrafo do terceiro artigo (inciso IV e o primeiro e segundo parágrafos do artigo quatro). Em quinze artigos, a legislação institucionaliza a profissão em todo território nacional. Entre as informações dispostas no documento, há o estabelecimento de funções, piso salarial, condições de trabalho e carga horária máxima, por exemplo. A seguir, são apresentados alguns deles.

O artigo 2º decreta as atividades da profissão. Nas alíneas *a*, *b*, *c* e *g*, a legislação fixa práticas essenciais da jornalista profissional, relacionadas diretamente à produção de conteúdo. O artigo 6º apresenta e exemplifica onze funções

---

<sup>7</sup>Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 28 set. 2016.

<sup>8</sup>Lei Nº 972. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0972.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0972.htm)>. Acesso em: 28 set. 2016.

<sup>9</sup>Decreto Nº 83.284. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D83284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D83284.htm)>. Acesso em: 28 set. 2016.

desempenhadas pelos jornalistas profissionais empregados. Entre elas, destacam-se as seguintes: redator, noticiarista, repórter (setorista, fotográfico e cinematográfico) e ilustrador.

Ainda referente às atividades, conforme disposto no parágrafo único do artigo 6º do Decreto “[...] também serão privativas de jornalista profissional as funções de confiança pertinentes às atividades descritas no artigo 2º como editor, secretário, subsecretário, chefe de reportagem e chefe de revisão”. (BRASIL, 1969).

No artigo 13º, referente ao cumprimento do Decreto e a CLT, há a disposição de multas aplicadas aos infratores da legislação (apresentadas no conteúdo dos artigos 302º a 316º). O texto fixa as responsabilidades dos sindicatos, assim como sugere uma multa de um a dez vezes o salário mínimo vigente do País para atos transgressores. No parágrafo único: “[...] aos Sindicatos de Jornalistas incumbe representar as autoridades competentes acerca do exercício irregular da profissão”. (BRASIL, 1969).

### **3.2.2 Constituição Federal**

A Constituição Federal é o conjunto de Leis do Brasil que tem o objetivo de construir uma sociedade livre, justa e solidária. O documento visa garantir a liberdade de expressão, prezando pela responsabilidade e respeito à honra dos cidadãos. No artigo 3º, que versa sobre os *Objetivos Fundamentais da República Federativa do Brasil*, já é possível identificar que, embora haja um capítulo específico para a Comunicação Social (abordado na sequência), o conteúdo disposto no inciso I já indica o teor ético do documento.

O trecho resume que o objetivo da Constituição Federal (BRASIL, 1988) é “construir uma sociedade livre, justa e solidária”, portanto considera-se a análise do documento essencial para nortear a proposta desta pesquisa. Entretanto, a lei máxima que limita poderes e define os direitos e deveres dos cidadãos reservou à imprensa todo um bloco normativo. Nomeado *Da Comunicação Social*, o capítulo V do título VIII é constituído por cinco artigos. A seguir, são apresentados trechos onde os princípios éticos são citados, direta ou indiretamente.

O artigo 220º, com seis parágrafos, aborda a liberdade de expressão dos veículos de comunicação. O trecho cita que as manifestações veiculadas não podem sofrer qualquer tipo de restrição. O segundo parágrafo diz que “é vedada toda e

qualquer censura de natureza política, ideológica e artística” (BRASIL, 1988), enquanto que o sexto parágrafo define que “a publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade” (BRASIL, 1988), criminalizando a censura.

O artigo 221º, com quatro incisos trata da produção e programação das emissoras de rádio e televisão. O inciso IV estabelece “o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família”. (BRASIL, 1988). O artigo 222º, com dois parágrafos, apresenta, no segundo, a responsabilidade editorial que os meios de comunicação social precisam manter na produção de conteúdo.

Os artigos 223º, com cinco parágrafos, e 224º estabelecem, respectivamente, as normativas relacionadas às renovações, permissões e cancelamentos das concessões de emissoras de rádio e televisão, e a instituição do Conselho de Comunicação Social. O órgão visa auxiliar e garantir na forma da Lei o que está disposto nos artigos 220 (sobre a liberdade de expressão) e 221º (referente a programação dos veículos de comunicação), além dos artigos 223º e 224º (citados no início do parágrafo) do capítulo V do título VIII da Constituição Federal que estabelecem normativas para a imprensa, conforme descrito acima.

Mesmo diante de tantos instrumentos legais, há de se atentar para a finalidade da legislação, pois “mesmo assim, a diluição de valores genéricos permite interpretações particularizadas, que justificam quaisquer comportamentos na informação jornalística. Tanto a norma jurídica como a moral [...]”. (KARAM, 1997, p. 56).

## 4 ANESTÉSICOS DA CONSCIÊNCIA

*“Todo fato tem pelo menos  
três versões: a minha,  
a sua e a verdadeira”*

**Jarbas Passarinho**

*“Liberdade é fazer uma  
escolha”*

**Stuart Mill**

O jornalismo, essencialmente público, tem como pressuposto básico acompanhar as agendas de diversos setores, desde educação e economia até assuntos de entretenimento, por exemplo. No entanto, dentre as editorias mais polêmicas do jornalismo brasileiro está a política. Luiz Martins da Silva (2006) pressupõe que o motivo pelo qual o assunto é amplamente abordado, discutido e debatido pela mídia brasileira seja o fato de estar diretamente atrelado à utilização das receitas tributárias (impostos) do país. Conforme o autor, “[...] onde há dinheiro público, há interesse público e deve haver transparência [...]”. (SILVA, 2006, p. 50).

Entretanto, Silva (2010) não define esse critério como o exclusivo para justificar a abordagem, algumas vezes, excessiva do assunto. O autor reflete o papel social da produção jornalística questionando a utilidade das notícias publicadas diariamente pelos veículos de comunicação de massa.

Poderá a notícia ser qualificada como um serviço público? Ou, noutra acepção, um serviço ao público. Esta poderia ser uma maneira de despojar os ‘fatos’ de sua carga ideológica e, mais uma vez, o assoalho universalizador seria o da utilidade. Existiriam notícias úteis para todos, independentemente de gênero, raça, classe, interesses? Existiriam notícias de interesse público? (SILVA, 2010, p.13).

Baseado no autor alemão Ulrich Saxer, Kunczik (2001) argumenta a reflexão de Silva (2010) ao considerar que essas questões só têm validade em um Estado democrático de direito. O autor cita que, nesse cenário, a autonomia dos meios age como fomentadora de expectativas por meio de abordagens de interesse público.



As democracias permitem essa autonomia porque têm certas expectativas quanto ao jornalismo, incluindo a de que não haja abuso. Essas expectativas incluem a reportagem abrangente, de interesse geral, as gratificações social e psicologicamente efetivas e as contribuições para a educação em geral. (KUNCZIK, 2001, p. 112).

Ao encontro de Kunczik (2001), Morin (2005) estabelece que somente por meio da democracia é que há “[...] opiniões diversas e antagônicas e o princípio democrático convida cada um a respeitar a expressão das ideias opostas às suas” (MORIN, 2005, p. 106), atitude, evidentemente, implícita na produção de conteúdo jornalístico.

A função do jornalismo (imerso na comunicação de massa) é vista por Ramonet (2004) como indispensável numa democracia. O autor fundamenta que “viver num país livre é viver sob um regime político que [...] respeita o direito de expressão, de imprensa, de opinião, de associação, de debate, de discussão”. (RAMONET, 2004, p. 28). O autor fundamenta ainda que o acesso à informação é um dos pressupostos básicos da liberdade.

A informação continua sendo essencial ao bom andamento da sociedade, e sabe-se que não há democracia possível sem uma boa rede de comunicação e sem o máximo de informações livres. Todo mundo está de fato convencido de que é graças à informação que o ser humano vive como um ser livre. E, não obstante, a suspeita pesa sobre a mídia. (RAMONET, 2004, p. 24).

Nesse mesmo sentido, Charaudeau (2009) considera que, apesar da suspeita, “[...] é preciso reconhecer que, apesar de todos os defeitos que se queira lançar sobre as mídias, elas desempenham um papel importante de informação no funcionamento de nossas democracias”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 252).

Silva (2006) sintetiza esse pensamento e considera democracia e comunicação conceitos diretamente relacionados e interdependentes. “Não há democracia sem comunicação; não há comunicação sem democracia”. (SILVA, 2006, p. 83). Essas análises servem de ponto de partida para suscitar a discussão acerca de dois conceitos: a função social do jornalismo e sua relação com o jornalismo político.

#### 4.1 FUNÇÃO SOCIAL DO JORNALISMO

O vínculo social do jornalismo pode ser questionado diante da abordagem que os profissionais de comunicação dão a determinados temas. Ao tratar assuntos relacionados à política, espera-se que essa desconfiança seja exponenciada.

Plaisance (2011) enfatiza que, não raramente os jornalistas e as empresas jornalísticas são acusados de direcionar total ou “[...] parcialmente as notícias em favor de uma perspectiva política, ou ideológica [...]” (PLAISANCE, 2011, p. 62), ou, em alguns casos, até mesmo favorecer “[...] dissimuladamente uma determinada pauta”. (PLAISANCE, 2011, p. 62).

Silva (2010) discute a complexidade do tema estimulado por Plaisance (2011) quando cita que, embora algumas críticas sejam justificadas, o elo comunitário que a profissão construiu com as massas jamais será rompido inteiramente. O autor acredita que “[...] o jornalismo, independentemente da natureza do dispositivo econômico ou institucional que o abrigue, cumprirá inevitavelmente um papel emancipatório”. (SILVA, 2010, p. 7).

Conforme Silva (2010) conceitos como liberdade, democracia e justiça são concepções em constante processo de construção. Admitindo que tais definições não vão, facilmente, atingir um estágio final, ou seja, estarão continuamente sendo aperfeiçoadas, o autor estabelece o contexto da atuação profissional e a utilização de determinadas palavras e expressões como fatores essenciais na análise do conteúdo jornalístico produzido pela mídia. Rothberg (2011) consente à afirmação de Silva (2010) e busca explicações para tal comportamento. De acordo com o autor, os jornalistas “culpam” a falta de tempo, característica implícita na profissão, como um “[...] pretexto para relegar a segundo plano considerações mais detidas sobre a ética dos percursos adotados em determinadas reportagens, com suas operações de seleção, exclusão e ênfase”. (ROTHBERG, 2011, p. 29).

Diante dessa dedução, o autor estabelece que a desconfiança que permeia o jornalismo, como admitiu Ramonet (2004), é natural e justificada pelo papel dúbio que o conteúdo assume de acordo com as interpretações.

O jornalismo, como qualquer atividade humana e social concebida no contexto de um embate entre forças emancipatórias e forças conservadoras, acaba sendo tangido pelas contradições históricas, atendendo a dois senhores ao mesmo tempo. Incompletas e tendenciosas seriam, portanto, compreensões maniqueístas dessa atividade, ora vista como desempenhando um papel reacionário, ora vista como força progressista, impulsionadora dos avanços da Humanidade. (SILVA, 2010, p. 8).

Entretanto, Rothberg (2011) enfatiza que “é intrigante perceber que o jornalismo ostensivo das técnicas necessárias à cotidiana produção jornalística oculta muitas destas questões”. (ROTHBERG, 2011, p. 28). Silva (2010) corrobora com

Rothberg (2011) e estabelece que é inconcebível acreditar na existência de dois “jornalismos” antagônicos (um reacionário e outro progressista). Plaisance (2011) exemplifica para defender que as alegações céticas de parcialidade política são, em alguns casos, controversas. De acordo com o autor, há de se considerar a esfera de decisão que os jornalistas estão inseridos, pois, simplesmente julgar ou até mesmo “alegar que os jornalistas promovam uma determinada pauta política, seja ela liberal ou qualquer outra, é como dizer que os trabalhadores da linha de montagem de uma fábrica de automóveis sejam responsáveis por projetar carros”. (PLAISANCE, 2011, p. 64).

Nesta linha, Silva (2010) defende que o jornalismo com viés público, portanto democrático, não se confunde com o senso comum, pois, diferentemente dos consumidores das notícias, os profissionais da comunicação reúnem as habilidades e competências necessárias “[...] para cobrir os fatos em quantidade e em qualidade acima dos limites e dos atores que dispõem tão somente da circulação natural das ‘notícias’ no dia-a-dia”. (SILVA, 2010, p. 9). Tal afirmação reforça a importância dos valores, abordados por Boff (2003), do zelo pelos princípios, refletido por Karam (2004) e do compromisso ético que os jornalistas devem ter no tratamento das informações na construção das notícias, defendidos por Plaisance (2011) e Lage (2003).

Ao encontro de Silva (2010) e Plaisance (2011), Rothberg (2011) defende a preservação da função democrática da atividade jornalística. O autor sintetiza que os argumentos que julgam a profissão como “manipuladora” são passíveis de discussão, pois diante da influência dos poderes econômico, político, cultural e profissional, até mesmo a produção simbólica da atividade jornalística proporciona a livre expressão.

Segundo essa lógica, assim como um produto qualquer de utilidade cotidiana seria recompensado pelo consumo generalizado se correspondesse às necessidades das pessoas, as ideias seriam mais ou menos popularizadas caso atendessem ou contrariassem opiniões e preferências de leitores, ouvintes e telespectadores. (ROTHBERG, 2011, p.1).

Rothberg (2011) enfatiza ainda que, nesse cenário, o descrédito para com a produção jornalística é natural, no entanto, o autor considera a responsabilidade dos veículos de comunicação, pois “se atualmente não se aceita atribuir aos meios de comunicação a totalidade da culpa pela descrença nas instituições políticas, é igualmente injusto livrá-los de qualquer responsabilidade”. (ROTHBERG, 2011, p.12).

Dessa forma, o autor enaltece que estudos sobre credibilidade jornalística são essenciais para livrar-se desse impasse e, assim, indicar caminhos que possam fortalecer o papel democrático dos jornalistas e dos meios de comunicação.

Ao considerar a relação capitalista do jornalismo, já abordada por Ramonet (2004), Rothberg (2011) recorda que todos os setores da sociedade são atingidos por desigualdades provenientes de pressões comerciais, mas, na esfera do jornalismo, o setor pode “[...] afetar todos os outros, uma vez que é responsável por informar as pessoas sobre como reverter as iniquidades das diversas esferas da vida em sociedade”. (ROTHBERG, 2011, p. 9). Ao encontro, Charaudeau (2009) afirma que a pressão sofrida pelo profissional pode influenciar na construção dos fatos. “O jornalista, como produtor de conteúdo, é ameaçado pelas exigências de sucesso e de audiência que a máquina midiática lhe impõe [...]”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 125).

Silva (2006, p. 51) minimiza essa influência, ao defender que a mídia, caracterizada pelo conjunto dos meios de comunicação massivos, pode ser considerada um espaço público, uma vez que, numa democracia, há liberdade de acesso à informação. Contudo, o autor acredita que esse espaço desfavorece o debate. Silva (2006) ainda sugere que a mídia pode, sim, ser considerada um espaço institucional (comparada, fisicamente, a uma tribuna).

[...] os assuntos tanto fluem dos espaços privado, comum, público e político para a *esfera pública*, como da *esfera pública* para todos eles, servindo, duplamente, à mediação dos temas (da produção de sentido, portanto). Esta pode ser tanto uma mediação social, quanto uma mediação, ou seja, um enquadramento seletivo e hierarquizado dos temas conforme os mais variados interesses, quando menos, os interesses em torno da *singularidade* que é característica dos *valores notícia*. (SILVA, 2006, p. 52, grifos do autor).

Charaudeau (2009) considera que o empirismo sempre estará implícito nessa produção, pois, “não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como fragmento do real”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 131). Diante dessa reflexão, faz-se necessária a abordagem da esfera pública do jornalismo, visto que podem surgir ruídos na mediação dos temas propostos. Tal abordagem é essencial para identificar os valores notícia, citados por Silva (2006), nos produtos jornalísticos produzidos pelos veículos de comunicação.

#### 4.1.1 Jornalismo público

Ao defender o jornalismo público, Rothberg (2011) questiona a função cívica do jornalismo. Conforme o autor os fundamentos do jornalismo público questionam “[...] as práticas jornalísticas tradicionais, ao menos na medida em que elas se apoiam sobre o modelo de relacionamento entre jornalistas e políticos [...]”. (ROTHBERG, 2011, p. 159). Dessa forma, o autor sugere o jornalismo estatal. “É preciso aprender com o exemplo histórico de países que lograram construir uma mídia diversa, calcada sobre uma noção sofisticada de missão pública”. (ROTHBERG, 2011, p. 38). De acordo com Rothberg (2011), ver a comunicação apenas como um negócio privado diminui “[...] os princípios democráticos da expressão plural de ideais”. (ROTHBERG, 2011, p. 18).

Rothberg (2011) recorda o exemplo da BBC onde “[...] a expressão *jornalismo público* também foi usada por outras ações em busca de qualidade editorial” (ROTHBERG, 2011, p. 153, grifos do autor). Nessa concepção, o autor considera que as ideologias dominantes dos proprietários da mídia se sobressaem diante da possibilidade da difusão do pensamento, o que viola o direito à cidadania plena.

O direito à informação, fundamental para o exercício dos direitos civis, políticos e sociais que compõem a cidadania modernamente construída, deve ser provisionado, porque representa um bem maior, do qual o país como um todo precisa atingir elevados níveis de qualidade de vida desejados como atributos coletivos. (ROTHBERG, 2011, p. 21).

Silva (2006) discorda parcialmente, pois conforme o autor, é possível produzir informações para reforçar o domínio do poder “[...] não sendo, portanto, a comunicação pública uma prática necessariamente sob o abrigo de órgãos estatais ou governamentais”. (SILVA, 2006, p. 50). O autor justifica definindo a esfera pública como um espaço de mediação, caracterizado pela polêmica, e os veículos de comunicação como o verdadeiro espaço público.

De encontro a essa afirmação, Rothberg (2011) defende o papel comunitário do jornalismo e critica o modelo institucional sugerido por Silva (2006), pois, na concepção do autor, “ao invés de apenas reportar os fatos da comunidade, o jornalismo deveria começar a se envolver efetivamente na busca por problemas comunitários”. (ROTHBERG, 2011, p. 158).

Entretanto, ao considerar as ideias de Theodore Glasser, Rothberg (2011) sugere uma solução, a qual considera a mais adequada. Segundo o autor, a transparência seria o objetivo a ser almejado. Desta forma, Rothberg (2011) defende que, independentemente do agendamento proposto diariamente pela mídia de massa, “[...] cada veículo deveria deixar claro seu sistema de crenças políticas e opções editoriais, para que as pessoas possam saber as razões pelas quais determinados fatos e assuntos receberam mais atenção do que outros”. (ROTHBERG, 2011, p. 173).

## 4.2 JORNALISMO POLÍTICO

Ao considerar a importância do jornalismo e seu papel social, é natural que haja aproximação da ética jornalística com a política. No entanto, Morin (2005) ressalta que “só se pode estabelecer a relação entre a ética e a política em termos complementares, concorrentes e antagônicos”. (MORIN, 2005, p. 51). O autor, entretanto, ressalta que “não se pode separar nem confundir ética e política” (MORIN, 2005, p. 80), pois “as grandes finalidades éticas exigem, com frequência, uma estratégia, ou seja, uma política, e a política exige um mínimo de meios e de finalidades éticas, sem por isso se reduzir à ética”. (MORIN, 2005, p. 80).

Charaudeau (2009) aumenta o espectro relacional proposto por Morin (2005) (entre ética e política) e estabelece uma relação triádica entre a política, mídia e cidadania para analisar uma suposta manipulação das mídias. O autor sustenta que as interfaces entre as três instâncias, acima citadas, pode gerar inúmeras interpretações e análises:

[...] seria ingênuo acreditar que poderia haver uma relação sem ambiguidade entre a instância de informação e a instância política; além disso, seria presunçoso pensar que é fácil delimitar o que é a consciência cidadã; e, por fim, seria enganoso fazer crer que a instância midiática pode dominar a totalidade dos efeitos que saem da máquina de informar. (CHARAUDEAU, 2009, p. 277).

Ramonet (2004) discorda dessa consideração. De encontro ao que propõe Charaudeau (2009), o autor afirma que o poder político está, sim, sujeito ao poder da comunicação “[...] porque a imprensa, os meios de comunicação de massas não se encontram mais, automaticamente, em relação de dependência do poder político; o inverso é quase sempre o caso”. (RAMONET, 2004, p. 39). Dessa forma, Ramonet

(2004) sugere que o poder da comunicação é superior ao poder da ação política. Silva (2006), contudo, questiona a relevância desse poder, pois, de acordo com o autor, o bom jornalismo, ou seja, não apenas aquele que denuncia as irregularidades, mas, também aquele que objetiva sugerir alternativas para a resolução dos problemas sociais, “[...] anda a passos de tartaruga, enquanto que o jornalismo denunciativo anda à velocidade de coelho, embora ambos tenham um compromisso com o interesse público”. (SILVA, 2006, p. 55).

Para justificar a afirmação, Silva (2006) exemplifica e, assim como Charaudeau (2009), estabelece uma relação triádica, mas, desta vez, entre Estado, Governo e Sociedade. Conforme o autor ambos produzem, diariamente, “[...] fatos e notícias de interesse público, no entanto, predominam os *critérios de noticiabilidade* que, por sua vez, são orientados segundo *critérios de seletividade*”. (SILVA, 2006, p. 56, grifos do autor). Enfatizando, indiretamente, a crítica que o autor faz à linha editorial adotada por alguns veículos de comunicação na cobertura política.

Silva (2006) salienta a existência de um prévio processo de seleção dos fatos no jornalismo político, ao considerar as notícias que são publicadas rotineiramente. O autor considera ainda o impacto da denúncia (seja verdadeira ou falsa), visto que por si só, ela “[...] já representa um tipo de punição, qual seja, exposição pública e vexaminosa dos ‘responsáveis’ pelas irregularidades”. (SILVA, 2006, p. 59). Nessa linha de raciocínio, Lipovetsky (2004) reflete que “ao dar publicidade aos ‘escândalos’, a mídia acentua a perda de confiança na classe política, a ideia do ‘ninguém presta’ é uma separação entre a elite e o povo”. (LIPOVETSKY, 2004, p. 83).

O autor afirma que, como uma denúncia (responsável ou não) está passível de interpretação (por parte do público consumidor desse conteúdo), os efeitos podem fomentar movimentos populistas (protestos e manifestações) e, até mesmo xenófobos, por exemplo. Dessa forma, segundo Lipovetsky (2004), tal fato expõe a fragilidade das novas democracias, pois aumenta a sensação de ingovernabilidade, de descrédito e, portanto, há o natural afastamento da raiz ética.

Quando não se crê mais nas promessas da política, do progresso e do Estado, resta a moral. O sucesso da ética corresponde ao fracasso das ideologias messiânicas, à falência das grandes representações do progresso e da história. (LIPOVETSKY, 2004, p. 32).

Nesse sentido, Morin (2005) defende que não haja a dissolução da ética na política pois, caso isso aconteça, pode soar como “puro cinismo”. Conforme o autor cirúrgica e definitivamente expõe, “[...] não se pode sonhar como uma política serva da ética. A complementaridade dialógica entre a ética e a política comporta a dificuldade, a incerteza e, às vezes, a contradição”. (MORIN, 2005, p. 80). Assim, Morin (2005) sustenta que “diante das contradições ético-políticas, a perspectiva ética é de condenar a política ou de aceitar um compromisso, ou seja, tentar uma navegação difícil e aleatória na dialógica dos imperativos antagônicos”. (MORIN, 2005, p. 85).

De encontro a Lipovetsky (2004), o autor acredita ainda que, dependendo da situação, tal perspectiva pode contribuir para revitalizar a ética, pois gera uma crise. Entretanto, ele considera que, por meio desta, há o agravamento das incertezas da população para com a política. Dessa forma, é necessário considerar que tal crise pode favorecer perseguições, muitas delas equivocadas, na busca de soluções maniqueístas e imaginárias. "A degenerescência ética manifesta-se aí na extensão e no agravamento dos maniqueísmos. Ainda não vemos os sinais de regeneração". (MORIN, 2005, p. 86).

Ao encontro dessa consideração, Lipovetsky (2004) recorda que, nesse cenário, o poder Judiciário, teoricamente distante da esfera do poder central de uma nação, ganha destaque, porque diante da falta de credibilidade política, o sentimento de justiça é aguçado:

[...] a Justiça impõe-se como ator nesse ponto central da vida pública, de maneira que mais ninguém, mais nenhuma organização, está livre de uma investigação, de um processo ou de uma condenação. Numa época de impotência política na qual juízes adquirem, às vezes, status de estrela midiática, eles não hesitam mais em acionar diretamente a opinião pública e escapam do descrédito que atinge a classe política. (LIPOVETSKY, 2004, p. 54-55).

Considerando as análises e o cenário descritos por Lipovetsky (2004) e Ramonet (2004), Seabra (2006) visa nortear a atuação do jornalista. Para o autor, o conhecimento da história do país (neste caso o Brasil) torna-se crucial para que o profissional não caia em armadilhas, muitas vezes fruto da esfera pública em constante ebulição. Contudo, conforme defende Seabra (2006), deseja-se que o profissional tenha um saber menos especializado e técnico, mas sim, um saber plural, “ou seja, jornalista que cobre política, que necessita produzir ou editar notícias todos



os dias sobre este tema [...] não pode desconhecer da história do país (da mais remota à atual) e a do mundo, pelo menos a contemporânea”. (SEABRA, 2006, p. 111).

O autor exemplifica a afirmação ao recordar a “revolução” de 1964 que, após, caracterizou-se como um legítimo golpe militar no Brasil:

[...] o golpe militar de 1964 não surpreendeu a grande imprensa, que durante muitos anos dizia ter apoiado uma revolução militar que veio para acabar com ‘a baderna dos esquerdistas que estavam no poder’. Mas, como em outros momentos da História do Brasil, os que vieram em nome do povo para restabelecer a ordem acabaram estabelecendo um regime de perpetuação no poder. (SEABRA, 2006, p. 130).

Com esse exemplo, Seabra (2006) avalia que tal postura balizou a atuação do jornalismo político brasileiro. De acordo com o autor, em quase dois séculos de atividades, o gênero seguiu um roteiro definido pelos grupos dominantes (nesse caso, os militares) que objetivavam permanecer no poder. Recordando a relação de ambiguidade entre a instância de informação e a instância política, defendida por Charaudeau (2009), Seabra (2006) enfatiza que a mídia ora aderiu ao regime militar, ora denunciou-o. “Aderiu quando apoiou o Golpe Militar de 1964. Denunciou quando mostrou as manifestações de rua pelas Diretas Já”. (SEABRA, 2006, p. 138-139).

Ramonet (2004), por sua vez, utiliza um exemplo estadunidense onde profissionais do *Washington Post* desempenharam um papel crucial para a renúncia de Richard Nixon, em 1974 presidente dos Estados Unidos. Para o autor, o caso Watergate<sup>10</sup> confirmou que “[...] até mesmo o homem mais poderoso do planeta - o presidente dos Estados Unidos - não podia resistir à força da verdade quando ela era defendida por repórteres sem mancha, incorruptíveis”. (RAMONET, 2004, p. 37).

Entretanto, ao considerar o cenário atual (democrático), o autor sugere uma "censura invisível" presente no fazer jornalístico. O autor vê o excesso de informação, característico da modernidade, como responsável por “esconder” determinados fatos

---

<sup>10</sup> “O jornal *Washington Post* noticiou, em 18 de junho de 1972, um assalto à sede do Comitê Nacional Democrata, na véspera, na capital norte-americana, Washington. Cinco pessoas foram flagradas tentando fotografar documentos e instalar aparelhos de escuta no escritório do partido [...]. Nas investigações que se seguiram ao assalto, foram levantadas evidências de que um dos invasores tinha sido contratado e remunerado pelo comitê de campanha de Nixon. Em comissão de investigação no Senado, algumas fitas gravadas (a pedido do próprio Nixon) puderam comprovar que o presidente Nixon tinha conhecimento dos atos de espionagem do Partido Republicano contra seu adversário. Em 9 de agosto de 1974, Nixon renunciou à presidência”. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/2016/03/por-que-o-caso-watergate-foi-citado-pelo-juiz-sergio-moro>>. Acesso em: 01 mai. 2017.

jornalísticos. Ramonet (2004) reflete como esse processo é realizado, atualmente. “Como se oculta a informação hoje em dia? Por uma adição de informações: a informação é dissimulada ou truncada porque há informação em abundância para consumir. E sequer se chega a perceber aquela que falta”. (RAMONET, 2004, p. 48-49).

#### **4.2.1 Isenção jornalística**

Embora cite a culpabilidade da mídia, que por vezes não promove o debate público, diferentemente de Ramonet (2004), Rothberg (2011, p. 117) não acredita na parcialidade da mídia, entretanto, também não ignora as visões divergentes sobre o tema, visto que alguns autores defendem a liberdade de expressão e interpretação como essencial para a participação democrática. Diferentemente de Rothberg (2011), Morin (2005) desconstrói esse argumento quando defende que a comunicação, por si só, não promove a compreensão, pois a mesma “[...] sempre necessita de uma disposição subjetiva”. (MORIN, 2005, p. 110).

Conforme o autor, é justamente a incompreensão que gera o desejo de prejudicar outrem. “O reino da incompreensão suscita os mal-entendidos, as falsas percepções do que é o outro, os erros em relação ao outro, tendo como consequências a hostilidade, o desprezo e o ódio”. (MORIN, 2005, p. 110). Nesse sentido, Plaisance (2011) sugere que essa incompreensão é também resultado de uma escolha, portanto, democrática. O autor considera que “temos a tendência a ser atraídos por mensagens que afirmam nossas visões de mundo”. (PLAISANCE, 2011, p. 65).

Morin (2005) corrobora com Plaisance (2011) quando responsabiliza a ideologia do indivíduo, e não a do jornalismo em si, como a principal responsável pelas ideias que determinam o julgamento de determinado assunto. Segundo o autor, é a incompreensão diante de algum tema que gera o conflito e não, necessariamente, o que é publicado. Consequentemente, conforme sugere Plaisance (2011), “as ideias manipulam-nos mais do que as manipulamos”. (PLAISANCE, 2011, p. 119). Segundo o autor, “a possessão por uma ideia faz com que nos tornemos incompreensivos com os que estão possuídos por outras ideias e os que não se deixam possuir por nossas ideias”. (PLAISANCE, 2011, p. 119).

Plaisance (2011) reforça essa afirmação ao considerar que a compressão se dá de forma mais natural diante de mensagens que reforçam as próprias crenças. De acordo com o autor, “em outras palavras, avaliaremos e julgaremos citações, afirmações ou matérias jornalísticas como sendo confiáveis com base na extensão na qual estas reflitam os nossos valores”. (PLAISANCE, 2011, p. 65).

Portanto, o autor considera a complexidade envolvida no ato de julgar algo como “parcial”. De acordo com Plaisance (2011) a ideologia política também pode nortear opiniões, pois “[...] os partidários mais bem informados sobre determinadas questões têm maior probabilidade de enxergar tendenciosidade contra o seu lado da questão por considerarem que falte à notícia uma parte importante do contexto”. (PLAISANCE, 2011, p. 66).

Silva (2006), no entanto, reflete essa isenção jornalística. O autor pondera, inicialmente, os parceiros comerciais dos veículos de comunicação que são vistos como “[...] um risco para a isenção do jornalismo praticado”. (SILVA, 2006, p. 71). Silva (2006) também critica o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. O autor considera que o documento deontológico que estabelece as normas e os princípios da profissão apresenta brechas trabalhistas e de associação partidária que colocam em xeque a total isenção de alguns profissionais.

No Brasil, o máximo que o Código de Ética pede do jornalista é que não faça reportagens em local onde mantém vínculo de emprego. Por exemplo, se um jornalista trabalha para um partido, não poderá ser o repórter encarregado da cobertura jornalística daquele partido. (SILVA, 2006, p. 68).

Charaudeau (2009) enfatiza que a mídia funciona como um filtro, pois “[...] o cidadão nunca tem acesso ao acontecimento bruto, ele sempre entra em contato com um acontecimento filtrado pela mídia”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 256). Silva (2006) ainda reflete a legislação que, na concepção do autor, apenas “[...] se preocupa com atividades e funções do jornalista e não com o local ou status do empregador”. (SILVA, 2006, p. 76). Charaudeau (2009), porém, defende que “não é propriamente o jornalista que é manipulador, pois ele mesmo está preso numa máquina manipuladora”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 260).

Ao considerar o raciocínio de Charaudeau (2009), Morin (2005), enfatiza que “todos os desvios éticos vêm certamente de uma insuficiência de senso crítico e de

uma dificuldade de obter conhecimento pertinente [...]. A memória e o esquecimento seletivos são também operadores de ilusão”. (MORIN, 2005 p. 55).

#### 4.2.2 Linha editorial

A clareza editorial de um veículo de comunicação que cobre assuntos políticos determina o grau de credibilidade do conteúdo produzido e o impacto que ele pode causar nos setores da sociedade. Marília Scalzo (2011) sustenta que a linha editorial não está acima do bem e do mal, ou à margem da lei, portanto, o profissional que é orientado a seguir essa linha (ou plano) editorial, idem. A autora fundamenta que é dever do jornalista “[...] se perguntar se está fazendo o melhor, se está se dedicando a aprimorar a qualidade do que faz e contribuindo para uma imprensa mais ética e mais responsável [...]”. (SCALZO, 2011, p. 54).

Rothberg (2011) alerta para o poder corporativo das empresas midiáticas. Conforme o autor, ele pode “[...] representar censura prévia a pontos de vista específicos”. (ROTHBERG, 2011, p. 26). Ele ainda acredita que a liberdade de imprensa é crucial em uma democracia, portanto, uma linha editorial não pode se confundir com censura. “Liberdade de imprensa não pode significar apenas liberdade de empresa - isto é, não deve servir de argumento para [...] a constituição de impérios baseados na negação sistemática da pluralidade democrática [...]”. (ROTHBERG, 2011, p. 26).

Scalzo (2011), no entanto recorda que é a linha editorial adotada pelos veículos que determina a sustentabilidade financeira da comunicação, apenas, como negócio. “É o plano editorial que vai alimentar o plano de negócios e, por consequência, deve representar a visão exata da redação sobre a publicação, e sua relação com o leitor. O plano estabelece a missão, os objetivos e a fórmula editorial”. (SCALZO, 2011, p. 61-62).

Entretanto, Rothberg (2011) enfatiza que tais objetivos podem ser mal interpretados e, portanto, passíveis de serem questionáveis quanto à credibilidade. “Se servir aos propósitos da empresa jornalística torna-se, acima de tudo, a missão primordial, é natural que a responsabilidade pública seja interpretada de maneira tão equivocada a ponto de ser confundida com a própria missão empresarial”. (ROTHBERG, 2011, p. 27).

[...] democracia e mercado são componentes muito diferentes de uma mesma vida em sociedade. Cada qual tem suas práticas e objetivos e, quando não há um esforço deliberado da sociedade, plasmada na vontade do Estado, de integrá-los, o resultado é particularmente negativo em algumas áreas, como a comunicação e o conseqüente direito de informar-se com liberdade. (ROTHBERG, 2011, p. 29).

Ramonet (2004) define como amostra a imprensa escrita para refletir a abordagem trazida por Rothberg (2011). O autor acredita que, para analisar o impacto da linha editorial na rotina dos veículos de comunicação, é necessário considerar a revolução midiática que a sociedade contemporânea está inserida. Ramonet (2004) defende que a indústria midiática, fruto do potencial proporcionado pela tecnologia, “força” o comodismo dos jornalistas que, muitas vezes, confortáveis, apenas reproduzem o mesmo conteúdo dos demais colegas de profissão.

Os jornalistas se repetem, se imitam, se copiam, se correspondem e se misturam a ponto de não constituir mais do que um único sistema informacional, no seio do qual é cada vez mais árduo distinguir as especificidades de um meio tomado isoladamente. E o surgimento da Internet reforçou ainda mais essa imbricação. (RAMONET, 2004, p. 135).

O autor questiona o "modo astucioso" que a imprensa escrita reproduziu, do audiovisual, para atrair o maior público possível. "Agora, as informações devem ter três qualidades principais: serem fáceis, rápidas e divertidas [...]. Esse simplismo da imprensa e as novas complicações da vida política extravia muito cidadãos [...]". (RAMONET, 2004, p. 137). Tal afirmação, segundo Ramonet (2004), justifica as inúmeras críticas que a sociedade manifesta sobre a falta de profundidade e responsabilidade da mídia para a construção do jornalismo democrático.

Rothberg (2011) consente com as ideias de Ramonet (2004). Para o autor “[...] no meio profissional há grande relutância em refletir profundamente sobre quais pautas são escolhidas, como as matérias são construídas”. (ROTHBERG, 2011, p. 181). Ele questiona o porquê algumas fontes são mais ouvidas do que outras (que justificaria a perseguição de algumas pistas, ao longo do texto, enquanto outras são abandonadas).

Charaudeau (2009) minimiza a importância dessas críticas. De acordo com o autor, “frequentemente se produzem deslocamentos de um tipo de verdade a outro”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 267). O autor defende que não existe uma verdade midiática, pois “[...] os fatos não têm uma verdade em si”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 269). No entanto, o autor não isenta a postura ética do profissional, porque “o indivíduo

responsável deveria obrigar-se a levar em consideração os efeitos produzidos (ou que podem sê-lo) por suas escolhas de ações e de palavras”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 270).

Existem vários tipos de verdade: há a verdade dos  *fatos*, que coloca o problema da autenticidade desses fatos; há a verdade da  *origem*, que coloca a questão dos fundamentos do mundo, do homem e dos sistemas de valores; há a verdade dos  *atos* que parece emergir no instante mesmo de sua própria realização. E depois, há duas outras verdades que interessam particularmente o espaço social: a verdade de  *opinião* e a verdade de  *emoção*. (CHARAUDEAU, 2009, p. 267, grifos do autor).

Diante da exposição dessas “verdades” e alinhado às ideias de Kunczik (2001), abordadas no capítulo anterior, Charaudeau (2009) também cita Max Weber e sugere, os seguintes conceitos: a “ética da responsabilidade” (relativa) e a “ética da convicção” (absoluta). Conforme sugere o autor, há uma diferença sensível entre as concepções, pois “a primeira está ligada à ação na medida em que coloca a questão da finalidade dos fatos e de sua consequência. A segunda está ligada ao valor do qual se deve aderir totalmente, sem concessões, e sem se preocupar com as consequências”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 271).

No entanto, assim como Ramonet (2004), Charaudeau (2009) admite que pode haver questionamentos referentes ao impacto das tecnologias e da revolução midiática na linha editorial dos veículos de comunicação atuais. De acordo com o autor, “[...] é possível se perguntar o que deveria ser uma ética da responsabilidade do discurso midiático, sabendo que esse discurso se inscreve num quadro pragmático de ação e influência”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 271).

Dentre esses possíveis questionamentos de responsabilidade jornalística, Charaudeau (2009) define a identificação das fontes, a origem e o contexto das declarações e a influência que elas têm na objetividade das informações publicadas. O autor enfatiza que é necessário ter consciência dos limites e aceitá-los, pois, segundo Charaudeau (2009) “para que as mídias possam conservar uma certa credibilidade e, portanto sua legitimidade, seria necessário atender a um mínimo de condições”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 276).

Adelmo Genro Filho (1989) estabelece a interpretação dos fatos como uma atitude essencial para a construção da notícia e, em consequência disso, a identificação da linha editorial de determinado veículo. O autor salienta que é necessário ter ciência de que os fatos apresentados aos leitores não existem como

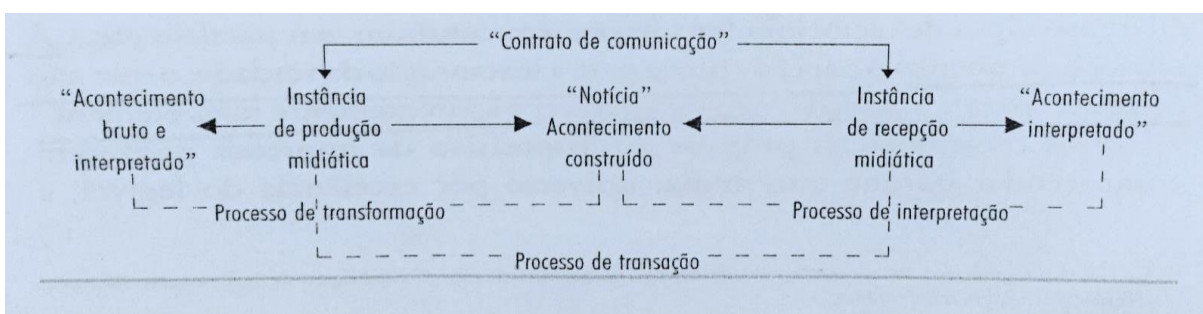
tais, visto que “[...] os fatos são recortados e construídos obedecendo determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas. Isso quer dizer que há certa margem de arbítrio da subjetividade e da ideologia, embora limitada subjetivamente”. (GENRO FILHO, 1989, p. 186).

Dessa forma, Genro Filho (1989) sustenta, assim como Charaudeau (2009) e Seabra (2006), que não existe uma verdade absoluta, mas sim, um “processo de revelação” embasado nos fatos histórico-sociais que a constituem. Entretanto o autor sugere que a condução desse processo segue a “lógica jornalística”, que, segundo Genro Filho (1989), é fruto dos interesses das elites, portanto passíveis de serem elencados com um conteúdo conservador.

#### 4.2.3 Construção das notícias

Ao considerar que a construção de notícias possui um caráter exclusivo, Charaudeau (2009) estabelece que, nesse processo, há a determinação de um “contrato de comunicação midiático”. De acordo com o autor, esse contrato “[...] gera um *espaço público* de informação e é seu próprio quadro que se constrói a *opinião pública*” (CHARAUDEAU, 2009, p. 115, grifos do autor), conforme a imagem a seguir:

Figura 1 - Contrato de comunicação



Fonte: Charaudeau (2009, p. 114).

No “contrato de comunicação” sugerido por Charaudeau (2009) é possível perceber que a produção midiática corresponde a esfera do processo de transformação do acontecimento bruto em notícia (acontecimento construído). Assim, é na esfera da recepção dessa notícia que o acontecimento é interpretado e ganha significação. Embora o processo de produção esteja diretamente ligado ao processo

de interpretação, conforme o autor, ele não é, unicamente, o responsável pelo sentido que o consumidor da notícia vai atribuir ao acontecimento construído pelo jornalista.

Nesse sentido, Charaudeau (2009) explica que “[...] a informação é dada a consumir como num museu” (CHARAUDEAU, 2009, p. 124) e, portanto, o público “[...] recebe e reinterpreta à sua maneira os objetos de informação oferecidos aos olhos, sem poder interpelar a instância que os apresenta”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 124). Assim, o autor pondera que “por mais que as mídias recorram a técnicas ditas interativas, não há diálogo e troca, somente o seu simulacro”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 124). Dessa forma, Charaudeau (2009) questiona a qualificação de “Quarto Poder” atribuída às mídias, pois segundo o autor, elas não têm a capacidade de, por meio do conteúdo, produzir discursos. Consequentemente, o único “[...] poder de que se pode falar é o de uma influência através do fazer saber, do fazer pensar e do fazer sentir”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 124).

Considerando a esfera de interpretação citada por Charaudeau (2009), Rothberg (2011) relembra a importância do papel social do jornalismo e reforça a responsabilidade jornalística na produção de uma notícia.

Nessa rotina alheia às críticas os jornalistas precisam acreditar que suas matérias são apenas um espelho da realidade e eles nada mais são que meros transmissores fiéis da informação. Eles devem evitar a percepção de que suas matérias são muito mais que meros relatos neutros. Preferem fugir da ideia de que suas matérias constroem visões de mundo nas quais uma representação específica da democracia está projetada, os agentes políticos adquirem funções determinadas e os receptores são lançados, sem saber, a certas posições. (ROTHBERG, 2011, p. 192).

Rothberg (2011) admite que as notícias podem conter estereótipos que abordam, de forma negativa, desconfiada e tendenciosa, os assuntos políticos. O autor critica novamente a atuação profissional, pois, “em geral, os jornalistas escondem-se sob a noção de que seu saber é impenetrável e sua autoridade inerente ao ofício”. (ROTHBERG, 2011, p. 193). Entretanto, Rothberg (2011) enfatiza que, embora haja a esfera de interpretação (tanto do jornalista, como do público), algumas notícias e reportagens simplesmente não praticam o jornalismo público. Segundo o autor, é necessário considerar que elas podem “[...] privilegiar diversos interesses, exceto justamente os de grandes segmentos de leitores, ouvintes e telespectadores, embora tenha a pretensão de servi-los”. (ROTHBERG, 2011, p. 195).



Ao encontro de Rothberg (2011), Charaudeau (2009) recorda que a mídia não cobre todos os acontecimentos. Consequentemente, conforme o autor sugere, o leitor tem acesso a um “mundo filtrado”, pois “[...] o acontecimento só se torna notícia a partir do momento que é levado ao conhecimento de alguém” (CHARAUDEAU, 2009, p. 132) - o que Charaudeau (2009) nomeia de “acontecimento midiático”. Com uma postura crítica, o autor questiona os critérios que justificam as “[...] escolhas efetuadas pela instância midiática”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 133).

Embora considere a “noção de atualidade” como de importância central para a concepção de um contrato midiático, Charaudeau (2009) salienta que “uma notícia é, por definição, efêmera” (CHARAUDEAU, 2009, p. 134), portanto não há a garantia de que o conteúdo traga marcas de perenidade. Assim, o autor enfatiza a afirmação que Boff (2003) trouxe no capítulo anterior, onde estabelece que os produtos midiáticos, assim como os códigos deontológicos, possuem um caráter a-histórico.

O discurso das mídias se fundamenta no presente de atualidade, e é a partir desse ponto de referência absoluto que elas olham timidamente para ontem e para amanhã, sem poder dizer muita coisa a respeito. Não raro fazem o que o meio profissional chama de *perspectivação*, que não pode trazer, no entanto, explicações históricas. Assim sendo, pode-se dizer que o discurso de informação midiático tem um caráter fundamentalmente *a-histórico*. (CHARAUDEAU, 2009, p. 134).

Contudo, Charaudeau (2009) presume que a seleção desses acontecimentos se dá por meio de recortes da realidade. Consequentemente, são estabelecidos critérios nessa seleção. Segundo o autor “distinguem-se dois tipos de critérios, um externo, o outro interno”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 137). O primeiro pode se dividir em acontecimento factual ou relatado (de caráter inesperado, como um acidente ou uma catástrofe natural), acontecimento programado ou comentado (que segue um calendário pré-definido, como eventos e campeonatos esportivos) e acontecimento suscitado (que é preparado ou provocado, característica dos assuntos de cunho político, por exemplo). Nesse último, Charaudeau (2009) sugere que haja uma análise mais profunda, pois “coloca-se aqui um problema de manipulação na origem do acontecimento, o que põe as mídias numa posição desconfortável”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 138).

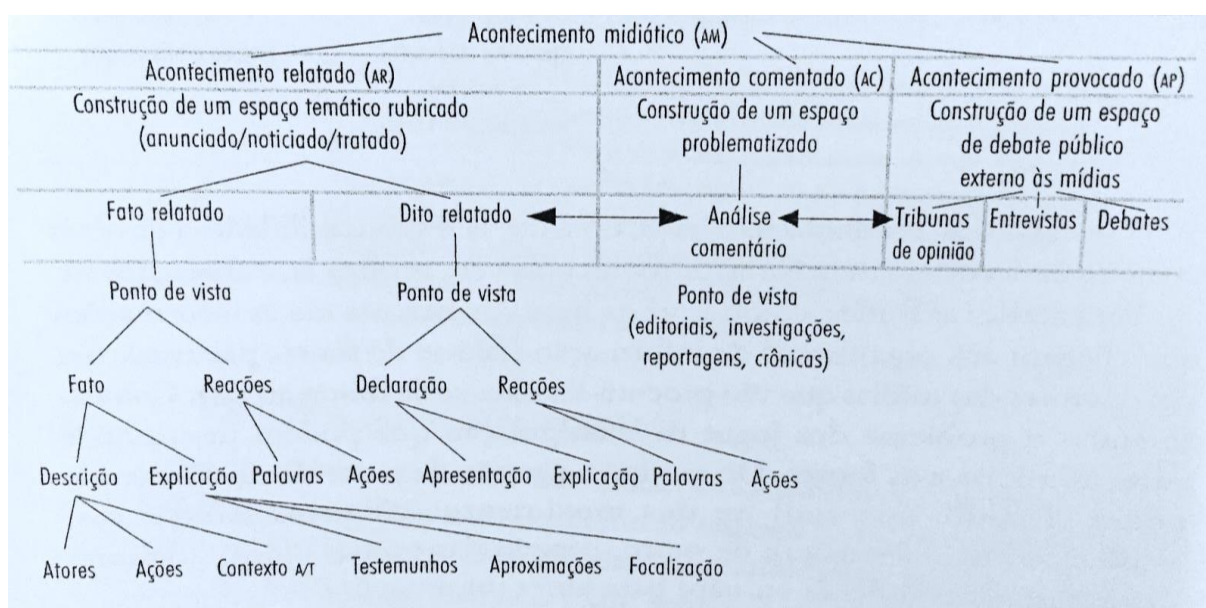
Os jornalistas sabem que podem sofrer pressões e tentativas de manipulação por parte do poder político, e o poder político sabe que os jornalistas sabem disso. Instaure-se assim uma relação mais sutil do que se poderia imaginar

entre essas duas instâncias, relação marcada pela desconfiança do poder político para com as mídias e pelo distanciamento das mídias para com o poder público. (CHARAUDEAU, 2009, p. 139).

Considerando essa “sutileza”, Charaudeau (2009), exemplifica que pode aparecer a figura do “herói” e do “vilão”, características de uma abordagem maniqueísta. Esse tratamento das notícias coloca em xeque o conceito de “justiça” proposto pelo veículo de comunicação ao leitor e, conseqüentemente, contradiz o conteúdo produzido pela imprensa.

Como é possível perceber, o acontecimento pode ser relatado, comentado ou provocado. O acontecimento relatado traz o ponto de vista do produtor, gerando um fato que é apresentado com as devidas causas e conseqüências (como acontece no jornalismo diário). Já o acontecimento comentado caracteriza-se na esfera das análises, campo do jornalismo opinativo e interpretativo (como acontece nos editoriais, reportagens e crônicas). Enquanto que, o acontecimento provocado busca uma abordagem plural (como acontece em debates) visando apresentar posições contrárias, no entanto, sem defender um ponto de vista como nos acontecimentos relatado ou comentado. O autor demonstra, na imagem a seguir, as instâncias que os modos discursivos do acontecimento midiático podem suscitar e as suas relações:

Figura 2 - Modos discursivos do acontecimento midiático



Fonte: Charaudeau (2009, p. 151).

Dessa forma, após a explanação de que um acontecimento jamais é transmitido em seu estado bruto, faz-se necessária uma breve explicação das características do jornalismo praticado nas revistas. Somente dessa forma, pode ser feita a distinção entre “notícia” e “reportagem”, visto que a última rompe as barreiras de a-historicidade.

#### 4.2.4 Jornalismo de revista

Diferentemente de um jornal diário, as revistas, geralmente, são semanais, quinzenais ou mensais. De acordo com Lage (2001) elas “[...] formam um universo atraente, onde se encontram a fotografia, o *design* e o texto”. (LAGE, 2001, p. 119, grifos do autor). No entanto, Scalzo (2011) reforça que, embora sejam produtos diferentes, a regra de produção segue a mesma. Assim, “os grandes princípios que regem o jornalismo em geral, são, portanto, os mesmos que devem ser seguidos pelo profissional que deseja trabalhar em revista”. (SCALZO, 2011, p. 53).

Lage (2001, p. 120) estabelece que diante de periodicidade, o gênero compreende uma grande variedade de estilos, portanto é uma prática jornalística diferenciada (e deve ser tratada como tal). Scalzo (2011), no entanto, recorda que “bons títulos são verdadeiros desafios” (SCALZO, 2011, p. 77-78) e que embora uma boa revista siga um plano (ou linha) editorial (que objetiva cumprir uma missão empresarial), tal concepção não garante a qualidade do conteúdo. Dessa forma, as características do material apresentado em uma revista não podem (teoricamente) ser considerados, apenas, textos opinativos.

Ainda na comparação com os jornais (terreno das notícias), Lage (2001, p. 121) comenta que as revistas ou *magazines* (terreno das reportagens) são, simbolicamente, menos duráveis do que os jornais, embora permaneçam mais tempo nas bancas. O autor justifica a afirmação ao considerar a qualidade visual e na linha editorial do produto, pois na “[...] imprensa diária, a atualização do modelo gráfico faz-se espaçadamente e o mesmo ocorre quanto à linha editorial. Já as revistas adaptam-se amiúde até o esgotamento de sua proposta”. (LAGE, 2001, p. 121). Assim, Lage (2001) fundamenta que, a revista é mais artística e literária do que o jornal, portanto, “[...] a revista dá ao que publica o sentido do que ela mesma pretende”. (LAGE, 2001, p. 122).

Genro Filho (1989) lembra que, em alguns casos, as revistas semanais costumam contar “a ‘história da notícia’ a que o público já assistiu na TV e leu nos

jornais diários, com maior riqueza de nuances e detalhes, fornecendo um quadro mais complexo da situação na qual o fato foi gerado”. (GENRO FILHO, 1989, p. 198). Entretanto, Lage (2001) enfatiza que, ainda sim, o conteúdo é direcionado para o público que a consome. De acordo com o autor, o produto cumpre um repertório pré-definido, como exemplifica Lage (2001): “[...] na revista feita para as elites (e consumida pelos que pretendem ser da elite) uma função precisa: fornece [-se] a ilusão de domínio”. (LAGE, 2001, p. 124).

Charaudeau (2009) considera, no entanto, que a qualidade das informações presentes no jornalismo de revista traz essa marca histórica. Segundo o autor, na origem, algumas revistas abordavam alguns temas apenas para publicizar curiosidades de artistas: “quando as revistas populares começaram a aproveitar-se da vida privada das estrelas do *show business*, era para tornar público o privado [...]”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 117, grifos do autor). Contudo, independente do conteúdo tratado, Scalzo (2011) não diminui a importância da abordagem, principalmente no jornalismo político.

É verdade que muitas revistas carregam na opinião, mas o bom texto de revista deve estar calcado prioritariamente em informações. Recheiar um texto apenas com juízos de valor (próprios ou tomados emprestados de alguém) é fácil - as opiniões são livres e baratas -, mas são sempre as informações que garantem a qualidade e consistência do texto jornalístico. (SCALZO, 2011, p. 58).

Com essa declaração Scalzo (2011) sustenta que, tratando-se de jornalismo político “se uma revista pretende oferecer a seus leitores avaliações isentas [...] não pode querer agradar ao governo, ou mesmo à oposição”. (SCALZO, 2011, p. 62). Contudo, a autora recorda que “cada revista tem a sua 'voz' própria, expressa na pauta, na linguagem e em seu projeto gráfico”. (SCALZO, 2011, p. 66). Assim, Scalzo (2011) exemplifica que, caso o conteúdo não chame atenção pela pauta ou pela linguagem, é por meio da apresentação do projeto gráfico que ele ganha notoriedade. “Quando alguém olha para uma página de revista, a primeira coisa que vê são as fotografias. Antes de ler qualquer palavra, é a fotografia que vai prendê-lo àquela página ou não”. (SCALZO, 2011, p. 69).

Lage (2006) salienta a homogeneidade que o jornalismo em revista apresenta, pois, para o autor, “o direito de escolha entre os veículos esgota-se nas possibilidades que são oferecidas, e a padronização faz com que eles se pareçam, ou se comportam de maneira unânime nos temas fundamentais”. (LAGE, 2006, p. 60). O autor, no

entanto, salienta que “[...] a revista não se obriga a registrar ocorrências jornalisticamente notáveis que não se enquadrem em seu apelo, em sua intenção de leitura”. (LAGE, 2001, p. 125). Portanto, o autor conclui que a seleção, por parte do leitor, é obrigatória, visto que seria demasiada inocência esperar que as reportagens de revistas seguissem as mesmas características adotadas por um jornal diário. “Dentro dessas premissas, não devemos esperar que as revistas tenham fórmulas de redação tão rigidamente estabelecidas quanto as notícias de jornal”. (LAGE, 2001, p. 126).

#### **4.2.5 Reportagem de revista**

Tendo-se consciência de que o conteúdo de uma revista, com raras exceções, é distinto do que é apresentado em um jornal, chega-se, portanto, ao gênero reportagem. Com estilo menos rígido (se comparado à notícia) e mais variado na abordagem dos assuntos (diante dos diferentes públicos), o gênero é considerado por Lage (2001, p. 115) um estilo de texto de difícil definição. O autor justifica a afirmação pois, muitas vezes, a reportagem “foge” dos modos discursivos do acontecimento midiáticos – apresentados por Charaudeau (2009).

Charaudeau (2009) considera, inclusive, que a reportagem jornalística deve tentar explicar um fenômeno social ou político. Salientando que, geralmente, o assunto da reportagem já circula na esfera pública, o fenômeno que baseia o conteúdo “não está ligado de maneira direta com a atualidade, mesmo quando nela está ancorado [...]. Assim sendo, a reportagem deve adotar um ponto de vista distanciado e global” (CHARAUDEAU, 2009, p. 221) não esquecendo da reflexão que deve gerar ao entorno do assunto tratado.

Diante disso, Genro Filho (1989) salienta a importância de definir o conceito “reportagem”, pois, de acordo com o autor, a atual definição é de ordem editorial e não de conteúdo. “Quase sempre ela é considerada uma ‘notícia grande’ ou matéria que exige investigação mais demorada, sem considerações de ordem epistemológica capazes de esclarecer sua essência como modalidade jornalística”. (GENRO FILHO, 1989, p. 198).

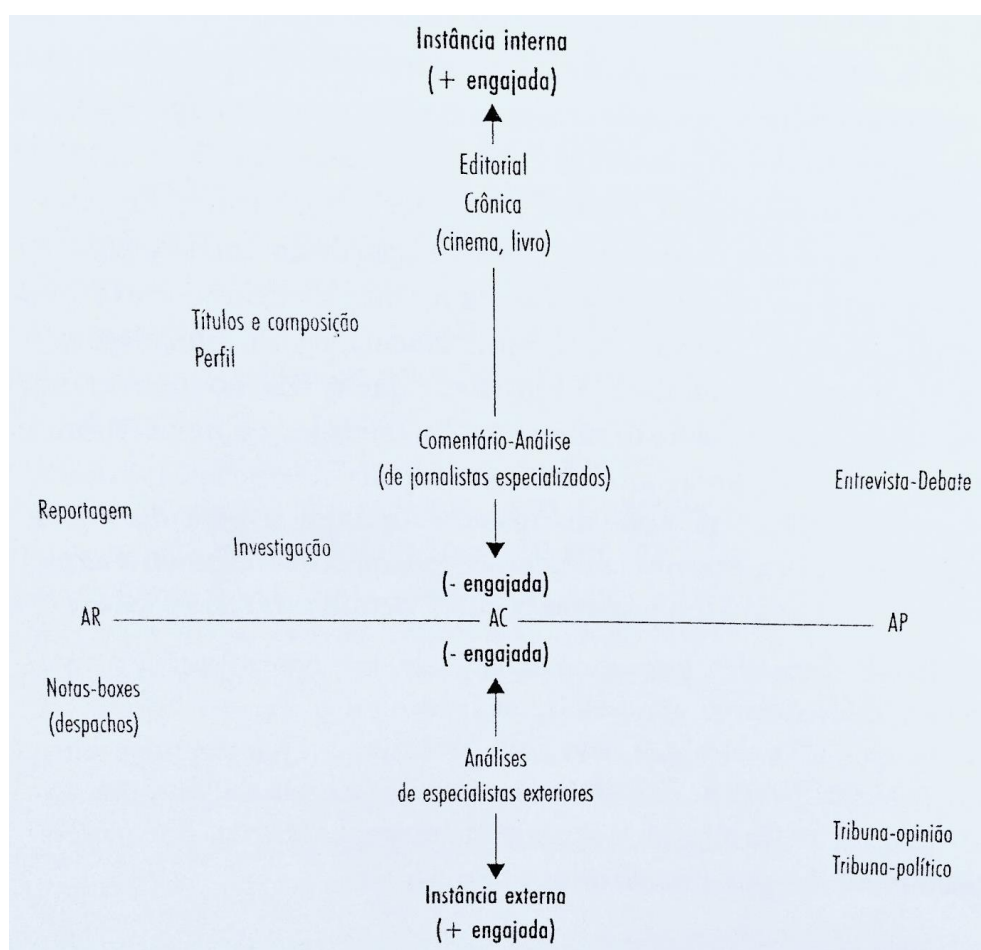
Conforme Genro Filho (1989), é necessário que se busque a significação da matéria jornalística em sua totalidade, portanto, o autor defende que, a abordagem dos fatos concorra com a singularidade dos fenômenos analisados para que o

conteúdo atinja “[...] a particularidade sem, no entanto, superar-se ou diluir-se nela”. (GENRO FILHO, 1989, p. 199). Nessa mesma linha, Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1986) salientam que:

[...] é preciso não perder de vista a diferença de projeto entre literatura e jornalismo: na primeira predomina o imaginário. No segundo, deve-se impor a realidade (histórica, atual) dos fatos narrados [...] a reportagem precisa de verdade factual para existir como gênero jornalístico. (SODRÉ, FERRARI, 1986, p. 123).

Charaudeau (2009) pondera as afirmações de Genro Filho (1989) e Sodré e Ferrari (1986), e sustenta as considerações de Lage (2001), pois segundo o autor, “um gênero é constituído pelo conjunto das características de um objeto e constitui uma classe à qual o objeto pertence”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 204). Assim, Charaudeau (2009) propõe uma tipologia para identificar os textos de informação midiática (no caso a reportagem), conforme a imagem a seguir:

Figura 3 - Gêneros e engajamento



Fonte: Charaudeau (2009, p. 208).

Ao analisarmos o modelo, é possível perceber que os gêneros de informação são “[...] o resultado do entrecruzamento das características de um dispositivo, do grau de engajamento do sujeito que informa e do modo de organização discursivo que é escolhido”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 212). Deste modo, identifica-se que a reportagem, como gênero, se aproxima muito mais do acontecimento relatado (AR) do que do acontecimento provocado (AP) e gera pouco engajamento.

Lage (2006), entretanto, enfatiza que a principal característica da reportagem é a de que ela “[...] não cuida da cobertura de um fato singular ou de uma série de fatos, mas do levantamento *de um assunto* ou do relato de um episódio complexo, de acordo com um ângulo preestabelecido”. (LAGE, 2006, p. 54, grifos do autor). Consequentemente, Lage (2001) estabelece que podem ser consideradas reportagens aquelas que trazem fatos e informações ocultas (obtidas por meio de um processo de investigação ético). Assim, Charaudeau (2009) explica que o modelo proposto pode sofrer alterações, pois “[...] esses gêneros são inerentes ao discurso jornalístico”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 210). Para o autor “[...] é também certo que eles podem mudar com o tempo, de acordo com a própria evolução da tecnologia dos suportes, com as modas vigentes”. (CHARAUDEAU, 2009, p. 210).

Dessa forma, Lage (2006) justifica que a interpretação está sempre implícita em uma reportagem, mesmo que ela tenha um caráter denunciativo. “O importante é que se respeitem os fatos, dos quais não se pode discordar, e se dê ao leitor, com humildade, o direito de avaliá-los segundo seu próprio repertório, seus valores”. (LAGE, 2006, p. 56). No entanto, o autor adverte que “[...] para que uma boa reportagem se realize, é necessário que a indústria tenha interesse em produzi-la [...]” (LAGE, 2001, p. 117) seja para atrair público, seja para reforçar a linha editorial.

Noticia-se que um governo foi deposto; produzem reportagens sobre a crise político-institucional, econômica, social, sobre a reconfiguração das relações internacionais determinada pela substituição do governante, sobre a conspiração que levou ao golpe, sobre um ou vários personagens envolvidos no episódio etc. (LAGE, 2001, p. 54).

Embora seja tida, atualmente, como o exercício prático do jornalismo de excelência (diante da série de etapas de produção necessárias, desde a apuração até a publicação das informações), a existência da reportagem jornalística em revistas pode ser considerada recente. Conforme Lage (2003) “[...] a reportagem como atividade não existiu ou era irrelevante em 200 dos quase 400 anos da história da

imprensa”. (LAGE, 2003, p. 9). O autor justifica a afirmação, visto que no século XVII o jornalismo, em ascensão na Europa, era atrelado à publicidade, ou seja, as orientações e interpretações políticas dos profissionais da área eram banhadas de interesses comerciais.

Conforme Lage (2003), até o início do século XX “a realidade deveria ser tão fascinante quanto a ficção e, se não fosse, era preciso fazê-la ser”. (LAGE, 2003, p. 15). Timidamente, a reportagem surge nesse contexto como fomentador das causas coletivas e sociais.

Em meio à propaganda de sempre, surgiam, por via da reportagem, os fatos reais. [...] A reportagem colocou em primeiro plano novos problemas, como discernir o que é privado, de interesse individual, do que é público, de interesse coletivo; o que o Estado pode manter em sigilo e o que não pode; os limites éticos do comércio e os custos sociais da expansão capitalista. (LAGE, 2003, p. 16).

Edvaldo Pereira Lima (2004) avalia que o surgimento da reportagem está atrelado ao conteúdo que, a partir dos anos 1920, começou a ser publicado pelas revistas semanais. Na época, foi a difusão desse produto que abriu margem para que a informação ganhasse mais espaço e, com isso, o jornalismo interpretativo foi evidenciado. De acordo com o autor, após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, percebe-se que “[...] a imprensa estava muito presa aos fatos, ao relato das ocorrências, mas era incapaz de costurar uma ligação entre eles, de modo a revelar ao leitor o sentido e o rumo dos acontecimentos”. (LIMA, 2004, p. 19).

A carga histórica da profissão, vinculada ao publicismo, reflete nas análises críticas do conteúdo que é publicado atualmente. Diante da proximidade temporal, é necessário considerar a relação do jornalismo com o sensacionalismo, que sobreviveu e persiste na atualidade. Não raro, são naturalmente expostas diversas opiniões que julgam a natureza do conteúdo publicado, questionam a veracidade das informações e sugerem a manipulação de fatos para projetar a realidade almejada por determinado veículo de comunicação.

Desde o início do século XX, o jornalismo, já estruturado como técnica, desvincula-se da imagem anterior e moderniza a construção da notícia. A reportagem, imersa nesse contexto, é impactada pela utilização das novas técnicas. Segundo Lage (2003), é nesse período que a ética passa a ter a importância que é enfatizada atualmente. “Deflagrou-se uma campanha permanente contra a linguagem retórica e



destacou-se a importância da ética como fator de regulação da linguagem jornalística”. (LAGE, 2003, p. 19).

Considerando que o estudo da reportagem pressupõe a “oportunidade jornalística” (ou seja, um fato gerador de interesse público), é por meio da pauta que se determina a forma como o assunto vai ser abordado. Assim, Lage (2001, p. 116) estabelece uma diferenciação entre reportagens interpretativas (presente, principalmente no jornalismo europeu) e reportagens do *new journalism*<sup>11</sup>, que seguem a lógica norte-americana da interpretação (vide caso Watergate). Dessa forma de acordo com Lage (2003), o novo jornalismo, tido como progressista, se difere do que era publicado anteriormente. De encontro às práticas adotadas no passado, onde havia a seleção de discursos predefinidos para expor determinada ideologia, o novo formato aposta em discursos avançados para a época e “[...] registra com amplitude e honestidade fatos e ideias de seu tempo”. (LAGE, 2003, p. 19). Entretanto esse modelo chega ao Brasil meio século depois e leva mais duas décadas para se impor.

Ainda em germinação no solo nacional, as técnicas do novo jornalismo esbarram, de imediato, no período ditatorial, que ascende em 1964 (mantendo-se até 1985) e é um dos responsáveis diretos em frear o jornalismo de qualidade. De acordo com Ricardo Kotscho (2001), naquela época, “[...] os poderosos de plantão foram levantando barreiras para impedir que a sociedade ficasse sabendo o que se estava passando”. (KOTSCHO, 2001, p. 34). A lacuna temporal que a censura impôs não permitiu a evolução do gênero que, atento a provável repressão que iria sofrer, produzia reportagens que eram arquivadas e, em alguns casos, sequer finalizadas.

Ainda segundo Lage (2001), essa constatação enfatiza que a imprensa brasileira surge para atender as demandas da elite. Inclusive, o autor recorda que na época eram permitidos investimentos estrangeiros de maior vulto nos veículos de comunicação nacionais. No entanto, o processo de redemocratização pós-ditadura consolidou, na Constituição de 1988, a presença do Estado nas atividades exercidas pelos veículos de comunicação.

---

<sup>11</sup>Tom Wolfe (2005) considera que “[...] a literatura mais importante escrita hoje na América é de não-ficção, com a forma que foi, embora sem elegância, rotulada de Novo Jornalismo”. (WOLFE, 2005, p. 8). O autor vê o ineditismo gênero como ponto de partida para suscitar análises, visto que “não é com frequência que se encontra um estilo novo, ponto final”. (WOLFE, 2005, p.39). De acordo com Wolfe (2005), o Novo Jornalismo foi “[...] criado não pela via do romance, nem do conto, nem da poesia, mas pela via do jornalismo [...]”. (WOLFE, 2005, p.39).

A Constituição de 1988 buscou consolidar o estado de bem-estar social e amplas liberdades públicas, no quadro de um capitalismo com forte presença do Estado [...]. Ao longo desse processo, os principais grupos de comunicação do Brasil, beneficiárias do processo democrático, logo se articularam com capitais externos [...]. Para o bem ou para o mal, nunca se denunciou tanto e nunca foram tão inúteis as denúncias. [...] A liberdade, hoje sabemos, é do capital. E a verdade impressa também lhe pertence. (LAGE, 2001, p. 46-47).

De acordo com Kotscho (2001), atualmente, a reportagem é um dos gêneros mais importantes, pois é através dela que o conteúdo publicado ganha ineditismo. Portanto, ela torna-se ferramenta essencial para “[...] transformar os pequenos fatos que fazem o dia a dia da cidade, do país e do mundo em matérias boas de ler”. (KOTSCHO, 2001, p. 10). O autor enfatiza que, como a informação é perecível “[...] raros são os assuntos realmente excepcionais” (KOTSCHO, 2001, p. 10), ou seja, não é qualquer situação factual ou sazonal que necessita e exige a produção de uma reportagem. Assim, a percepção do jornalista diante dos fatos é fundamental para a construção de um bom conteúdo jornalístico.

Oswaldo Coimbra (1993) analisa a reportagem como um texto cuja estrutura é composta por elementos organizados, ou seja, o material apresentado é um sistema fechado com objetivos claros e específicos. Conforme Coimbra (1993), a construção de uma reportagem “oferece dificuldades similares à estruturação de uma narrativa literária, a de um conto, por exemplo”. (COIMBRA, 1993, p. 11). O autor ainda sugere três matrizes de gêneros, sendo eles: dissertativo (ou argumentativa), narrativo ou descritivo.

De acordo com o autor, na reportagem argumentativa “[...] a função de informar é inseparável do esforço para convencer o leitor a aceitar a informação no contexto de um raciocínio que se pretende correto” (COIMBRA, 1993, p. 13). Já o texto narrativo “[...] ostenta uma dimensão temporal” (COIMBRA, 1993, p. 15), ou seja, os comportamentos são processados em relações de causa e consequência, assim, a referência primordial são as ações das pessoas que são subordinadas as descrições das circunstâncias. Por fim, a reportagem descritiva objetiva “[...] retardar o relato de determinado acontecimento”. (COIMBRA, 1993, p. 20).

Sodré e Ferrari (1986) dividem o gênero em três modelos, dos quais consideram fundamentais: reportagem de fatos, reportagem de ação e reportagem documental. Na primeira, os relatos são objetivos e obedecem a estrutura da pirâmide

invertida. Eles são “[...] narrados em sucessão, por ordem de importância”. (SODRÉ, FERRARI, 1986, p. 45). Na reportagem de ação, os relatos começam pelos fatos mais atraentes e, aos poucos, para a exposição dos detalhes. De acordo com os autores, “o importante, nessas reportagens, é o desenrolar dos acontecimentos de maneira enunciativa, próxima ao leitor, que fica envolvido, com a visualização das cenas, como num filme”. (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 52).

Já na reportagem documental, de acordo com Sodré e Ferrari (1986), os elementos também são objetivos, mas “[...] acompanhados de citações que complementam e esclarecem o assunto tratado” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 64). Segundo os autores, esse modelo é o que mais se aproxima da exploração.

A reportagem documental é expositiva e aproxima-se da pesquisa. Às vezes, tem caráter denunciante. Mas, na maioria dos casos, apoiada em dados que lhe conferem fundamentação, adquire cunho pedagógico e se pronuncia a respeito do tema em questão. (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 64).

Ainda conforme Coimbra (1993), os estudos focados na análise do texto jornalístico têm enfatizado a ligação do conteúdo com o contexto. Conforme o autor, “isto parece natural dada a natureza essencialmente política (voltada para *pólis*) da atividade jornalística”. (COIMBRA, 1993, p. 8-9, grifos do autor).

#### **4.2.6 Grande reportagem de revista**

Uma grande reportagem é assim definida não apenas pela extensão do conteúdo, mas sim diante do esforço do repórter em executar determinada pauta, como o aporte financeiro necessário para subsidiá-lo. Conforme Kotscho (2001, p. 71), diante da necessidade de recursos humanos comprometidos com a pauta imersos na produção daquele conteúdo, o gênero está desaparecendo. De acordo com o autor, poucos repórteres estão dispostos a aceitar o desafio de conduzir uma grande reportagem.

A grande reportagem rompe todos os organogramas, todas as regras sagradas da burocracia – e por isso mesmo, é o mais fascinante reduto do Jornalismo, aquele em que sobrevive o espírito de aventura, de romantismo, de entrega, de amor pelo ofício. Deve ficar bem claro, porém, que não basta a paixão. A responsabilidade de quem parte para uma grande reportagem é também muito grande para o profissional. É o momento em que você não pode errar, não tem o direito do fracasso. (KOTSCHO, 2001, p. 71).

Conforme Sodré e Ferrari (1986), a preocupação com a verdade deve acompanhar o jornalista. Para os autores, além de ser, evidentemente, verdadeira, “[...] a reportagem tem que parecer verdadeira [...]” (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 107) e isso exige saber dosar a seleção e a combinação dos elementos utilizados na construção do conteúdo. “Com isso, o texto conserva suas qualidades de tensão e condensação”. (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 107).

É a partir dessa deficiência que o público passa a esperar um tratamento informativo de maior qualidade. E exatamente vindo favorecer o atendimento a esta necessidade é que surge a revista *Time*, voltada para o relato dos bastidores, para a busca de conexões entre os acontecimentos, de modo a oferecer uma compreensão aprofundada da realidade contemporânea [...]. Com o tempo, consolida-se a prática da grande reportagem e se fortalece uma de suas formas de expressão por excelência: o *jornalismo interpretativo*. (LIMA, 2004, p. 19, grifos do autor).

Lima (2004) opina que o surgimento do gênero visa preencher a lacuna da falta de informações existente no início do século XX. O autor considera que a audiência estava desprovida de subsídios para compreender a história, as causas e as consequências dos fenômenos que presenciava. Portanto, diante disso, a grande reportagem tem o objetivo de suprir essa falta informacional e servir de guia para compreensão dos fatos que são vivenciados cotidianamente.

Assim, o consumidor desses produtos, que, muitas vezes, são veiculados com uma periodicidade definida, compreende o contexto a partir das leituras que realiza. Lima (2004) afirma que, diante desse conteúdo, o leitor fundamenta a própria realidade com base na “[...] elucidação dos aspectos que em princípio não estão muito claros”. (LIMA, 2004, p. 20). É através da grande reportagem que se tem a apresentação do contexto (cenário), os antecedentes (resgates), o suporte especializado (sustentado pelas enquetes), a projeção (consequências) e os perfis (personagens).

E tudo isso voltado para uma abordagem multiangular, para uma compreensão da realidade que ultrapassa o enfoque linear, ganhando contornos sistêmicos no esforço de estabelecer relações entre as causas e as consequências de um problema contemporâneo. (LIMA, 2004, p. 22).

Portanto, Lima (2004) indica que essa tecelagem de informações está, necessariamente, associada às causas e aos efeitos, visto que, “[...] a reportagem, como gênero, pressupõe o exame do estilo com que o jornalista articula sua

mensagem”. (LIMA, 2004, p. 24). Segundo o autor, ela só ganha o caráter de grande reportagem quando incorpora o aprofundamento do assunto tratado, “[...] na busca do entendimento mais amplo possível da questão em exame”. Lima (2004) enfatiza que o conteúdo “[...] ganha esse *status* quando incorpora à narrativa elementos que possibilitam a compreensão verticalizada do tema, no tempo e no espaço”. (LIMA, 2004, p. 24, grifos do autor).

Como exemplo, pode-se citar grandes reportagens que se tornaram livros como *A Sangue Frio* de Truman Capote que relata o assassinato brutal de uma família na cidade de Holcomb no interior do estado do Kansas, no Meio-Oeste dos Estados Unidos, em 1957, e *The Voyeur's Motel*, de Gay Talese, que apresenta a história de Gerald Foos, dono de um motel norte-americano no estado do Colorado que espionava as relações sexuais dos hóspedes na década de 1980.

## 5 METODOLOGIA

*“Não repete as táticas que te fizeram vencer, deixa que teus métodos sejam regulados pela infinita variedade de circunstâncias”*

**Sun Tzu**

*“Disciplina é a organização da liberdade. A indisciplina aprisiona-te nas circunstâncias”*

**Mario Sergio Cortella**

O método é um meio utilizado para alcançar um fim. De acordo com Jayme Paviani (2013) “[...] o conceito de método está intimamente ligado ao conceito de processo de investigação científica, que tem por objetivo produzir novos conhecimentos e modos de intervenção da realidade”. (PAVIANI, 2013, p. 61). É por meio do método que se institui “[...] um conjunto de regras, de instrumentos, de técnicas e de procedimentos” (PAVIANI, 2013, p. 61) capaz de guiar o pesquisador na busca do objetivo desejado.

Entretanto, o autor acredita que não há um segredo, tampouco uma formatação específica com dicas de como atingir determinado objetivo, visto que cada processo exige um método específico. Assim, Paviani (2013) considera que “o método de pesquisa não pode ser adquirido como se fosse uma receita”. (PAVIANI, 2013, p. 62). O método não é encarado como algo alheio ao projeto, mas sim, como uma peça integrante dele. Assim, Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2007) estabelecem que “[...] o método se caracteriza por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade” (MARCONI; LAKATOS 2007, p. 110).

Sonia Virginia Moreira (2005) salienta a postura que o pesquisador deve adotar para que não haja desvios metodológicos:

Cabe ao pesquisador manter-se consciente e atento para os desvios que muitas vezes se apresentam na aplicação do método. A consciência do risco

metodológico contribui para resultados equivocados. Dito de outra forma, colabora para a credibilidade do trabalho científico. (MOREIRA, 2005, p. 275).

Segundo as autoras, o método pode ser dividido de acordo com a abordagem, podendo ser indutivo, dedutivo, hipotético-dedutivo e/ou dialético. Quanto ao procedimento, Marconi e Lakatos (2007) definem oito conceitos, visando estabelecer etapas, consideradas pelas autoras, as “[...] mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos”. (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 110). São eles: “histórico, comparativo, monográfico ou estudo de caso, estatístico, tipológico, funcionalista, estruturalista e etnográfico”. (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 110).

Portanto, após apresentação dos conceitos, define-se a utilização de um método comparativo entre as grandes reportagens publicadas pelas revistas *CartaCapital* e *VEJA*, posteriormente aos principais fatos políticos que resultaram na destituição de Dilma Rousseff, da presidência da República do Brasil. Tal escolha, justifica-se, visto que o intuito é analisar os fenômenos empíricos e conflitá-los com os princípios éticos teóricos estabelecidos pelos códigos deontológicos e pela legislação vigente no país.

## 5.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica é a etapa que vem logo após a definição do tema e o objeto da pesquisa. Ela serve para sustentar, justificar, delimitar e qualificar as análises a serem realizadas posteriormente. Conforme Ida Regina Stumpf (2005), a pesquisa bibliográfica é o “[...] planejamento global inicial de qualquer trabalho de pesquisa [...]”. (STUMPF, 2005, p. 51). De acordo com Nélia Maria de Almeida de Figueiredo (2004), para construir um referencial de qualidade, é necessário pesquisar “[...] literaturas relevantes e atuais”. (FIGUEIREDO, 2004, p. 94). Orienta-se atentar para a utilização excessiva de citações, inserindo apenas aquelas que consolidem a proposta da pesquisa. “As listas de referências bibliográficas devem ser apresentadas de forma completa e uniforme”. (FIGUEIREDO, 2004, p. 99).

Segundo Marconi e Lakatos (2007), a pesquisa bibliográfica, ou pesquisa de fontes secundárias, visa reunir grande parte do conteúdo produzido sobre o assunto em um único documento. Ela tem por finalidade aproximar o pesquisador do assunto que está sendo pesquisado. “A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada

também como o primeiro passo de toda a pesquisa científica”. (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 44).

A pesquisa bibliográfica pode ser feita através da leitura de livros e revistas, além de uma série de outras publicações. Ainda de acordo Stumpf (2005), o ato de revisar a literatura é necessário em toda atividade, seja ela acadêmica ou de pesquisa. A autora fundamenta que, é a partir da revisão que se formula novos problemas e estabelece-se novos objetos de estudo.

## 5.2 ANÁLISE

Segundo Moreira (2005), a análise é, ao mesmo tempo, método e pesquisa, no caso da pesquisa científica. “Método porque pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação. Técnica porque é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados”. (MOREIRA, 2005, p. 272). A autora fundamenta que a análise é, na maioria das vezes, qualitativa, pois verifica o teor do conteúdo selecionado.

Conforme Paviani (2013), “[...] a análise consiste em definir conceitos, estabelecer categorias, codificações, tabulações, dados estatísticos, generalizações de dados, relações entre variáveis, etc.”. (PAVIANI, 2013, p 76). De acordo com o autor, ela pode estar ligada ao processo descritivo e “[...] também pode utilizar processos comparativos e estatísticos [...]”. (PAVIANI, 2013, p. 77).

Justifica-se, portanto, a escolha da análise qualitativa. Segundo uma importante referência da área, Laurence Bardin (2011), o caráter dessa análise apresenta características particulares pois, é “[...] necessário reler o material, alternar releituras e interpretações e desconfiar da evidência [...]”. (BARDIN, 2011, p. 146). No entanto, a autora enfatiza que a seleção do *corpus* da pesquisa influencia a avaliação do conteúdo e, portanto, “[...] torna-se necessário nos distanciarmos da crença sociológica na significação da regularidade”. (BARDIN, 2011, p. 146). Entretanto a identificação de um sentido muito forte no material analisado não deve ser ignorada, escondida ou abafada.

Assim, reuniu-se um *corpus* da pesquisa (as grandes reportagens das revistas *CartaCapital* e *VEJA*), visto que, conforme Bardin (2011), após a demarcação do universo (os códigos deontológicos, os princípios éticos e a legislação vigente no Brasil) é necessário delimitar o *corpus*. De acordo com a autora, ele é “[...] o conjunto



dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 2011, p. 126) e pode ser defendido por meio de regras específicas.

No intuito de alcançar o objetivo proposto na pesquisa, o *corpus* foi selecionado a partir da regra de pertinência do tema. Segundo Bardin (2011), essa regra exige que os documentos sejam “[...] adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise”. (BARDIN, 2011, p. 128). É importante destacar que a reunião das grandes reportagens publicadas nas revistas *CartaCapital* e *VEJA* se deu a partir da captura de tela (*print screen*) e reprodução da consulta no formato digital das publicações (com o mesmo conteúdo das edições impressas), acessadas via dispositivo móvel (*tablet*).

Entretanto, é necessário considerar que, como a análise busca conflitar o teor ético do conteúdo com os códigos deontológicos e a legislação vigente no Brasil, também foi necessária a utilização da análise documental para reunião dos textos que regem a prática profissional do jornalismo no país (abordados no capítulo 3). Geralmente, as fontes da análise documental são de origem secundária, que podem ser consideradas desde a mídia impressa e eletrônica até relatórios técnicos. Contudo, Moreira (2005) recorda que “[...] o pesquisador pode deparar-se também com material de fontes primárias [...]” (MOREIRA, 2005, p. 272) o que necessita a utilização de textos legislativos e documentos oficiais para a análise.

Conseqüentemente, Moreira (2005) enfatiza que a utilização da análise documental se dá a partir do momento em que o pesquisador já possui “[...] intuição ou informação suficiente para guiá-lo na consulta de determinadas bases documentais”. (MOREIRA, 2005, p. 27). O processo de pesquisa se dá através do diálogo desses documentos para com a pesquisa, visando fundamentar o conteúdo e legitimá-lo através das referências.

### **5.2.1 Análise de conteúdo**

A análise de conteúdo preocupa-se em estudar as características das mensagens e, a partir disso, comparar as diferenças entre elas. “Durante muito tempo [...] foi considerada quase sinônimo de análise de mensagens escritas e impressas”. (FONSECA JR., 2005, p. 286). Portanto, diante das definições metodológicas já apresentadas, também se faz necessária a justificação do modelo a ser adotado.

Conforme Wilson Corrêa da Fonseca Júnior (2005) “[...] a análise de conteúdo é destinada a investigação de fenômenos simbólicos por meio de várias técnicas de pesquisa”. (FONSECA JR., 2005, p. 280). Esse método é considerado uma técnica híbrida por conectar “o formalismo estatístico” e a “análise qualitativa de materiais”, visto que ela oscila entre esses dois polos.

Considera-se, portanto, a teoria sobre a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011). Escolheu-se esse método, pois acredita-se que a análise, sugerida pela autora, “[...] em torno de três polos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2011, p. 125) seja adequada para o estudo proposto.

Nesse sentido, de acordo com Bardin (2011), a pré-análise “[...] tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias”. (BARDIN, 2011, p. 125). A autora fundamenta que essa fase deve cumprir três missões para ser superada: “a *escolha dos documentos* a serem submetidos à análise, a formulação das *hipóteses* e dos *objetivos* e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final”. (BARDIN, 2011, p. 125, grifos do autor). Bardin (2011) enfatiza que esses fatores devem, obrigatoriamente, respeitar uma ordem cronológica, embora estejam diretamente correlacionados.

Na fase de pré-análise delimitou-se a coleta do *corpus* a partir do período a ser analisado que segue a “regra da homogeneidade” proposta por Bardin (2011). Segundo a autora, ela determina que, “os documentos retidos devem ser homogêneos, isto é, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora desses critérios”. (BARDIN, 2011, p. 128).

O critério utilizado para a seleção do *corpus* foi definido a partir do calendário do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Serão analisadas as grandes reportagens (manchetes de capa) das seguintes publicações (edições digitais, vide apêndice B):

1. *CartaCapital* edição n° 879 e *VEJA* edição n° 2.455, publicadas em 09 de dezembro de 2015 (após a abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff);
2. *CartaCapital* edição n° 897 e *VEJA* edição n° 2.474, publicadas em 20 de abril de 2016 (após aprovado o processo de *impeachment* pela Câmara dos Deputados, seguindo para o Senado Federal);

3. *CartaCapital* edição nº 917 e *VEJA* edição nº 2.494, publicadas em 07 de setembro de 2016 (após a destituição de Dilma Rousseff e a ascensão do vice Michel Temer ao cargo de presidente da República).

Na sequência, na fase de exploração do material, (BARDIN, 2011, p.131) entende-se que o material previamente analisado deva ser fragmentado, codificado e categorizado para que se chegue ao objetivo proposto. Conforme Bardin (2011), essa fase consiste em aplicar o método definido e sistematizar decisões que serão essenciais para a interpretação dos resultados obtidos. De acordo com a autora, essa é a fase mais longa do processo de análise, visto que “[...] consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas”. (BARDIN, 2011, p. 131).

Segundo a autora, a codificação é necessária no processo de análise, pois é por meio dela que, conforme regras precisas, o material é transformado. Conforme Bardin (2011), é na exploração do material que os dados brutos do texto são recortados (para escolha das unidades de registro ou de contexto), enumerados (para escolha das regras de contagem) e classificados ou agregados (para escolha das categorias) com o objetivo de “[...] atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão”. (BARDIN, 2011, p. 133).

No recorte do texto, obtém-se as unidades de registro ou de contexto. Na primeira, objetiva-se identificar a categorização e a frequência com que palavras (como corrupção, democracia e golpe) temas (como economia, política e escândalos) objetos ou referentes (como as associações, comparações e figuras de linguagem), personagens (como Dilma Rousseff, Eduardo Cunha, Luiz Inácio Lula da Silva e Michel Temer) acontecimentos (como as decisões legislativas, o impedimento presidencial e os processos jurídicos) e documentos (como delações, denúncias e leis) aparecem no material analisado (BARDIN, 2011).

De acordo com Bardin (2011, p.134), a atenção é necessária nesse processo, pois muitas variáveis devem ser consideradas. A autora enfatiza que é comum “[...] certa ambiguidade no que diz respeito aos critérios de distinção das unidades de registro”. (BARDIN, 2011, p. 134).

Por sua vez, as unidades de contexto servem para compreender a significação dos critérios de codificação das unidades de registro, fazendo referência consciente ao contexto que o material foi produzido (BARDIN, 2011). Pretende-se, assim, por

meio deste método, não apenas identificar a incidência das palavras, mas sim, a forma que a construção das mensagens das reportagens das revistas *CartaCapital* e *VEJA* foi realizada. Portanto, espera-se que a contextualização do conteúdo dos periódicos, a posterior comparação dos mesmos e, por fim, o confronto com a ética jornalística identifique os princípios adotados (ou não) nas reportagens.

Desta forma, no caso da pesquisa proposta, faz-se necessário esse recorte, pois, conforme Bardin (2011), na “[...] análise de mensagens políticas, palavras como liberdade, ordem, progresso, democracia, sociedade, têm necessidade de contexto para serem compreendidas no seu verdadeiro sentido”. (BARDIN, 2011, p. 137).

De acordo com Bardin (2011), “[...] quanto maior é a unidade de contexto mais as atitudes ou valores se afirmam numa análise avaliativa, ou mais numerosas são as coocorrências numa análise de contingência”. (BARDIN, 2011, p. 137). Assim, a autora sugere que se faça a distinção entre unidade de registro e as regras de enumeração. A primeira é “o que se conta”, enquanto a segunda caracteriza-se pelo “modo de contagem” (BARDIN, 2011).

Bardin (2011) salienta que “[...] é possível utilizar diversos tipos de enumerações”. (BARDIN, 2011, p. 138). A autora sugere os seguintes parâmetros de análise: a presença ou ausência, a frequência, a intensidade, a direção e a ordem que os elementos são apresentados no texto analisado. Assim, entende-se que, principalmente, a frequência e a intensidade dos termos adotados na construção do conteúdo das reportagens das revistas *CartaCapital* e *VEJA* (como, por exemplo, as palavras “democracia” e “golpe”) indicam a direção da linha editorial do veículo e justificam a ausência e/ou presença de outros termos e/ou informações. Segundo Bardin (2011),

qualquer escolha de uma regra (ou de várias regras de enumeração assenta numa hipótese de correspondência entre a presença, a frequência, a intensidade, a distribuição, a associação da manifestação da linguagem e a presença, a frequência, a intensidade, a distribuição, a associação de variáveis inferidas, não linguísticas. É conveniente procurar-se a correspondência mais pertinente. (BARDIN, 2011, p. 143).

A autora acredita que uma variável de inferência se manifesta de diversas formas. “Por exemplo, na análise da imprensa, a superfície dos artigos, o tamanho ou a frequência dos acontecimentos descritos talvez sejam três modos de codificação e de enumeração aptos para elucidarem a mesma realidade”. (BARDIN, 2011, p. 143).

Como o conteúdo pode ser analisado por meio de diversas óticas. Bardin (2011) sugere a classificação e a categorização das mensagens. “Classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com os outros”. (BARDIN, 2011, p. 148). Segundo a autora, esse processo é importante em toda e qualquer atividade com viés científico, pois é por meio dele que se isola, reparte-se e organiza-se as mensagens analisadas, no intuito de identificar índices invisíveis implícitos nos dados brutos.

A partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias. A categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental) fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. (BARDIN, 2011, p. 148-149).

Assim, Bardin (2011) define que um conjunto de categorias de qualidade é composto pela exclusão mútua (que define que cada elemento não pode estar em mais de uma divisão definida), homogeneidade (onde apenas um princípio deve definir a categorização), pertinência (onde se adequa-se o conteúdo e alinha-se a categoria às reflexões propostas pela investigação), objetividade e fidelidade (onde evita-se distorções subjetivas) e produtividade (onde insere-se a qualidade pragmática, visto que o conjunto de categorias definido deve ser produtivo e fornecer resultados efetivos para alcançar o objetivo da pesquisa).

Por fim, Bardin (2011) estabelece a inferência e a interpretação essenciais para o tratamento dos resultados obtidos na exploração do material. É nessa etapa que se analisa os códigos e a significação do emissor, do receptor, da mensagem e do *medium* (que é o suporte material desses códigos, nesse caso, as revistas *CartaCapital* e *VEJA*).

Nesse momento, faz-se necessário a conceituação de inferência. De acordo com a autora, o termo refere-se à interpretação limitada ao método definido. Conforme Bardin (2011) “em outras palavras, trata-se de realizar uma análise de conteúdo sobre uma análise de conteúdo” (BARDIN, 2011 p. 169), ou seja, a aplicação do método, da interpretação, da apresentação e da exploração obtida no *corpus* de pesquisa.

Dessa forma, Bardin (2011) define as inferências como específicas (onde procura-se responder perguntas pré-definidas) ou gerais (onde busca-se as relações entre o tom da mensagem e os termos escolhidos para apresentá-la). No caso desta pesquisa, as inferências objetivam responder de que forma os princípios da ética

jornalística influenciam na produção do conteúdo de grandes reportagens das revistas *CartaCapital* e *VEJA* na cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Segundo Bardin (2011, p. 170), nessa etapa é possível identificar informações e posicionamentos militares, políticos, assim como estruturas psicológicas implícitas nas mensagens. Também é nesse momento que se observa aspectos culturais, históricos e sociológicos e o impacto que eles têm na credibilidade do conteúdo, diante da incidência da persuasão e do simbolismo difundido pela mensagem.

## 6 A ÉTICA JORNALÍSTICA DAS REPORTAGENS DE *CARTACAPITAL* E *VEJA*

*“Não há mais do que cinco cores primárias, mesmo assim, em combinação, elas podem produzir mais tons do que jamais poderá ser visto”*

**Sun Tzu**

Baseado no método proposto por Bardin (2011), é apresentado, a seguir, o *corpus* de pesquisa, seguido da análise de conteúdo do mesmo. Nele, são expostos os veículos de comunicação escolhidos para tal (as revistas semanais *CartaCapital*<sup>12</sup> e *VEJA*<sup>13</sup>), além das edições e reportagens que serão analisadas. O intuito é identificar a ética jornalística implícita no conteúdo dos periódicos. Antes, algumas considerações iniciais são necessárias para justificar a escolha do *corpus* da pesquisa.

### 6.1 O *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF

A jovem democracia brasileira pós-ditadura militar (1964-1985) depôs em 1992, a partir de um processo de *impeachment*, o primeiro presidente da República eleito pelo voto direto, Fernando Collor de Melo. A partir do fim do regime de exceção, em 1985, os veículos de comunicação passaram a retomar o importante espaço no debate político público que haviam perdido. Desde então, escândalos estampam capas de revistas, jornais e *sites*. Diante dessa disseminação de informações, a credibilidade do conteúdo publicado é frequentemente colocada em xeque, visto que algumas denúncias são evidentemente ideológicas e, posteriormente, desmentidas.

---

<sup>12</sup> Fundada em 1994, a revista possui, atualmente, cerca de 15 mil assinantes e, aproximadamente, 11 mil exemplares são vendidos avulso. Cerca de 425 mil downloads de edições foram realizados desde o lançamento do aplicativo em 2011. De maneira geral, atualmente, a linha editorial do periódico é considerada com orientação política de esquerda. Disponível em: <[https://www.editoraconfianca.com.br/formatos\\_html/assets/editoraconfianca\\_20\\_07.pdf](https://www.editoraconfianca.com.br/formatos_html/assets/editoraconfianca_20_07.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2017.

<sup>13</sup> Fundada em 1968, a revista possui, atualmente, cerca de 1 milhão e 58 mil assinantes e, aproximadamente, 72 mil exemplares são vendidos avulso. Cerca de 160 mil acessam a versão digital. De maneira geral, atualmente, a linha editorial do periódico é considerada com orientação política de direita. Disponível em: <<http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja>>. Acesso em: 23 mai. 2017

Conseqüentemente, um processo de impedimento presidencial, como foi o de Dilma Rousseff, é repleto de pontos de vista. Entretanto, antes de analisá-los é necessário considerar os cenários político, econômico e social em que a destituição de Dilma Rousseff do cargo máximo do Brasil foi efetivada.

Na história recente, desde então, o Partido dos Trabalhadores (PT) destaca-se pelo poder adquirido no Brasil, democraticamente, quatro vezes consecutivas (Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002 e 2006 e, sua sucessora, Dilma Rousseff, em 2010 e 2014). No entanto, a última eleição, vencida com uma diferença mínima de votos (3.489.512), polarizou o país. O apoio do governo junto aos partidos ficou fragilizado, principalmente quando, após o pleito, a presidente eleita editou uma série de decretos, autorizando a abertura de crédito suplementar sem a aprovação do Congresso, alterando a meta fiscal estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) <sup>14</sup>.

Nesse cenário, a instabilidade política é acentuada após a divulgação de escândalos de corrupção na principal empresa estatal brasileira, a Petrobras. Paralelamente, a Operação Lava Jato<sup>15</sup> segue “empilhando” fases e novas figuras públicas são acusadas de corrupção. É nesse turbilhão de fatos que o impedimento de Dilma se transforma de um desejo da minoria (afinal, a maioria simples a elegeu) a um processo constitucional, instaurado na Câmara dos Deputados em 02 de dezembro de 2015.

Capitaneado pelo então presidente da Casa, Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a admissibilidade do processo é aprovada em 17 de abril de 2016 e segue para o Senado Federal que, por sua vez, consente a decisão da Câmara, dá prosseguimento ao processo e afasta a chefe de Estado em 12 de maio de 2016. No mesmo dia, há a ascensão de um governo interino do, à época, vice-presidente Michel Temer, também do PMDB. No Senado, o processo é concluído em 31 de agosto de 2016 com a deposição de Dilma e a nomeação de Temer como presidente da República.

---

<sup>14</sup> A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente. A LDO orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/ldo/ldo2017>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

<sup>15</sup> Até o término desta pesquisa (em 23 de junho de 2017), a operação Lava Jato havia deflagrado 41 fases. A última batizada de *Poço Seco* foi deflagrada em 26 de maio de 2017. Disponível em: <<http://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/todas-as-fases-da-operacao-lava-jato.html>>. Acesso em: 26 mai. 2017.



Em meio a esse cenário, há vazamento de áudios, delações premiadas são ofertadas, novas denúncias são realizadas e há a cassação de Cunha em 12 de setembro de 2016 (juntamente com a posterior prisão em 19 de outubro do mesmo ano). Os veículos de comunicação, atentos a isso, denunciam os escândalos na sociedade. Diante do processo que culminou na deposição de Dilma Rousseff, com ampla cobertura das mídias tradicionais e digitais<sup>16</sup>, movimentos contrários ao *impeachment* nomeiam o processo como um “golpe constitucional” aprovado por parte da mídia brasileira.

A importância da análise do conteúdo publicado pelos veículos de comunicação, proposta a seguir, se dá tanto para os profissionais em formação quanto para a academia universitária. Sendo um fato recente e histórico, será lembrado e estudado pelas gerações futuras. Com a discussão proposta, pretende-se fomentar a produção acadêmica em torno do tema ética diante da importância do conceito não apenas para o jornalista, mas para todas as profissões.

Entretanto, enfatiza-se que, quando a amostra é o jornalismo, a relação do tema com a atividade é substancial, pois é por meio dela que há a manutenção da credibilidade, tão cultuada e preservada pela profissão. Diante disso, tal estudo é necessário para estimular a construção dessa consciência, visto que é indispensável considerar a ética jornalística como parte vital no processo de construção da cidadania.

## 6.2 IDENTIFICAÇÃO DO *CORPUS* DE PESQUISA

Embora haja inúmeras considerações a respeito, que evidentemente desviam-se do objetivo desta pesquisa, torna-se essencial observar os jogos de poder que permeiam essas realidades (afinal, a midiaticização de escândalos, sejam eles políticos, institucionais ou constitucionais, repercute em todas as esferas da sociedade). Aliadas à disseminação de informações, a esfera pública, em constante transformação, evidencia opiniões que são moldadas de acordo com o conteúdo publicado pelos veículos de comunicação.

---

<sup>16</sup> O assunto tomou conta não apenas dos veículos de comunicação tradicionais (impresso, rádio e TV). Embora não seja o foco dessa pesquisa, é importante considerar o potencial das redes sociais que também agiu como fomentador da disseminação de opiniões na esfera digital.

Nesse cenário, é necessário considerar que a destituição da primeira mulher eleita (e reeleita) democraticamente no Brasil, Dilma Rousseff, foi amplamente coberta pela imprensa nacional. Conseqüentemente (ou não), as ruas foram tomadas e o sentimento de participação ganhou força. Diante disso, um debate de uma questão histórica foi reaceso: a manipulação no jornalismo<sup>17</sup>. Assim, tem-se a seguinte questão norteadora: de que forma a ética jornalística está implícita (ou não) e influencia (ou não) o conteúdo dos veículos *CartaCapital* e *VEJA*?

Evidentemente, a mídia repercutiu os fatos que efetivaram a cassação do mandato presidencial de Dilma conforme a ótica dos profissionais e a linha editorial adotada. Alguns veículos foram julgados pela “falta de isenção” na produção de conteúdo, enquanto outros foram questionados, até mesmo, pela veracidade das informações divulgadas. A polêmica discussão ganhou a companhia dos julgamentos éticos. Os inúmeros questionamentos foram exponenciados e o *impeachment* se tornou *pop*: praticamente todos os cidadãos brasileiros têm uma opinião sobre o assunto. Afinal, o que houve com Dilma foi um “golpe” ou foi “exercício da democracia”?

Nesse contexto, aproximando ao objeto da pesquisa, na fase de pré-análise, conforme sugere Bardin (2011), é importante apresentar a escolha dos documentos que serão submetidos à análise e a regra que justifica essa escolha. Dessa forma, considerando que o conteúdo de importantes periódicos nacionais foi colocado em xeque no período de cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (02 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016), delimitou-se a coleta do *corpus* a ser analisado conforme a “regra da homogeneidade”, também proposta pela autora. Assim, foram escolhidos dois veículos do meio impresso e digital (*CartaCapital* e *VEJA*), pois se destacam pelo impacto que geram (aprovação ou repúdio), ao publicarem um conteúdo político que, geralmente, é banhado de informações e opiniões polêmicas.

Outro critério a ser considerado para a seleção do *corpus* de pesquisa foi o calendário do processo (vide apêndice B), pois escolheu-se as edições digitais (acessadas via aplicativo para *tablet*) das revistas *CartaCapital* (C1, C2 e C3) e *VEJA*

---

<sup>17</sup> Apesar das constantes investigações, é necessário considerar que em alguns casos, para harmonizar os fatos com a linha editorial, há a tentativa de omitir informações de interesse público, por parte dos veículos de comunicação.

(V1, V2 e V3) publicadas posteriormente aos três principais fatos políticos<sup>18</sup> que determinaram o *impeachment* de Dilma Rousseff, apresentados a seguir:

Figura 4 - *Corpus* de pesquisa *CartaCapital*



Fonte: Autor (2017).

<sup>18</sup> São eles: 1) a abertura do processo (em 02 de dezembro de 2015); 2) a aprovação da Câmara dos Deputados - que deu prosseguimento ao processo e tornou o *impeachment* viável (em 17 de abril de 2016); 3) a efetivação do *impeachment* de Dilma Rousseff (em 31 de agosto de 2016).

Figura 5 - *Corpus* de pesquisa VEJA

Fonte: Autor (2017).

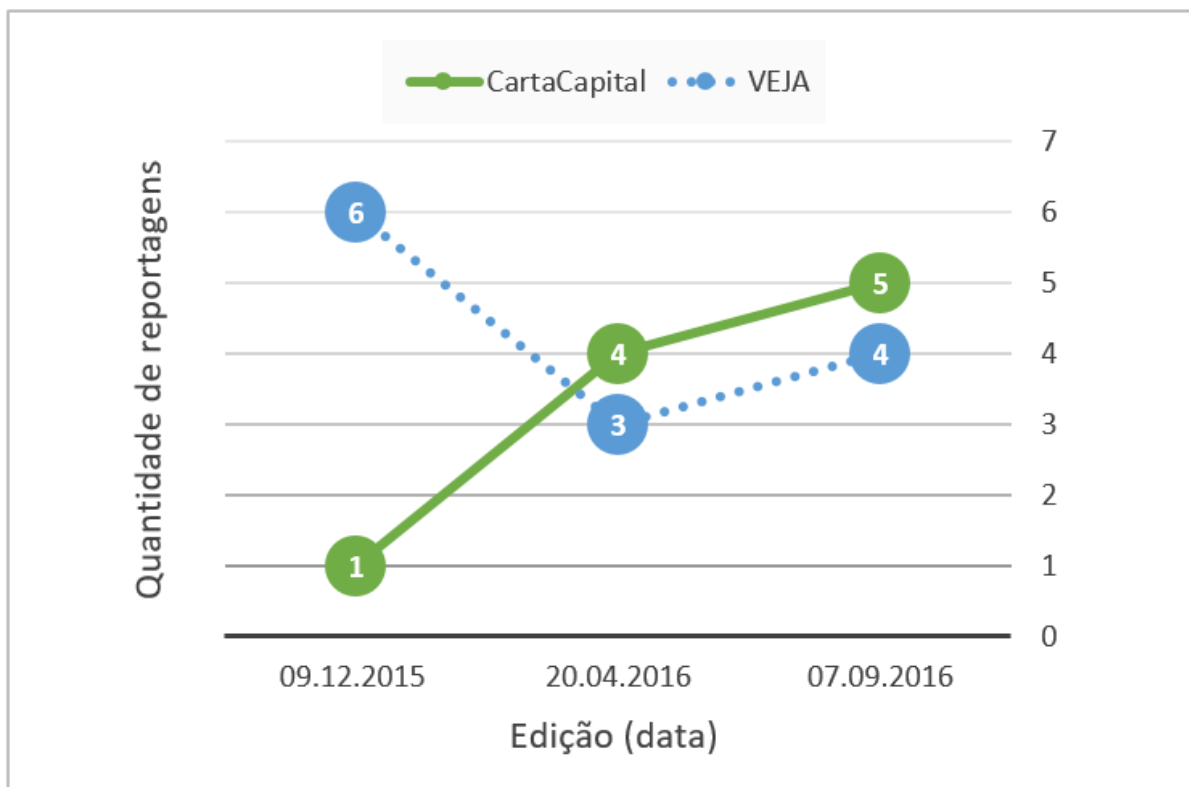
Ainda nessa etapa, conforme sugere Bardin (2011), é importante formular as hipóteses que vão nortear a próxima fase da análise (a exploração do material). Para alcançar a resposta para a questão norteadora, proposta acima, conseqüentemente surgem algumas questões específicas: 1) “*CartaCapital* não agiu de forma ética ao considerar o *impeachment* de Dilma Rousseff como golpe constitucional”; 2) “*VEJA* não agiu de forma ética ao considerar o *impeachment* de Dilma Rousseff como exercício da democracia”; 3) “Ambas as revistas agiram de forma ética, de acordo com os códigos deontológicos e a legislação vigente no Brasil”. Para facilitar a exploração do material, estruturou-se indicadores quantitativos, conforme também sugere Bardin (2011), para identificar a forma como o conteúdo foi apresentado em cada edição.

### 6.2.1 Quantidade de reportagens produzidas por *CartaCapital* e *VEJA*

Quanto à quantidade de reportagens produzidas sobre o tema, em cada edição, identificou-se que, conforme o processo de *impeachment* avançava a revista

*CartaCapital* aborda mais o tema, fenômeno oposto ao identificado em *VEJA* que reduziu ou manteve o conteúdo no mesmo período:

Gráfico 1 - Quantidade de reportagens sobre o *impeachment*: *CartaCapital* x *VEJA*



Fonte: Autor (2017).

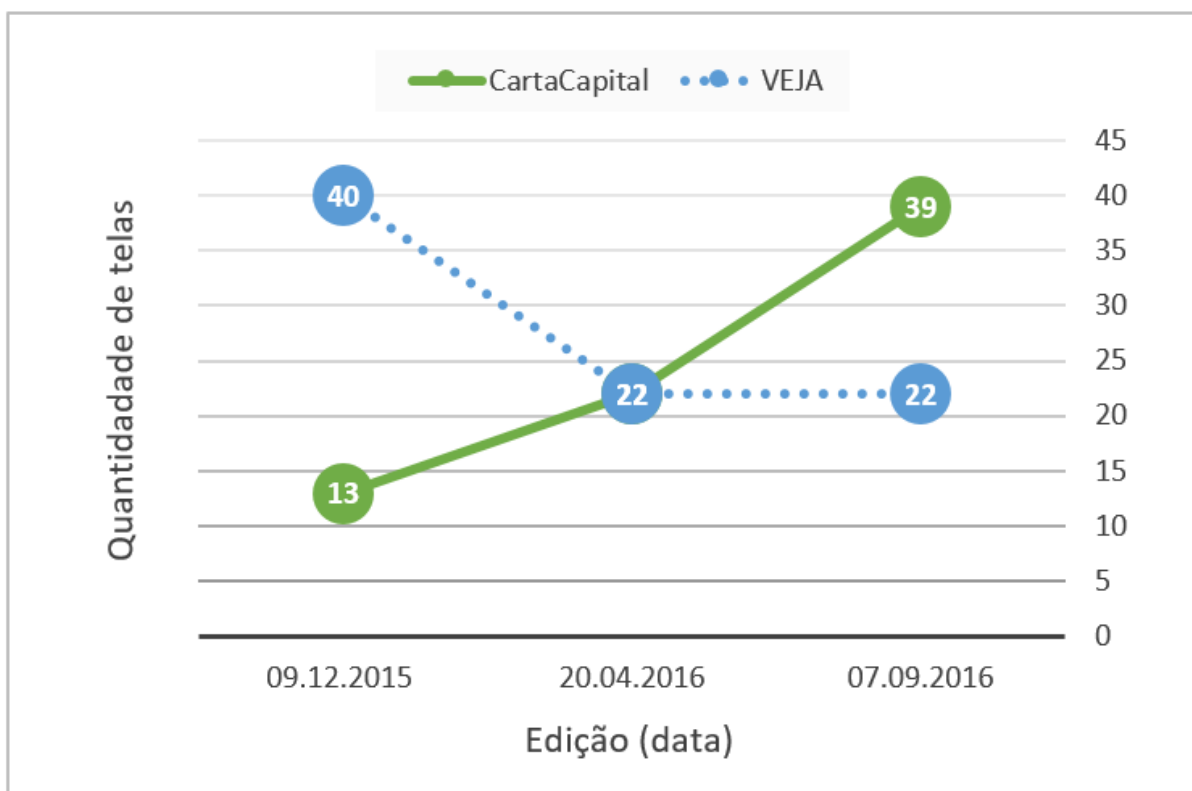
### 6.2.2 Quantidade de telas diagramadas por *CartaCapital* e *VEJA*

Em relação a quantidade de telas<sup>19</sup>, que cada veículo determinou para abordar o tema, verificou-se o mesmo fenômeno: o interesse da *CartaCapital* em abordar o *impeachment* aumenta, enquanto que o de *VEJA* diminui. A versão digital de *CartaCapital* aumentou mais de 70% do conteúdo publicado na edição pós-deposição de Dilma em relação ao que havia publicado na edição pós-abertura do processo. Enquanto isso, *VEJA* reduziu quase que pela metade o conteúdo sobre o tema nas mesmas datas acima citadas. Verificou-se ainda que na edição pós-votação da admissibilidade do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff na Câmara dos

<sup>19</sup> Definiu-se esse indicador, pois, diferentemente da edição impressa, na versão digital (disponível para acesso via *tablet*) o conteúdo mantém-se o mesmo, mas com diagramação diferente: cada tela é diagramada para apresentar uma parte do conteúdo de forma a utilizar todo espaço da tela do dispositivo móvel.

Deputados, na edição seguinte (20 de abril de 2016), ambas as revistas publicaram o mesmo número de telas sobre o tema:

Gráfico 2 - Quantidade de telas sobre o *impeachment*: *CartaCapital* x *VEJA*



Fonte: Autor (2017).

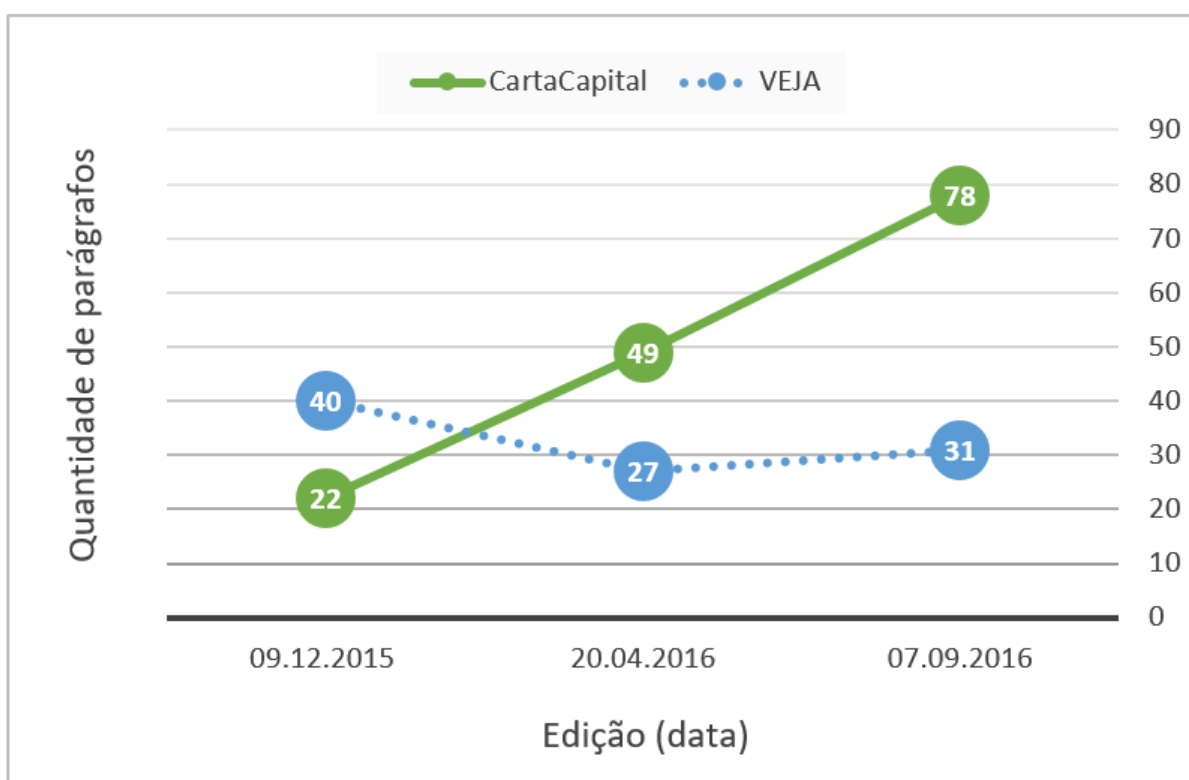
### 6.2.3 Quantidade de parágrafos produzidos por *CartaCapital* e *VEJA*

É necessário considerar que a diagramação, em algumas telas favorece a utilização de imagens, destaque para trechos do conteúdo (olho), linhas de apoio, fotolegendas, gráficos, infográficos, boxes e entrevistas - elementos que não são analisados nesta pesquisa. Dessa forma, objetivando considerar apenas o conteúdo principal das grandes reportagens publicadas nas edições digitais, foi realizado o levantamento de quantos parágrafos<sup>20</sup> foram construídos em cada edição de *CartaCapital* e *VEJA*.

<sup>20</sup> Essa decisão foi tomada para analisar se a quantidade de telas diagramadas, para o conteúdo de cada edição, está diretamente relacionada a quantidade de conteúdo produzido em cada período. É importante salientar que não se considera a quantidade de linhas ou palavras de cada parágrafo, visto que o objetivo principal desta pesquisa é analisar o conteúdo qualitativamente e não quantitativamente.

Observou-se que o fenômeno anteriormente identificado se mantém. *CartaCapital* aumentou quase 70% a produção de conteúdo sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff, enquanto que *VEJA* diminuiu (até, no máximo, cerca de 25%) a quantidade de parágrafos sobre o tema nas edições posteriores, enquanto o processo avançava. É importante atentar que a quantidade de parágrafos de *CartaCapital* em 02 de dezembro de 2015 é pouco mais que a metade do que o produzido em *VEJA*, fenômeno inversamente proporcional ao apresentado em 20 de abril e 07 de setembro de 2016, onde *CartaCapital* mais que duplicou a quantidade de conteúdo, na comparação com *VEJA*:

Gráfico 3 - Quantidade de parágrafos sobre o *impeachment*: *CartaCapital* x *VEJA*



Fonte: Autor (2017).

Após apresentar quantitativamente o conteúdo analisado, avança-se para a próxima fase: a exploração qualitativa do material de cada revista nos três períodos selecionados. No entanto, antes de analisar o conteúdo de cada revista, publicados nos períodos acima descritos, observa-se que as reportagens analisadas (tanto em *CartaCapital* como em *VEJA*) apresentam caráter de gênero híbrido, ou seja, ora

trazem aspectos “argumentativos, narrativos ou descritivos” (COIMBRA, 1993)<sup>21</sup>, ora “documentais, factuais ou de ação”. (SODRÉ; FERRARI, 1986)<sup>22</sup>.

Entretanto, conforme exposto na metodologia, é necessário considerar que a análise busca conflitar, qualitativamente, o teor ético do conteúdo. Contudo, entende-se que também será necessária, inicialmente, a utilização de um viés quantitativo à análise documental. Geralmente, esta é de origem secundária, no entanto, decidiu-se apresentá-la previamente para elucidar a homogeneidade do material analisado, nativo da mídia digital.

Dessa forma, por meio da análise quantitativa apresentada – por telas (de *tablet*) e parágrafos –, enfatiza-se a tentativa de levar em consideração, ao máximo, a “regra da homogeneidade”, sugerida por Bardin (2011). A iniciativa leva em consideração que, embora o conteúdo, de ambos os periódicos, tenha sido publicado nas mesmas datas, apresentam características distintas – argumento que poderia gerar questionamentos quanto à homogeneidade da análise, apresentada a seguir.

### 6.3 CONTEÚDO PUBLICADO EM 09 DE DEZEMBRO DE 2015

Na exploração do material publicado no primeiro período analisado (anexos A e B), o conteúdo foi fragmentado, codificado e categorizado para que se chegue ao objetivo proposto, conforme sugere Bardin (2011). Na edição nº 879 de *CartaCapital* (codificada como C1) observa-se que apenas uma reportagem (codificada como C1.1) de 13 telas e 22 parágrafos foi produzida, enquanto que a edição nº 2.455, *VEJA*

<sup>21</sup> Coimbra (1993) sugere três matrizes de gêneros, sendo eles: dissertativo (ou argumentativa), narrativo ou descritivo. De acordo com o autor, na reportagem argumentativa “[...] a função de informar é inseparável do esforço para convencer o leitor a aceitar a informação no contexto de um raciocínio que se pretende correto”. (COIMBRA, 1993, p. 13). Já o texto narrativo “[...] ostenta uma dimensão temporal” (COIMBRA, 1993, p. 15), ou seja, os comportamentos são processados em relações de causa e consequência, assim, a referência primordial são as ações das pessoas que são subordinadas as descrições das circunstâncias. Por fim, a reportagem descritiva objetiva “[...] retardar o relato de determinado acontecimento”. (COIMBRA, 1993, p. 20).

<sup>22</sup> Sodré e Ferrari (1986) dividem o gênero em três modelos, dos quais consideram fundamentais: reportagem de fatos, reportagem de a o e reportagem documental. Na primeira, os relatos são objetivos e obedecem a estrutura da pirâmide invertida. Eles são “[...] narrados em sucessão, por ordem de importância”. (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 45). Na reportagem de a o, os relatos começam pelos fatos mais atraentes e vai, aos poucos para a exposi o dos detalhes. De acordo com os autores, “o importante, nessas reportagens,   o desenrolar dos acontecimentos de maneira enunciante, próxima ao leitor, que fica envolvido, com a visualiza o das cenas, como num filme”. (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 52). Já na reportagem documental, de acordo com Sodré e Ferrari (1986), os elementos também são objetivos, mas “[...] acompanhados de cita es que complementam e esclarecem o assunto tratado”. (SODRÉ; FERRARI, 1986, p. 64). Segundo os autores, esse modelo   o que mais se aproxima da explora o.



produziu seis reportagens (codificadas como V1.1, V1.2, V1.3, V1.4, V1.5 e V1.6), com características distintas, conforme exposto na tabela seguir:

Tabela 1 - Reportagens publicadas por *CartaCapital* e *VEJA* em 09 de dezembro de 2015

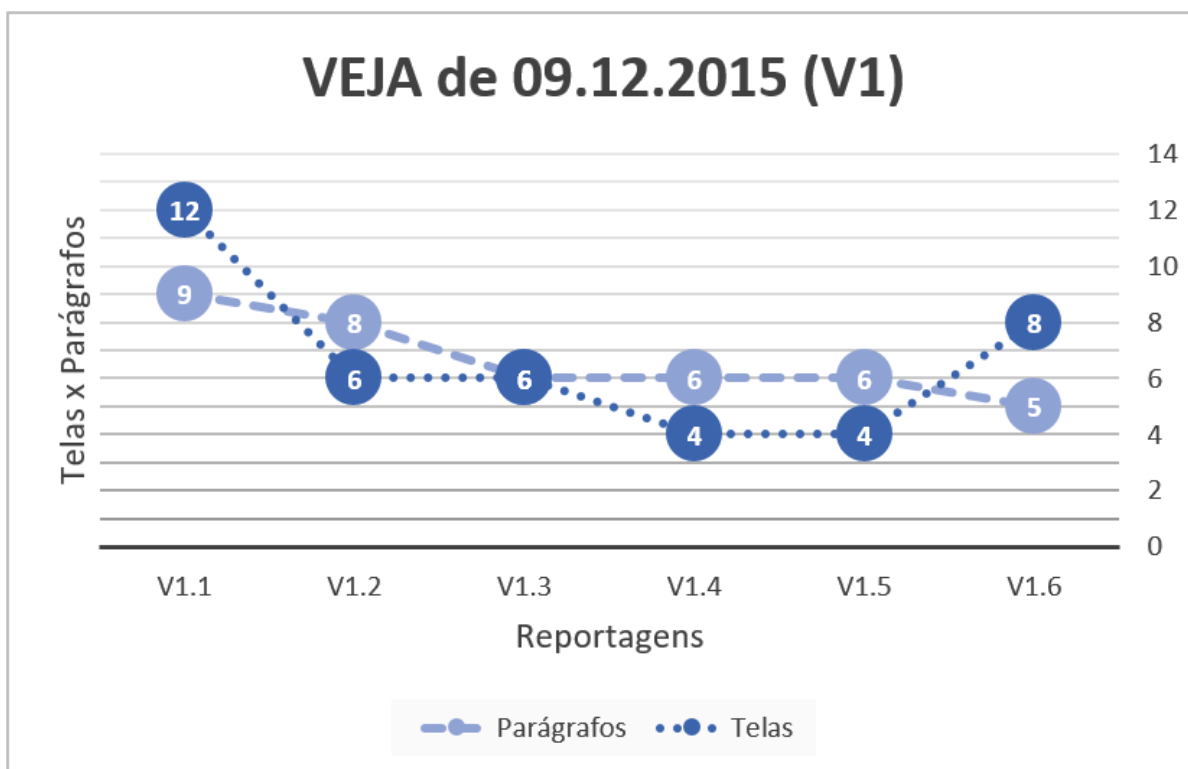
CartaCapital de 09.12.2015 (C1)				
Reportagem	Título	Autoria	Telas	Parágrafos
C1.1	O fim da chantagem	André Barroccal e Rodrigo Martins	13	22
TOTAL			13	22

VEJA de 09.12.2015 (V1)				
Reportagem	Título	Autoria	Telas	Parágrafos
V1.1	Impeachment não é guerra	Daniel Pereira	12	9
V1.2	Os ecos da Lava-Jato	Robson Bonin e Hugo Marques	6	8
V1.3	O primeiro choque	Kalleo Coura e Mariana Barros	6	6
V1.4	O sistema das crises sem traumas	Duda Teixeira e Leonardo Coutinho	4	6
V1.5	O papel das ruas	Eduardo Gonçalves	4	6
V1.6	O alicerce apodreceu	Marcelo Sakate e Bianca Alvarenga	8	5
TOTAL			40	40

Fonte: Autor (2017).

Assim, observa-se que, no caso de *VEJA*, a quantidade de telas diagramadas (que varia de quatro a 12) é proporcional ao conteúdo produzido (que varia de cinco a nove parágrafos). Desta forma, fundamenta-se que a análise das reportagens de V1 será mais extensa do que C1, diante da quantidade de conteúdo publicado, conforme exposto gráfico a seguir:

Gráfico 4 - Fragmentação, codificação e categorização das reportagens produzidas por VEJA em 09 de dezembro de 2015



Fonte: Autor (2017).

Posteriormente à fragmentação, codificação e categorização, o conteúdo é explorado separadamente, visando sistematizar decisões que são essenciais para a interpretação dos resultados obtidos, como fundamenta Bardin (2011). A seguir, os dados brutos do texto são recortados (com a apresentação das unidades de registro ou de contexto), enumerados (com a apresentação das palavras-chave) e classificados (conforme categorias e critérios definidos no referencial teórico, nos códigos deontológicos e na legislação brasileira vigente).

### 6.3.1 Conteúdo publicado por *CartaCapital* em 09 de dezembro de 2015

A única reportagem de *CartaCapital*, *O fim da chantagem* (anexo A), publicada na edição C1, de autoria dos jornalistas André Barroccal e Rodrigo Martins. Ela desenvolve em 13 telas e 22 parágrafos o conteúdo que apresenta 12 fontes e visa explicar a origem do processo de *impeachment* aberto contra Dilma Rousseff na semana anterior. A quantidade de fontes denota que a revista segue o artigo 12º do

Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (CEJB), que no inciso I cita a necessidade de “ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística”. (FENAJ, 2007, p. 3). As fontes utilizadas em C1.1 são apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 2 - Fontes presentes na reportagem de *CartaCapital* publicada em 09 de dezembro de 2015

O fim da chantagem (C1.1)			
	Nome	Cargo ocupado na ocasião	
Fontes da reportagem	1	Jaques Vagner	Ministro da Casa Civil
	2	Robson Braga	Presidente da Confederação Nacional da Indústria
	3	Marco Aurélio Mello	Ministro do Supremo Tribunal Federal
	4	Dilma Rousseff	Presidente da República
	5	Rui Falcão	Presidente Nacional do PT
	6	Paulo Teixeira	Deputado Federal do PT
	7	Alessandro Molon	Líder da Rede Sustentabilidade na Câmara
	8	Carlos Sampaio	Líder do PSDB na Câmara
	9	Aécio Neves	Senador do PSDB
	10	Cláudio Couto	Cientista político da Fundação Getúlio Vargas
	11	Fábio Konder Comparato	Jurista
	12	Leonardo Picciani	Líder do PMDB na Câmara

Fonte: Autor (2017).

O conteúdo tem como alvo da crítica o responsável por aceitar a abertura do processo de *impeachment*, o “notório antipetista”<sup>23</sup> Eduardo Cunha e descreve o personagem como um deputado “acuado”, “abandonado” e “no meio do vendaval”, portanto, “reagiu como de hábito” para “bagunçar o cenário político” e “se livrar de um processo no Conselho de Ética”. A decisão de abrir o processo de *impeachment* é vista por *CartaCapital* como mais uma das “estripulias de Cunha” que se transformou em um ato “amparado na vingança” para “escapar da guilhotina” e “negociar sua salvação”.

A utilização dos termos é justificada, pois, na sequência, a revista expõe que “o peemedebista teria recebido 45 milhões de reais” para favorecer os interesses do banco BTG Pactual<sup>24</sup>. Considerando que a revista obedece a “um ângulo

<sup>23</sup>Os termos e expressões utilizados pelas revistas *CartaCapital* e *VEJA* são apresentados entre aspas.

<sup>24</sup>O Grupo BTG Pactual é um banco de investimento e gestor de ativos e fortunas, com posição dominante no Brasil, tendo estabelecido uma bem-sucedida plataforma internacional de investimentos e distribuição. Disponível em:

preestabelecido” (LAGE, 2006, p. 54), a utilização das palavras ganha sentido pois, segundo o autor, é necessário respeitar os fatos e dar ao leitor a capacidade de analisá-los segundo o próprio repertório de valores (LAGE, 2006, p. 56). Contudo, é necessário recordar que Rothberg (2011) admite que as informações apresentadas ao leitor podem conter estereótipos que abordam, de forma negativa, desconfiada e tendenciosa, os assuntos políticos. Mesmo assim, considera-se que a iniciativa de *CartaCapital* ainda obedece ao artigo 9º do CEJB, visto que, apesar de deixarem claro o repúdio à decisão de Cunha, os termos utilizados não interferem na presunção de inocência, “um dos fundamentos da atividade jornalística”. (FENAJ, 2007, p. 2).

Na sequência, os termos “chantagem” e “barganha” são confrontados e utilizados para apresentar a relação de Cunha e Dilma (o conteúdo considera um “conflito” que iniciou como um “ameaça velada” e deu origem a uma “guerra campal”). O relacionamento dele é categorizado por *CartaCapital* como “uma história um tanto complexa”, visto que “até no próprio PT, inicialmente, apareceram advogados da causa de Cunha”. A revista acredita que o enfrentamento do processo de *impeachment* seria uma oportunidade de “recuperar a imagem do partido, dilacerada por acusações”. Como unidade de contexto, *CartaCapital* apresenta dados do Datafolha<sup>25</sup> que citam o “Fora Cunha” como “um sentimento maior que o ‘Fora Dilma’: 81% a 65%”. O confronto de conceitos e estatísticas que a reportagem apresenta evita que a “moralina” (conceito que poderia transformar apenas os erros do lado oposto em falta moral, desconsiderando os erros do lado que se defende), repudiada por Morin (2005, p. 98), seja aplicada ao contexto do conteúdo.

A reportagem ainda faz uma comparação histórica com o processo de *impeachment* de Fernando Collor de Melo (onde o “trâmite durou menos de um mês”) e de Bill Clinton (que “enfrentou um processo de impedimento em 1999”, sendo absolvido pelo Senado dos EUA) e projeta que movimentos contrários à Dilma vão tentar prolongar a “agonia da presidenta”, visto que o *impeachment* por “crime de responsabilidade” seria inédito no Brasil. A breve comparação se faz necessária pois, conforme alertou Seabra (2006, p. 111), o conhecimento da história torna-se crucial para que o jornalista não caia em armadilhas, muitas vezes fruto da esfera pública em

---

<[http://ri.btgpactual.com/btgpactual/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=40142](http://ri.btgpactual.com/btgpactual/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=40142)>. Acesso em: 23 mai. 2017.

<sup>25</sup>O *Datafolha* é um instituto de pesquisa pertencente ao *Grupo Folha*. Foi criado como departamento de pesquisas do jornal *Folha de S. Paulo* em 1983. Disponível em:

<<http://datafolha.folha.uol.com.br/duvidas/index.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

constante ebulição. Outra consideração importante é o fato de Michel Temer (na época o substituto natural de Dilma em caso de deposição) ser praticamente ignorado por *CartaCapital*, visto que foi citado apenas duas vezes na reportagem.

Considerando que a construção do texto é mais complexa que a simples soma de palavras (KOSOVSKI, 1995, p. 29), a revista denota, conforme enfatizou Santayana (2006, p. 43), que a “imparcialidade é virtude inatingível” nos veículos de comunicação que cobrem assuntos políticos. Entende-se que esse fenômeno, (reportagens com conteúdo passível de serem considerados “parciais”), pode ser identificado nas demais reportagens analisadas, portanto, considera-se que a “parcialidade” deve, implicitamente, ser considerada nas análises de conteúdo posteriores a essa.

### **6.3.2 Conteúdo publicado por VEJA em 09 de dezembro de 2015**

O conteúdo de *VEJA* apresenta em seis reportagens (anexo B), que variam de quatro a doze telas e cinco a nove parágrafos, 15 fontes. As reportagens V1.3 e V1.4 não apresentam fontes, portanto podem ser classificadas como argumentativas, diante da aproximação com o jornalismo opinativo, segundo estabelece Coimbra (1993). As fontes utilizadas nas reportagens são apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 3 - Fontes presentes nas reportagens de VEJA publicadas em 09 de dezembro de 2015

Fontes da reportagem	<b>Impeachment não é guerra (V1.1)</b>		
	Nome	Cargo ocupado na ocasião	
	1	Jaques Vagner	Ministro da Casa Civil
	2	Luiz Inácio Lula da Silva	Ex-presidente do Brasil
	3	Gilmar Mendes	Ministro do Supremo Tribunal Federal
	4	Michel Temer	Vice-presidente do Brasil
	<b>Os ecos da Lava-Jato (V1.2)</b>		
	Nome	Cargo ocupado na ocasião	
	1	Sérgio Moro	Juiz federal
	2	Marcelo Ribeiro Dantas	Ministro do Supremo Tribunal de Justiça
	<b>O primeiro choque (V1.3)</b>		
	Não apresenta fontes		
	<b>O sistema das crises sem traumas (V1.4)</b>		
	Não apresenta fontes		
	<b>O papel das ruas (V1.5)</b>		
	Nome	Cargo ocupado na ocasião	
	1	Renan Haas	Líder do Movimento Brasil Livre
	2	Vagner Freitas	Presidente da Central Única dos Trabalhadores
	3	Rogério Chequer	Coordenador do Movimento Vem pra Rua
	4	Jaques Vagner	Ministro da Casa Civil
	5	Rubens Figueiredo	Cientista político
	<b>O alicerce apodreceu (V1.6)</b>		
	Nome	Cargo ocupado na ocasião	
	1	Alberto Ramos	Banqueiro do Goldman Sachs
	2	Silvia Matos	Economista do Instituto Brasileiro de Economia
	3	Flávio Calife	Economista da Boa Vista
4	Thiago Curado	Economista da 4E Consultoria	

Fonte: Autor (2017).

Em *Impeachment não é guerra* (V1.1), reportagem de autoria do jornalista Daniel Pereira, o conteúdo é apresentado em 12 telas e nove parágrafos com a utilização de quatro fontes. Na reportagem, VEJA desconsidera Eduardo Cunha e centra a crítica no governo de Dilma Rousseff. A revista descreve o Brasil inserido em uma “espiral destrutiva”, classificada como a “crise mais profunda de todos os tempos”. VEJA acredita que “o que já está ruim tende a piorar com a discussão sobre o impedimento”, visto que podem acontecer “tentativas de manutenção” de Dilma no cargo. No entanto, a revista considera que esse “substrato típico das democracias” é necessário para “o Brasil voltar a respirar”. A unidade de registro vai de encontro ao que Plaisance (2001, p. 27) estabelece. De acordo com o autor, a ética “[...] se concentra nas questões relativas ao modo como de fato sabemos aquilo que

afirmamos saber”, portanto ao processo de reflexão dos fatos. Conforme já afirmado por Plaisance (2011) esse processo não consiste em responder dilemas universais (ou afirmações morais, como no caso), mas sim questioná-los. O autor ainda fundamenta que “[...] a ética se preocupa em fazer as perguntas corretas”. (PLAISANCE, 2011, p. 27). Assim, as análises “éticas”, que o texto apresenta de maneira exagerada (com a utilização de termos como “espiral destrutiva” ou “crise mais profunda de todos os tempos”), deveriam ser “defendidas com um raciocínio sólido, baseado em evidências, e não apenas em uma série de afirmações morais”. (PLAISANCE, 2011, p. 28).

A reportagem nega a afirmação de “golpe” (pois defende que o termo desafia a “inteligência alheia”, visto que Lula “esteve à frente de quase todos os processos de impeachment desde a redemocratização”). O conteúdo enfatiza que “o impeachment é um processo essencialmente político” e fundamenta a afirmação ao considerar “o mais amargo dos remédios contra uma autoridade pública” previsto na Constituição Nacional. *VEJA* sugere que Dilma desconsidera esses argumentos em detrimento de um “duelo de biografias da santa da moralidade com o tihoso do fisiologismo”. Nessa unidade de registro, que, claramente, ironiza a partir de uma comparação entre a presidente e Cunha, é necessário considerar o que já fora afirmado por Plaisance (2011). O autor defende que a ética seja utilizada para orientar o agir profissional. No entanto, são necessárias provas evidentes para comprovar a veracidade das comparações. Entretanto, também é válido recordar que Gomes (1989) questiona como evitar esse maniqueísmo entre o “bem” e o “mal”, visto que, no campo da comunicação, “[...] não está clara a definição pura e simples destes conceitos”. (GOMES, 1989, p.13).

Nesse sentido, a consideração de Silva (2010) parece ser a mais adequada: “o jornalismo, como qualquer atividade humana e social concebida no contexto de um embate entre forças emancipatórias e forças conservadoras, acaba sendo tangido pelas contradições”, (SILVA, 2010, p. 8). O autor sustenta que é natural que haja compreensões maniqueístas dessa atividade. Não obstante a essa naturalidade, acredita-se que a utilização dos termos “santa da moralidade”, (atribuída a uma pseudo autoimagem de Dilma) e “tihoso do fisiologismo”, (como a figura de Cunha,

que Dilma estaria tentando impor no discurso), soam como impróprias e, portanto, passíveis de serem eticamente questionáveis<sup>26</sup>.

*VEJA* ainda apresenta a mesma unidade de contexto que *CartaCapital* trouxe em C1.1, ao afirmar que Dilma “tem níveis recordes de reprovação popular”, no entanto, sem citar o instituto que realizou a pesquisa, tampouco porcentagens. Embora não cite o “Fora Cunha”, a revista compara Dilma a Cunha quando defende que ambos “enfrentem as denúncias que pesam contra eles”, sem citar o fato pelo qual o então presidente da Câmara dos Deputados é acusado de corrupção. Personagem quase ignorado por *CartaCapital*, Michel Temer não é esquecido por *VEJA*. A revista salienta que Temer “está na disputa do poder”, assim como “conspiradores petistas que queriam Lula como candidato a presidente em 2014”.

O conteúdo da reportagem V1.1 sugere também que o impedimento presidencial está sendo “encarado com naturalidade, como o desfecho previsível da gradativa perda de poder da mandatária”. Inclusive, a revista afirma que Dilma foi “reeleita à base de mentiras”, assim, a publicação defende que o processo de *impeachment* “acabará justamente com essa esculhambação” de uma presidente “sem força no Congresso”. De acordo com Silva (2006, p. 59), antes de julgar determinado personagem é necessário considerar o impacto dessa denúncia (seja verdadeira ou falsa), visto que por si só, ela “[...] já representa um tipo de punição, qual seja, exposição pública e vexaminosa dos ‘responsáveis’ pelas irregularidades”. (SILVA, 2006, p. 59). Dessa forma, conforme orienta Lipovetsky (2004), exemplos como esse expõem a fragilidade das democracias, pois aumenta a sensação de ingovernabilidade, de descrédito e, portanto, há o natural afastamento da raiz ética.

Em *Os ecos da Lava-Jato* (V1.2), reportagem de autoria dos jornalistas Robson Bonin e Hugo Marques, observa-se que o texto (diagramado em seis telas com oito parágrafos) cita apenas duas fontes: o juiz Sérgio Moro e o ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) Marcelo Ribeiro Dantas. Os personagens são justificados, pois, segundo recorda Lipovetsky (2004), em cenários com características semelhantes, o poder Judiciário ganha destaque, porque diante da falta de credibilidade política, o sentimento de justiça é aguçado (ainda mais após o cenário

---

<sup>26</sup> Tal análise também leva em consideração, o capítulo III do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que no artigo 12º, inciso III, orienta que o profissional trate “com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar” (FENAJ, 2007, p. 3), portanto o código deontológico também deve ser respeitado - o que não aconteceu nesse caso.



apresentado na parte final de V1.1). Esse cenário é inclusive enfatizado por *VEJA* como “o maior escândalo de corrupção da história do país” ocasionado pela “quadrilha político-partidária na Petrobras”.

Embora o conteúdo cite os personagens da “quadrilha do petrolão” ora como “acusados”, ora como “suspeitos”, a revista enfatiza que a campanha da presidente Dilma (sem citar o vice Temer) recebeu dinheiro desviado da Petrobras. A reportagem ainda questiona a atuação ética do ministro Ribeiro Dantas ao afirmar que, por ser citado em delações e ser “indicado por Dilma”, utiliza o “jargão petista usado no mensalão” para analisar o caso. Tais afirmações, injustificadas pela falta de provas, faz com que a reportagem não respeite o artigo 9º do CEJB, que fundamenta a “presunção de inocência” (FENAJ, 2007, p. 2) como crucial na atividade jornalística.

Na reportagem seguinte, *O primeiro choque* (V1.3), de autoria dos jornalistas Kalleo Coura e Mariana Barros, o conteúdo escancara a comparação entre os discursos de Dilma Rousseff e Fernando Collor de Melo, logo após terem conhecimento da abertura do processo de *impeachment* contra si próprios. *VEJA* justifica que “Collor era rejeitado por 68% da população” pouco antes de ser deposto e apresenta a mesma unidade de contexto da reportagem C1.1, expondo que 67% considera o governo Dilma ruim ou péssimo (outra vez ignorando o “Fora Cunha”, que, aliás, é totalmente desconsiderado pelo conteúdo publicado nesta edição de *VEJA*, visto que a linha editorial adotada desconsidera os fatos relacionados ao então presidente da Câmara). Portanto, é importante recordar que, conforme Scalzo (2011) sustenta, independente da linha editorial que o veículo adotar, ela não está acima do bem e do mal, ou à margem da lei. Portanto, o profissional que é orientado a segui-la tem o dever de “[...] se perguntar se está fazendo o melhor, se está se dedicando a aprimorar a qualidade do que faz e contribuindo para uma imprensa mais ética e mais responsável [...]”. (SCALZO, 2011, p. 54).

Sem citar nenhuma fonte em todo conteúdo da reportagem, *VEJA* ainda considera natural a “substituição de um chefe de governo que perdeu a capacidade de governar” e reforça, novamente, que o *impeachment* está previsto em Constituição. Embora carregue traços da linha editorial, o jornalismo com viés público deve atentar para informações como essa, pois, conforme Silva (2010) defende, não é aconselhável que se se confunda os fatos com o senso comum. O autor justifica que os profissionais da comunicação reúnem as habilidades e competências necessárias para analisar os fatos, diferentemente dos consumidores das notícias.

Na quarta reportagem, *O sistema das crises sem traumas* (V1.4), de autoria dos jornalistas Duda Teixeira e Leonardo Coutinho, *VEJA* diferencia o sistema presidencialista do sistema parlamentarista, pois, conforme a revista “não surpreende que um presidente ameaçado” se apresente como “vítima de uma injustiça ou de uma manobra que vai desestabilizar o país”. A revista sugere, sem citar fontes, que “um sistema parlamentarista costuma ser mais estável”, e exemplifica com países como Grécia, Portugal e Itália que “mostram como essas situações foram enfrentadas”. O conteúdo fundamenta que o modelo, sem chefe de governo, e sim, primeiro-ministro, seria o mais adequado ao Brasil pois “as soluções costumam ser mais rápidas e indolores”.

Tal posicionamento apresentado na reportagem denota que, como Rothberg (2011), sugere, “[...] cada veículo deveria deixar claro seu sistema de crenças políticas e opções editoriais, para que as pessoas possam saber as razões pelas quais determinados fatos e assuntos receberam mais atenção do que outros”. (ROTHBERG, 2011, p. 173). Essa consideração é ignorada por *VEJA*.

Em *O papel das ruas* (V1.5), reportagem de autoria do jornalista Eduardo Gonçalves, o conteúdo publicado aborda os movimentos contrários e favoráveis ao *impeachment* e a forma que estão se articulando diante do processo. Baseado em posições de cinco fontes, *VEJA* enfatiza, assim como fez nas demais reportagens, que (apenas) “petistas do governo” classificam erroneamente o processo como “tentativa de golpe”, pois o “*impeachment* é um instrumento constitucional e não se resume a chantagens de Cunha”. Nesse sentido, é importante lembrar que, embora o veículo tenha veementemente ignorado Cunha, de encontro ao que foi exposto em C1.1, o termo “chantagem” é citado por *VEJA*. Em relação ao termo ignorado, tal postura se justifica, pois, conforme Lipovetsky (2004, p. 32), “quando não se crê mais nas promessas da política, do progresso e do Estado, resta a moral” (neste caso, considerando o *impeachment* de Dilma como um processo, simplesmente constitucional, sem contextualizar o cenário político e a validade da abertura do processo).

Na sexta e última reportagem sobre a abertura do *impeachment*, publicada na edição de 09 de dezembro por *VEJA*, *O alicerce apodreceu* (V1.6), de autoria dos jornalistas Marcelo Sakate e Bianca Alvarenga, o *impeachment* é abordado pelo viés econômico. Com base em dados estatísticos e quatro fontes, a revista defende (em oito telas e cinco parágrafos) que a “espiral da desconfiança, com epicentro no

Planalto, aprofunda a recessão brasileira”. O conteúdo defende que os números da economia “são piores do que aqueles dos cenários mais pessimistas”, entretanto não compara estes com os dados atuais. Entretanto, *VEJA* defende que, caso continue nesse ritmo, “o Brasil terá assim mais uma década perdida”.

Novamente, é realizada a comparação de Dilma Rousseff com Fernando Collor de Melo, ao citar que “apenas na crise do governo Collor” houve recuo tamanho no Brasil. Nesse “cenário aterrador”, o conteúdo sustenta ainda que “não há perspectiva de melhora”. Percebe-se, aqui, uma contradição, pois até então, por meio do conteúdo desenvolvido em cinco reportagens, *VEJA* defendeu a troca de presidente como vital para que o país voltasse a “respirar”. Baseado em Ramonet (2004), essa “censura invisível” se faz presente no fazer jornalístico. O autor vê o excesso de informação, característico da modernidade, como responsável por “esconder” determinados fatos. Conforme Ramonet (2004), em casos em que a informação se apresenta “dissimulada ou truncada [é] porque há informação em abundância para consumir. E sequer se chega a perceber aquela que falta”. (RAMONET, 2004, p. 48-49).

#### 6.4 CONTEÚDO PUBLICADO EM 20 DE ABRIL DE 2016

Assim como no período explorado anteriormente, o conteúdo publicado no dia 20 de abril (anexos C e D) foi fragmentado, codificado e categorizado para que se chegue ao objetivo proposto, conforme sugere Bardin (2011). Na edição nº 897 de *CartaCapital* (codificada como C2) observa-se que quatro reportagens foram produzidas (codificadas como C2.1, C2.2, C2.3 e C2.4), enquanto que a edição nº 2.474 de *VEJA* houve a produção de três reportagens (codificadas como V2.1, V2.2 e V2.3) sobre o processo de *impeachment*. Dessa forma, atenta-se que, embora a quantidade de telas seja a mesma (22, em cada edição), a quantidade de conteúdo (quantificada em parágrafos) quase que dobra em *CartaCapital*, na comparação com *VEJA*, conforme exposto na tabela seguir:

Tabela 4 - Reportagens publicadas por *CartaCapital* e *VEJA* em 20 de abril de 2016

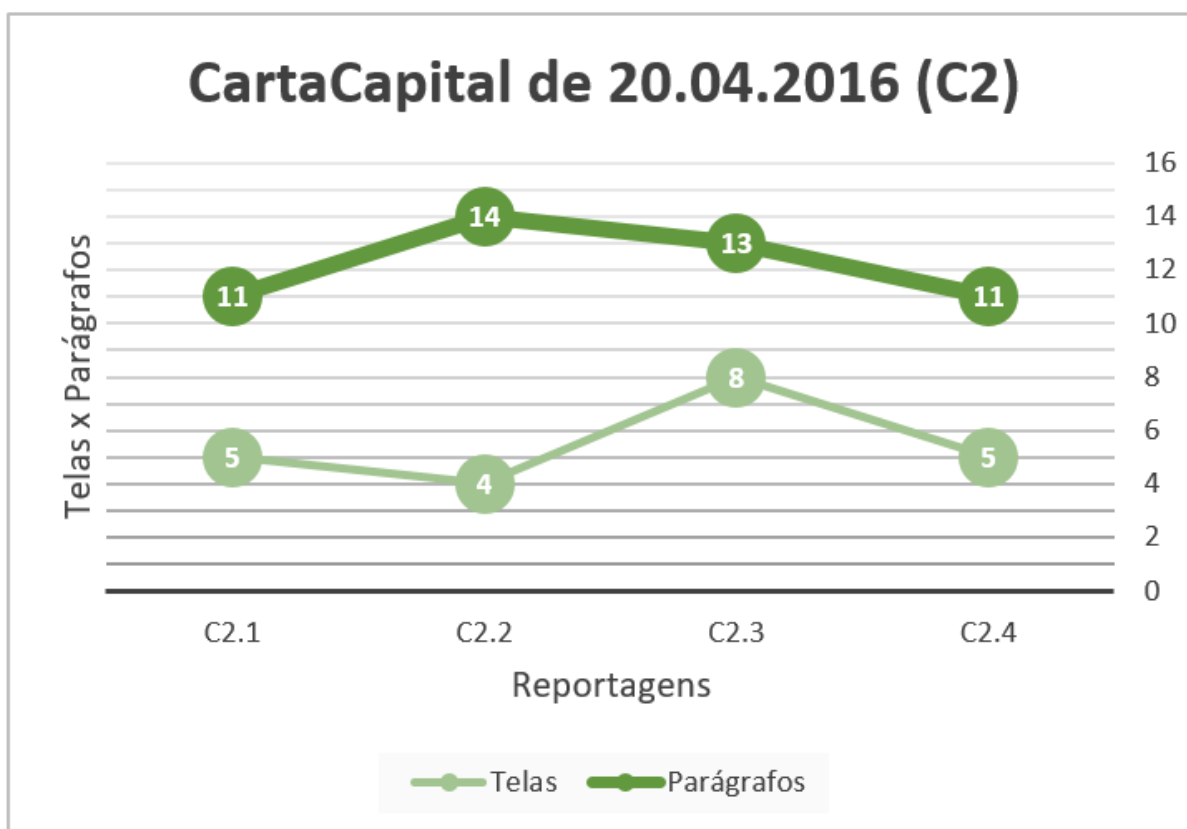
CartaCapital de 20.04.2016 (C2)				
Reportagem	Título	Autoria	Telas	Parágrafos
C2.1	O golpe ou a lei?"	Mino Carta	5	11
C2.2	A opinião pública no calor da hora	Marcos Coimbra	4	14
C2.3	Ou ela ou eles	André Barroccal e Rodrigo Martins	8	13
C2.4	A ponte para o passado	Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo	5	11
TOTAL			22	49

VEJA de 20.04.2016 (V2)				
Reportagem	Título	Autoria	Telas	Parágrafos
V2.1	O último capítulo	Daniel Pereira e Robson Bonin	11	13
V2.2	A bolsa de apostas	Bianca Alvarenga	3	5
V2.3	Só eles não sabiam...	Rodrigo Rangel e Thiago Bronzatto	8	9
TOTAL			22	27

Fonte: Autor (2017).

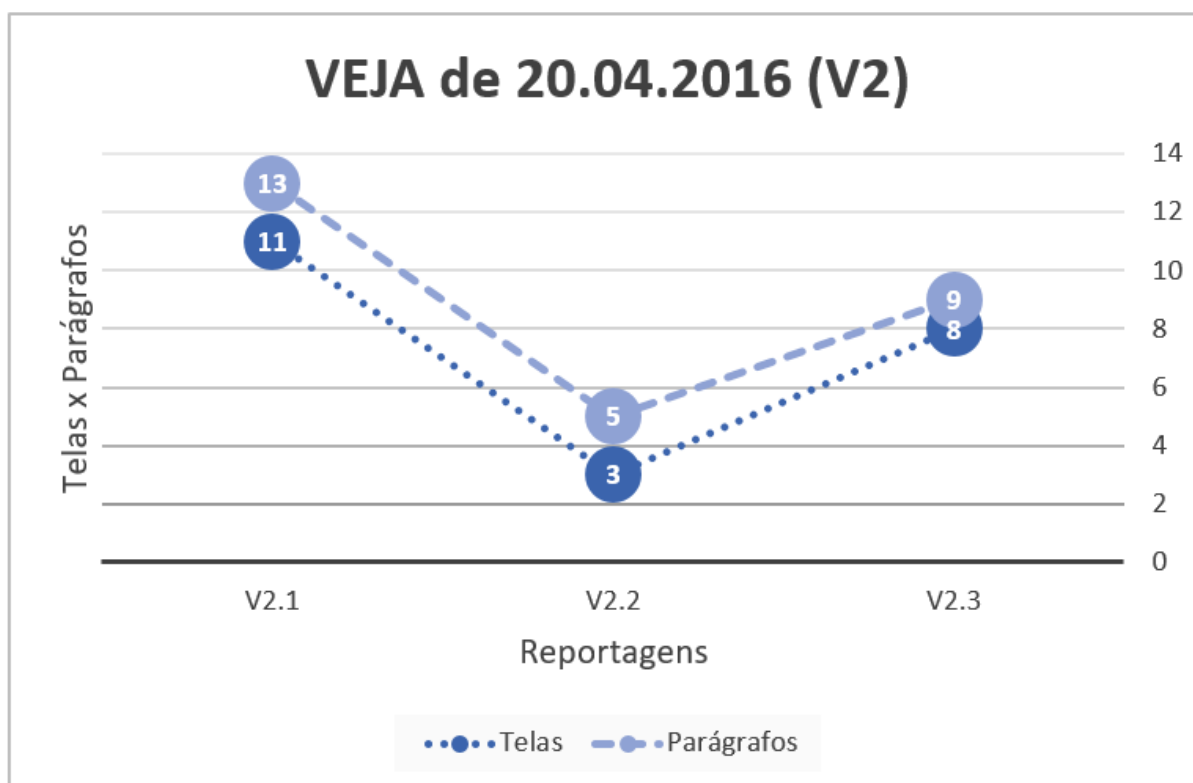
Tanto em *CartaCapital* como em *VEJA*, observa-se, mais uma vez, que, com exceção de C2.2, a quantidade de telas é proporcional ao conteúdo produzido. Dessa forma, sustenta-se que haja um olhar mais atento quanto ao conteúdo publicado na segunda reportagem de *CartaCapital*, visto que, quantitativamente, destoa na comparação com as demais. Objetiva-se, portanto, analisar, qualitativamente, como a identificação dessa característica pode ter influenciado (ou não) a produção do conteúdo, conforme os gráficos a seguir:

Gráfico 5 - Fragmentação, codificação e categorização das reportagens produzidas por *CartaCapital* em 20 de abril de 2016



Fonte: Autor (2017).

Gráfico 6 - Fragmentação, codificação e categorização das reportagens produzidas por VEJA em 20 de abril de 2016



Fonte: Autor (2017).

#### 6.4.1 Conteúdo publicado por *CartaCapital* em 20 de abril de 2016

Em quatro reportagens (anexo C) sobre a aprovação do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff (que variam de quatro a oito telas e 11 a 14 parágrafos), *CartaCapital* utilizou argumentos de nove fontes e uma pesquisa encomendada, conforme exposto na tabela a seguir. Observa-se que as reportagens C2.1 e C2.4 não apresentam fontes, portanto podem ser classificadas como argumentativas, diante da aproximação com o jornalismo opinativo, segundo estabelece Coimbra (1993).

Tabela 5 - Fontes presentes nas reportagens de *CartaCapital* publicadas em 20 de abril de 2016

Fontes da reportagem	<b>O golpe ou a lei? (C2.1)</b>		
	Não apresenta fontes		
	<b>A opinião pública no calor da hora (C2.2)</b>		
	1	Pesquisa Vox Populi (encomendada pela Central Única dos Trabalhadores)	
	<b>Ou ela ou eles (C2.3)</b>		
		Nome	Cargo ocupado na ocasião
	1	Leonardo Picciani	Líder do PMDB na Câmara dos Deputados
	2	Dilma Rousseff	Presidente do Brasil
	3	Luís Roberto Barroso	Ministro do STF
	4	José Fogaça	Deputado federal do PMDB
	5	Jutahy Junior	Deputado federal do PSDB
	6	Paulo Teixeira	Deputado federal do PT
	7	Aliel Machado	Deputado federal da Rede
	8	Márlon Reis	Juiz federal
	9	Júlio Delgado	Deputado federal do PSB
<b>A ponte para o passado (C2.4)</b>			
Não apresenta fontes			

Fonte: Autor (2017).

*O golpe ou a lei?* (C2.1), primeira reportagem publicada na edição (de autoria do jornalista e editor-chefe de *CartaCapital*, Mino Carta), o conteúdo questiona, por meio de comparações artísticas, como o processo de *impeachment* é abordado pela mídia e enfatiza: nada, nem mesmo a Constituição, “justifica o *impeachment*” de Dilma Rousseff. A reportagem estabelece ainda que, caso a presidente seja deposta, o fato vai provar a “imaturidade de um país” que “permite-se rasgar a Constituição para praticar um golpe de Estado que repete recentes e abruptas interrupções” democráticas. Diferentemente de C1.1, o conteúdo não segue a orientação exposta no artigo 12º do CEJB, que no inciso I cita a necessidade de “ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística”. (FENAJ, 2007, p. 3). A reportagem não apresenta nenhuma fonte para justificar as afirmações.

Se em C1.1 a revista praticamente não citou Temer (visto que a crítica central da reportagem eram as ações de Eduardo Cunha), em C2.1, *CartaCapital* utiliza-se de metáforas comparativas para dizer que “caiu a máscara” do então vice-presidente. A reportagem sustenta a afirmação ao relatar que “o semblante de Michel Temer é uma máscara”. E vai além, ao enfatizar que a postura de Temer, após a

admissibilidade do processo ter sido aprovada na Câmara dos Deputados, suscita o “golpe”, visto que o então vice “declara a impossibilidade de ser golpista o *impeachment* previsto pela Constituição”. Cabe lembrar que o argumento da reportagem vai ao encontro da definição de ética na comunicação, proposta por Plaisance (2011). O autor estabelece que o jornalista deve trabalhar para que o conteúdo produzido sirva para a manutenção da própria credibilidade e recorda que em dilemas concretos, como esse, “a ética não consiste em agradar a todos, pois os dilemas verdadeiros podem ser plausivelmente tratados de formas opostas”. (PLAISANCE, 2011, p. 28).

A teoria do autor é evidenciada quando a reportagem diferencia outros processos de impedimento presidencial ao que Dilma Rousseff estaria sofrendo “sem prova”. *CartaCapital* sustenta que “não há como incluir Dilma Rousseff no rol dos mercedores de impedimento, como se deu com Fernando Collor ou Richard Nixon, nos EUA, ambos prontos a evitar o vexame supremo pela renúncia”. A unidade de registro contrasta a diferença de abordagem que a edição C2 pretendeu fazer, se comparado ao conteúdo publicado em V2 e corrobora com o questionamento de Ramonet (2004, p. 62): “O que é verdadeiro e o que é falso?”. O autor sustenta que, eticamente, tal posicionamento é benéfico para os leitores de ambos os periódicos, visto que, em muitos casos, “o receptor não possui outros critérios de avaliação, pois, como não tem experiência concreta do acontecimento, só pode orientar-se confrontando os diferentes meios de comunicação uns com os outros”. (RAMONET, 2004, p. 62).

Independentemente disso, é necessário considerar o que Plaisance (2011) fundamenta quando cita que a ética não consiste em responder dilemas universais, mas sim questioná-los. Esse pressuposto é bem trabalhado por *CartaCapital* na reportagem C2.1. Portanto, tendo a possibilidade de confrontar o conteúdo de *CartaCapital* com o de *VEJA*, o receptor tem acesso aos valores que, tanto uma quanto a outra revista, levaram em consideração ao comparar o impedimento de Dilma às renúncias de Collor e Nixon. É inegável considerar que, embora tenha havido a abertura de um processo de impedimento presidencial (contra Collor e Nixon), o resultado (as renúncias dos mesmos) não pode ser justificado, tampouco comparados (ao considerar-se a “regra da homogeneidade” de Bardin (2011)), ao que estava em curso com Dilma, visto que a presidente não renunciou ao cargo, mas sim, foi deposta.



São situações e momentos diferentes, assim, qualquer comparação com viés ético tende a ser questionável.

Entretanto, se na unidade de registro explorada acima, C2.1 questiona eticamente o processo de *impeachment* não se pode dizer o mesmo quando a reportagem sustenta que Eduardo Cunha é um “notório criminoso”, pois fere os princípios deontológicos do CEJB<sup>27</sup>. Contudo, o conteúdo não isenta Dilma Rousseff ao considerar que “ela cuidou de facilitar a vida dos conspiradores” quando falhou no “estelionato eleitoral” da campanha à reeleição.

A reportagem argumenta que “a presidenta cedeu à pressão precipitada pela vitória apertada”. A postura vai na contramão da linha editorial da revista e, conforme estabelece Plaisance (2011), age eticamente, pois o autor defende que “[...] os valores pessoais que defendemos não são mutuamente exclusivos” (PLAISANCE, 2011, p. 50) ao considerar que a decisão de defender determinado valor não significa, necessariamente, que os demais não são importantes.

Em *A opinião pública no calor da hora* (C2.2), reportagem de autoria do jornalista Marcos Coimbra, o conteúdo defende que a crise política (ocasionada pela abertura do processo de *impeachment*) impacta negativamente no país. Cabe recordar que, como já estabeleceu Boff (2003, p. 29), “a crise cria a oportunidade de irmos às raízes da ética e nos convida a discernmos àquela instância na qual se formam continuamente valores”. (BOFF, 2003, p. 29).

Dessa forma, baseado em dados de uma “pesquisa do instituto Vox Populi, encomendada pela Central Única dos Trabalhadores” (CUT) o conteúdo sustenta que “os resultados indicam que ninguém ganhou com ela” (a crise política). A reportagem afirma que a mídia e o empresariado “ficaram com a imagem de ativismo partidarizado e interesseiro”. A afirmação não é totalmente equivocada ao considerar que, conforme sugere Ramonet (2004), o poder da comunicação é superior ao poder da ação política.

Assim como em C2.1, o conteúdo objetiva diferenciar o processo de *impeachment* de Collor ao de Dilma, ao considerar que, em 1992 “era inexpressiva a parcela da população que acreditava na manipulação dos meios de comunicação”. Sustentando os argumentos na pesquisa encomendada pela CUT, a reportagem enfatiza que “ninguém duvida da elevada insatisfação” de parte da sociedade com

---

<sup>27</sup> Embora Cunha tenha sido cassado em 12 de setembro de 2016 (e preso em 19 de outubro do mesmo ano), julgá-lo previamente vai de encontro a “presunção da inocência” exposta no artigo 9º do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, portanto, uma postura, eticamente, injustificada.

Dilma e seu governo, no entanto recorda que para haver a “destituição de um presidente” é necessária uma “maciça concordância da sociedade”. Por meio desta unidade de contexto, a revista afirma que “somente as lideranças mais irresponsáveis iriam adiante no propósito de derrubar um governante”.

Nesse sentido, é válido recordar que Morin (2005) defende que não haja a dissolução da ética na política pois, caso isso aconteça, pode soar como “puro cinismo”. Conforme o autor expõe, “[...] não se pode sonhar como uma política serva da ética” (MORIN, 2005, p. 80), visto que a política é permeada pela contradição. Portanto, analisar eticamente as motivações que levaram ao *impeachment*, e construir a argumentação com base nos dados de uma pesquisa de opinião como o conteúdo propõe, pode servir de balizador para o entendimento dos fatos.

Entretanto, sem esquecer as “motivações mesquinhas de atores menores” que levaram a abertura do processo, baseado nos dados da pesquisa encomendada pela CUT, a reportagem salienta a “impressionante campanha dirigida pela mídia conservadora contra Dilma”, uma vez que, de acordo com o conteúdo, “o processo de *impeachment* padece de um pecado original”. A unidade de registro vai ao encontro do que sustenta Lage (2003) quando afirma que, não raro, são naturalmente expostas diversas opiniões que questionam a veracidade das informações e sugerem a manipulação de fatos para projetar a realidade almejada por determinado veículo de comunicação.

A reportagem ainda expõe que, de acordo com a pesquisa encomendada pela CUT, “apenas 5% daqueles que conhecem” Michel Temer “têm opinião positiva a seu respeito, enquanto 61% o avaliam de maneira negativa” e compara o vice à presidente: “Temer consegue estar tão mal quanto Dilma”. Conforme o conteúdo apresentado na reportagem, os dados expõem um “país insatisfeito, dividido, desanimado e descrente nas motivações da maioria das lideranças”, características que elucidam o que afirmou Lipovetsky (2004, p. 32) ao sustentar que “quando não se crê mais nas promessas da política, do progresso e do Estado, resta a moral”. Assim, ao utilizar essas unidades de contexto, o conteúdo defende que o processo de *impeachment*, em si, está distanciando-se da ética. Ao analisar a decisão tomada por *CartaCapital*, cabe recordar o que fundamentou Plaisance (2011): “as boas decisões éticas podem ser defendidas com um raciocínio sólido, baseado em evidências, e não apenas em uma série de afirmações morais” (PLAISANCE, 2011, p. 28), comportamento adotado pela revista nesta reportagem.

Já na terceira reportagem da edição, *Ou ela ou eles* (C2.3), de autoria dos jornalistas André Barroccal e Rodrigo Martins, *CartaCapital* sustenta, com base em nove fontes, que “o Brasil assistiu a um conflito entre presidente e vice inédito na história”, a ponto de comparar o fenômeno a “uma Guerra Fria” em Brasília. Seabra (2006) justifica tais comparações. Para o autor, o jornalista que cobre política “não pode desconhecer da história do país (da mais remota à atual) e a do mundo, pelo menos a contemporânea”. (SEABRA, 2006, p. 111). Embora novamente defenda que o processo de *impeachment* é moralmente aceito pela classe política, há pluralidade de fontes ouvidas pela reportagem, visto que nove são citadas no conteúdo.

Entretanto, *CartaCapital* não esquece do “enrolado presidente da Câmara”, ao afirmar que “a mistura dos destinos de Dilma e Cunha era uma das esperanças do Planalto para vencer o *impeachment*”. A consideração também compara os equívocos da presidente da República e do presidente da Câmara, entretanto, sem fazer um “duelo de biografias”, como, equivocadamente, fez *VEJA* em V1.1. Conforme estabelece Kunczik (2001), “[...] não se deve esquecer que não é raro o comportamento jornalístico malicioso ou moralmente censurável [...]”. (KUNCZIK, 2001, p. 45). Além disso, é necessário lembrar que, embora compare os dois personagens, C2.3 minimiza esse “duelo” (proposto apenas por *VEJA*), pois recorda que Cunha é “réu por corrupção e lavagem de dinheiro no STF, processado no Conselho de Ética por mentir a respeito de contas no exterior”, diferentemente de Dilma, que não tem processos criminais abertos contra si.

*A ponte para o passado* (C2.4), quarta e última reportagem publicada na edição de 20 de abril, de autoria dos jornalistas Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo, reflete o cenário que o *impeachment* de Dilma avança. A revista considera que “cosmopolitas desconectados do resto do mundo” ignoram o impacto que crise de 2008 refletiu no Brasil. Embora não cite fontes, o conteúdo sustenta a argumentação em dados econômicos. Em determinado momento, é possível identificar uma mesma unidade de registro (a palavra “remédios”) a qual *VEJA* (na reportagem V1.1) elenca o *impeachment* como “o mais amargo dos remédios contra uma autoridade pública”. No entanto, *CartaCapital* utiliza essa unidade de registro em outro contexto ao afirmar que os remédios, “que estão com a validade vencida”, são aqueles que comandavam as recomendações “políticas, sociais e econômicas desde os anos 80 do século XX”.

A reportagem sustenta que “os eufemismos da linguagem econômica” tentam esconder o “verdadeiro sentido” do *impeachment*. “menos segurança e direitos aos

trabalhadores”. Tal consideração vai de encontro ao que Rothberg (2011) alertou como um possível impeditivo da responsabilidade jornalística: o risco de aspectos econômicos restringirem ou censurarem a atividade dos veículos de comunicação. Assim, ao evitar este risco, o conteúdo de *CartaCapital* não é eticamente questionado pela “influência que empresas de mídia exercem sobre o conteúdo editorial em favor de suas próprias visões dos assuntos, ou de seus aliados, que em geral são anunciantes ou governos”. (ROTHBERG, 2011, p. 9).

Considerando esse aspecto, a reportagem enfatiza que fatores econômicos influenciaram positivamente a sociedade brasileira nos últimos anos, embora muitos veículos estejam “comprometidos com a força dos mais fortes e controlados pela hegemonia das banalidades do discurso do dinheiro e dos poderes da finança”. *CartaCapital* sustenta ainda, por meio de uma unidade de contexto, que “apesar da desarticulação do sistema industrial [...] as políticas sociais nos últimos anos promoveram a melhora da qualidade de vida em parte significativa da população”. O argumento é justificado pela unidade de registro que estabelece que “a renda média do trabalhador cresceu 14% entre 1993 e 2002, e 58% de 2004 a 2014”, comparando os governos de Fernando Henrique Cardoso (do PSDB) ao de Lula e Dilma (do PT). Aqui, cabe lembrar que, ao considerar a ética jornalística, conforme Gomes (1989), a comunicação é caracterizada pela interação do indivíduo com o ambiente e, portanto, os meios têm o papel de inter-relacionar essas comparações e, de forma interdependente, estimular um processo de mudança social e cultural ao meio que está inserido – argumentos que podem ser percebidos nas unidades de registro publicadas por *CartaCapital*.

#### **6.4.2 Conteúdo publicado por VEJA em 20 de abril de 2016**

Em três reportagens (que variam de três a 11 telas e cinco a 13 parágrafos) sobre a aprovação do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, *VEJA* utilizou três fontes para abordar o assunto, totalizando 22 telas e 27 parágrafos (anexo D), conforme exposto na tabela a seguir. Atenta-se que como a reportagem V2.3 não apresenta fontes, ela pode ser classificada como argumentativa, diante da aproximação com o jornalismo opinativo, segundo estabelece Coimbra (1993).

Tabela 6 - Fontes presentes nas reportagens de *VEJA* publicadas em 20 de abril de 2016

Fontes da reportagem	<b>O último capítulo (V2.1)</b>		
		Nome	Cargo ocupado na ocasião
	1	Fernando Monteiro	Deputado federal do PP
	2	Dilma Rousseff	Presidente do Brasil
	<b>A bolsa de apostas (V2.2)</b>		
		Nome	Cargo ocupado na ocasião
	1	Zeina Latif	Economista-chefe da corretora XP Investimentos
	<b>Só eles não sabiam... (V2.3)</b>		
	Não apresenta fontes		

Fonte: Autor (2017).

*O último capítulo* (V2.1), reportagem de autoria dos jornalistas Daniel Pereira e Robson Bonin, descreve Dilma Rousseff como uma “neófito do universo dos profissionais da política” e estabelece, com base em duas fontes, que “a presidente já não exerce a Presidência de fato”, pois “mostra-se incapaz de restabelecer o diálogo”. Assim, a reportagem sugere que ela estaria contribuindo para “agravar a recessão econômica”. Contudo, o conteúdo sustenta que “a presidente centralizadora e de temperamento forte ficou cada vez mais decorativa”. *VEJA* ainda sugere que, para manter os “sinais vitais”, a presidente tentou, por meio de “traficâncias”, “obter apoio com a oferta de cargos a deputados e senadores”.

Nenhuma prova ou evidência é apresentada no conteúdo, reduzindo o teor ético da reportagem. Entretanto, é oportuno considerar que o CEJB estabelece, no capítulo II, artigo 6º, inciso VI, que o exercício da profissão não deve “colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalha”. (FENAJ, 2007, p. 1). Contudo, conforme sugere Kunczik (2001), práticas e princípios devem exigir que o jornalista preze pela verdade, através da verificação de informações com fontes especializadas e quando necessário, corrija-las, caso apresentem-se erradas. Dessa forma, a utilização dos termos, na tentativa de expor um escândalo midiático, é injustificada por falta de provas e evidências concretas.

Em seguida, a reportagem aproxima a figura do ex-presidente Lula e fundamenta (por meio da declaração de “um senador” não identificado) que ele está ilicitamente engajado na defesa de Dilma. *VEJA* estabelece que o ex-presidente ofereceu favores “em troca de votos contra o impeachment”. A frequência com que “Lula” é citado na reportagem chama a atenção. *VEJA* associa, nove vezes, o nome

do ex-presidente a algum escândalo de corrupção. O conteúdo sugere que “o Brasil tem hoje uma presidente de direito, Dilma, um presidente de fato, Lula, e um presidente de véspera, Temer”, atitude equivocada, se levarmos em consideração Plaisance (2011). O autor fundamenta que “em vez de presumirmos que a verdade seja monolítica, devemos entender que o uso que fazemos da verdade é muitas vezes seletivo, e devemos ser capazes de refletir sobre as razões pelas quais isso ocorre”. (PLAISANCE, 2011, p. 53). Assim, evitam-se desvios éticos.

Adiante, *VEJA*, que negou veementemente na edição V1 a categorização de “golpe constitucional” ao *impeachment* de Dilma, utiliza termos curiosos, que lembram o golpe militar. Ao considerar que a “futura base parlamentar” de Temer será composta por “generais e soldados” que estão sob investigação da Lava Jato, a revista projeta “um golpe de morte nas esperanças de milhões de brasileiros que foram às ruas para combater a corrupção”. Se na edição V1 Temer era visto como o substituto natural de Dilma, em V2.1 o vice-presidente é tido como uma incógnita, visto que “foi citado na delação do senador Delcídio do Amaral”. Em seguida, o conteúdo faz clara comparação de postura de Temer e Cunha, sem distanciar a natureza do caráter de ambos. A revista cita que “Temer e Cunha atuaram como o bom e o mau policial”, admitindo, indiretamente, relações entre ambos. Recorda-se, novamente, que em V1, o comportamento de Cunha não é questionado em nenhum momento por *VEJA* (atitude diferente da adotada por *CartaCapital* na edição C1).

A revista enfatiza essa aproximação ao relatar que Cunha, “correntista de contas secretas na Suíça, faz o trabalho mais pesado”. Dessa forma, *VEJA* se contradiz, pois em V1.1 repudiou os argumentos que caracterizavam Cunha como “corrupto e chantagista”. Na ocasião, a revista defendeu, inclusive, que tais expressões eram utilizadas “de maneira ardilosa para tentar confundir os brasileiros”. Considerando as unidades de registro apresentadas, ao que tudo indica, quem confundiu-se foi a linha editorial adotada pela revista. Nesse sentido, a contradição ética é explicada por Morin (2005) como o resultado da retificação pós utilização excessiva de juízos de valores. A adoção de tal postura tem como objetivo culpabilizar outrem (no caso Cunha, “o mau policial”) evidenciando os equívocos editoriais, no entanto, sem admiti-los. Partindo dessa premissa, Plaisance (2011) defende que o jornalismo ético não pode fazer “vistas grossas”, independentemente da situação (como fez *VEJA* em V1), pois, de acordo com o autor, “a ética não consiste em agradar

a todos” (PLAISANCE, 2011, p. 28), visto que os dilemas podem ser tratados de forma opostas.

Embora admita que a comparação entre os peemedebistas é “vantajosa para a presidente, que não está oficialmente sob investigação”, a reportagem afirma que a Polícia Federal já reuniu um “arsenal de evidências que mostram que Dilma não só sabia como se beneficiou do dinheiro desviado da Petrobras”. Numa tentativa de, novamente, culpabilizar a presidente, *VEJA* enfatiza que “suas duas campanhas foram alimentadas com propinas do esquema”, ocultando a figura do vice Michel Temer, eleito assim como Dilma, em ambas as campanhas de 2010 e 2014. A ocultação do vice vai ao encontro das concepções de Ramonet (2004) que sugere uma “censura invisível” presente no fazer jornalístico, evidentemente, ferindo o CEJB<sup>28</sup>. O autor vê o excesso de informação, característico da modernidade, como responsável por “esconder” determinados fatos jornalísticos. Recorda-se que Ramonet (2004) reflete que, em muitos casos, “a informação é dissimulada ou truncada porque há informação em abundância para consumir. E sequer se chega a perceber aquela que falta”. (RAMONET, 2004, p. 48-49).

Uma nova contradição é evidenciada quando a reportagem, já no encerramento, admite que o *impeachment* de Dilma Rousseff não vai dar fim à crise que apresenta dados econômicos “catastróficos”. Embora fundamente que “segundo pesquisa do instituto Datafolha, 61% dos brasileiros defendem o impeachment do presidente e, 60%, a renúncia” (dados que vão de encontro aos apresentados pela pesquisa Vox Populi, encomendada pela CUT - abordada por *CartaCapital* em C2.2), *VEJA* recorda que “58% querem o impeachment do próprio vice-presidente”. A explanação dessa unidade de registro segue os princípios éticos, pois vai ao encontro do que fundamentou Scalzo (2011): “se uma revista pretende oferecer a seus leitores avaliações isentas [...] não pode querer agradar ao governo, ou mesmo à oposição”. (SCALZO, 2011, p. 62). O comportamento faltaria com a ética caso, por exemplo, ocultasse (como fez anteriormente) as informações atreladas a Temer – o que não aconteceu nesse caso.

---

<sup>28</sup> O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros estabelece no capítulo I (artigo 2º, inciso II) que “a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos” (SINJOPE, 2007, p. 1) objetivando o interesse público. Ainda no mesmo artigo, mas no inciso V, o Código estabelece a censura ou a “indução à autocensura” como “delitos contra a sociedade, devendo ser denunciadas à comissão de ética competente, garantido o sigilo do denunciante”. (FENAJ, 2007, p. 1).

Em *A bolsa de apostas* (V2.2), reportagem assinada pela jornalista Bianca Alvarenga, *VEJA* enfatiza que o *impeachment* de Dilma é bom para a economia e condiciona a afirmação com apenas uma fonte e duas unidades de contexto. A primeira sustenta que “quanto mais frágil o governo Dilma, mais valorizadas as ações brasileiras”, enquanto a segunda justifica que “a crescente possibilidade de *impeachment* contribui decisivamente para a queda acentuada na cotação do dólar”. Os cenários são descritos com naturalidade, pois “os mercados brasileiros são obviamente influenciados pelos movimentos globais de capital”.

*VEJA* acredita que “com uma mudança de governo, terá início um novo capítulo para os investidores” e alerta: “lucrará mais aquele que souber antecipar com precisão a mudança”. A revista condiciona o crescimento econômico à efetivação do *impeachment*, pois, conforme o conteúdo da reportagem, “se Dilma sobreviver, restará uma dose de incerteza elevada” no mercado financeiro. Diante disso, Rothberg (2011) recorda que comparações de viés econômico podem suprir a demanda de determinados segmentos de mercado, evidentemente, sem compromisso jornalístico/ético algum.

Ainda conforme Rothberg (2011), essa influência se dá, inclusive, de veículos publicitários que agem, ora como grupos de interesse, ora como grupos de pressão, visando adequar o conteúdo para atender os clientes. Esse comportamento fere o princípio exposto no artigo 11º do CEJB que, no inciso I, descreve que o jornalista não deve publicar informações “visando o interesse pessoal ou buscando vantagem econômica” (FENAJ, 2007, p. 2-3), para si ou outrem.

Na terceira e última reportagem da edição, *Só eles não sabiam...* (V2.3), assinada pelos jornalistas Rodrigo Rangel e Thiago Bronzatto, associa Lula e Dilma a um “esquema de corrupção” sem citar nenhuma fonte sequer. O conteúdo cerca as ações dos petistas à figura de Gim Argello, senador que “foi preso, acusado de receber 5 milhões de reais em propina para atrapalhar as investigações sobre corrupção na Petrobras”. O político é apresentado como “mais um amigo de Dilma [...] tanto de Dilma quanto de Lula”. A revista justifica a relação, ao sustentar que está “cada vez mais frágil” a versão de que “tal como o antecessor, a presidente também não sabia do esquema de corrupção” encabeçado por Argello.

A partir disso, uma unidade de registro chama atenção: “a campanha de Dilma”. Assim como em V2.1, *VEJA* ignora a figura do vice Temer e associa os atos de corrupção apenas “a campanha da petista”. Ora *VEJA* diz “a campanha presidencial



de Dilma”, em 2014, ora a “primeira eleição de Dilma, em 2010”. Sem citar Temer em nenhum momento, os escândalos de corrupção são descritos como cruciais para abastecer o “caixa petista” que financiaram as “duas vitórias de Dilma”.

O conteúdo aponta, inclusive, que houve uma “espécie de adiantamento feito pela quadrilha em troca do compromisso de Dilma, se eleita, de manter no cargo um dos diretores da Petrobras”. *VEJA* ainda enfatiza que o esquema de corrupção foi tratado com Dilma, entretanto, sem citar provas – apenas delações de indiciados pela Lava Jato. Embora Silva (2006, p. 50) sustente que “[...] onde há dinheiro público, há interesse público e deve haver transparência [...]”, devemos que considerar também que, de acordo com Plaisance (2011), “temos a tendência a ser atraídos por mensagens que afirmam nossas visões de mundo”. (PLAISANCE, 2011, p. 65). Assim, projeta-se o entendimento do porquê, novamente, *VEJA* teria “esquecido” a figura de Temer. A unidade de registro ainda viola o CEJB que no artigo 9º fundamenta a “presunção de inocência” (FENAJ, 2007, p. 2) como fundamental para o exercício da atividade jornalística e no artigo 12º, inciso II estabelece que o jornalista deve “buscar provas que fundamentem as informações de interesse público”. (FENAJ, 2007, p. 3).

## 6.5 CONTEÚDO PUBLICADO EM 07 DE SETEMBRO DE 2016

O último período explorado (anexos E e F) também foi codificado e categorizado para que se chegue ao objetivo proposto, conforme sugere Bardin (2011). Na edição nº 917 de *CartaCapital* (codificada como C3) observa-se que cinco reportagens (que variam de cinco a 13 telas e 11 a 23 parágrafos) foram produzidas (codificadas como C3.1, C3.2, C3.3, C3.4 e C3.5), enquanto que a edição nº 2.494 de *VEJA* houve a produção de quatro reportagens (que variam de três a oito telas e seis a dez parágrafos – codificadas como V3.1, V3.2, V3.3 e V3.4) sobre o fim do processo de *impeachment* e a consequente destituição de Dilma Rousseff. Os dados são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 7 - Reportagens publicadas por *CartaCapital* e *VEJA* em 07 de setembro de 2016

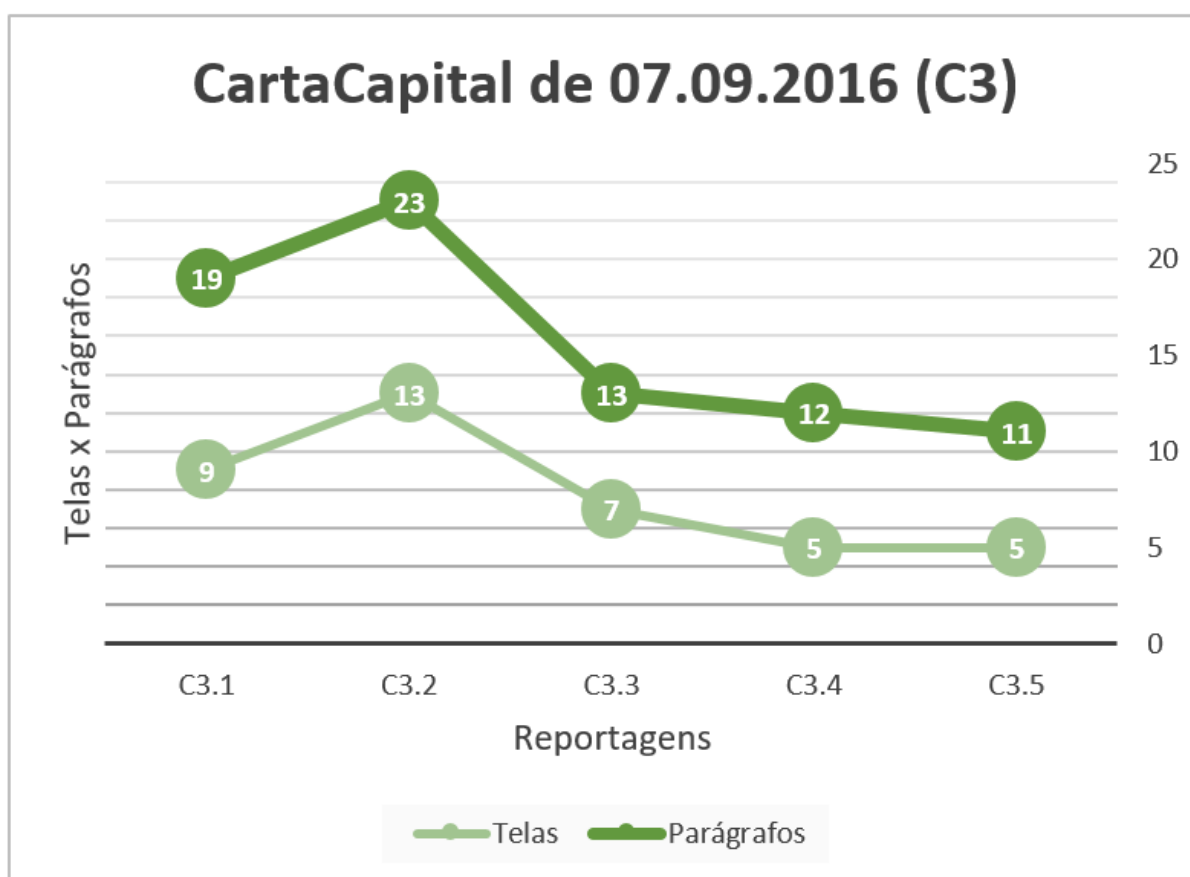
CartaCapital de 07.09.2016 (C3)				
Reportagem	Título	Autoria	Telas	Parágrafos
C3.1	A inteligência impotente	Mino Carta	9	19
C3.2	E fez-se o caos	André Barrocal	13	23
C3.3	Economia, o grande complicador	Carlos Drummond	7	13
C3.4	O dilema do PT	Renan Truffi	5	12
C3.5	O triunfo da naftalina	Nirlando Beirão	5	11
TOTAL			39	78

VEJA de 07.09.2016 (V3)				
Reportagem	Título	Autoria	Telas	Parágrafos
V3.1	Acabou a lua de mel	Marcelo Sakate e Daniel Pereira	6	10
V3.2	A visão da história	Fernanda Allegretti	3	6
V3.3	O pecado original	Daniel Pereira e Thiago Bronzatto	8	7
V3.4	Para onde eles vão agora	Pieter Zalis e Pedro Dias Leite	5	8
TOTAL			22	31

Fonte: Autor (2017).

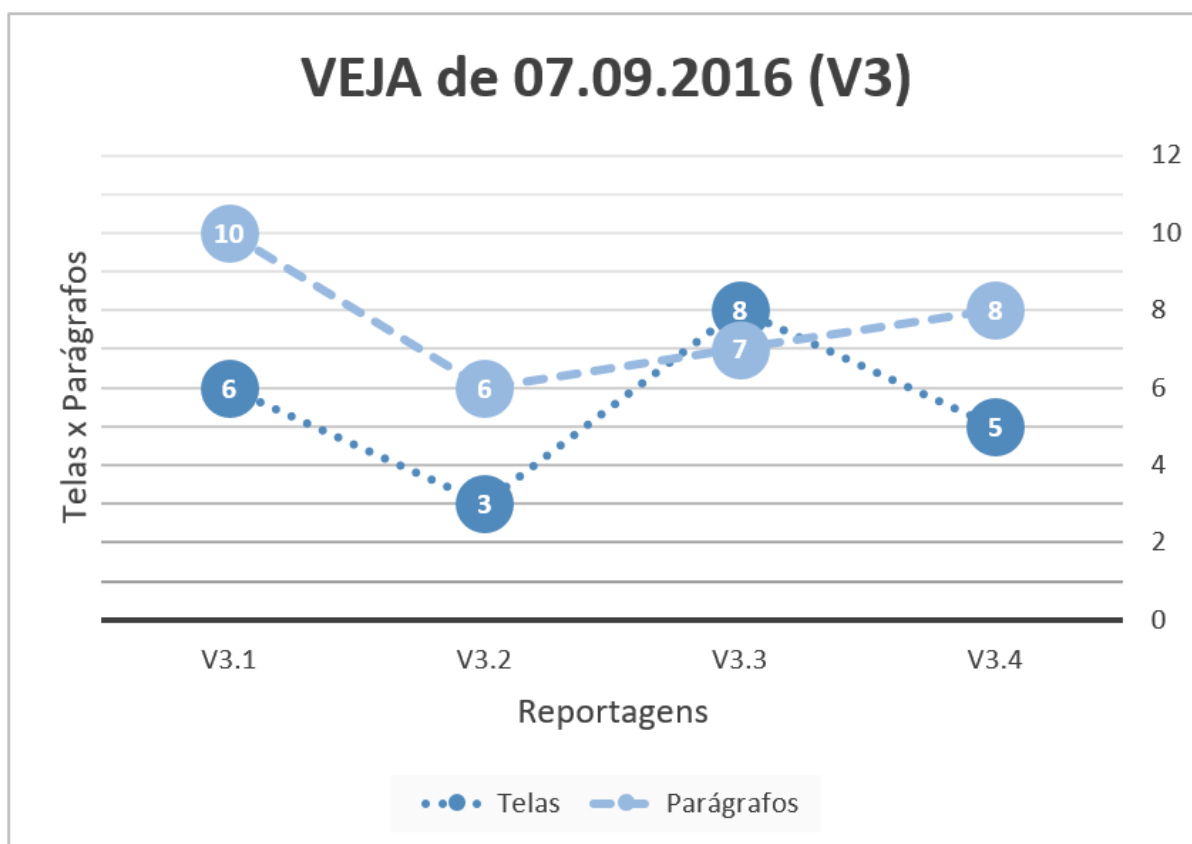
Ao considerar-se a quantidade de telas, atenta-se que em *CartaCapital* produziu-se cerca de 45% a mais na comparação com *VEJA*. Esse índice aumenta para, aproximadamente, 60% ao considerar-se a quantidade de parágrafos. Portanto, conseqüentemente, baseado nos gráficos apresentados a seguir, acredita-se que análise de conteúdo de *CartaCapital* tende a ser mais extensa do que a de *VEJA*:

Gráfico 7 - Fragmentação, codificação e categorização das reportagens produzidas por *CartaCapital* em 07 de setembro de 2016



Fonte: Autor (2017).

Gráfico 8 - Fragmentação, codificação e categorização das reportagens produzidas por VEJA em 07 de setembro de 2016



Fonte: Autor (2017).

### 6.5.1 Conteúdo publicado por *CartaCapital* em 07 de setembro de 2016

Em cinco reportagens sobre o encerramento do processo de *impeachment* e a destituição de Dilma Rousseff, *CartaCapital* utilizou argumentos de 21 fontes conforme exposto na tabela a seguir. Observa-se que, embora quatro reportagens sigam a orientação exposta no artigo 12º do CEJB, que no inciso I cita a necessidade de “ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística” (FENAJ, 2007, p. 3), a reportagem C3.5 não apresentam fontes, portanto pode ser classificada como argumentativa, diante da aproximação com o jornalismo opinativo, segundo estabelece Coimbra (1993).

Tabela 8 - Fontes presentes nas reportagens de *CartaCapital* publicadas em 07 de setembro de 2016

Fontes da reportagem	<b>A inteligência impotente (C3.1)</b>		
	Nome	Cargo ocupado na ocasião	
	1	Aécio Neves	Senador do PSDB
	2	Cristovam Buarque	Senador sem partido
	<b>E fez-se o caos (C3.2)</b>		
	Nome	Cargo ocupado na ocasião	
	1	Otto Alencar	Senador do PSD
	2	Renato Janine Ribeiro	Professor de Ética e Filosofia Política da USP
	3	Michel Temer	Presidente do Brasil
	4	Paulo Skaf	Presidente da Fiesp
	5	Robson Andrade	Presidente da CNI
	6	Renato Meirelles	Presidente do instituto de pesquisas Locomotiva
	7	Jessé Souza	Sociólogo e professor da Universidade Fluminense
	8	Joaquim Barbosa	Ex-ministro do STF
	9	Armando Monteiro Neto	Senador do PTB
	10	Ernandes Amorim	Senador do PSC
	11	João Vicente	Filho do ex-presidente João Goulart
	<b>Economia, o grande complicador (C3.3)</b>		
	Nome	Cargo ocupado na ocasião	
	1	Rodrigo Maia	Presidente da Câmara dos Deputados
	2	José Serra	Ministro das Relações Exteriores
	3	Antonio Correa de Lacerda	Economista e professor da PUC de São Paulo
	4	Gabriel Galípolo	Economista e professor da PUC de São Paulo
	5	Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial	
	6	Banco Central do Brasil	
	<b>O dilema do PT (C3.4)</b>		
	1	Humberto Costa	Líder do PT no Senado
2	Aldo Fornazieri	Professor da Fespsp	
3	Tarso Genro	Ex-governador do Rio Grande do Sul	
<b>O triunfo da naftalina (C3.5)</b>			
Não apresenta fontes			

Fonte: Autor (2017).

Em a *inteligência impotente* (C3.1), reportagem de autoria do jornalista e editor-chefe de *CartaCapital*, Mino Carta, apesar de apresentar duas fontes, o conteúdo segue as características de C2.2. A reportagem define o *impeachment* de Dilma Rousseff como uma “farsa trágica”, “tão inútil quão humilhante”, fruto de um “enredo tortuoso e apavorante”. O conteúdo estabelece que “um país que se permite um golpe desta natureza carece de saúde mental”. Nesse sentido vale recordar que, segundo Lage (2006) já disse, uma “[...] reportagem não cuida da cobertura de um fato singular ou de uma série de fatos, mas do levantamento *de um assunto* ou do relato de um

episódio complexo, de acordo com um ângulo preestabelecido”. (LAGE, 2006, p. 54, grifos do autor).

Utilizando a expressão “golpe”, *CartaCapital* sustenta que “o golpe de 2016 é infinitamente mais grave do que o de 1964”. De acordo com a reportagem, “o golpe destes dias” é um retrocesso, ao considerar-se “todos os avanços ocorridos depois de 1985” (fim do período ditatorial brasileiro). Cabe recordar que Seabra (2006) defende que o jornalista que cobre política tenha conhecimento da história do Brasil para que, assim, possa fazer as aproximações necessárias. Ademais, o capítulo II do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros estabelece, no artigo 6º, inciso X, que o jornalista deve “[...] defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito [...]”. (FENAJ, 2007, p. 2).

O conteúdo de *CartaCapital*, acredita que “imaginar que a farsa trágica se encerra com o *impeachment* é ilusão ou parvoíce”, pois Lula está sendo perseguido “por razões inconsistentes e até ridículas” que pretendem excluí-lo “da disputa presidencial de 2018”. Diante da afirmação, a reportagem projeta que “a prisão de Lula é perfeitamente possível, se não provável, já que quadrilha manda”. Apesar da expressão que aproxima da criminalidade, o conteúdo não cita partidos, tampouco nomeia, aproxima ou acusa políticos que, supostamente, fariam parte desse grupo. A decisão vai ao encontro do capítulo III, do CEJB, que, no artigo 10º, sintetiza a importância da responsabilidade jornalística: “[...] a opinião manifestada em meios de informação deve ser exercida com responsabilidade [...]”. (FENAJ, 2007, p. 2).

O conteúdo ainda questiona a atuação do poder Judiciário quando fundamenta que surgem “dúvidas [...] em relação ao juiz Sergio Moro”. A questão ganha contornos justificáveis quando relacionadas aos dizeres já abordados por Lipovetsky (2004). O autor considera que “numa época de impotência política na qual juízes adquirem, às vezes, status de estrela midiática, eles não hesitam mais em acionar diretamente a opinião pública e escapam do descrédito que atinge a classe política. (LIPOVETSKY, 2004, p. 54-55).

A reportagem critica fortemente o “baixo QI de inúmeras personagens da farsa trágica” e condiciona à postura “estupidamente exibicionista, ignorante até a medula, arrogante e vulgar” das classes A e B1. Se considerarmos que o conteúdo não fere nenhum princípio estabelecido no CEJB, a dúvida levantada ganha sustentação. Isso porque segundo já disse Genro Filho (1989), o “processo de revelação dos fatos” é fruto dos interesses das elites, portanto passíveis de serem elencados com um

conteúdo conservador. Dessa forma, *CartaCapital* vai na contramão do que já havia definido Lage (2001): “[...] na revista feita para as elites (e consumida pelos que pretendem ser da elite) uma função precisa: fornece [-se] a ilusão de domínio”. (LAGE, 2001, p. 124). Entretanto, embora não seja uma “revista de elite”, o conteúdo não deixa de criticar a “esquerda desenvolvimentista” de Dilma Rousseff que “tentou agradar aos senhores e fez genuflexão ao deus mercado”. É válido recordar que essa crítica também se fez presente, notoriamente, nas edições C1 e C2.

Na segunda reportagem da edição pós-*impeachment*, *E fez-se o caos* (C3.2), de autoria do jornalista André Barrocal, *CartaCapital* utiliza trechos de canções de Chico Buarque (personagem que esteve no plenário do Senado) para descrever o fatídico dia da destituição de Dilma Rousseff do cargo máximo do Brasil. Utilizando 11 fontes, o conteúdo enfatiza que, ao contrário da renúncia do ‘caçador de marajás’, o cenário que tirou a petista do poder é “oposto ao da cassação de Collor, em 1992”. A revista relembra, assim como fez na reportagem única da edição C1, que Eduardo Cunha conduziu o processo de *impeachment* sendo “réu por corrupção”, fato que corrobora para que seja “bastante lembrado por seu papel decisivo no *impeachment* de Dilma”. *CartaCapital* defende que a destituição da presidente não tem a aprovação de toda a população. Assim, portanto, o conteúdo cita que as ações administrativas de Temer terão que “convencer a população”. A reportagem fundamenta que o presidente “pretende inundar a mídia com propaganda”. Nesse ponto, *CartaCapital* vai ao encontro de Silva (2006), que reflete a isenção jornalística em momentos como este. O autor acredita que os parceiros comerciais dos veículos de comunicação são vistos como “[...] um risco para a isenção do jornalismo praticado”. (SILVA, 2006, p. 71)<sup>29</sup>.

No texto, embora não cite a expressão “golpe”, *CartaCapital* defende que o *impeachment* não tem “nada a ver com crime de responsabilidade”, mas sim, com “divergências sobre quem deveria pagar a conta da crise”. Sobre a postura da revista, cabe lembrar que Lage (2001), prevê esse desdobramento ao citar que, após a queda do representante máximo de uma nação, produz-se reportagens sobre a crise, as razões que levaram ao “golpe”, projeta-se as reconfigurações no cenário econômico e os personagens que vão conduzir o governo a partir de então.

---

<sup>29</sup> É válido recordar que o capítulo II do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros descreve, no artigo 11º, inciso I que o jornalista não pode divulgar informações “visando o interesse pessoal ou buscando vantagem econômica”.

Nesse sentido, o conteúdo cita uma unidade de contexto para comparar a mudança de presidente. A reportagem explica que “o peemedebista ostenta índices de aprovação dignos de Dilma, de uns 13%, embora ainda seja desconhecido por fatia parecida”. Entretanto, o texto cita que “ao contrário de Dilma”, Temer “conta com a boa vontade da maioria do Parlamento e do setor produtivo”. Embora tenha notório repúdio à postura de Temer, *CartaCapital* projeta que o novo presidente terá mais facilidade que sua antecessora (antes companheira de chapa/governo). Dessa forma, a revista segue o capítulo I do CEJB que, no artigo 2º, inciso II, orienta que “a produção e a divulgação da informação devem se pautar pela veracidade dos fatos e ter por finalidade o interesse público” (FENAJ, 2007, p. 1) e não o interesse do veículo de comunicação.

Contudo, o conteúdo recorda que embora a manutenção da Operação Lava Jato seja “fundamental para dar base social ao *impeachment* por meio do frenesi anticorrupção”, as investigações correm o risco de soar como um “falso moralismo”. Portanto, cabe lembrar que, segundo Gomes (1989), deve haver diferenciação entre moral e ética, pois as morais são relativas de acordo com a época, já a ética é absoluta, ou seja, vale em todas as situações, independentemente da época.

Novamente, *CartaCapital* não exime a culpa de Dilma em sua própria queda quando afirma que “certas atitudes autoritárias caracterizaram seu desempenho na Presidência”. Mesmo defendendo a expressão “golpe”, a revista considera que, “no interrogatório no Senado, a petista foi firme, abusou da palavra ‘golpe’, mas às vezes beirou a soberba que envenenou sua relação com parlamentares”. Tal postura enfatiza o que o conteúdo pressupõe (somente em C3): Dilma Rousseff “carecia de governabilidade”. Mais uma vez, *CartaCapital* vai ao encontro do CEJB. O documento cita no capítulo III, artigo 12º, inciso VIII, que o exercício da profissão esteja preocupado com a defesa da “[...] soberania nacional e seus aspectos políticos, econômicos, social e cultural [...]” (FENAJ, 2007, p. 3), independentemente da linha editorial adotada pelo periódico.

Ao se encaminhar para o fim da reportagem, uma consideração importante. Assim como fez *VEJA*, em V2.1, *CartaCapital* equivoca-se ao não identificar uma fonte quando o conteúdo comenta que “um parlamentar peemedebista, ex-ministro, diz que Temer sofre ‘chantagem’ dos tucanos” para aprovar reformas. A reportagem cita que Michel Temer ficará “em paz”, mesmo que haja “uma ação de cassação da chapa Dilma-Temer” no Tribunal Superior Eleitoral. Entretanto, considerando o teor do



conteúdo, a postura da revista é justificada e embasada no CEJB, que no capítulo II, artigo 7º, inciso IV, fundamenta que o jornalista não pode “expor pessoas ameaçadas, exploradas ou sob risco de vida, sendo vedada a sua identificação [...]”. (FENAJ, 2007, p. 2).

Em *Economia, o grande complicador* (C3.3), reportagem de autoria do jornalista Carlos Drummond, o conteúdo define que o “governo golpista” vai “maquiar” o “péssimo desempenho do PIB, do emprego e do crédito”. Baseado em explicações de seis fontes, a reportagem fundamenta que desde 2014 houve “encolhimento do poder de compra”, fruto da desvalorização do real. *CartaCapital* projeta que esse argumento será utilizado para pautar a “retirada de direitos sociais”, a começar pela “Proposta de Emenda Constitucional 241<sup>30</sup>, de eliminação de recursos para a saúde e educação”.

A revista também repudia as privatizações de “hospitais, creches, presídios e saneamento” quando fundamenta, em uma unidade de contexto, que “o fracasso da iniciativa privada no saneamento está documentado na literatura internacional e hoje menos de 10% da população mundial é abastecida por sistemas controlados por particulares”. O conteúdo sustenta que tudo isso está “em sintonia com o pretendido desmanche dos direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988”. A análise está alinhada ao capítulo II do CEJB que defende, no artigo 6º, inciso X, que o jornalista deve “[...] defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito [...]”. (FENAJ, 2007, p. 2).

Na quarta reportagem da edição nº 917, *O dilema do PT* (C3.4), de autoria do jornalista Renan Truffi, *CartaCapital* analisa como o *impeachment* de Dilma Rousseff vai impactar nas estratégias do Partido dos Trabalhadores (PT). A revista projeta dificuldades nas eleições municipais de 2016 com base em argumentos de três fontes. O conteúdo pondera que “a ex-presidenta deu a entender que vai continuar lutando contra o golpe”, entretanto, mostra que a sigla partidária está dividida, pois “nem a campanha por ‘Diretas Já’ é consenso dentro do Partido dos Trabalhadores”.

---

<sup>30</sup> A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 ou 55 (visto que transformada na Emenda Constitucional 95/2016 em 15 de dezembro de 2016 e promulgada em 03 de fevereiro de 2017) altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal (com “congelamento” do limite de gastos do governo federal em diversos setores, tais como Saúde e Educação, pelos próximos 20 anos). Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>>. Acesso em: 23 mai. 2017.

Conforme a reportagem, ainda em maio “o PT divulgou uma nota” que afirmava “que a legenda, de fato, relegou as reformas políticas e tributária e deixou de lado a regulamentação dos meios de comunicação”. *CartaCapital* critica essa postura ao lembrar que, após essa atitude, o partido “repetiria a política de conciliação” quando “parte da bancada petista apoiou a candidatura de Rodrigo Maia (DEM-RJ) à presidência da Câmara dos Deputados”. Assim, a revista fundamenta que “as costumeiras incoerências na formação de alianças políticas” não foram superadas. Recorda-se, assim, que Morin (2005) defende que não haja a dissolução da ética na política pois, conforme o autor “[...] não se pode sonhar como uma política serva da ética. A complementaridade dialógica entre a ética e a política comporta a dificuldade, a incerteza e, às vezes, a contradição”. (MORIN, 2005, p. 80).

O *triunfo da naftalina* (C3.5), reportagem assinada pelo jornalista Nirlando Beirão, é o conteúdo mais irônico presente na edição de 07 de setembro de 2016. Baseada em comparações banhadas de sarcasmo, o conteúdo caracteriza a “Era Temer” que, de acordo com *CartaCapital*, foi “arquitetada no tapetão da mídia e do Judiciário”. A revista pressupõe que será nesse “mergulho retrô” que a “inteligência brasileira viverá seu esplendor sob a égide dos eméritos eruditos que o presidente usurpador guarda na algibeira”. A ironia chega ao auge quando o conteúdo questiona: “o que a Academia [Brasileira de Letras] está esperando para aclamar o poetaço-presidente?”, fazendo clara alusão ao jeito particular de Michel Temer se expressar publicamente.

Como não há a citação de nenhuma fonte em todo conteúdo, o cenário da “República dos carolas e dos hipócritas” é descrita com termos pouco convencionais, que em determinado momento beiram o ridículo. Ao que tudo indica essa é a intenção de *CartaCapital* ao produzir uma reportagem com essas características. A reportagem mais debochada da edição justifica essa abordagem ao condicionar o *impeachment* como resultado da avaliação exclusiva do cenário econômico, excluindo a percepção crítica do cenário social. O conteúdo questiona: com “a Bolsa bombando, a indústria trabalhando, os investidores investindo e o maná da prosperidade caindo do céu da pátria amada, quem é que terá tempo de se distrair com leitura?” A reportagem encerra afirmando que o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, “nunca abriu um livro”. Tal tecelagem de informações, conforme indica Lima (2004), está, necessariamente, associada às causas e aos

efeitos, visto que, “[...] a reportagem, como gênero, pressupõe o exame do estilo com que o jornalista articula sua mensagem”. (LIMA, 2004, p. 24).

Ademais, ao citar, nominalmente, o presidente da Fiesp, *CartaCapital* feriu o capítulo III do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que no artigo 12º, no inciso III, orienta que o profissional trate “com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulgar” (FENAJ, 2007, p. 3). Contudo cabe lembrar que, de acordo com Gomes (1989), a discussão do Código “[...] não se situa entre ‘fazer o bem e evitar o mal’ [...]” (GOMES, 1989, p. 103), mas sim, diz respeito à forma como o jornalista emprega os valores, (implícitos nos códigos) e adequa essas informações às mais diversas situações. Ao considerar que algumas situações, como essa, são passíveis de interpretação “[...] não basta a verbalização de um código de ética para o comunicador, ou para os meios. Não é a lei pura e simples que vai resolver o problema da prática concreta”. (GOMES, 1989, p. 103).

#### **6.5.2 Conteúdo publicado por VEJA em 07 de setembro de 2016**

Em quatro reportagens sobre o encerramento do processo de *impeachment* e a destituição de Dilma Rousseff (que variam de três a oito telas e seis a 10 parágrafos), VEJA utilizou argumentos de 16 fontes conforme exposto na tabela a seguir:

Tabela 9 - Fontes presentes nas reportagens de *VEJA* publicadas em 07 de setembro de 2016

<b>Acabou a lua de mel (V3.1)</b>		
	Nome	Cargo ocupado na ocasião
1	Henrique Meirelles	Ministro da Fazenda
2	Michel Temer	Presidente do Brasil
3	Ronaldo Caiado	Líder do DEM no Senado
4	Eunício Oliveira	Líder do PMDB no Senado
5	Aloysio Nunes	Senador do PSDB
6	Murillo de Aragão	Cientista político da Arko Advice
<b>A visão da história (V3.2)</b>		
	Nome	Cargo ocupado na ocasião
1	Cristiane Romeo	Cientista política e professora do Ibmec
2	Daniel Aarão Reis	Professor da Universidade Federal Fluminense
<b>O pecado original (V3.3)</b>		
	Nome	Cargo ocupado na ocasião
1	Franklin Martins	Ex-ministro de Comunicação Social
2	Jaques Wagner	Ex-ministro da Casa Civil
3	José Dirceu	Ex-ministro da Casa Civil
4	Dilma Rousseff	Ex-presidente do Brasil
<b>Para onde eles vão agora (V3.4)</b>		
	Nome	Cargo ocupado na ocasião
1	José de Souza Martins	Sociólogo da Universidade de São Paulo
2	Rafael Cortez	Cientista político da Tendências
3	Rubens Figueiredo	Cientista político
4	Marco Aurélio Nogueira	Professor da Universidade Estadual Paulista

Fonte: Autor (2017).

Na primeira reportagem, *Acabou a lua de mel* (V3.1), de autoria dos jornalistas Marcelo Sakate e Daniel Pereira, *VEJA* projeta o governo Temer com seis fontes. Inicialmente, o conteúdo enfatiza que “Dilma Rousseff, ao promover o caos econômico, está devidamente destituída com o impeachment”. Com isso, a revista defende que “saem de cena o intervencionismo, o protecionismo e as experimentações e ganham espaço a ortodoxia na condução econômica e as políticas concebidas para atrair o capital privado”. Assim como fez *CartaCapital* em C3.2, *VEJA* prevê que “o governo vai lançar nas próximas semanas uma campanha publicitária ostensiva para informar sobre a necessidade de mudança nas regras” da Previdência Social. Ao refletir a isenção jornalística, Silva (2006) pondera que os parceiros comerciais dos veículos de comunicação (em muitos casos governos) são vistos como “[...] um risco para a isenção do jornalismo praticado”. (SILVA, 2006, p. 71). É necessário considerar que, ao contrário de *CartaCapital*, *VEJA* vê com normalidade

esse fato (já que poderia ser analisado com viés crítico, como fizera com o governo Dilma na edição V1, principalmente).

Adiante, a revista diz que “no campo político, o novo governo deu mostras de que dispõe de uma base mais coesa que a de Dilma”. Entretanto, é válido considerar que embora tenha mudado o presidente, os senadores e deputados são os mesmos que foram eleitos com a ex-presidente. A afirmação da revista fica passível de questionamento quando *VEJA* admite que “uma aliança circunstancial levou Temer à Presidência”. Mesmo que não cite a palavra *conspiração*, é inegável que, no campo das interpretações, a expressão aproxima o termo da análise.

Adiante, essa interpretação ganha respaldo quando *VEJA* recorda que “partidos menores, como o PR e o PTB do mensalão e o PP do petrolão aderiram [ao *impeachment*] porque tiveram políticos faxinados por Dilma e viram na sua destituição uma chance de ampliar os espaços na administração pública”. Enfim, o conteúdo admite que “a bancada governista está longe de ser homogênea. Uniu-se por interesses diversos que convergiam para a derrubada de Dilma”, fato que não é criticado por *VEJA*, visto que ao considerar-se o que o capítulo II do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros sustenta, no artigo 6º, inciso X: o jornalista deve “[...] defender os princípios constitucionais e legais, base do estado democrático de direito [...]”. (FENAJ, 2007, p. 2). Além do mais, quando *VEJA* afirma que “Temer não terá facilidade nem dentro do PMDB”, dá base ao termo “chantagem” apresentado por *CartaCapital* nas edições C1 e C3 (e negado pela revista na edição V1).

Entretanto, a revista acredita que o novo presidente está apto para enfrentar esse desafio, quando afirma que na primeira reunião ministerial “Temer subiu o tom porque sabe que terá dificuldade para se fazer ouvir” e, portanto, deve agir diferente de Lula e Dilma que “buscaram o caminho mais simples: optaram por comprar os parlamentares”. Aqui cabe aproximar o capítulo III, do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros que, quando trata *Da responsabilidade profissional do jornalista*, fixa no artigo 9º que “[...] a presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística [...]” (FENAJ, 2007, p. 2), princípio, evidentemente, ignorado por *VEJA*, visto que não apresenta nenhuma prova do fato que sugere ter sido corrupto por parte de Lula e Dilma.

Na segunda reportagem, *A visão da história* (V3.2), de autoria da jornalista Fernanda Allegretti, *VEJA* questiona, com o embasamento de duas fontes, como a história lembrará do *impeachment* de Dilma: “terá sido impeachment ou golpe?”. A

pergunta, vai na contramão do que revista defendeu, principalmente na edição V1, quando disse que a utilização do termo desafiava a “inteligência alheia”, visto que os “petistas do governo” classificam erroneamente o processo como “tentativa de golpe”, enfatizando que o *impeachment* era um instrumento constitucional.

Adiante, *VEJA* toma como exemplo uma unidade de contexto: o ano de 1964. Conforme a revista “a expressão ‘golpe militar’ só se consagraria bem mais tarde”. Além disso, o conteúdo cita que “os movimentos de 1889 e 1930 também poderiam ser classificados com golpes militares e, no entanto, a história escolheu denominá-los de forma mais nobre: ‘Proclamação da República’ e ‘Revolução de 30’”. Ao que tudo indica, ao considerar o conteúdo dessa reportagem, a linha editorial da revista não pretende mais (pois pretendeu no passado) repudiar veementemente a expressão “golpe”, pois segundo o texto “vencedores e derrotados põem o rótulo que desejam, de modo a construir suas ideias”.

É válido recordar que de acordo com Seabra (2006) o conhecimento da história do país (neste caso o Brasil) torna-se crucial para que o profissional não caia em armadilhas, muitas vezes fruto da esfera pública em constante ebulição. Assim, o autor enfatiza que o, “jornalista que cobre política [...] não pode desconhecer da história do país”. (SEABRA, 2006, p. 111).

Portanto, *VEJA* não agiu eticamente, pois anteriormente omitiu a História para dar ênfase ao posicionamento defendido pela linha editorial e, somente agora, utiliza-a sem recordar aos leitores que, no passado publicou esse equívoco editorial. Além disso, a revista feriu o artigo 12º do capítulo III do CEJB que, no inciso VI, estabelece que o profissional deve “[...] promover a retificação de informações que se revelem falsas ou inexatas [...]”. (FENAJ, 2007, p. 3).

O *pecado original* (V3.3), terceira reportagem da edição nº 2.494, de autoria dos jornalistas Daniel Pereira e Thiago Bronzatto, *VEJA* avalia os 13 anos de governo do PT com quatro fontes. Conforme o conteúdo, “o PT nunca se sentiu tão poderoso como em 2010”, quando decidiu que iria eleger a “primeira mulher pelas mãos do primeiro representante genuinamente popular”. A revista afirma que esse simbolismo custou caro à esquerda que “no roteiro traçado” até então “eternizar-se no poder não era figura de linguagem”. *VEJA* afirma que esse plano foi “assentado num pecado original, que não foi inventado pelo PT, não foi implantado pelo PT, mas foi executado com rigor e método nunca antes vistos neste país: a corrupção da classe política com recursos públicos”.

Se no passado (vide edições V1 e V2) a revista sustentava que o crime de responsabilidade era a justificativa para o *impeachment*, agora o termo não é utilizado como crucial para a queda da presidente. *VEJA* diz que “Dilma perdeu o mandato pelo conjunto da obra”, pois “jogou o país no atoleiro” e que Lula segue sendo o “chefe do esquema de corrupção”. Aqui, cabe, mais uma vez lembrar que, embora cite Lula como “indiciado por corrupção”, a revista fere, novamente, o capítulo III, do CEJB que fixa no artigo 9º que “[...] a presunção de inocência é um dos fundamentos da atividade jornalística [...]” (FENAJ, 2007, p. 2) e no artigo 11º, inciso II, que o jornalista deve “buscar provas que fundamentem as informações de interesse público” (FENAJ, 2007, p. 3), princípios ignorados por *VEJA*, visto que não apresenta nenhuma prova contra o ex-presidente.

Por fim, a reportagem considera “esdrúxula” a “articulação dos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski”, que preservou os direitos políticos de Dilma Rousseff, “ao contrário do entendimento adotado pelo STF no caso de Fernando Collor de Mello, destituído da Presidência em 1992”. Entretanto, a revista não considera que Collor renunciou antes do *impeachment*, assumindo a culpa, diferentemente de Dilma que foi deposta. É válido recordar que, conforme Seabra (2006), o conhecimento da história torna-se crucial para que o profissional não caia em armadilhas, como essa, muitas vezes fruto da esfera pública em constante ebulição que, evidentemente, compara ambos os casos.

Na quarta e última reportagem da edição, *Para onde eles vão agora* (V3.4), de autoria de Pieter Zalis e Pedro Dias Leite, *VEJA* avalia como os representantes do PT vão se articular nas eleições municipais de 2016. O conteúdo, construído com argumentos de quatro fontes se apresenta como o menos opinativo da edição, visto que analisa o cenário pós-*impeachment* pelo viés histórico. A revista fundamenta que, depois dos escândalos de corrupção, a sigla se apresenta “mais um peso do que uma alavanca”. O conteúdo justifica que o “número de candidatos a prefeito é o menor desde 1996” e no caso daqueles que vão concorrer, a “estrela vermelha, símbolo do orgulho petista [...] pré-mensalão, pré-petrolão, pré-impeachment”, sumiu dos cartazes.

A seguir, *VEJA* projeta que “há outra nuvem sombria no horizonte do partido”: as divisões internas. Essa questão também foi trazida por *CartaCapital* em C3.4. O conteúdo afirma ainda que “com o golpe de 1964, a esquerda brasileira sofreu um

revés um duríssimo” e que o *impeachment* “desfere um golpe igualmente duríssimo na esquerda” e sustenta que “enquanto petistas e esquerdistas em geral se colocarem no papel de vítima das elites predadoras, sem admitir os próprios erros, será difícil que recuperem parte da força que já tiveram”. Embora novamente aproxime a palavra “golpe”, antes negada por *VEJA*, não são identificados casos de desvios dos princípios éticos na apresentação do conteúdo.

## 6.6 INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Na etapa batizada por Bardin (2011) como a “[...] análise de conteúdo da análise de conteúdo” (BARDIN, 2011 p. 169), são apresentados os resultados da exploração do *corpus* de pesquisa. É válido lembrar que a autora estabelece as inferências como cruciais para a correta análise de conteúdo, objetivando responder de que forma a ética jornalística influenciou a produção das grandes reportagens das revistas *CartaCapital* e *VEJA* na cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff.

Quanto ao conteúdo publicado por *CartaCapital*, verificou-se que, embora tenham sido utilizadas expressões inadequadas e/ou de forma negativa, em determinados momentos a revista preservou a veracidade dos fatos. Identificou-se que, além de respeitá-los, a publicação contextualizou-os, dando ao leitor a capacidade de analisá-los segundo o próprio repertório de valores. Não foram identificados desvios editoriais ou tendenciosidades, visto que, em nenhuma unidade de registro do *corpus* analisado, a revista absolve ou defende o PT. Pelo contrário, a crítica quanto à postura do partido está implícita em todos os períodos analisados na pesquisa.

A expressão *golpe* é enfatizada no conteúdo de *CartaCapital*. Contudo, mesmo que a revista justifique a utilização da palavra, percebe-se que, em algumas reportagens, o periódico falha quando não embasa a suposição com fontes suficientes para credibilizar o *golpe*. Detectou-se também que o conteúdo explorado apresentou a correta distinção entre os processos de *impeachment* de Fernando Collor de Melo e Dilma Rousseff. Ao diferenciar os casos, evidentemente advindos de momentos históricos diferentes, *CartaCapital* conseguiu evitar que comparações fossem questionáveis ou tendenciosas.



Verificou-se ainda que a publicação questiona o poder da comunicação frente ao poder da ação política e, em determinadas unidades de registro, constrói a argumentação das análises com base em dados científicos que agem como balizadores para entendimento dos fatos. Diferentemente de *VEJA*, *CartaCapital* não propõe o "duelo de biografias" de Dilma e Cunha. Pelo contrário: mesmo que, em determinadas unidades de registro admita o "confronto" entre ambos, a revista embasa as afirmações em raciocínio sólido e diferencia os personagens de forma correta. Ao considerar a análise proposta pela publicação, identificou-se que *CartaCapital* age eticamente quando recorda os possíveis impeditivos da responsabilidade jornalística. A revista inclusive alerta quanto ao risco de aspectos econômicos restringirem ou censurarem a atividade dos veículos de comunicação.

Observou-se também que, embora em determinada unidade de registro cite a expressão "quadrilha", a crítica do conteúdo de *CartaCapital* não criminaliza partidos, tampouco políticos, seguindo princípios expostos no CEJB. No entanto, a revista equivoca-se ao não identificar uma fonte em determinada unidade de registro (na reportagem *E fez-se o caos - C3.2*). Detectou-se, no entanto, que *CartaCapital* fere o CEJB quando cita nominalmente o presidente da Fiesp e emprega um juízo de valores às informações apresentadas. Verificou-se também que, em determinado momento, a revista fere outro princípio do CEJB: a "presunção da inocência". O desvio ético é evidenciado quando a revista caracteriza Cunha como um "notório criminoso", sem apresentar provas.

Entretanto, embora se equivoque no julgamento do ex-presidente da Câmara, observou-se que os valores defendidos pela publicação não foram, necessariamente, exclusivos, quando a revista recordou e elencou os erros que levaram à queda de Dilma. Tal postura corrobora com a identificação da predominância da ética jornalística na revista que, em sua postura, constantemente defendeu os princípios constitucionais e legais, que sustentam o estado democrático de direito.

Já no caso de *VEJA*, detectou-se que, assim como *CartaCapital*, algumas expressões também foram utilizadas de forma inadequada. Contudo, diferentemente das publicações de *CartaCapital*, na maioria dos casos, expressões são descontextualizadas e seguidas de uma série de afirmações morais. Em muitas unidades de registro, as comparações se apresentaram banhadas de moralismo sem provas evidentes que, por sua vez, só fomentaram o maniqueísmo. Contudo, irresponsavelmente (acredita-se), o impacto desses julgamentos injustificáveis foi,

muitas vezes, desconsiderado. Um dos personagens centrais para que o processo de *impeachment* fosse aberto e aprovado pela Câmara, Eduardo Cunha, foi praticamente ignorado pela revista.

Verificou-se que, em algumas unidades de registro, *VEJA* apresenta dados sem citação de fontes e/ou embasamento científico. Nessas afirmações morais, houve confusão entre os termos "suspeito" e "acusado", e assim um pré-julgamento. Essa postura infringiu, constantemente, o CEJB que fundamenta a "presunção de inocência" como crucial na atividade jornalística. Observou-se também que houve contradição editorial em *VEJA* quando o periódico, equivocadamente, adequou a interpretação dos fatos políticos ao senso comum, no entanto, sem apresentar retificações.

Identificou-se ainda que, em algumas unidades de registro, *VEJA* desconsiderou a verificação das informações com fontes especializadas e aproximou, de forma excessiva, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de Dilma Rousseff (e ambos dos mais diversos escândalos de corrupção, novamente, sem provas). Verificou-se também que a revista aproxima Temer de Cunha, admitindo (assim como fez na aproximação de Lula e Dilma) relações entre ambos. Detectou-se, portanto, que, ao defender a suposta corrupção nas campanhas que elegeram Dilma, a revista ignorou Michel Temer, que era companheiro de chapa da presidente deposta. A ausência de Temer não foi explicada em nenhum momento pelo periódico, o que pressupõe que *VEJA* quis diferenciá-los (equivocadamente, neste caso). Em outra unidade de registro, a revista enfatizou que os esquemas de corrupção foram tratados, exclusivamente, com Dilma. Entretanto, sem citar provas, *VEJA* feriu, novamente, o CEJB quanto à "presunção da inocência".

Ao considerar a "campanha publicitária ostensiva" do governo Temer, observou-se que *VEJA* não analisou criticamente a relação entre a política e a mídia, como fez *CartaCapital*. Novamente, verificou-se a contradição editorial da revista, ora com informações incompletas, ora com a ocultação de personagens importantes para o entendimento do processo de *impeachment*. Detectou-se que, quanto mais próximo do impedimento presidencial, o conteúdo de *VEJA* contrastou com aquele publicado na abertura do processo. Entretanto, a "presunção da inocência" foi o principal desvio ético da publicação, visto que, em muitas unidades de registro, acusou, constantemente, personagens petistas sem a exposição de provas.

Ainda se identificou, na última edição analisada de *VEJA*, outro desvio editorial que faz com que o conteúdo perca credibilidade e, portanto, distancie-se da natureza ética: o questionamento quanto ao *impeachment* ter sido um possível golpe. Observou-se que a revista mudou a própria abordagem, visto que na primeira edição analisada excluiu qualquer argumento que defendia essa hipótese. Sem retificar o posicionamento adotado, visto que anteriormente omitiu a questão para dar ênfase ao posicionamento adotado, a revista feriu novamente o CEJB.

Por fim, verificou-se que os argumentos em favor do afastamento de Dilma foram colocados em xeque pelo próprio periódico, pois o "crime de responsabilidade" (que, constitucionalmente, daria aval para o afastamento e a posterior deposição da presidente) não foi tido por *VEJA* como crucial para o *impeachment*. Tal postura corrobora com a identificação da predominância de desvios éticos da revista que, ao defender o *impeachment* sem crime de responsabilidade, ignorou os princípios constitucionais e legais, que sustentam o estado democrático de direito.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Como todos, tenho defeitos e cometo erros. Entre eles não estão a deslealdade e a covardia”*

**Dilma Rousseff**

Toda pesquisa é fruto de uma inquietação pessoal. Essa não foi diferente. Tendo como base o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, fato político que chamou a atenção mundial, surgiu o trabalho *“Impeachment e ética jornalística nas reportagens de CartaCapital e VEJA”*. A destituição da presidente foi golpe constitucional ou exercício da democracia? Esta pergunta talvez seja respondida pela História, mas só daqui alguns anos quando o passado da nação for analisado criticamente. Ciente da complexidade da questão, e da importância da credibilidade do jornalismo nesse contexto, surgiu o problema de pesquisa que norteou esse trabalho: “de que forma a ética jornalística esteve implícita (ou não) e influenciou (ou não) o conteúdo de *CartaCapital* e *VEJA* no processo de *impeachment* de Dilma?”. E o problema foi respondido com sucesso.

Para chegar a tal resposta, traçou-se o seguinte objetivo principal: “analisar a forma com que os princípios da ética jornalística influenciam a produção do conteúdo na cobertura do processo de *impeachment* de Dilma em reportagens especiais publicadas nas revistas *CartaCapital* e *VEJA*”, o qual também foi alcançado com sucesso. Para chegar ao que se propunha, teve-se como objetivos específicos: “reunir, conceituar e analisar os códigos deontológicos e a legislação brasileira que regulamentam os princípios éticos do fazer jornalístico no país”, abordado nos capítulos 2 (*O perímetro da crítica*), 3 (*Sem justificativa*) e 4 (*Anestésicos da consciência*). Quanto ao outro objetivo específico, o de “comparar o conteúdo publicado nas edições analisadas das revistas *CartaCapital* e *VEJA* na cobertura do processo de *impeachment* de Dilma”, abordado no capítulo 6 (*A ética jornalística das reportagens de CartaCapital e VEJA*). Por fim, o objetivo de “identificar e explorar as unidades de registro e de contexto adotadas pelas revistas *CartaCapital* e *VEJA* no conteúdo publicado” no período analisado, também foi abordado no capítulo 6 (*A ética jornalística das reportagens de CartaCapital e VEJA*).

Em seguida, para alcançar a resposta para tal, surgiram as seguintes hipóteses: “*CartaCapital* não agiu de forma ética ao considerar o *impeachment* de Dilma como golpe constitucional”, a qual validou-se parcialmente, pois, conforme a análise, na maioria das vezes a revista agiu, sim, dentro dos princípios estabelecidos pela ética jornalística; “*VEJA* não agiu de forma ética ao considerar o *impeachment* de Dilma como exercício da democracia”, hipótese que validou-se plenamente, ao considerar que, raramente a revista respeitou a ética jornalística e, portanto, a terceira hipótese, “ambas as revistas agiram de forma ética, de acordo com os códigos deontológicos e a legislação vigente no Brasil, na cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff”, não foi validada.

Nesse percurso, identificou-se contradições editoriais nítidas em *VEJA*, que colocaram em dúvida a veracidade do conteúdo publicado pela revista. Verificou-se também que, no caso de *CartaCapital*, não houve, em nenhum período analisado, a absolvição ou defesa de Dilma Rousseff, hipótese que fora levantada ao longo do processo de análise do *corpus* de pesquisa. Além disso, também se constatou, em *CartaCapital*, críticas quanto à postura do governo da ex-presidente, assim como dos atores que fizeram parte do processo de *impeachment*. Críticas embasadas em um raciocínio sólido, portanto, sem ferir os princípios da ética jornalística. Para tal, exigiu-se um método de pesquisa bibliográfica baseado em Paviani (2013), Marconi e Lakatos (2007), Figueiredo (2004) e Stumpf (2005), seguido da utilização da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), apresentadas no capítulo 5 (*Metodologia*).

Diante disso, fundamenta-se, por meio dessa pesquisa, que a ética jornalística esteve presente na cobertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, com maior incidência e relevância, no conteúdo publicado por *CartaCapital*, quando comparado com o que fora publicado, no mesmo período, por *VEJA*.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.
- BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. 209 p.
- BOFF, Leonardo. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 125 p.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 28 set. 2016
- \_\_\_\_\_. **Decreto Nº 83.284**. Brasília, DF: 13 mar. 1979. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D83284.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D83284.htm)> Acesso em: 28 set. 2016
- \_\_\_\_\_. **Lei Nº 972**. Brasília, DF: 17 out. 1969. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0972.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0972.htm)> Acesso em: 28 set. 2016
- \_\_\_\_\_. **Lei Nº 5.452**. Brasília, DF: 01 mai. 1943. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)> Acesso em: 28 set. 2016
- CARTACAPITAL. **Frustração e vingança**. Ed. 879. 09 de dezembro de 2015. São Paulo: Confiança, 2015.
- \_\_\_\_\_. **E eles vão levar?** Ed. 897. 20 de abril de 2016. São Paulo: Confiança, 2016.
- \_\_\_\_\_. **A farsa trágica**. Ed. 917. 07 de setembro de 2016. São Paulo: Confiança, 2016.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**: Patrick Charaudeau; trad. Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009. 285 p.
- COIMBRA Oswaldo. **O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura**. São Paulo: Ática, 1993. 183 p.
- CORTELLA, Mário Sérgio. **Não se desespere!** Provocações filosóficas. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 140 p.
- FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007. 4 p. Disponível em <[http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros-1.pdf](http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros-1.pdf)> Acesso em 04 abr. 2017
- FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida de. **Método e metodologia na pesquisa científica**. São Paulo: Difusão, 2004. 247 p.

FONSECA JR., Wilson Corrêa da. Análise do conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. xxiv, 380 p.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. 2.ed. Porto Alegre: Ortiz, 1989. 230 p.

GOMES, Pedro Gilberto. **O direito de ser**: a ética da comunicação na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1989. 109 p.

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 1997. 147 p. (Novas buscas em comunicação; 54).

KOSOVSKI, Ester. Ética, imprensa e responsabilidade social. In: BARATTA, Alessandro; KOSOVSKI, Ester. **Ética na comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995. 159 p.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2001. 80 p.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**: norte e sul: manual de comunicação. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2001. 415 p.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 6.ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2006. 78 p. (Série Princípios; 29)

\_\_\_\_\_. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 189 p.

\_\_\_\_\_. **Ideologia e técnica da notícia**. 3.ed. rev. Florianópolis: Insular, 2001.158 p.

LEÃO, Emmanuel Carneiro. Ética e Comunicação. In: BARATTA, Alessandro; KOSOVSKI, Ester. **Ética na comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 1995. 159 p.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura. 3.ed. Barueri, SP: Manole, 2004. xviii, 371 p.

LIPOVETSKY, Gilles. **Metamorfoses da cultura liberal**: ética, mídia, empresa. Porto Alegre, RS: Sulina, 2004. 88 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 225 p.

MOREIRA, Sonia Virginia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. xxiv, 380 p.

MORIN, Edgar. **O método**. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. 6 v. 222 p.

PAVIANI, Jayme. **Epistemologia prática**: ensino e conhecimento científico. 2.ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2013.

PEREIRA, Álvaro. Jornalismo político: história e processo. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de. **Jornalismo político**: teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006

PLAISANCE, Patrick Lee. **Ética na comunicação**: princípios para uma prática responsável. Porto Alegre: Penso, 2011. 295 p.

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 141 p.

ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo público**: informação, cidadania e televisão. São Paulo: Editora Unesp, 2011. 212 p.

SANTAYANA, Mauro. A ética, dentro e fora das redações. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de. **Jornalismo político**: teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 4ª edição: Contexto. São Paulo, 2011. 114 p. Disponível em <<https://ucs.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788572442442/pages/65>>. Acesso em 21 mar. 2017

SEABRA, Roberto. Jornalismo político contemporâneo. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de. **Jornalismo político**: teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006

SILVA, Luiz Martins da. Jornalismo e interesse público. In: SEABRA, Roberto; SOUSA, Vivaldo de. **Jornalismo político**: teoria, história e técnicas. Rio de Janeiro: Record, 2006

\_\_\_\_\_. O jornalismo como teoria democrática in CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Vitrine e vitraço**: Crítica de Mídia e Qualidade no Jornalismo. Coleção: Livros LabCom. Série: Jornalismo Ano da edição: 2010. 195 p. Disponível em <[http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20101103-christofoletti\\_vitrine\\_2010.pdf](http://www.labcom-ifp.ubi.pt/ficheiros/20101103-christofoletti_vitrine_2010.pdf)> Acesso em 24 out. 2016

SINJOPE - Sindicato dos Jornalistas do Estado do Pernambuco. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007. 4 p. Disponível em <[http://www.sinjope.org.br/download/codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](http://www.sinjope.org.br/download/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf)>. Acesso em 28 set. 2016

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. 7.ed. São Paulo: Summus, 1986. 141 p.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. xxiv, 380 p.



TZU, Sun. **A arte da guerra**. São Paulo, SP: Hunter Books, 2011. 160 p.

VEJA. **Impeachment**. Ed. 2.455. 09 de dezembro de 2015. São Paulo: Abril, 2015.

\_\_\_\_\_. **Fora do baralho**. Ed. 2.474. 20 de abril de 2016. São Paulo: Abril, 2016.

\_\_\_\_\_. **2003-2016**. Ed. 2.494. 07 de setembro de 2016. São Paulo: Abril, 2016.

WOLFE, Tom. **Radical chique e o novo jornalismo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2005. 245 p. (Coleção jornalismo literário)

## ANEXOS

## ANEXO A – TELAS REVISTA CARTACAPITAL (09 DE DEZEMBRO DE 2015)

REPORTAGEM DE CAPA

# O FIM DA CHANTAGEM

EDUARDO CUNHA DÁ INÍCIO  
AO PROCESSO DE IMPEACHMENT.  
E TEM MAIS A PERDER DO QUE A GANHAR

POR ANDRÉ BARROCAL E RODRIGO MARTINS

**T**ERMINA A ERA DAS AMEAÇAS VELADAS, começa o período da guerra campal. Ao anunciar a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, não só lançou as suas últimas fichas sobre a mesa. De certa forma, empurrou a crise política ao seu extremo, ao conflito final. “A ela ou ele.” A curto prazo, o anúncio tende a piorar o ambiente econômico e social do País, mas há, no governo e fora dele, quem acredite que o confronto aberto talvez seja a melhor maneira, ou a mais rápida, de superar o impasse que angustia e paralisa a nação desde o início do segundo mandato da petista. Ministro da Casa Civil, articulador político, Jaques

1  
13



As ameaças veladas do peemedebista contra a petista deram lugar ao confronto aberto. Será o desfecho da crise política?

2  
13

Wagner resumiu essa ideia em uma coletiva de imprensa convocada para rebater as acusações do presidente da Câmara: “O que não se pode mais suportar é a chantagem constante contra o governo”.

**N**as primeiras horas após o anúncio, Cunha parecia em desvantagem. Seu ato de beligerância e claramente amparado na vingança à decisão do PT de votar a favor da continuidade de um processo de cassação contra ele no Conselho de Ética da Câmara serviu para reaproximar do governo os movimentos sociais que andavam afastados por causa da política econômica e deu força aos argumentos de quem enxerga a iniciativa como uma afronta à Constituição e uma mera tentativa de golpe. O PT ensaia uma reunificação interna, enquanto a CUT e o MST, entre outros, prometeram tomar as ruas contra qualquer iniciativa sem substância legal para apeiar do poder a presidenta. Governadores do Nordeste criticaram a decisão do peemedebista, a exemplo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O empresariado paga para ver, mantém-se a distância, mas Robson Braga, presidente da Confederação Nacional da Indústria, acha que, ao fim do processo, Dilma poderia até sair fortalecida.

O conflito estourou às 6h30 da tarde da quarta-feira 2, após uma tarde de reuniões do peemedebista com aliados. Acuado desde a hora do almoço pela decisão da bancada do PT de votar contra ele no Conselho de Ética, incapaz de explicar os milhões de dólares escondidos na Suíça, Cunha reagiu como de hábito, na linha “a melhor defesa é o ataque”. Depois de se equilibrar entre a oposição e o governo e se ver abandonado por ambos, resolveu considerar pertinente o pedido de *impeachment* contra a

ILUSTRAÇÃO: WIMMORGAN  
FOTOS: GETTY IMAGES/ANTONIO OLIVEIRA;  
CONSELHO DE ÉTICA: ANDRÉ SUSSER/GETTY IMAGES;  
CONGRESSO: LUIS MARQUEZ/SHUTTERSTOCK; PT: BILLY MARCEL ROBERTO/GETTY IMAGES; SENADO: LAMAY;  
POLÍCIA MILITAR: WALTER CAMPANARO/REUTERS; JEFFERSON RILEY/NELSON ARIETTI

3  
13

Cunha tem manobrado para adiar uma decisão desfavorável no Conselho de Ética. O tempo se esgota



presidenta apresentado em outubro pelos advogados Hélio Bicudo, ex-petista, e Miguel Reale Jr., ligado ao PSDB. Segundo a dupla de causídicos, Dilma teria assinado neste ano decretos com despesas não autorizadas pelo Congresso, o que configuraria um crime de responsabilidade. O tema deverá ser examinado agora por uma comissão especial composta de 66 deputados, a ser instalada na segunda-feira 7.

**A**o anunciar a decisão em uma entrevista na Câmara, Cunha mais uma vez exibiu sua reconhecida veia de ficcionista. Sem enrubescer, disse que o gesto não tinha nenhuma relação com a postura do PT. O veredicto estaria pronto desde o sábado 28 e só não viera a público antes por causa da notícia de que o peemedebista teria recebido 45 milhões de reais do BTG Pactual, do encarcerado André Esteves, em troca da interferência em uma Medida Provisória de interesse do banco. Alguém acreditou? Mais lúcido que o colega Bicudo, Reale Jr., o outro autor da representação a favor do *impeachment*, declarou ao jornal *O Estado de S. Paulo* ter se tratado de

4  
13



O RITO PROCESSUAL

“uma chantagem explícita” contra o PT e o Palácio do Planalto. O ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Mello definiu como inimaginável a hipótese de vinda: “Não pode atuar dessa forma”.

Dilma Rousseff estava em seu gabinete no Planalto quando soube da decisão do presidente da Câmara. Foi informada por Wagner, avisado com antecedência por aliados no Parlamento, antes de Cunha convocar os jornalistas. A presidenta reuniu então alguns de seus mais próximos conselheiros para delinear uma reação. Além de Wagner, participaram os ministros Ricardo Berzoini (Secretaria de Governo) e José Eduardo Cardozo (Justiça) e o ex-chefe de gabinete Giles Azevedo. Ficou definido que o governo lutaria no Congresso e no STF com todas as armas disponíveis. E que ela faria um pronunciamento imediatamente.

Os jornalistas estavam a postos no segundo andar do Planalto, quando Dilma apareceu, por volta das 8h30 da noite. A seu lado, 12 dos 31 ministros. Uns haviam se oferecido para acompanhá-la, outros foram convocados. Um time calculadamente pluripartidário, com representantes do PMDB, PSD, PP e PT, reunidos para transmitir a imagem de uma presidenta ainda com respaldo político. Parte da equipe estava sorridente, na tentativa de demonstrar calma. Outra, visivelmente desconfortável. Uma ausência notada foi a do vice-presidente Michel Temer. Horas antes, ele almoçara com líderes da oposição para conversar a respeito do *impeachment*. Temer só viria a se reunir a sós com Dilma na manhã seguinte. O vice, tudo indica, prefere no momento manter a postura de esfinge, embora tenha prometido auxiliar na estratégia de defesa do Palácio.

5  
13

No pronunciamento, Dilma mostrou-se firme. Leu um texto redigido a várias mãos. Expressou “indignação” com o pedido “inconsistente e improcedente”. Afirmando que a democracia não pode ser abalada por “interesses indefensáveis”. E atacou, sem citá-lo nominalmente, o presidente da Câmara. “Não posso contar no exterior nem ocultei do conhecimento público a existência de bens pessoais. Nunca coagi ou tentei coagir instituições ou pessoas, na busca de satisfazer meus interesses.”

A presidenta negou ainda qualquer negociação nos bastidores com Cunha. “Jamais aceitaria ou concordaria com quaisquer tipos de barganha, muito menos aquelas que atentam contra o livre funcionamento das instituições democráticas do meu país, bloqueiam a Justiça ou ofendem os princípios morais e éticos que devem governar a vida pública.” A “barganha” mencionada por Dilma é uma história um tanto quanto complexa. No Congresso, restam

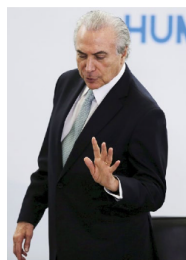
6  
13

poucas dúvidas sobre o esforço do Palácio do Planalto em persuadir os três deputados petistas no Conselho de Ética a votar a favor de Cunha e assim evitar a abertura da porteira da *impeachment*. Uma versão alimentada pelo prolongado silêncio do governo em relação à situação do peemedebista.

Até no próprio PT, inicialmente, apareceram advogados da causa de Cunha. A avaliação era a mesma: salvar o presidente da Câmara significava evitar o incômodo do processo de *impeachment*. Entre os defensores dessa tese estava o deputado paulista José Mentor. Os ministros Wagner e Berzoini preocupavam-se com a hipótese de um confronto aberto com o peemedebista paralisar o Congresso e impedir a votação da mudança na meta fiscal deste ano. Sem a alteração no índice, aprovada com folga na quarta-feira 2, aumentaria o risco de Dilma ser deposta por crime de responsabilidade.

No dia seguinte ao pronunciamento da presidenta, o peemedebista continuou no ataque. “A barganha veio, sim, veio proposta pelo governo e eu recusei.” Segundo Cunha, André Moura, líder do PSC, seu aliado e réu no Supremo Tribunal Federal por corrupção, teria se reunido com Wagner e Dilma para tratar do assunto. O ministro negou veementemente: “Quem mentiu foi ele. Nunca conversei com André Moura sobre o arquivamento ou não do processo de *impeachment*”. Pior para Cunha. Em um momento de sinceridade, Moura confirmou a versão de Wagner.

O sonho do presidente da Câmara de encontrar cumplicidade no PT acabou pela intervenção de parte da bancada do partido na Câmara e do presidente da legenda, Rui Falcão. A bancada preparou um

7  
13

Temer, por enquanto, mantém a expressão de esfinge, embora tenha prometido atuar na defesa do mandato de Dilma Rousseff

manifesto anti-Cunha assinado pela maioria, e em seguida organizou uma reunião na qual decidiu obrigar seus integrantes a votar pela continuidade das investigações contra o peemedebista. Pelo Twitter, Falcão afirmou confiar na posição dos representantes da legenda no Conselho de Ética. No meio do roteiro, o petista José Geraldo, do Pará, desabafou em pleno Salão Verde da Câmara. Afirmando que o governo era vítima de uma “chantagem” de Cunha e que não queria ser responsabilizado pela abertura de um processo de *impeachment* contra Dilma.

Entre encontros e desencontros, prevaleceu no PT a ideia de que enfrentar Cunha seria uma oportunidade de, quem sabe, recuperar a imagem do partido, dilacerada por acusações de corrupção, e dar um rumo ao governo Dilma, por ora perdido política e economicamente. “Votar com ele seria um suicídio político, um abraço de afogados. Agora vamos salvar os dois, o PT e o governo”, avalia o deputado Paulo Teixeira, um dos vice-líderes do governo na Câmara.

Na oposição, sorrisos amarelos. Por meses, o PSDB e seus aliados fizeram vista grossa às estripulias de Cunha enquanto torciam para ele detonar o processo de *impeachment*. Quando finalmente os desejos oposicionistas se concretizaram, a situação de Cunha havia se tornado moral e politicamente indefensável, em um grau capaz de contaminar a iniciativa tão sonhada. Segundo a mais recente pesquisa do instituto

8  
13



Datafolha, o “Fora Cunha” é um sentimento maior do que o “Fora Dilma”: 81% a 65%. Diante do que considerou “uma clara retaliação à perspectiva de derrota no Conselho de Ética”, o líder da Rede Sustentabilidade na Câmara, Alessandro Molon, voltou a solicitar ao procurador-geral da República, Rodrigo Janot, medidas para afastar Cunha do comando da Câmara.

**O**s tucanos comemoraram, mas ainda não se entenderam sobre a estratégia mais conveniente. Nas primeiras horas, queriam apressar a tramitação do processo e defendiam o encurtamento do recesso parlamentar. Ao se defrontarem com a repercussão da decisão de Cunha e fazer os cálculos do apoio real no Congresso, deram sinais de recuo. A oposição estuda agora formas de prolongar a agonia da presidenta e dar tempo para que os movimentos pró-*impeachment* mostrem alguma força nas ruas. O líder do PSDB na Câmara, Carlos Sampaio, outrora defensor do “benefício da dúvida” no caso de Cunha, subiu à tribuna e festejou a “histórica decisão” do peemedebista. Sondado sobre a possibilidade de o tucanato mudar de ideia no Conselho de Ética e salvar o peemedebista, Sampaio torceu o nariz, em princípio. O senador Aécio Neves disse que o pedido formulado por Bicudo e Reale Jr. é consistente. E mira o futuro: “Há um sentimento na sociedade brasileira para iniciarmos um novo momento no País de retomada da confiança, de retomada dos investimentos, do crescimento e do emprego”.

No Palácio do Planalto e entre muitos deputados petistas, o confronto aberto, sem subterfúgios, foi recebido com certo alívio. Desde a eleição para a presidência da Câmara, em fevereiro, quando tentou impedir a vitória de Cunha, o governo temia o risco de

9  
13



Aécio Neves e FHC: o PSDB não tem motivos para gargalhar. O pedido de *impeachment* talvez não tenha chegado em boa hora

se tornar refém do deputado, notório antipetista. A ameaça do *impeachment* começou naquele momento. Daqui para a frente, todas as cartas estão na mesa. E há prazo. Em poucas semanas ou meses haverá um vencedor, qualquer que seja. De acordo com Cláudio Couto, cientista político da Fundação Getúlio Vargas, ao aceitar o confronto o governo se vê diante de dupla oportunidade: livrar-se de um chantagista e encerrar o infundável terceiro turno que se arrasta desde o fim da eleição de outubro de 2014. “Se o *impeachment* for derrotado no Congresso, restarão poucas opções à oposição para derrubar a presidenta.”

**A**o contrário da oposição, os governistas têm pressa para liquidar a contenda tanto no Judiciário quanto no Congresso. O ideal, acreditam, seria resolver o assunto ainda neste ano, para não dar chance de eventuais protestos influenciarem os humores no STF e dos parlamentares. Um dia após a decisão de Cunha, deputados do PT e do PCdoB ingressaram no Supremo com ações para tentar derrubar a abertura do *impeachment*. Em um dos mandados de segurança alegam que o processo foi aberto por perseguição política e atende aos interesses individuais do presidente da Câmara. Apontam ainda a falta de oportunidade para a defesa prévia da presidenta. Os governistas estavam otimistas, pois dias atrás o tribunal determinara uma medida dura contra o Congresso, a prisão do senador Delcídio do Amaral.

10  
13



TEM JEITO DE GOLPE

Na Câmara, o plano da base aliada é dominar a comissão especial que examinará o *impeachment* e encerrar o assunto rapidamente, quem sabe antes de 2016, mesmo se for preciso cancelar o recesso parlamentar, previsto para começar daqui a duas semanas. Algumas vitórias recentes e marcantes na Casa animam o governo quanto às possibilidades de êxito dessa estratégia, entre elas, a manutenção do veto presidencial ao reajuste do Judiciário e a mudança na meta fiscal de 2015. Por outro lado, na noite da quinta-feira 3, Cunha tentava impedir que o PMDB indicasse apenas parlamentares fiéis ao governo.

**A** comissão especial será composta de acordo com a proporção da bancada dos partidos. O grupo de 66 parlamentares vai examinar o pedido e decidir se há fundamento na denúncia. Se entender que sim, o voto da maioria basta para enviar a peça para julgamento no plenário. Para dar continuidade, seriam necessários os votos de dois terços, ou 342 deputados. Na deposição de Fernando Collor, o trâmite durou menos de um mês. Na hipótese de a Câmara ser favorável à continuidade do caso, Dilma seria afastada por 180 dias do cargo e acabaria julgada pelo Senado em uma sessão presidida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. Como na Câmara, dois terços dos senadores, 54 de 81, precisariam votar a favor do *impeachment* para destituí-la de vez. Nos Estados Unidos, Bill Clinton enfrentou um processo de impedimento em 1999. Foi absolvido pelo Senado.

Na denúncia de Bicudo e Reale Jr., Dilma é acusada de assinar decretos em julho que autorizaram gastos de 2,5 bilhões de reais em julho. Naquele momento, o governo antevia a possibilidade de fechar o ano sem

11  
13



O PSDB quer prolongar o processo para tentar mobilizar a rua a favor da queda da presidenta. O governo deseja apressar o debate

dinheiro, razão para ter mandado ao Congresso, no mesmo mês, a mudança recém-aprovada da meta fiscal. Para o jurista Fábio Konder Comparato, não faz sentido apontar crime de responsabilidade sem que o ano fiscal tenha se encerrado. “O exercício de 2015 só será analisado pelo Congresso a partir de 2016. Não há nenhum fundamento legal ou constitucional para solicitar o impedimento.” O líder do PMDB, partido de Cunha, também vê problemas na argumentação. “Acho que não preenche os requisitos constitucionais”, afirma Leonardo Picciani. “A tendência majoritária do meu partido é contrária ao *impeachment*.”

Ao declarar guerra, Cunha tenta bagunçar o cenário político de tal forma que ele mesmo possa sair de cena e, quem sabe, escapar da guilhotina. Em documentos

12  
13

Gostou  
dessa  
matéria?

assine

TOQUE NO BOTÃO

apreendidos pela força-tarefa da Lava Jato que estavam em posse de Diogo Ferreira, chefe de gabinete do senador Delcídio do Amaral, consta a anotação do pagamento de 45 milhões de reais do BTG de André Esteves ao presidente da Câmara em troca da aprovação da MP 608, que versava sobre massas falidas bancárias. Segundo o Ministério Público, o favor ocorreu em 2013. A anotação veio à tona após Janot pedir com sucesso ao STF, no sábado 28, que Esteves permanesse preso por tempo indeterminado. A revelação do pagamento deve resultar em outro processo contra o peemedebista. O deputado nega ter recebido o dinheiro e novamente se declarou vítima de uma armação.

**D**ias depois, Cunha viveu outro embaraço. O jornal *O Globo* revelou uma troca de e-mails do deputado com dirigentes do BTG Pactual, nas quais o banco o orienta a alterar trechos de outra Medida Provisória de interesse da instituição, a 627, que regula a tributação de empresas no exterior. O parlamentar era o relator da MP e confirma os diálogos, mas garante ter se consultado com "várias associações e instituições do setor" em busca de sugestões.

No meio do vendaval, o presidente da Câmara percebeu a dificuldade de se livrar de um processo no Conselho de Ética. O quanto pôde, manobrou para adiar as sessões, enquanto tentava negociar sua salvação com governistas e opositoristas. Sem alternativa, optou pela jogada mais arriscada, lançar de vez o País no abismo político. O aumento da incerteza e suas consequências sobre a economia talvez façam muitas vítimas no meio empresarial e entre trabalhadores. Parece pouco provável, no entanto, que Cunha não esteja entre elas. •

13  
13  
■

## ANEXO B – TELAS REVISTA VEJA (09 DE DEZEMBRO DE 2015)

Especial  
3112

O Brasil passará a conviver com a sobreposição de cenários ainda mais complexos. Na economia, estão dadas as condições para o que pode ser a crise mais profunda de todos os tempos. A inflação e o desemprego sobem rapidamente. Na defensiva, as indústrias se recolhem ao mínimo de atividade produtiva. O comércio prevê o pior Natal em décadas. As lideranças políticas, que deveriam se empenhar em apontar a porta de saída dessa espiral destrutiva, parecem ocupadas demais tentando salvar a si mesmas das investigações de corrupção que envolvem mais de meia centena de autoridades — entre elas o presidente da Câmara, o presidente do Senado, assessores e ex-assessores da presidente da República. Como se não bastasse isso, o que já está ruim tende a piorar com a discussão sobre o impedimento da presidente Dilma Rousseff. A partir desta semana, quando será instalada a comissão do impeachment, o país enfrentará momentos de extrema tensão, conflitos de interesses, debates acalorados e tentativas de manipulação. É desse substrato típico das democracias que, espera-se, surgirá a força capaz de fazer o Brasil voltar a respirar.

Pela Constituição, cabe ao comandante da Câmara dos Deputados aceitar ou negar os pedidos de impedimento apresentados contra o presidente da República. O deputado Eduardo Cunha deu seguimento na semana passada ao recurso formulado pelo jurista Hélio Bicudo, pelo ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior e pela advogada Janaina Paschoal. Eles alegam que Dilma cometeu crime de responsabilidade ao praticar as chamadas pedaladas fiscais e gastar recursos sem a devida autorização prévia do Congresso. Caberá aos deputados corroborar tais alegações, o que levará à abertura de processo de impeachment contra a petista, ou rechaçá-las, o que resultará no arquivamento do caso. Em tese, será discutida uma questão meramente técnica. Na prática, o impeachment é um processo essencialmente político, que refletirá as convicções de cada parlamentar. Ao fim e ao

Especial  
4112**INÍCIO**

Eduardo Cunha, presidente da Câmara, leu o parecer favorável à abertura do processo de impeachment de Dilma

cabo, são eles que decidirão se Dilma ainda tem condições e autoridade para continuar à frente do cargo para o qual foi eleita com 54 milhões de votos.

Um exemplo do que está por vir no terreno das manipulações pôde ser visto logo nos primeiros minutos após Eduardo Cunha anunciar a admissão do processo de impeachment. O deputado foi chamado de corrupto e chantagista e acusado de agir motivado pelo nada nobre instinto de vingança. Esses argumentos encontram amplo respaldo nos fatos, mas são usados de maneira ardilosa para tentar confundir os brasileiros. Dilma e Cunha são adversários fideais. A presidente disse que não era ladra, numa referência indireta ao fato de o deputado ter sido acusado de embolsar propinas do petróleo. Cunha reagiu, chamando a petista de “mentirosa” por ter declarado que jamais ofereceu a ele um acordo de proteção mútua. Em linha com a cartilha dos marqueteiros oficiais, a presidente

## Especial

5112



## O PROCESSO DO IMPEACHMENT

Deliberadamente intrincadas, as regras de tramitação visam a evitar decisões arbitrárias ou irrefletidas

1

Qualquer brasileiro pode encaminhar um pedido de impeachment do presidente da República ao Congresso. Cabem ao presidente da Câmara a análise e o eventual deferimento da solicitação. Dos governantes recentes, FHC foi alvo de dezessete pedidos, um deles acatado, e Lula, de 34, nenhum aceito. Dilma teve 42 pedidos encaminhados contra ela, incluindo o que foi deferido por Cunha na semana passada

2

Depois de acatar o pedido, o presidente da Câmara tem de criar em até 48 horas uma comissão especial, que elege presidente e relator e conta com deputados de todos os partidos, proporcionalmente representados

3

O presidente da República tem dez sessões para apresentar por escrito a sua defesa. Para isso, pode constituir advogado

4

A partir do recebimento da defesa do presidente, a comissão especial tem o prazo de cinco sessões para analisá-la e elaborar um parecer contrário ou favorável à abertura do processo

5

Para ir adiante, o impeachment tem de ser aprovado por dois terços dos deputados — esse quórum, o mais alto exigido pela Constituição, só existe em votações sobre crimes do

## Especial

6112



FOTO: LAURO VASCONCELOS

## AÇÃO

Parlamentares de oposição assinaram um *patinet* instalado na Câmara para monitorar os deputados favoráveis à cassação

quer restringir o caso a um duelo de biografias da santa da moralidade com o tinoso do fisiologismo. O fogo cruzado entre os dois, que dominou a agenda política nos últimos meses, agora é absolutamente secundário. A decisão sobre o futuro da presidente não cabe mais a Eduardo Cunha nem a negociações de caráter pessoal. A presidente sabe disso e quer que o Congresso analise o seu impedimento o mais rapidamente possível. Os agentes econômicos concordam com esse sentido de urgência. O simples início da tramitação do caso fez a cotação do dólar cair e a Bolsa subir, puxada pela valorização das ações de empresas controladas pelo governo.

“Dilma está com pressa, e a pressa dela é, inclusive, a pressa da preocupação com o país. Precisamos vencer essa pré-pauta para que a gente entre na pauta do desenvolvimento”, disse o chefe da Casa Civil, Jaques Wagner. Ao contrário de seus colegas de partido e da

## Especial

7112



REGIÃO NOROESTE/REUTERS

## EXCEÇÕES

Lula defendeu o impeachment de todos os presidentes da República depois da redemocratização — menos o dele e o de Dilma

presidente, o ministro não classificou de golpe a análise da denúncia de crime de responsabilidade contra a mandatária. Wagner prestou, assim, reverência à verdade e à Constituição. A figura do impeachment está prevista na Carta de 1988, e seus termos estão definidos em lei desde 1950. Os primeiros presidentes eleitos em votação direta após a redemocratização enfrentaram no plenário da Câmara recursos destinados a lhes cassar o mandato. O PT apoiou a campanha de impeachment de Fernando Collor de Mello. Mais tarde, repetiu a dose contra Itamar Franco, o vice que sucedeu Collor, e Fernando Henrique Cardoso. Nesses dois últimos casos, o partido fracassou. Nesses dois casos, Wagner teve participação ativa. Por isso, a tese do golpismo não consta de sua retórica. Impeachment é remédio amargo, ou o mais amargo dos remédios contra uma autoridade pública, mas está devidamente regulamentado na legislação brasileira. Se há golpe

## Especial

8112



em curso, como estriam alguns petistas, é contra a inteligência alheia.

O processo de impeachment tem três etapas fundamentais. A primeira se dá numa comissão especial da Câmara, que decidirá se há elementos contra a presidente. O parecer da comissão — contra ou a favor do impedimento — será encaminhado ao plenário da Casa. Se os deputados determinarem a abertura de processo, Dilma será afastada do cargo, com o vice-presidente da República, Michel Temer (PMDB-SP), assumindo o poder temporariamente. O Senado, então, decidirá se cassa o mandato da petista (veja o quadro). Ciente de que a principal batalha será política, e não jurídica, Dilma quer um petista e um aliado de confiança nos cargos de presidente e relator da comissão especial da Câmara. No papel, o governo tem hoje votos de sobra para barrar o impeachment no plenário. Para tanto, basta conseguir o apoio de 171 dos 513 deputados. Esse desfecho será provável se a comissão não criar um movimento contrário à presidente — se não forem consolidados um precedente e um ambiente desfavoráveis a ela, capazes de fazer com que a rua pressione os deputados a abandonar uma mandatária que tem níveis recordes de reprovação popular.

Nos últimos meses, Eduardo Cunha negociou nos bastidores um acordo de proteção mútua com Dilma. A proposta era clara: o deputado seguraria os pedidos de impeachment, enquanto a presidente o ajudaria a se safar do risco de ter o mandato parlamentar cassado e, de quebra, de sofrer derrotas no Judiciário. Essa simbiose entre os dois, costurada por políticos poderosos, como o ex-presidente Lula, funcionou relativamente bem até a semana passada. A parceria acabou em ruptura depois de o PT prometer votar contra Cunha no Conselho de Ética da Câmara. Dilma, que jurou de pés juntos jamais ter barganhado apoio do peemedebista, tentou até o último momento evitar que o partido o fustigasse. Não conseguiu. Ato contínuo, o presidente da Câmara

Especial  
9/12

**EM SILÊNCIO**  
O vice Michel Temer já tem plano de governo e articula apoio no Congresso para a eventualidade de ter de assumir

aceitou o pedido de impeachment contra ela. E Lula, o mesmo que defendia a barganha com Cunha, apareceu com um discurso novo: "Não podemos subordinar o país inteiro a uma visão corporativa, pessoal e de vingança do presidente da Câmara". É isso: Lula, que esteve à frente de quase todos os processos de impeachment desde a redemocratização, agora acha o impeachment um gesto de insanidade. Na semana passada, petistas e governistas recorreram ao STF para tentar barrar a análise do pedido. Um dos recursos foi negado pelo ministro Celso de Mello, decano da Corte. Os próprios autores desistiram de outro recurso ao saber que ele fora distribuído ao ministro Gilmar Mendes, tido por eles como desafeto. "Ninguém pode escolher seu juiz de acordo com a sua conveniência, razão pela qual tal prática deve ser severamente

Especial  
10/12

combatida por esta Corte", reagiu Mendes. O PT deu mais um estrondoso tiro no pé.

Eis aí outra boa-nova. A discussão sobre o impedimento não só permitirá ao país saber se a presidente tem legitimidade para governar como dificultará as tentativas de acordões e sabotagens oriundas do submundo da República — além de desmascarar de uma vez por todas os moralistas de ocasião. Que Dilma e Cunha enfrentem as denúncias que pesam contra eles. Que exerçam seu direito à defesa e ao contraditório. Que não recorram aos entendimentos de coxía. E que seus destinos sejam selados, à luz do dia, pelas instituições. O tempo de tramitação do processo de impeachment ainda é incerto. Depende de uma série de fatores — entre eles, se haverá recesso parlamentar no fim do ano e, durante esse período, convocação de reuniões extraordinárias para tratar do tema. Essa indefinição não impede a movimentação de poderosas forças políticas. Horas antes de Cunha decidir contra Dilma, o vice Michel Temer recebeu no Palácio do Jaburu caciques do PSDB e do DEM. O anfitrião prometeu um "governo de união nacional" caso chegue à Presidência. Os convidados lhe garantiram que ele terá, no Senado, o apoio de pelo menos 45 dos 81 senadores.

Dilma sabe da movimentação de seu vice. Dilma sabe que Cunha o avisou previamente de sua decisão de aceitar o pedido de impeachment contra a presidente da República. Dilma sabe que parcela do PMDB já discute com setores do governo e da oposição o dia seguinte à sua queda. Por isso, ela tentou colocar o guizo em Temer. Na quinta-feira, chamou-o para uma conversa no Planalto, um encontro de meia hora, protocolar como tem sido a relação entre os dois. Ao sair da reunião, Temer percebeu que havia sido atraído para uma arapuca. Ministros do governo espalharam a versão de que o vice teria, na audiência com Dilma, desqualificado o pedido de impeachment. Uma patranha. Temer, que não é dado a confrontos em público, reagiu de pronto e desmentiu



**CARA LIMPA**  
Foi Janaina quem procurou Bicudo para tratar do impeachment

## A ex-cara-pintada e o ex-petista

**C**ara-pintada em 1992, quando era diretora do centro acadêmico da Faculdade de Direito da USP e participou da organização dos protestos para derrubar Fernando Collor, a hoje professora da instituição Janaina Paschoal, de 41 anos, foi a responsável por unir o ex-petista Hélio Bicudo e o jurista Miguel Reale Jr. na apresentação do pedido de impeachment de Dilma Rousseff, acolhido pelo presidente da Câmara dos Deputados na semana passada.

Janaina conhece Reale há mais de vinte anos — ele foi seu professor na USP e orientador de seu doutorado e seu chefe no Ministério da Justiça, em 2002. De Bicudo, aproximou-se há apenas quatro meses. A ideia surgiu no dia 16 de agosto, em um protesto que reuniu 350 000 pessoas na Avenida Paulista. Logo depois de

Especial  
12/12

a versão oficial. Horas depois, Eliseu Padilha, braço-direito do peemedebista, pediu demissão do cargo de ministro da Aviação Civil. E cada vez mais claro que Temer, mesmo jogando parado, em silêncio, está na disputa pelo poder. Dilma já foi vítima de conspiradores petistas, que queriam Lula como candidato a presidente em 2014. O PSDB também apostou as fichas para tirá-la do cargo, ajuizando ações na Justiça Eleitoral e pregando o impedimento da mandatária. A presidente agora enfrentará o PMDB, seu principal parceiro na base aliada.

Ao contrário do que ocorreu em outros momentos da história do país, o início da discussão sobre o impedimento da presidente não provocou debates acalorados entre parlamentares nem manifestações populares. Ele foi encarado com naturalidade, como o desfecho previsível da gradativa perda de poder da mandatária. Releita à base de mentiras, Dilma foi obrigada a terceirizar o comando da economia. Depois, sem força no Congresso, aceitou transferir o timão da política para Lula e seu indicados. Dela já não emana o poder esperado de um governante. "Presidencialismo sem presidente vira uma esculhambação", diz um antigo auxiliar de Dilma. A discussão do processo de impeachment acabará justamente com essa esculhambação. Ao seu final, um novo presidente será apresentado ao Brasil. E ele pode ser a própria Dilma. Basta que ela convença o Congresso e a sociedade de que voltará a inspirar a confiança e a autoridade exigidas para o exercício do mandato. ■



COMPARTILHE





Especial 116

## OS ECOS DA LAVA-JATO

Se confirmadas, as suspeitas de que a campanha da presidente Dilma recebeu dinheiro desviado da Petrobras podem catalisar o processo de impeachment. Na direção contrária, o STJ sinaliza que pode revogar as decisões do juiz Sérgio Moro e libertar empreiteiros presos

ROBSON BONIN E HUGO MARQUES

“Embora as prisões cautelares decretadas no âmbito da Operação Lava-Jato recebam pontualmente críticas, o fato é que, se a corrupção é sistêmica e profunda, impõe-se a prisão preventiva para debelá-la, sob pena de agravamento progressivo do quadro criminoso. Se os custos do enfrentamento hoje são grandes, certamente serão maiores no futuro. O país já paga, atualmente, um preço elevado, com várias autoridades públicas denunciadas ou investigadas em esquemas de corrupção, minando a confiança na regra da lei e na democracia.”

Sérgio Moro,  
juiz responsável pela Lava-Jato



LEON SANTOS

Especial 216

Em meio a tantas notícias devastadoras que recaíram sobre a presidente Dilma Rousseff na semana passada, uma acabou lhe proporcionando um inesperado alento. Ao deflagrar o processo de impeachment, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, rejeitou as acusações que relacionavam a presidente com o maior escândalo de corrupção da história do país. No pedido, os advogados observaram que a Lava-Jato, a cada nova leva de prisões, “colhe pessoas próximas à presidente, desconstruindo a aura de profissional competente e ilibada, criada por marqueteiros muito bem pagos”. Segundo eles, seria impossível dissociar a presidente dos desvios bilionários da Petrobras que começaram no governo Lula e prosseguiram até o ano passado, quando foi desencadeada a Operação Lava-Jato. Cunha classificou as acusações como “ilações” que careciam de provas concretas.

Desde que a quadrilha político-partidária na Petrobras começou a ser desmantelada, surgiu um rosário de evidências contra pessoas do círculo íntimo de relações da presidente. Coordenador da campanha de Dilma em 2010, o ex-ministro Antonio Palocci é investigado como suspeito de ter intermediado um repasse de 2 milhões de reais de recursos desviados da Petrobras para o caixa de campanha da petista. O atual ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, Edinho Silva, tesoureiro da reeleição de Dilma em 2014, foi acusado por um dos empreiteiros de ter pressionado os empresários envolvidos no caso a dar dinheiro à campanha da presidente. O senador Edison Lobão, ex-ministro de Minas e Energia de Dilma, é acusado de ter recebido propina para facilitar os negócios ilegais. Marqueteiro responsável pelos dois triunfos eleitorais da presidente, o publicitário João Santana é suspeito de ter recebido dinheiro em contas secretas no exterior de uma das empreiteiras do petróleo, a Odebrecht, como pagamento pelos serviços prestados à campanha petista. No acervo dos investigadores há depoimentos e provas colhidos contra todos esses assessores e ex-assessores de Dilma.

Especial 316

Há duas semanas, na mais surpreendente das etapas da Lava-Jato, os agentes da Polícia Federal prenderam o senador petista Delcídio do Amaral, flagrado pelos investigadores tramando uma ofensiva que poderia explodir a Lava-Jato e salvar os corruptos. Homem de confiança da presidente Dilma, Delcídio agia com o apoio financeiro e logístico do banqueiro André Esteves, também preso, para comprar o silêncio do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró e impedir a sua delação. O ex-diretor ensaiava revelar fatos comprometedores contra Delcídio, o banqueiro, o ex-presidente Lula e a presidente Dilma. Como líder de Dilma no Senado, Delcídio usaria sua influência política para convencer magistrados do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a libertar Cerveró. Depois de solto, o ex-diretor receberia dinheiro para fugir e se esconder na Europa. Delcídio, por sua vez, usaria os tribunais para sepultar a Lava-Jato, conseguindo a libertação de outros investigados e a anulação de provas. O plano ruiu porque o filho de Cerveró decidiu gravar o encontro com o senador e entregar as provas aos investigadores.

Na gravação, um dos magistrados citados por Delcídio como suscetível à influência da quadrilha do petróleo é o

Especial 416

“Não se justifica o estabelecimento de novos paradigmas para o instituto da prisão preventiva, sob pena de este se configurar um verdadeiro julgamento de exceção, o que é repudiável pela ordem constitucional em vigor.”

Marcelo Ribeiro Dantas,  
ministro do STJ



CRISTIANO MARIZ

### ASSESSORES INVESTIGADOS



EXPLICAÇÕES A DAR

Senador Delcídio do Amaral, líder do governo; Antonio Palocci, ex-coordenador da campanha presidencial; João Santana, marqueteiro da campanha presidencial; e Edinho Silva, tesoureiro da campanha e ministro da Secretaria de Comunicação Social

FOTOS MARCELLO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL; CRISTIANO MARIZ; WILSON PEDROSA/ESTADÃO CONTEÚDO; ROSI BRASIL/AG BRASIL

relator da Lava-Jato no STJ, o ministro Ribeiro Dantas. “O STJ... ontem eu conversei com o Zé Eduardo (o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo), muito possivelmente o Marcelo na turma vai sair”, afirma o senador em conversa gravada no dia 4 de novembro. Em outro trecho, os interlocutores falam do “Dantas” e que a decisão seria jogada para a “turma julgar”. Para os investigadores, a conversa versava sobre o habeas-corpus que pedia a libertação de Marcelo Odebrecht (“Marcelo”), cujo relator é o ministro Marcelo Ribeiro Dantas (“Dantas”), da 5ª Turma Criminal do STJ. Se era uma simples previsão, ela se confirmou.

Na quinta-feira passada, Ribeiro Dantas votou pela liberdade do empreiteiro durante o julgamento do habeas-corpus. A libertação de Odebrecht só não foi consumada porque o ministro Jorge Mussi pediu mais tempo para examinar o caso e paralisou o julgamento,

Especial  
116

## SAÍDA DE NATAL

Entre corruptos e corruptores, o juiz Sergio Moro já decretou a prisão de 117 envolvidos no escândalo. Destes, 23 continuam detidos, incluindo empresários, executivos, políticos, diretores da Petrobras e operadores do maior esquema de corrupção da história

## EMPRESÁRIOS



Marcelo Odebrecht, ex-presidente da Odebrecht

Otávio Azevedo, ex-presidente da Andrade Gutierrez

que deve ser retomado em sessão extraordinária nesta semana. Em seu voto, o ministro Ribeiro Dantas bateu forte na Lava-Jato. "Não se justifica o estabelecimento de novos paradigmas para o instituto da prisão preventiva, sob pena de este se configurar um verdadeiro julgamento de exceção, o que é repudiável pela ordem constitucional em vigor", disse o ministro, em uma crítica direta à atuação do juiz Sergio Moro.

Magistrados do STJ que defendem a legitimidade das prisões da Lava-Jato interpretaram as posições adotadas por Ribeiro Dantas como um indicativo de que o tribunal prepara uma intervenção na Lava-Jato. Além de soltarem os empreiteiros presos, os ministros abririam caminho para que os advogados de defesa questionassem toda a produção de provas realizada a partir das prisões, consideradas "abusivas". Indicado por Dilma, o ministro Ribeiro Dantas, ao considerar as decisões de Moro "julgamento de exceção", ainda ecoou no julgamento o jargão petista usado no mensalão. Libertar Odebrecht e anular as provas da investigação é tudo de que o PT e o governo precisam para afastar o risco de novas delações e impedir que venham a público episódios comprometedores, como o pagamento feito pela Odebrecht ao marqueteiro João Santana, em decorrência dos serviços prestados na campanha de Dilma em 2014.

VEJA ouviu de dois ministros do STJ um relato inusitado: os magistrados que vão decidir sobre a liberdade dos empreiteiros estão sob pressão. O que isso quer dizer? "Ameçam-se alguns com dossiês, outros com processos administrativos. Promete-se a inclusão ou o veto de apaniguados nas próximas listas de indicação para promoções de tribunais conforme a decisão a ser proferida", conta um deles. Em setembro, logo depois de sua posse no STJ, quando já corriam boatos de que havia sido escolhido por concordar com a tese de que as prisões preventivas decretadas por Sergio Moro eram abusivas, Ribeiro Dantas mandou dizer por meio de um assessor que se enganavam aqueles que pensavam que ele fora indicado com o compromisso de libertar os empreiteiros. Ou a declaração não era verdadeira ou ele mudou de ideia. Logo nos

Especial  
616

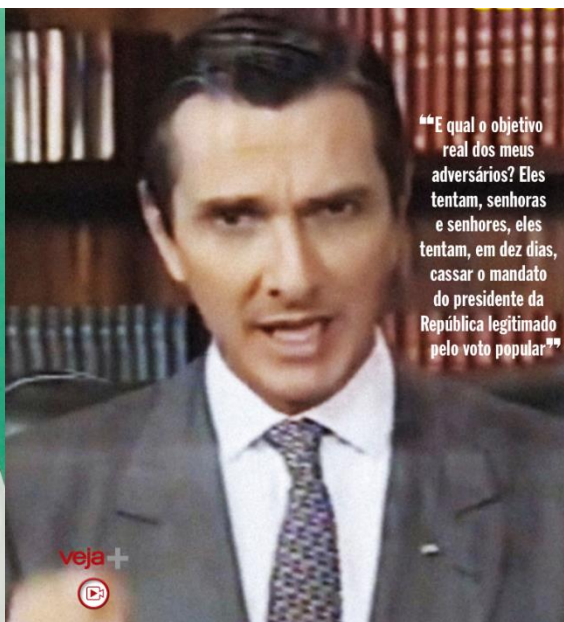
primeiros julgamentos, o ministro votou pela liberdade do ex-presidente da Andrade Gutierrez, Otávio Azevedo. "Votei de modo absolutamente independente. Tenho a consciência tranquila", disse o magistrado a VEJA.

Dantas tem uma visão diferente da do juiz Sergio Moro, e não está sozinho. Ao condenar as prisões preventivas, ele ecoou o pensamento de ministros importantes do tribunal, como o presidente Francisco Falcão, que chegou a defender a libertação dos empreiteiros como forma de "dar uma resposta" a Moro, o que ele nega. Prevista para esta quinta, a decisão final sobre a liberdade dos empreiteiros já foi apelidada de "saída de Natal". Se confirmada, ela será um baque na estratégia até agora bem-sucedida do juiz e a primeira grande vitória judicial de corruptos e corruptores. Escreveu Moro: "Embora as prisões cautelares decretadas no âmbito da Operação Lava-Jato recebam pontualmente críticas, o fato é que, se a corrupção é sistêmica e profunda, impõe-se a prisão preventiva para debelá-la, sob pena de agravamento progressivo do quadro criminoso. Se os custos do enfrentamento hoje são grandes, certamente serão maiores no futuro. O país já paga, atualmente, um preço elevado, com várias autoridades públicas denunciadas ou investigadas em esquemas de corrupção, minando a confiança na regra da lei e na democracia". ■

Especial  
116

"Recebi com indignação a decisão do senhor presidente da Câmara dos Deputados de processar pedido de impeachment contra mandato democraticamente conferido a mim pelo povo brasileiro"

veja+



"E qual o objetivo real dos meus adversários? Eles tentam, senhoras e senhores, eles tentam, em dez dias, cassar o mandato do presidente da República legitimado pelo voto popular"

veja+

## O PRIMEIRO CHOQUE

Menos de duas horas depois de ter o pedido do seu impeachment acatado pelo presidente da Câmara, a presidente Dilma, como fez o ex-presidente Fernando Collor, afirma que a iniciativa é improcedente e lembra que foi eleita "pelo povo"

## Especial

316



KALLEO COURA E MARIANA BARROS

A reação levou menos de duas horas. Ato contínuo ao anúncio do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de que havia decidido aceitar o pedido de afastamento de Dilma Rousseff, ela surgiu em cadeia nacional na TV para se dizer indignada com a iniciativa. Ladeada por onze de seus 31 ministros, afirmou serem “inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentam” o pedido, cujo destino, ela disse ter convicção, será “o justo arquivamento”. Vinte e três anos atrás, defrontado com a mesma situação, Fernando Collor de Mello preferiu reagir com o silêncio. Só dezenove dias depois de o então presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, ter aceitado dar andamento à ação contra ele foi que o ex-presidente decidiu fazer um pronunciamento na TV. Nove dias mais tarde, a Câmara aprovou a abertura do processo por 441 votos a favor e 38 contra e Collor foi afastado do cargo.

Em seu discurso, no dia 20 de setembro de 1992, Collor atribuiu o pedido de impeachment aos “setores do atraso”, que viram seus “interesses contrariados e ambições frustradas” diante do seu programa de governo. Já a presidente Dilma preferiu ignorar a oposição e os 65% de brasileiros que apoiam a abertura do processo contra ela para circunscrever ao presidente da Câmara a responsabilidade pela ofensiva ao seu mandato. Eduardo Cunha foi citado diretamente no início da fala presidencial e indiretamente ao longo do discurso, que durou três minutos. Afirmou a presidente: “Não possuo conta no exterior nem ocultei do conhecimento público a existência de bens pessoais. Nunca coagi ou tentei coagir instituições ou pessoas na busca de satisfazer meus interesses”. Cunha é acusado de ter conta não declarada no exterior, de ter mentido ao Congresso ao negar o fato e de ter usado o poder do cargo para tentar escapar da cassação.

Segundo a última pesquisa do instituto Datafolha, 67% dos brasileiros consideram o governo Dilma ruim ou péssimo. Collor era rejeitado por 68% da população

## Especial

416



**FORA, DILMA** Manifestação contra a presidente realizada em Brasília, em março deste ano, quando 2,4 milhões de pessoas saíram às ruas em todo o país. Pesquisa Datafolha divulgada no mês seguinte revelou que dois em cada três brasileiros (63%) eram favoráveis à abertura de um processo de afastamento da presidente

quando o impeachment começou a tramitar na Câmara, em 1º de setembro de 1992. Ambos os presidentes enfrentaram ainda uma crise econômica e foram alvo de manifestações populares massivas. Em março deste ano, a petista viu 2,4 milhões de pessoas sair às ruas de duas centenas de cidades para protestar contra o seu governo. Collor encarou números mais modestos, na casa das centenas de milhares de pessoas, nas maiores cidades do país.

## Especial

516



**FORA, COLLOR** Estudantes se reúnem na rampa do Congresso Nacional depois da entrega do pedido de impeachment do presidente à Câmara dos Deputados, em 1º de setembro de 1992. Naquele mês, Collor tinha 68% de reprovação popular e o Brasil assistia à volta da hiperinflação, que passava de 1 000% ao ano

No Congresso, a situação de Dilma e Collor também guarda semelhanças. Collor, é fato, elegeu-se por um partido nanico, mas não é verdade que não tinha base no Congresso. Ainda em abril, contava com 220 dos 513 deputados, número suficiente para barrar o processo de impeachment — no dia 30 daquele mês, por exemplo, tinha conseguido aprovar uma medida importante para seu governo, sobre o reajuste do salário mínimo. Apenas três meses depois, não conseguiu

## Especial

616



nem quarenta votos a seu favor. Dilma, que oficialmente tem cerca de 280 deputados, obteve uma folgada vitória no Congresso em pauta de vital importância para o governo (a aprovação da revisão da meta fiscal) no mesmo dia em que teve o pedido de impeachment aceito por Cunha.

Por último, tanto ela quanto Collor, no discurso em que criticaram o pedido de impeachment, lançaram mão do argumento de que foram “democraticamente eleitos” — como se o impedimento de um presidente atropelasse a Constituição e não fosse por ela previsto.

A substituição de um chefe de governo que perdeu a capacidade de governar é um mecanismo previsto em lei tanto no regime presidencialista quanto no parlamentarista. A diferença é que no segundo caso ela é praticamente automática (veja a reportagem) e no primeiro, quase sempre traumática. Primeiros-ministros não têm mandato, mas investidura de confiança. Quando essa se vai, vai-se também o titular do cargo — e essa é a regra do jogo, sabida e prevista. Já no presidencialismo, a queda de um governante eleito, determinada pelo Poder Legislativo, está longe de ser um evento natural. É antes um grave acidente de percurso — de consequências extensas e imprevisíveis, como é da natureza dos eventos inesperados. A decisão de Eduardo Cunha abre um novo capítulo na história do Brasil. E ele ainda está em suas primeiras linhas. ■



Especial

114



FOTO: J. P. PINZAROTTI

## O SISTEMA DAS CRISES SEM TRAUMAS

No parlamentarismo, o Executivo é uma extensão do Legislativo, o que permite encurtar o mandato do chefe de governo ou trocar os deputados sem rupturas institucionais nem comoção social

DUDA TEIXEIRA E LEONARDO COUTINHO



FOTO: G. VEDRIGNO

### É DO JOGO

No alto, Tsipras, o premiê grego que convocou — e venceu — eleições antecipadas. Acima, o italiano Berlusconi dias antes da sua renúncia, em 2011

Especial

314



FOTO: J. P. PINZAROTTI

**GOVERNO-RELÂMPAGO** O português Pedro Passos Coelho foi reeleito, mas os parlamentares tiraram-lhe o cargo onze dias depois

O sistema parlamentarista oferece soluções para crises políticas de diferentes matizes. Um primeiro-ministro fraco pode antecipar as eleições, na esperança de obter uma coalizão política mais robusta. Ou, no sentido inverso, o Parlamento pode votar para tirá-lo do cargo e substituí-lo por alguém mais capaz. Já um governante forte, mas que enfrenta uma rebelião dentro do próprio partido, também pode renunciar e convocar eleições para garantir a governabilidade, em vez de se estender em disputas e impasses políticos. Três exemplos recentes, na Grécia, em Portugal e na Itália, mostram como essas situações foram enfrentadas.

Especial

214



Em um país com sistema presidencialista, quando um eleitor vai às urnas para escolher o seu próximo governante, ele assume que sua escolha vai acompanhar a vida política por um período rígido, imutável, apenas estendido nos casos em que a lei aceita a reeleição. A interrupção de um mandato por qualquer motivo, ainda que ocorra dentro dos ditames da Constituição, é vista como uma anomalia. Tem-se a sensação de que algo deu errado, ou que a vida política está irremediavelmente fora da ordem. Não surpreende que um presidente ameaçado de perder o cargo se valha dessa percepção geral para se aferrar a ele, apresentando-se como vítima de uma injustiça ou de uma manobra que vai desestabilizar o país (veja a reportagem [@](#)). Em nações parlamentaristas, a lógica é diferente. Nesse sistema político, o mandato pode ser encurtado ou esticado em nome de prerrogativas como o cumprimento de promessas de campanha, a governabilidade, a estabilidade e o respeito às leis. Como já disse a chanceler alemã Angela Merkel à presidente Dilma Rousseff: “No parlamentarismo, a renúncia não é um componente da crise. A renúncia é a solução”.

No presidencialismo, o ocupante do posto que chefia o Estado e o governo é escolhido de maneira independente do Legislativo. Ainda que as eleições aconteçam ao mesmo tempo, os votos não são vinculados. A consequência disso, muitas vezes, é uma falta de sincronia, em que os deputados passam a chantagear ou a barrar o Executivo. Em países com dezenas de partidos, isso vira um problema maior, pois o governo se torna dependente dos conchavos feitos no Congresso. Já no parlamentarismo, o Executivo emana do Legislativo. Saem das fileiras do partido ou da coalizão com mais cadeiras no Congresso o primeiro-ministro, geralmente o líder da sigla, e também os demais ministros, escolhidos por sua afinidade com o tema da pasta. Livre da obrigação de conquistar maiorias nas câmaras a cada votação, o governo em um sistema parlamentarista costuma ser mais estável. Ao chefe de Estado, por sua vez, é reservado um papel simbólico.

Especial

414



Em agosto deste ano, o primeiro-ministro grego Alexis Tsipras renunciou ao cargo apenas sete meses depois de assumi-lo. Tsipras havia sido eleito com a promessa de resistir às exigências de credores internacionais que pediam duros ajustes fiscais. No poder, fez o contrário e obteve uma linha de crédito de 86 bilhões de euros. O povo entendeu a mudança, mas não os membros do seu partido. Aproveitando sua elevada popularidade, Tsipras convocou uma eleição e conseguiu um Parlamento mais favorável às suas políticas. No Brasil, seria como se um novo pleito aumentasse o número de cadeiras do PT no Congresso, o que fortaleceria a presidente.

Em Portugal, o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho foi reconduzido em outubro ao cargo pelo presidente Cavaco Silva. Em seu governo anterior, Passos Coelho cortou gastos públicos e reaqueceu a economia, tirando o país da crise econômica. Mas a rejeição às suas medidas fez com que seu partido perdesse a maioria no Congresso. Pouco tempo depois, os socialistas liderados por Antonio Costa juntaram-se aos partidos mais à esquerda e formaram uma coalizão maior que a de Passos Coelho, tirando-lhe o cargo. O grupo que assumiu é heterogêneo e terá dificuldades em reduzir os cortes de benefícios sem bater de frente com a União Europeia. Se a coalizão de esquerda falhar, o que parece provável, os portugueses ao menos não serão obrigados a aturá-la por muito tempo. Novas eleições podem ser convocadas.

Em 2011, quando o premiê italiano Silvio Berlusconi foi trágado por escândalos, perda de maioria no Parlamento e uma severa crise econômica, ele decidiu pela renúncia. O presidente Giorgio Napolitano indicou Mario Monti para chefiar o governo. Desde então, outros dois se revezaram no cargo, sem que o programa de ajustes fosse interrompido. O sistema parlamentarista não é impermeável a crises, mas, por ter no Executivo uma extensão do Legislativo, possui mecanismos para garantir que a queda de um chefe de governo seja menos traumática para as instituições. As soluções costumam ser mais rápidas e indolores. ■



Especial

114



## DE OLHO NO CONGRESSO

Kim Katagiri e Renan Haas, do MBL, o grupo planeja ações em série para cobrar dos parlamentares a aprovação da saída de Dilma

## O PAPEL DAS RUAS

Movimentos pró e contra o impeachment convocam manifestações. Os grupos têm algo em comum: querem manter o Congresso sob pressão

Especial

314



## O EXÉRCITO PETISTA

Freitas, da CUT: o impeachment como armação de Cunha

para essa solicitação a não ser o desespero de Cunha, que deveria estar preso", afirmou Vagner Freitas, presidente da CUT. O argumento ignora o fato de que o pedido não foi formulado por Cunha, que ele cumpriu um papel que a lei estabelece ao presidente da Câmara e que o seguimento da questão independe dele.

Em comum, aliás, os movimentos pró e contra o impeachment guardam um ponto: defendem que Cunha seja afastado da cadeira que ocupa. "Um pedido popular que tem quase 70% de aprovação não pode ser manchado por um jogo de barganha", diz Rogerio Chequer, coordenador do Vem pra Rua.

O governo teme a influência das ruas sobre os parlamentares e corre para que a questão seja definida quanto antes. O Planalto avalia que o agravamento da crise econômica possa inflar os protestos ao longo de 2016 e organizou um grupo executivo coordenado pelo ministro

Especial

214

EDUARDO GONÇALVES

Deflagrado o processo de impeachment, o futuro da presidente Dilma Rousseff será decidido pelo Congresso. Mas um componente externo promete elevar o clima das discussões políticas: seja para defender a saída da petista do governo, seja para protestar contra o que seus organizadores erroneamente classificam como tentativa de golpe, movimentos se articulam para ir às ruas. Manifestações foram agendadas nas horas seguintes ao anúncio do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), de que acolhia a representação contra Dilma. O objetivo é manter os parlamentares sob pressão durante todo o tempo em que a questão do impeachment se estender. E o recado já se faz ouvir em Brasília.

Os líderes dos movimentos Brasil Livre (MBL) e Vem pra Rua passaram a trocar ligações assim que Cunha formalizou sua decisão. Combinaram uma manifestação-relâmpago para 13 de dezembro — uma referência intencional ao número do partido da presidente. Um protesto já estava nos planos dos grupos, mas a decisão do presidente da Câmara os levou a acelerar o processo. Querem deixar um recado claro: o impeachment é um instrumento constitucional e não se resume a chantagens de Cunha. "Estamos no meio de uma batalha de narrativas. Vamos voltar às ruas para mostrar que não é Dilma versus Cunha, mas Dilma versus o Brasil", diz Renan Haas, um dos líderes do MBL.

Na outra ponta, movimentos sociais e sindicais historicamente ligados ao PT também prometeram sair às ruas. Nas redes sociais, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) prestam apoio à presidente e programam manifestações. O discurso que pauta as organizações de esquerda é o mesmo repetido pelo PT: as graves acusações que pesam contra Cunha no âmbito das investigações da Operação Lava-Jato tiram dele a legitimidade para dar o pontapé no impeachment. "Não há motivação nenhuma

Especial

414

## A culpa é das pedaladas

Dilma Rousseff tomou gosto por dar pedaladas, e esse hábito pode ter significado a ruína de seu governo. Pedaladas, no caso, não são os rotineiros passeios de bicicleta da presidente. São as "pedaladas fiscais", manobras contábeis feitas para remanejar, sem autorização do Congresso, verbas e despesas do Orçamento. Com o caixa apertado, o governo adiou o repasse de pagamentos de despesas obrigatórias. Procurou ainda meios de gastar além de suas possibilidades e acima daquilo permitido pela Lei Orçamentária. Descumpriu o preceito de não criar gastos sem apresentar as fontes de recursos. Essas operações, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), ferem a Lei de Responsabilidade Fiscal. Se esse for o entendimento do Congresso, ficará caracterizado o crime de responsabilidade. A denúncia acatada pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha,

Jaques Wagner (Casa Civil) para acompanhar o andamento do processo e pressionar a base aliada a agilizar os trabalhos. "Nossa decisão é fazer o processo o mais rápido possível", diz o ministro.

Em 1992, o processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello levou dezenas de milhares de pessoas às ruas. Mas com uma diferença: a saída dele era clamor unânime entre os manifestantes. Ao contrário de Collor, Dilma pertence a um partido forte, ainda que combatido pelos escândalos em série, e com uma militância de força, sobretudo nas redes sociais. "Na ocasião, havia consenso entre diferentes estratos da sociedade — políticos, sindicatos e estudantes", diz o cientista político Rubens Figueiredo. Passados mais de vinte anos, vozes divergentes se levantam das ruas. Figueiredo lembra que os parlamentares se movem por três fatores: opinião pública, cargo e status. Diz ele: "Depois dos protestos de 2013, os políticos perceberam que, se permanecem inertes, pequenos atos se tornam uma bola de neve". Uma voz se fará ouvir mais alto. ■



**Especial**  
116

# O ALICERCE APODRECEU

A queda nos índices de confiança dos consumidores e dos empresários com relação às perspectivas econômicas aponta para uma recuperação lenta

**CONFIANÇA DA INDÚSTRIA**

**CONFIANÇA DO COMÉRCIO**

Fonte: IBGE

**Especial**  
216

Dilma e o PT destruíram as bases da economia, jogando o Brasil na recessão e, agora, na depressão, com o pior desempenho em três décadas. Se faltava motivo para o impeachment...

MARCELO SAKATE E BIANCA ALVARENGA

A espiral da desconfiança, com epicentro no Planalto, aprofunda a recessão brasileira, que, de tão grave, já se transformou em uma depressão. Os números atuais da economia são piores do que aqueles dos cenários mais pessimistas. A única esperança é que, uma vez superado o impasse político, o governo (com Dilma ou não) trabalhe para reconstruir os alicerces ruídos da economia. Segundo o IBGE, o PIB brasileiro encolheu 1,7% no terceiro trimestre do ano em relação aos três meses imediatamente anteriores. Na comparação com igual período do ano passado, o mergulho foi de 4,5%. De acordo com a consultoria Austin Ratings, de 42 países, apenas a Ucrânia, conflagrada por uma guerra civil, teve um desempenho tão negativo. A produção econômica retrocedeu ao nível do início de 2011, quando Dilma assumiu o cargo. É como se a primeira metade da década não tivesse existido para o país. Pior: analistas preveem que a renda per capita em 2020 será semelhante à de 2010. O Brasil terá assim mais uma década perdida.

O investimento das empresas continua em queda acentuada, pelo nono trimestre seguido. O total produzido pelas indústrias não era tão baixo desde 2009. O consumo das famílias, até então o principal motor do crescimento, chegou ao seu limite: esses gastos recuaram nos três trimestres do ano, pressionados pela combinação explosiva de desemprego, endividamento e inflação crescentes e rendimentos em trajetória descendente. A confiança de empresários e de consumidores é a mais baixa em uma década, o que mostra que não há perspectiva de melhora a curto prazo. "O que começou como uma recessão impulsionada pela necessidade de ajuste de uma economia que acumulou grandes desequilíbrios agora está se tornando

**Especial**  
veja+

## CENÁRIOS PARA A ECONOMIA

O impeachment da presidente Dilma Rousseff terá forte efeito negativo sobre o PIB em 2016, mas abre caminho para uma recuperação mais vigorosa no médio prazo

**PRIMEIRO CASO**  
**(nada acontece e Dilma cumpre o mandato inteiro)**

Sem o trauma nem a paralisação causados por um processo longo e desgastante de impeachment, o país tem um desempenho ligeiramente melhor em 2016, em termos de PIB, taxa de câmbio e inflação. Mas a manutenção de um governo enfraquecido não estimula a retomada dos investimentos, o que faz com que a recuperação da economia em 2017 e 2018 seja mais frágil

**SEGUNDO CASO**  
**(impeachment de Dilma)**

O andamento do processo de impeachment paralisa as medidas estruturais do ajuste fiscal e reforça a fragilidade das contas do governo, sustentando o temor do investidor estrangeiro; o câmbio se desvaloriza mais e encarece os importados, pressionando a inflação. O PIB tem forte retração em 2016. Mas a resolução do nó político abre caminho para a retomada da confiança e, conseqüentemente, dos investimentos, o que explica o melhor desempenho da economia em 2017 e 2018



**MISSÃO INGLÓRIA**  
Joaquim Levy: sem apoio político não haverá ajuste possível

uma depressão completa, dada a profunda contração da demanda doméstica", disse, em um relatório, o economista Alberto Ramos, responsável pelas análises sobre a América Latina do banco americano Goldman Sachs.

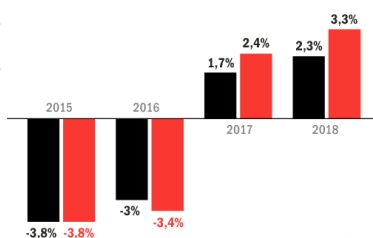
A recessão atual encontra poucos paralelos na história recente. Ela começou no ano passado e deverá se estender por onze trimestres. Apenas na crise do governo Collor, no início da década de 90, a recessão havia se prolongado por tanto tempo. Em termos de queda na atividade, somente nos anos finais da ditadura militar houve um recuo tão grande, quando, em meio à crise da dívida externa e à hiperinflação, o PIB acumulou uma diminuição de 8,5%. Agora, o tombo total deverá atingir 8,1%, pelas projeções de Sílvia Matos, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV). "É uma recessão profunda e longa, comparável com a crise do início dos anos 80", diz a economista. Há 35 anos, o desequilíbrio fiscal também foi a causa da crise, e o governo financiou seus gastos por meio da inflação. Sílvia explica que, historicamente, as recessões mais curtas se caracterizaram por choques momentâneos e

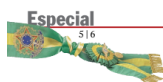


**Variação do PIB (em %)**

Cotação do dólar (no fim do ano, em reais)

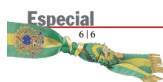
Inflação ao consumidor (em %)





externos. As crises longas, como a atual, são gestadas internamente.

O cenário é aterrador, ainda mais diante da perspectiva de aumento do desemprego nos próximos meses. As vendas do comércio caíram mais de 7% de janeiro a setembro, o pior resultado dos últimos dezessete anos. Setores que costumam ter uma maior sobrevida em crises, como o de eletrônicos (televisores, celulares e computadores), registram queda de mais de 20% nas vendas. Nem o Natal será capaz de salvar os resultados do varejo neste ano. "A piora no mercado de trabalho, os preços em alta e o crédito caro indicam que as vendas serão ruins, assim como ocorreu nas outras datas comemorativas do ano", diz Flávio Calife, economista-chefe da Boa Vista, empresa que administra o Serviço Central de Proteção ao Crédito. "Haverá promoções antes da hora, porque os lojistas estão com estoques altos", afirma. Nove em cada dez comerciantes disseram que não contrataram funcionários temporários para o fim do ano. Apenas 24.400 vagas terão sido criadas no trimestre final de 2015 — muito menos que as 209.000 esperadas do mesmo



período no ano passado. A fraca demanda ajuda a explicar as demissões generalizadas em todos os setores econômicos. Um quarto dos consumidores não receberá o 13º salário neste ano, seja porque está desempregado, seja porque não tem carteira assinada — o aumento da informalidade é outra consequência da crise. Mais da metade dos consumidores que disseram receber o benefício usará os recursos para quitar dívidas. "É incerto estimar que 2017 será o ano da retomada. Mesmo que a confiança na economia melhore, o processo de recuperação do mercado de trabalho, dos juros e da inflação é longo e não será finalizado em um ano", afirma Calife.

A reação inicial dos investidores à abertura do processo de impeachment foi positiva. Na quinta-feira, o principal índice de ações da Bovespa subiu 3,3%, enquanto o real se fortaleceu ante o dólar. Os papéis de empresas estatais e de bancos estiveram entre as maiores altas do dia, refletindo a expectativa de que uma eventual saída do PT do poder decore o fim do modelo de intervenção do Estado na economia. Mas, segundo analistas, as incertezas ainda são elevadíssimas. "É difícil que uma empresa tome a decisão de investir sem saber qual será o governo e quais serão as políticas fiscal e monetária", diz o economista Thiago Curado, da 4E Consultoria. Além disso, enquanto o Congresso estiver dedicado à questão do afastamento, ficarão inviabilizadas a discussão e a votação de medidas estruturais para o equilíbrio das contas públicas, como a fixação de uma idade mínima para a aposentadoria. De acordo com os modelos da consultoria, o impeachment traria efeitos negativos a curto prazo, mas, com o tempo, a economia se recuperaria mais rapidamente. "É a troca de um custo de curto prazo por um benefício de longo prazo", explica Curado. Afirma também Sílvia Matos: "A recuperação poderia ser mais rápida não fosse o caos político. Todo o país perde o horizonte de longo prazo, focando apenas soluções imediatistas". Resta a terra arrasada econômica. ■



## O BANQUEIRO FOI. O BANCO FICA?

Os sócios afastam André Esteves na tentativa de salvar o BTG. Empréstimo emergencial dá fôlego à instituição financeira, cujo futuro ainda depende das investigações



**FICHADO**  
O registro de Esteves em Bangu 8: sem data para sair



**A**té ser preso, sob a suspeita de estar metido em negócios escusos investigados na Lava-Jato, André Esteves ostentou uma trajetória estelar. Não contava 40 anos quando, em 2006, na condição de presidente do Pactual, fechou a venda do banco para o suíço UBS. Tornou-se o mais jovem bilionário brasileiro. Fundou depois o BTG e, na crise de 2009, recomprou o Pactual. Dono de uma fortuna avaliada em mais de 2 bilhões de dólares, Esteves agora se encontra, por tempo indeterminado, em uma cela de Bangu 8, no Rio. O seu BTG luta para deter a crise de credibilidade e sobreviver. Para isso, ao menos por ora, a criatura precisa se dissociar de seu criador. Esteves inicialmente perdeu a presidência do banco. Na semana passada, ele, que era o acionista majoritário, foi afastado pelos seus sócios da holding de controle. Essa foi uma das exigências do Banco Central e dos demais bancos para dar respaldo ao BTG. Com a mudança na estrutura acionária, o Fundo Garantidor do Crédito, associação administrada pelos bancos cujo objetivo é proteger os correntistas e investidores, liberou um empréstimo emergencial no valor de 6 bilhões de reais. "O banco está agora em uma situação de liquidez confortável para honrar os seus compromissos de curto prazo", afirma uma fonte do governo. Foi mitigado o perigo de contágio do sistema financeiro, o chamado risco sistêmico. A sobrevivência do BTG, entretanto, depende de mais ajustes. Ele vendeu a sua participação na Rede D'Or de hospitais e negocia a transferência de mais ativos. Está oferecendo, por exemplo, o BSI, banco suíço adquirido recentemente.

"Não existe vaca sagrada nem joia da coroa. Eles estão dispostos a abrir mão de qualquer ativo", disse uma pessoa próxima às negociações, indicando a intenção dos acionistas de agir para conter a crise, ainda que ao preço, inevitável, de ver o tamanho da instituição diminuir expressivamente. O essencial para o BTG, entretanto, será escapar ileso das acusações feitas a seu fundador e de eventuais novas denúncias. ■



## ANEXO C – TELAS REVISTA CARTACAPITAL (20 DE ABRIL DE 2016)

CAPA

# O GOLPE OU A LEI?

O êxito da conspiração representaria uma nação definitivamente imatura para a democracia

por MINO CARTA



Itamar Franco, a lição que Michel Temer não aprendeu

O JOGO ESTÁ FEITO, diria o *croupier* antes de pôr a roleta a girar. Daí em diante, o destino contempla inúmeras possibilidades de desfecho. *Alea jacta est*, disse Júlio César ao transpor o Rubicão, o dado está lançado. Aquela situação só poderia ter dois desfechos, embora pareça claro que César não duvidava da vitória final contra Pompeu.

O vice-presidente da República, Michel Temer, seria perfeito como *croupier*, e me refiro aos traços fisionômicos e à expressão que frequentemente se estampa em seu rosto, a esboçar um sorriso de Gioconda, sujeito a qualquer interpretação. Houve quem dissesse, depois do recente discurso de posse do vice-presiden-

1  
5

FOTO DESTA MATÉRIA: SERGIO AMARAL/ESTADÃO CONTEÚDO

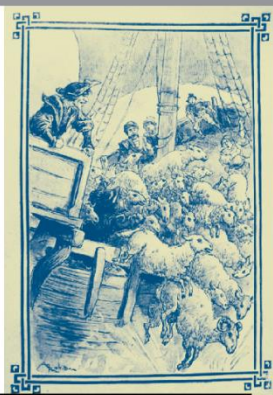
2  
5

te, que lhe caiu a máscara. Não me parece. Confesso ter sempre entendido que o semblante de Michel Temer é uma máscara. Já pensei no doutor Dulcamara, vendedor do elixir da longa vida, mas chego à conclusão de que a máscara do *croupier* se condiz muito mais às feições do professor Temer, a máscara de quem declara a impossibilidade de ser golpista o *impeachment* previsto pela Constituição.

Frequentei quatro inúmeros anos da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, as celebradas arcadas paulistanas, sumi antes do quinto, e nem por isso teria a mais pálida chance de contestar um professor emérito. Ocorre-me observar, contudo, que, conquanto assinalado na Carta Magna, o *impeachment* não cabe nesta precisa circunstância. O Código Penal, por exemplo, prevê vários crimes, cujas penas serão cominadas quando provados.

A lei é clara o bastante até ao entendimento do mundo mineral, e não há como incluir Dilma Rousseff no rol dos merecedores de impedimento, como se deu com Fernando Collor ou Richard Nixon, nos EUA, ambos prontos a evitar o vexame supremo pela renúncia. No caso do “caçador de marajás” conforme a mídia nativa apresentava Collor durante a campanha eleitoral de 1989, vale lembrar impecável comportamento do vice-presidente Itamar Franco ao longo do processo que redundou no *impeachment*, iniciado por maciça campanha midiática a apoiar uma CPI destinada a concluir-se com o nada feito, não fosse a descoberta, pela sucursal de Brasília de *IstoÉ*, que então eu dirigia, das inequívocas ligações entre a Casa da Dinda e o Palácio do Planalto. Foi o que configurou o crime de responsabilidade, o mesmo atribuído a Dilma Rousseff sem prova.

Itamar Franco manteve uma postura de absoluta



## FLAGRANTE DA SOCIEDADE AFLUENTE DO BRASIL NESTE EXATO INSTANTE

discrição, bem ao contrário do açodado vice que já se enxerga sentado no trono, graças ao infatigável, abusivo trabalho de um notório criminoso, o presidente da Câmara Eduardo Cunha. Qual seria a máscara deste? Algo entre Shylock e Iago, creio eu, ao falar de uma personagem vocacionada para a *Commedia dell'Arte* à brasileira, segundo encenação intitulada *A Conspirata*. Aquela comédia italiana contava com Arlequim, Pantaloni dei Bisognosi, Capitan Fracassa, esta coloca em primeiro plano, na ribalta, Temer e Cunha. A presidenta não erra ao vê-los como são, de máscara e tudo.

3  
5

Quanto a ela mesma, Dilma Rousseff, temos de reconhecer que cuidou de facilitar a vida dos conspiradores. Não se trata de uma especialista em máscaras, se fosse poderia ter sido hábil, subdólosa até, no trato com seu vice, e ter cuidado de se precaver em relação a Cunha em tempo útil. Falhou em ambos os desempenhos, por obra e desgraça, inclusive, da escolha de quem teria de assessorá-la, conselheiros tática e intelectualmente adequados à tarefa pelos caminhos tortuosos da política nativa. Preferiu obedientes subalternos, com raras exceções, prontos a pronunciar o “sim, senhora” liberador.

Ninguém, entre os escolhidos, ao menos no início do segundo mandato, foi capaz de lhe chamar a atenção para o estelionato eleitoral que estava a cometer ao inverter o sentido das promessas da campanha. Em vez de permanecer fiel aos valores e princípios até então perseguidos, a presidenta cedeu à pressão precipitada pela vitória apertada e se apressou a acender um círio volumoso ao deus mercado ao chamar um bancário neoliberal para a Fazenda.

Nem houve, entre os escolhidos, quem soubesse orientá-la na direção do empresariado em um país de indústria abandonada ao seu destino. Há muitos na área que preferem ser rentistas em lugar de produtores de bens e serviços, e há um em São Paulo, presidente da Fiesp, um certo Paulo Skaf, conspirador afogueado em busca de notoriedade. Há outros, porém, de boa cepa e dignas intenções. Não teria sido difícil valorizá-los, e não foi o que se deu. Nada disso, fique claro, justifica o *impeachment*. Se acontecer, será a prova da imaturidade de um país onde a casa-grande, ainda de pé, permite-se rasgar a Constituição para praticar um golpe de Estado que repete recentes e abruptas interrupções de uma aparente ordem democrática ocor-

4  
5



Gostou  
dessa  
matéria?

assine

TOQUE NO BOTÃO

ridas em Honduras e Paraguai. O Brasil qualifica-se com todos os méritos como outra república bananeira. Neste momento, o cenário da encenação de *A Conspirata* está montado e falta pouco para o ato decisivo. Em seguida, sobrar tempo para um nebuloso entre-ato e a sorte não estará definitivamente lançada, embora sempre convenha manter o pessimismo na inteligência mesmo ao preservar o otimismo na ação. Se houver *impeachment*, nada estará resolvido, muito pelo contrário. Iremos ao encontro de uma situação ainda mais difícil do que a atual. Veremos multiplicadas incertezas e tensões, sem esperança de ver resolvida a crise econômica, cujas raízes medram fora do Brasil.

**S**e *A Conspirata* tiver final feliz, qual seria seu malogro na opinião de *CartaCapital*, não caiamos na ilusão oposta àquela dos conspiradores e de quem os segue como o rebanho de Panurge. O fracasso da tentativa de *impeachment* não descortina uma conjuntura melhor do que a seguinte ao golpe. Obviamente, o trunfo estará no respeito à lei, mas a solução, já aventada neste espaço, seria, tudo indica, a antecipação das eleições gerais, em proveito de uma recomposição das instituições democráticas, ampla o mais possível no sentido de capacidade a garantir o primado da Razão. Mas talvez se trate de solução sensata em demasia.

Vejo milhões e milhões de brasileiros que se envolvem na bandeira nacional, qual fosse uma fantasia carnavalesca, para celebrar antecipadamente a derrota do que chamam de lulopetismo. A pantomima me devolve à sentença do doutor Samuel Johnson: a pátria é o último refúgio dos canalhas. E, por falar nisso, sublinho, ao cabo, que entre Júlio César e Michel Temer não há a mais remotíssima semelhança. •

5  
5

CAPA

# A OPINIÃO PÚBLICA NO CALOR DA HORA

Para 49%, o impeachment é vingança de Eduardo Cunha e 50% enxergam oportunismo da oposição

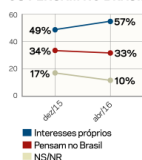
por MARCOS COIMBRA

**C**ONCLUÍDA NA terça-feira 12, a mais recente pesquisa do instituto Vox Populi, encomendada pela Central Única dos Trabalhadores, mostra de que maneira a opinião pública avalia o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff às vésperas da decisão da Câmara dos Deputados. Não é o passo derradeiro, pois tanto o Senado quanto, parece, o Supremo Tribunal Federal ainda terão o que dizer. Mas é um momento importante na longa crise política atravessada pelo País.

Os resultados indicam que ninguém ganhou com ela. Todos se enfraqueceram, o sistema político em conjunto e cada uma de suas partes. Quem, na oposição partidária, calculou que conseguiria sair maior com a crise se apegou. Aqueles que, na sociedade civil,

1  
4

## AÉCIO E FHC: INTERESSES PRÓPRIOS OU PENSAM NO BRASIL?



especialmente na mídia e no empresariado, apostavam que seriam capazes de mobilizar amplos consensos na população ficaram com a imagem de ativismo partidário e interesseiro.

Que diferença em relação a 1992... Nos dias que antecederam o *impeachment* de Fernando Collor, quase o Brasil inteiro estava do mesmo lado. Não havia quem olhasse o Congresso e enxergasse indivíduos sem as menores condições morais de julgar o então presidente. Era inexpressiva a parcela da população que acreditava em manipulação dos meios de comunicação.

**A** pesquisa de agora confirma quão dividido está o Brasil. Qualquer festa após o resultado da votação no domingo 17 será de um pedaço minoritário da sociedade. É inimaginável, a considerar-se o ponto ao qual chegaram, que as divisões entre os cidadãos venham a desaparecer em prazo razoável.

Os números do apoio popular ao *impeachment* de Dilma desaconselhariam qualquer liderança respeitável a ir adiante com o processo. A destituição de um presidente da República tem enorme custo institucional e só faz sentido quando há maciça concordância da sociedade. Ninguém duvida da elevada insatisfação com a petista e seu governo. Ou da enorme preocupação com a situação da economia, tanto por ser objetivamente grave quanto por ter sido fabricada a sensação de uma crise inesgotável.

Não se questionam, tampouco, os equívocos e erros cometidos por Dilma Rousseff nem a decepção de uma ampla maioria da sociedade com o PT e com o comportamento de algumas de suas lideranças nos últimos anos, quando se tornaram parecidos com aqueles que hoje vociferam contra eles.

2  
4

voxpopuli

Segundo a pesquisa, 57% da população, pouco mais da metade, apoiam o *impeachment*. O que significa que 43% não estão convencidos de que ele seja justo: quase 40% são contra e os restantes não sabem. No mundo civilizado, em um cenário como esse, somente as lideranças mais irresponsáveis iriam adiante no propósito de derrubar um governante.

**P**roporções iguais aparecem nas respostas à pergunta sobre se vivemos uma situação de "golpe de Estado". Apenas metade dos entrevistados acredita não se tratar "de um golpe", enquanto os restantes 48% não dizem o mesmo, dos quais 36% concordam com a frase "é um golpe, um ato antidemocrático" e os demais "não sabem". Esses resultados fazem pensar em quão grande é a parcela da opinião pública que não se deixou contaminar pela impressionante campanha dirigida pela mídia conservadora contra Dilma, o PT e suas lideranças. Eles sugerem que, mesmo que critique o governo e esteja descontente com o PT, existe um expressivo pedaço do Brasil não afetado pela narrativa despejada diariamente pelos meios de comunicação.

Aos olhos de uma ampla parcela da população, revelam os números, o processo de *impeachment* padece de um pecado original: em vez de se sustentar em um genuíno sentimento da maioria do País, tem baixa legitimidade, pois nasce de motivações mesquinhas de atores menores.

Aplicadas ao processo, ideias como "vingança", "oportunismo", "pensar em seus próprios interesses" e "traição" obtêm adesão majoritária. Para 49% dos entrevistados, a proposta de destituir Dilma resulta de "uma vingança de Eduardo Cunha" ao perceber

3  
4

que não seria protegido pelos parlamentares do PT. Para 50%, "a oposição está sendo oportunista (...) sem pensar nas dificuldades do Brasil". Para 57%, "políticos como Aécio e Fernando Henrique só pensam em seus próprios interesses quando apoiam o *impeachment*, pois não aceitam a derrota eleitoral de 2014 e querem assumir o poder". Para 39%, "é traição de Michel Temer e do PMDB romper com o governo".

**A**s respostas à pergunta sobre se o *impeachment* é "a solução para o País" são um dos raros momentos da pesquisa em que não temos bipolarização: 58% dos entrevistados afirmam que "não", enquanto 35% dizem "sim". Ou seja: somente um terço da população festejaria o impedimento da presidenta por acreditar que o processo resolveria nossos problemas. Do outro lado, quase 60% permaneceriam céticos.

Em parte, a desconfiança é explicada pela péssima imagem atual do vice-presidente Michel Temer. Apenas 5% daqueles que o conhecem têm opinião positiva a seu respeito, enquanto 61% o avaliam de maneira negativa. Temer consegue estar tão mal quanto Dilma.

Assim chegamos a esta etapa lastimável de nossa vida política. Um País insatisfeito, dividido, desanimado e descrente nas motivações da maioria das lideranças. Pior, com uma elite que acha que as instituições precisam "se adaptar" a seus interesses conjunturais e que se considera dona do direito divino de "orientar a turba".

Pobre democracia brasileira. Achava-se liberta da sucessão de intervenções e salvacionismos que caracterizou sua história, mas está de novo ameaçada, enredada em episódios medíocres e cercada por personagens idem. •

4

4

CAPA

## OU ELA OU ELES

A "Guerra Fria" na corrida pelos votos às vésperas da decisão do *impeachment* na Câmara

por ANDRÉ BARROCAL E RODRIGO MARTINS



**APESAR DA BATALHA DE INFORMAÇÃO E DO TRIUNFALISMO EM PÚBLICO, OS DOIS LADOS AINDA CONTAVAM VOTOS. O GOVERNO PESCA EM "ÁGUAS TURVAS"**

**A**PAISAGEM na Esplanada dos Ministérios mudou às vésperas da votação do segundo *impeachment* da história brasileira. Uma cerca metálica de 1 quilômetro de extensão e 2 metros de altura corta o gramado central, providência das autoridades locais para evitar brigas entre partidários e inimigos de Dilma Rousseff, esperados aos milhares na hora da decisão. Cada grupo ficaria de um lado. À esquerda de quem olha para o Congresso, os legalistas. À direita, os antipetistas. A novidade arquitetônica foi batizada por alguns de Muro de Berlim, apelido duplamente apropriado. Na reta final do *impeachment* na

FOTOS: GETTY IMAGES; ANTONIO CALZADILLA/BRASIL; EVARISTO SAUPE/ECONOMIA HOTELERO/BRASIL PHOTOGRAPHY

2

Câmara, uma Guerra Fria tomou Brasília, com muita desinformação e propaganda a serviço dos objetivos políticos de parte a parte.

Dilmitas e opositoristas travaram uma disputa retórica sobre quem levaria a melhor, cada um a contabilizar votos suficientes para uma vitória entre os deputados na sessão marcada em princípio para o domingo 17. Os primeiros repetiam ter mais de 172, ou um terço, e os demais, acima de 342, ou dois terços, o necessário para mandar o processo ao Senado. Ao menos esta era a atitude nos microfones. Em privado, sentia-se algo diferente, as certezas sumiam. Entende-se o teatro. O ambiente talvez decidisse a batalha. Não é só o cidadão comum que na hora H vota no favorito. “Muitos dos deputados indecisos aguardam para enxergar com mais nitidez qual dos lados terá mais força ou é mais viável. Nenhum dos lados chegou ao ‘número mágico’”, dizia o líder do PMDB, Leonardo Picciani.

Em entrevista na manhã da quarta-feira 13 no Palácio do Planalto para dez veículos de comunicação, *CartaCapital* entre eles, Dilma Rousseff apontou uma “guerra psicológica”. Cenário, segundo ela, construído por seus detratores a fim de provocar um “efeito dominó” a desaguar em sua deposição. Não faltaram atores psicologicamente atuantes. A bancada evangélica e as confederações patronais da indústria, CNI, dos Transportes, CNT, e dos ruralistas, CNA, saíram em defesa do *impeachment*. A CNA até anunciou caravanas de fazendeiros a Brasília para pressionar os deputados.

Em um sinal de insegurança do Planalto, a Advocacia-Geral da União pediu ao Supremo Tribunal Federal, na quinta-feira 14, a anulação do parecer pró-cassação de Dilma. O texto fora aprovado três dias antes em uma comissão especial da Câmara por 58% dos inte-

grantes, proporção insuficiente para derrotar Dilma se reproduzida no plenário. Não fora contestado de imediato, pois entre governistas avaliava-se que seria demonstração de fraqueza política. Até o fechamento desta edição, por volta das 11h30 da noite da quinta 14, não havia uma sentença do STF. Se a Corte aceitasse a ação, seria cancelada a sessão da Câmara no domingo 17.

Na “guerra psicológica” descrita por Dilma, o vice-presidente Michel Temer mereceu a patente de general. O Brasil assistiu a um conflito entre presidente e vice inédito na história. Se há tempos Temer sorria em segredo ao pensar na cadeira presidencial, escancarou suas ambições tal qual um Macbeth na segunda-feira 11. Em áudio “vazado” na internet, fazia um pronunciamento à nação na qualidade de herdeiro do poder. Prometia um “governo de salvação nacional” e, defensor de propostas neoliberais, antecipava “sacrifícios iniciais para o povo brasileiro”.

Como no caso da carta-lamúria na qual se dizia um “vice decorativo”, ficou a dúvida sobre a causa de a gravação vir a público. Segundo Temer, o áudio era um ensaio e foi enviado por engano pelo celular a um grupo de amigos. E estes, presumivelmente, divulgaram-no. Em posterior reunião com ministros, Dilma mostrou-se “perplexa”. Para ela, não houve engano, mas premeditação. Seu chefe de gabinete, Jaques Wagner, chamou Temer de “conspirador” e cobrou sua renúncia caso o *impeachment* vies a ser barrado. Em uma cerimônia no dia seguinte no Planalto, a petista foi impiedosa. “Utilizaram a farsa do vazamento para difundir a ordem unida da conspiração. Agora conspiram abertamente, à luz do dia, para destabilizar uma presidenta legitimamente eleita.”

3  
84  
8

A divulgação do áudio pareceu mesmo uma conspirata, a julgar pela evolução dos acontecimentos. Contribuiu para o esforço da oposição de criar um clima de “já ganhou” e o tal “efeito dominó”. Efeito, aliás, buscado sem sucesso por Temer quando o PMDB rompeu com o Planalto no fim de março, decisão personificada em uma foto de peemedebistas de mãos ao alto que inspirou a célebre interjeição de Luís Roberto Barroso, ministro do STF: “Meu Deus do céu!” O pronunciamento de Temer tornou-se conhecido pouco antes da aprovação do parecer anti-Dilma na comissão especial. Na véspera de o PP igualmente abandonar o governo. E na antevéspera de PSD e PTB, também detentores de assentos ministeriais, seguirem o mesmo rumo. “Vi essa debandada no *impeachment*

5  
8

do Collor. A Dilma aguentava até perder o PP, quando perdeu, a cassação ficou inevitável”, afirma o deputado tucano Jutahy Junior, da Bahia.

Uma certeza sem unanimidade entre os veteranos da deposição de Fernando Collor. Favorável ao processo contra Dilma, o deputado gaúcho José Fogaça, do PMDB, acreditava que o Planalto ainda dispunha de armas capazes de salvar Dilma, como a oferta de cargos. E não só isso. “O governo tem um discurso mais claro, de que existe um golpe, um *impeachment* sem crime. A oposição não tem discurso.” O PMDB de Fogaça foi outro cuja bancada de deputados resolveu aderir ao Fora Dilma na quinta-feira 14. E, a exemplo dos demais “governistas” em fuga, é uma miscelânea, como de resto o sistema partidário nacional. Alguns deputados continuavam dispostos a apoiar a presidenta, desde que fosse para vencer. Explicação para o Planalto pescar em “águas turvas” atrás de votos em todas as legendas, dizia o petista Paulo Teixeira, um dos vice-líderes do governo na Câmara.

Ao contrário do imaginado, a gravação de Temer também conseguiu produzir efeitos positivos para Dilma. E não só pelo discurso da “conspiração”. Quando soube de seu teor, o paranaense Aíel Machado, da Rede, integrante da comissão especial, definiu sua posição contra o *impeachment*. Era tido como voto certo pela oposição. “O áudio provou o que o PT vinha dizendo, que há um golpe”, diz Machado. “Quem está indeciso sabe que não houve crime de responsabilidade por parte da presidenta, mas está suscetível às pressões. Eu votei com minha consciência.”

Setores e figuras representativas da sociedade endossaram a alegação de Machado sobre a falta de crime. Em nota pública ao Congresso na quarta-feira 13,

6  
8

mais de uma centena de promotores e procuradores de Justiça conclamaram “Vossas Excelências a votarem contra o processo de *‘impeachment’*”, pois “não há comprovação da prática de crime de responsabilidade”. Entre os signatários, um ex-procurador-geral da República, Cláudio Fonteles. Um dia depois, o juiz federal Márilon Reis, “pai” da Lei da Ficha Limpa, dizia na *Folha de S.Paulo* que, “do ponto de vista constitucional, não há cabimento para o pedido” de cassação.

**G**raças a Temer, Machado firmou convicção em outro assunto. Para ele, derrubada Dilma e unido o vice, Eduardo Cunha, o enrolado presidente da Câmara, estará a salvo, ao menos entre os deputados. No STF a história é outra. Uma impressão reforçada por um estranho acontecimento no Conselho de Ética, que acabava de voltar à ativa para infernizar o deputado peemedebista. O primeiro relator no processo contra ele, Fausto Pinato, do PP, defensor da cassação de Cunha, afastou-se do Conselho. Em seu lugar entrou uma deputada do PRB da Bahia, Tia Eron, que por ora faz mistério sobre sua posição, mas despertou dúvidas de estar a serviço do presidente da Câmara. Se assim for, o parlamentar fluminense terá uma maioria de 11 votos a 9 no colegiado.

Notória, a mistura dos destinos de Dilma e Cunha era uma das esperanças do Planalto para vencer o *‘impeachment’*. O presidente da Câmara caprichou no roteiro para derrubar a petista, ao marcar a votação para um domingo, com transmissão ao vivo das tevês e manifestações nas ruas. O mago não passaria incólume pela própria magia, no entanto. Muitos partidários de Dilma aproveitariam os holofotes ao anunciar seus votos para desfiar aos brasileiros o currículo de Cunha:

réu por corrupção e lavagem de dinheiro no STF, processado no Conselho de Ética por mentir a respeito de contas no exterior, autor de uma chantagem contra a presidenta via *‘impeachment’* por ficar sem a solidariedade do PT. O “fator Cunha” não era mesmo desprezível. Deputado pelo PSB, partido de oposição, o mineiro Júlio Delgado chegou a desabafar no Conselho de Ética: se cassar Dilma ajudasse a limpar a barra de Cunha, votaria contra o *‘impeachment’*. *A CartaCapital*, disse que até topava “ir para o sacrifício” e defender a mandatária, mas estava inclinado a desistir da ideia diante do “efeito dominó” da dita base governista.

Diante da debandada dos aliados, interessados em cortejar Temer em troca de benesses no caso de o peemedebista assumir o poder, Dilma aproveitou sua entrevista no Planalto para uma recordação dos tempos de combatente da ditadura. Quando caiu nas mãos da repressão, disse, era levada de um lado para o outro para ser torturada. Um dia na Oban, outro no Dops, então no Presídio Tiradentes. “Você ia pensar o quê: não tem saída, isso é assim para sempre? É assim que você encara isso? Não é assim, não. Você encara se você tiver esperança.” As vésperas da votação do *‘impeachment’*, seu estado de espírito era igual. “O governo vai lutar até o último minuto contra o golpe.” •

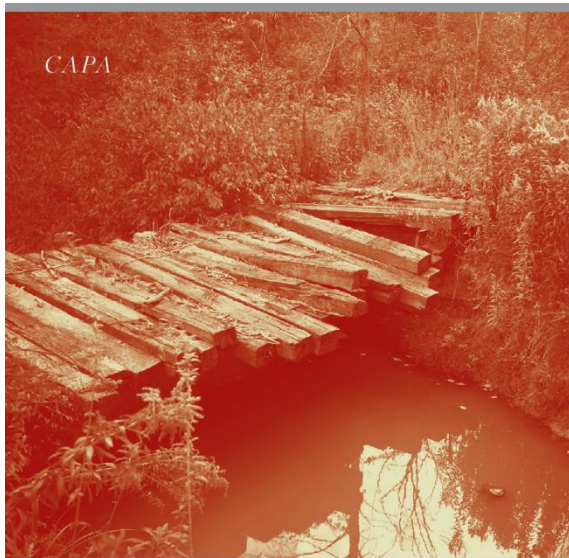
EM ENTREVISTA NO PLANALTO, DILMA ROUSSEFF NÃO POUPOU TEMER E CUNHA: “CONSPIRADORES”

7

8

8

9



CAPA

## A PONTE PARA O PASSADO

Os impichadores prometem reavivar um programa econômico com validade vencida

por LUIZ GONZAGA BELLUZZO E GABRIEL GALÍPOLO

**O**S NEURÔNIOS dos impichadores emitem certezas dos maníacos-obsessivos: todos os males se encerram com o fim deste governo. Cosmopolitas desconectados do resto do mundo, reaperentam as recomendações que comandavam as políticas sociais e econômicas desde os anos 80 do século XX. Os remédios estão com a validade vencida e a caducidade ocorreu ainda antes da Grande Recessão de 2008.

A polarização entre o individualismo xenofóbico de Donald Trump e o socialismo democrático de Bernie Sanders e as manifestações contra a reforma trabalhista que tomaram as ruas na França atormentam o mundo desenvolvido. Esses desassossegos juntam-se aos escândalos dos Panama Papers, outrora acobertados pela alcunha de “planejamento tributário”, e às dificuldades em desatolar as economias da grana abundante desaguada nos dutos do *quantitative easing*. São os acordes finais da sinfonia inspirada nos arranjos melódicos do início dos anos 80.

A “reestruturação conservadora” preconizava a redução de impostos para os ricos “poupadores” e a flexibilização dos mercados de trabalho. Os “reformistas” acusavam os sistemas de tributação progressiva

FOTO DESTA MATÉRIA: ISTOCKPHOTO

1

5

2

5

de desestimular a poupança e debilitar o impulso privado ao investimento, enquanto os sindicatos teimavam em "prejudicar" os trabalhadores ao pretender fixar a taxa de salário fora do preço de equilíbrio. Nos mercados de bens, a palavra de ordem era submeter as empresas à concorrência global, eliminando quaisquer políticas deliberadas de fomento industrial.

A liberalização das contas de capital permitiu arbitrar geograficamente salários, tributos, câmbio e juros, desarticulando os nexos nacionais entre investimento, renda e demanda. A desregulamentação dos mercados de capitais conferiu ao estelionato o status de engenhosidade financeira, embaçado na forma de veículos estruturados de financiamento. A crise de 2008 emerge desse ambiente, forçando aos já fragilizados Estados a digerirem ativos financeiros podres, para desintoxicar o balanço dos bancos. Uma vez metabolizados, esses ativos se converteram em dívida pública, impondo dificuldades adicionais à gestão da política monetária e fiscal.

**O**s eufemismos da linguagem econômica não são capazes de esconder do público o verdadeiro sentido de seus ditames: menos segurança e direitos aos trabalhadores. Que os idosos trabalhem por mais anos e recebam menos em sua aposentadoria. Inviabilizar os direitos universais de acesso a serviços públicos. Enquanto recomendam esses "sacrifícios", os bem fornidos fogem com suas polpudas poupanças para os paraísos fiscais. Abstenção e impostos são para os pobres imobilizados nos territórios nacionais.

No Brasil, os programas econômicos e sociais dos impichadores permanecem aprisionados aos fracassos do passado, que fizeram o Patropi despencar no

ranking das economias industriais e retornar para a condição de economia primário-exportadora, como o demonstra em seu último artigo o economista Pierre Salama. A indústria da transformação que em 1985 detinha participação de 21% do PIB, é reduzida para 17% do PIB, em 2003, e 11%, em 2014.

As taxas reais de juro mais elevadas do mundo durante quase todo esse período estão associadas à inserção internacional da economia brasileira. Em 1994 a forte valorização cambial reduziu a inflação mensal para a casa do 1%, porém ampliou o componente que correlaciona a formação da taxa de juros com a expectativa de desvalorização do câmbio. Assim, as taxas reais não podem ser reduzidas abaixo de determinados limites exigidos pelos investidores para adquirir e manter em carteira um ativo denominado em moeda fraca.

Não é de hoje que investidores individuais nacionais operam como não residentes por meio de bancos em paraísos fiscais, nos Mossack Fonseca da vida.

Enquanto engorda os retornos dos "investidores", a combinação entre juros elevados e câmbio corrói a indústria, a industriabilidade. O Brasil da desindustrialização reproduz a trajetória de Père Goriot, o personagem de Balzac que vendeu a fábrica de massas para enriquecer com a dívida pública. Morreu arruinado

#### TAIS IDEIAS EMPURRARAM O BRASIL DE VOLTA À CONDIÇÃO DE EXPORTADOR DE COMMODITIES

em uma pensão na companhia de Rastignac e Vautrin, depois de ser depenado pelas filhas seduzidas pela alta sociedade parisiense.

A indústria brasileira afundou nos juros elevados e no câmbio valorizado. Já a dívida bruta do setor público que em 94 representava 30% do PIB e, em 2003, alcança 58%, mesmo patamar apresentado em 2014, salta em 2015 para 66% do PIB. O desempenho de superávits primários entre 1997 e 2014 foi incapaz de alterar essa dinâmica, fortemente influenciada pelas despesas com juros da dívida pública, que saltam de 27 bilhões de reais, em 1994, para o patamar de 500 bilhões, em 2015.

**A** pesar da desarticulação do sistema industrial, com repercussões extremamente danosas à nossa economia, as políticas sociais dos últimos anos promoveram a melhora da qualidade de vida em parte significativa da população. A renda média do trabalhador cresceu 14%, entre 1993 e 2002, e 58% de 2002 a 2014. O Pnad calculava 22 milhões de indivíduos extremamente pobres no Brasil em 1995. Esse número eleva-se para 26 milhões, em 2003, e cai para 8 milhões, em 2014. Em 1995, o número de pobres no Brasil era de 51 milhões. Subiu para 61 milhões, em 2003, e caiu a 25 milhões, em 2014.

A sociedade brasileira não é mais a mesma. Ainda que os espaços de informação e de formação da consciência coletiva estejam ocupados por aparatos comprometidos com a força dos mais fortes e controlados pela hegemonia das banalidades do discurso do dinheiro e dos poderes da finança, os milhões que ascenderam socialmente nos últimos anos não aceitarão retroceder pacificamente à posição em que estavam. •

## ANEXO D – TELAS REVISTA VEJA (20 DE ABRIL DE 2016)



# O MURO, A HORA E A PAZ

## PRIMEIRO PASSO

A divisória que ficará entre os favoráveis e os contrários ao impeachment, em frente ao Congresso, em Brasília, poucas vezes a sensatez foi tão necessária

© GIANLUIGI PIRELLA



## BATALHA FINAL

Dilma Rousseff: empenhada apenas em salvar o mandato, ela se transformou em figurante do próprio governo

# O ÚLTIMO CAPÍTULO

© ANDRÉA BACHION/REUTERS

110



Com o país polarizado no momento mais agudo da crise política, os brasileiros precisam superar as divergências, aplacar os ressentimentos e desarmar o espírito – só assim o futuro será de todos nós

**E**m todas as batalhas, o gesto mais digno é a generosidade na vitória. Quem ganha não tripudia, mas deixa que o perdedor se recomponha diante da própria derrota. A generosidade está no centro das sociedades pacíficas e ordeiras. É um alerta adequado no momento em que a crise política se aproxima de seu ápice, com a votação do impeachment na Câmara dos Deputados. No gramado, diante do Congresso Nacional, uma cerca, que alguns apelidaram de Muro de Berlim, vai dividir as plateias, mas só os espíritos desarmados poderão, de fato, garantir a ausência de tumultos.

Mesmo tão perto da hora final, é quase impossível antecipar o voto dos políticos. São seres peculiares, sempre tão atentos aos próprios interesses na penumbra de negociações heterodoxas, mas

sempre tão ciosos dos humores do eleitor quando estão à luz do sol. Até a quinta-feira passada, quando VEJA fechou sua edição com um dia de antecedência para chegar mais cedo às bancas e assinantes, o ambiente político sugeria que o impeachment seria aprovado no plenário da Câmara.

Não seria surpresa. Antes de completar um ano e meio de seu segundo mandato, Dilma Rousseff perdeu as condições de governar (veja a reportagem ❶). De um lado, seu governo esfacelou-se com a crise política e econômica, incapaz de mover-se em qualquer direção. De outro, Dilma, apesar de não estar sob investigação oficial, fragilizou-se fatalmente diante de denúncias que atingem a constelação que a cerca (veja a reportagem ❷). Seja qual for o futuro do país, que a obra tenha a assinatura de brasileiros generosos. ■



212

Às vésperas da decisão sobre o impeachment, aliados abandonam Dilma, ministros pedem demissão e Temer já fala como futuro ocupante do Palácio do Planalto. A presidente não governa mais o Brasil

DANIEL PEREIRA E ROBSON BONIN

**E**m 2014, Dilma Rousseff resistiu a uma ofensiva de dirigentes petistas e expoentes do PIB nacional para fazer de Lula o candidato do PT à Presidência da República. Reeleita, viu o PSDB recorrer à Justiça Eleitoral para lhe cassar o novo mandato. Desde o ano passado, seu adversário é outro, o poderoso PMDB, patrocinador e beneficiário direto do pedido de impeachment em tramitação. Até agora, a presidente sobreviveu à pressão dos três maiores partidos do país. Um feito considerável para uma neófito no universo dos profissionais da política, mas um desalento para a maioria dos brasileiros. Por um motivo simples. A presidente já não exerce a Presidência de fa-

to. Mostra-se incapaz de restabelecer o diálogo com os setores produtivos e o Congresso e, assim, contribui para agravar a recessão econômica. Na prática, seu governo acabou, e os últimos sinais vitais se restringem a eventos com plateias cativas, a tentativas de obter apoio com a oferta de cargos a deputados e senadores e a batalhas na Justiça, com os pedidos de liminares de última hora no Supremo Tribunal Federal.

Os prazos e datas podem ser adiados, mas nada parece destinado a exorcizar o fantasma do impedimento de Dilma, cujos contornos estão cada vez mais delineados. Na segunda-feira passada, a comissão especial da Câmara aprovou a abertura de processo de impeachment, com

210

38 votos favoráveis e 27 contrários. Se o porcentual registrado no colegiado se repetir no plenário, 300 dos 513 deputados defenderão a destituição da presidente, 42 a menos do que o mínimo exigido pela Constituição. A derrota na comissão, portanto, parecia carregar uma réstia de esperança à mandatária. Só parecia. Nos dias seguintes, partidos cortejados por Dilma anunciaram o desembarque do governo. Deu-se o efeito manada. PP, PSD e PTB declararam-se a favor do impeachment. O caso do PP é sintomático. Dono da quarta maior bancada da Câmara, o partido recebera uma proposta para assumir a pasta da Saúde, que tem o segundo maior orçamento da Esplanada dos Ministérios, e a presidência da Caixa Econômica Federal, em troca do apoio à presidente. De início, mostrou-se disposto a aceitar a oferta. Depois, rejeitou-a. O PP determinou, inclusive, que Gilberto Occhi pedisse demissão do cargo de ministro da Integração

Nacional. "O governo está inerte. Não dá um rumo para o país", declarou o deputado Fernando Monteiro (PE), que trocou o coro oficial do "Não vai ter golpe" pelo coro do "Impeachment já".

Com o maior número de políticos implicados no escândalo do petróleo, o PP preferiu marchar ao lado do vice Michel Temer, que tem perspectiva de poder, a cerrar fileiras com Dilma, cuja perspectiva é exatamente a oposta. PSD e PTB seguiram o mesmo raciocínio. Desde o fim da aliança de dez anos do PMDB com o PT, a presidente aposta na liquidação de cargos e emendas parlamentares para preservar o mandato. Sem prestígio entre os políticos, ela delegou ao ex-presidente Lula a tarefa de mercadejar o voto. Lula vem tentando conquistar a simpatia das excelências com a velha cartilha do fisiologismo. Recorreu até à Valdemar Costa Neto, antigo parceiro do PR condenado à prisão no mensalão, para evitar a der-



rocada de sua sucessora. As negociações pareciam render frutos, especialmente no baixo clero. O deputado Macedão, do PP do Ceará, passou a defender Dilma depois de indicar o novo diretor-geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, cujos investimentos despertam a cobiça de uma firma do próprio Macedão. O deputado Chapadinha, do PTN do Pará,

também aderiu às hostes governistas após receber a promessa de comandar uma superintendência do Incri em sua base eleitoral. O toma lá dá cá estava azeitado até VEJA revelar as duas traficâncias. Descoberto, Chapadinha anunciou voto a favor do impeachment. Macedão sumiu do mapa.

Com o agravamento da crise, Dilma foi obrigada a transferir

#### NO INÍCIO

Em áudio vazado, o vice Michel Temer fala como presidente: nenhuma palavra sobre a Lava-Jato

319

© CRISTIAN MARIZ

419



**GOLPE!**  
O Palácio do Planalto virou palco de discursos e manifestações organizadas contra o impeachment

seu poder, de forma gradativa, a Lula. Depois de ensaiar uma resistência, ela tirou do Planalto homens de sua confiança, substituindo-os por nomes escolhidos pelo antecessor. Terceirizou também a negociação com o Congresso. A presidente centralizadora e de temperamento forte ficou cada vez mais decorativa. Lula, cuja nomeação para a Casa Civil está suspensa até hoje por uma decisão judicial, tem se esgueirado em um gabinete improvisado em um hotel às margens do Lago

Paranoá e vizinho do Palácio da Alvorada. Lá, promete mundos e fundos aos interlocutores.

O caminho até o bunker do ex-presidente é repleto de barreiras e precauções. Seguranças do hotel acompanham os convidados a uma entrada de serviço nos fundos do prédio. Eles atravessam um depósito, de lixo e de encomendas, até pegar um elevador e chegar ao andar onde Lula trabalha. No corredor, uma secretária recolhe o celular dos visitantes. Lula já teve conversas pouco republicanas gravadas

pela Lava-Jato. Pagou um preço político e jurídico muito alto por isso. Ciente do valor da mercadoria que oferece em troca de votos contra o impeachment, o ex-presidente se protege do que poderia ser mal compreendido pela polícia caso fosse tornado público. A estrutura do gabinete improvisado é simples. Há uma mesa e algumas cadeiras, além de uma pequena base para o cafézinho. "Chega a ser constrangedor. Ele parece um exilado, e o quarto, um ambiente de conspiração, de coisa proibida, daquelas que a gente vê nos filmes", diz um senador. Nas conversas, Lula deixa claro que suas propostas serão cumpridas porque, se Dilma resistir ao impeachment, ele assumirá as rédeas do governo. Nem semipresidencialismo nem parlamentarismo. O Brasil tem hoje uma presidente de direito, Dilma, um presidente de fato, Lula, e um presidente de véspera, Temer.

Até a quinta-feira passada, quando VEJA fechou esta edição, a votação do impeachment

estava marcada para o domingo 17, mas a batalha judicial aberta pelo governo, na tentativa de cancelar ou adiar a sessão, tende a continuar até os minutos finais. Isso porque, pela aritmética do poder, os votos estavam correndo para o impeachment. Na quinta-feira, a oposição dizia contar com 380 votos, boa folga sobre os 342 necessários. Já o ministro Jaques Wagner contrapunha dizendo que o governo contabilizava 200 aliados, acima dos 172 votos exigidos para barrar o impeachment. Como a Casa só tem 513 deputados, um dos lados estava mentindo, ou os dois. Governistas e opositores queriam passar a ideia de que ganharam a batalha, o que ajudaria a conquistar os votos dos indecisos de última hora, que fazem de tudo para posar ao lado dos vencedores. O desembarque do vice Michel Temer e a exclusão de Lula indicam quem está mais perto da consagração. Temer, confiante, até gravou um "demo" de seu discurso, providencialmente vazado na semana

© ROBERTO STUCKERT FLAUM

519

619



**ÀS ESCONDIDAS**  
Lula se esgueira por Brasília: cuidados para evitar filmagens e gravações comprometedoras

passada. No áudio, ele diz que os programas sociais, como o Bolsa Família, serão mantidos e prega a adoção de medidas duras para reequilibrar as contas públicas. Numa só tacada, acena para a base social do PT e adula o mercado. Como faz desde o ano passado, Temer também promete um governo de união nacional.

Em quase catorze minutos de discurso, o vice não pronunciou uma vez sequer a palavra "corrupção" nem tratou da Lava-Jato. Caciques de seu partido es-

tão sob investigação da operação, com destaque para o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e o presidente do Senado, Renan Calheiros. Generais e soldados de sua futura base parlamentar, se ela vier a existir, padecem do mesmo constrangimento. Tudo isso gera desconfianças públicas de que a ascensão de Temer pode levar à desidratação da Lava-Jato, o que seria um golpe de morte nas esperanças de milhões de brasileiros que foram às ruas para combater a corrupção.

© PEDRO LAGE/RAP/IMPRESSO

719



Dilma, cuja agenda se resume a discursar, reagiu de pronto à traição do vice. Num evento no Palácio do Planalto, chamou Temer e Cunha de conspiradores. "Só não sei quem é o chefe e o vice-chefe. Mas eles são sócios. Um não age sem o outro", acrescentou, em uma entrevista. Nos últimos meses, Temer e Cunha atuaram como o bom e o mau policial. O pri-

meiro, afável no trato e cheio de pruridos em público, posa de legalista. O outro, mercurial, carnívoro e correntista de contas secretas na Suíça, faz o trabalho mais pesado. Desde o início da tramitação do impeachment, Dilma usa como estratégia de defesa a comparação de sua biografia com a de seus algozes. Ela repete que não é alvo de investi-

**AFUNDANDO**  
Partidos aliados, como o PSD, abandonaram o governo e anunciaram voto a favor do impeachment

© BIVALDO BARBOSA/ALCANTARA/ALCANTARA

819

gação, ao contrário de vários peemedebistas. Temer, o bom policial, foi citado na delação do senador Delcídio do Amaral, ex-líder do governo, como padrinho da indicação de um diretor da estatal que recolhia propinas para o PMDB. Já Cunha, o mau policial, nem se fala. É uma comparação obviamente vantajosa para a presidente, que não está oficialmente sob investigação. Mas os procuradores e delegados da Polícia Federal já reuniram um arsenal de evidências que mostram que Dilma não só sabia como se beneficiou do dinheiro desviado da Petrobras. Suas duas campanhas foram alimentadas com propinas do esquema. Há ministros, ex-ministros e auxiliares diretos investigados, indiciados e presos (veja a reportagem 6). Na quarta-feira, a presidente disse pela primeira vez o que fará caso o impeachment seja aprovado. "Se eu perder, sou carta fora do baralho", declarou em entrevista. À aparente resigna-

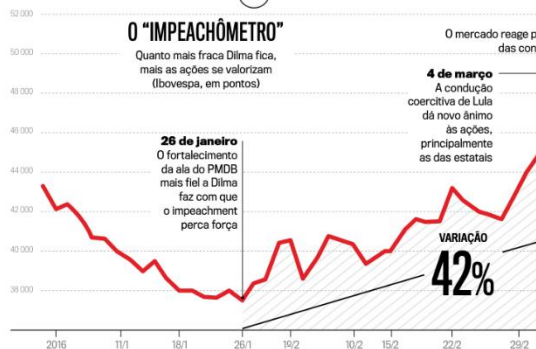
ção, seguiu-se o semblante aguerrido de costume: "Vou resistir até o último minuto". Segundo pesquisa do instituto Datafolha, 61% dos entrevistados defendem o impeachment da presidente, e 60%, a renúncia. O resultado não é reflexo das pedaladas fiscais, a muleta jurídica empregada para justificar o pedido de impedimento, mas do conjunto da obra: dos casos de corrupção envolvendo o PT e seus aliados aos dados catastróficos na economia, como a inflação de dois dígitos, o aumento do desemprego e o crescimento do número de famílias endividadas. O sinal de que a materialização do impeachment pode não ser o fim da crise está em outro dado da pesquisa: 58% querem o impeachment do próprio vice-presidente. Se, de fato, virar o terceiro vice a assumir o lugar de presidente em apenas três décadas de democracia, Temer terá um longo caminho pela frente. ■

Colaborou Hugo Marques



919

## A BOLSA DE APOSTAS



© CRISTIAN/ALCANTARA





No mercado financeiro, a valorização das ações e a queda no dólar antecipam o fim dos anos Dilma

**FOI O RALI** do impeachment, como o apelidaram os operadores do mercado financeiro. Corretoras e casas de investimentos fizeram pacotes específicos de aplicações cujo intuito é faturar alto no caso da queda de Dilma Rousseff. A estratégia, pelo menos até a última semana, comprovou-se acertada — e extremamente lucrativa. Desde o seu ponto mais baixo neste ano, o Ibovespa, o principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo, registrou alta de 42%. A relação tem sido direta. Quanto mais frágil o governo Dilma, mais valorizadas as ações brasileiras, sobretudo as das estatais, aquelas mais atingidas pelo intervencionismo populista dos últimos anos. Afinal, próceres da equipe dilmista falavam abertamente que as empresas controladas pelo governo não precisavam ser rentáveis.

Parte da mesma lógica, a crescente possibilidade de impeachment contribui decisivamente para a queda acentuada na cotação do dólar, a despeito das intervenções pesadas do Banco

Central. Desde o início do ano, a cotação da moeda americana recuou até a última quinta-feira 12%, de 3,95 para 3,48 reais. Grandes fundos venderam nos últimos dias as suas posições em dólar, anteendo a valorização do real. Na lógica dos investidores, a substituição do governo trará a oportunidade de uma política econômica mais racional e coerente, que procure ao menos mitigar os desequilíbrios nas finanças públicas, em vez de aprofundá-los. Apenas isso já faria do Brasil um destino mais amigável para os investimentos produtivos. Lucrará mais aquele que souber antecipar com precisão a mudança. Os investidores mais bem-sucedidos são os que “compram na baixa e vendem na alta”, como reza a lei dos mercados.

Como todas as praças financeiras mundiais, os mercados brasileiros são obviamente influenciados pelos movimentos globais de capital. Na última semana, por exemplo, notícias favoráveis vindas da economia chinesa deram

ânimo às ações de diversos países. Ainda assim, como deixam claro as oscilações do gráfico, as cotações das ações negociadas na bolsa de São Paulo têm sido impactadas instantaneamente pelo noticiário político. Exemplo: no dia seguinte ao da divulgação das gravações telefônicas do diálogo entre o ex-presidente Lula e Dilma, a bolsa subiu mais de 6%. Uma alta diária tão intensa não acontecia desde 2009. Na quinta-feira, entretanto, o contra-ataque governista, envolvendo um recurso de última hora no Supremo, esfriou ligeiramente o otimismo dos investidores.

“A percepção de risco da economia brasileira está recuando. O mercado se adiantou à possibilidade de impeachment. Se a votação no Congresso beneficiar a presidente, haverá um forte movi-

mento de devolução dos ganhos dos últimos dias”, afirma Zeina Latif, economista-chefe da corretora XP Investimentos. Ela pondera, porém, que mesmo no caso de vitória de Dilma é provável que nem toda a evolução seja perdida, porque seria por uma margem apertada e a eventual troca de governo continuaria no radar.

Com uma mudança de governo, terá início um novo capítulo para os investidores. No caso da aprovação do impeachment, os rumos dos negócios serão ditados pelas reações aos nomes indicados por Michel Temer para o seu ministério e por suas primeiras medidas econômicas. Se Dilma sobreviver, restará uma dose de incerteza mais elevada. ■

Com reportagem de Bianca Alvarenga



218

318



#### HIPÓTESE

Dilma e Lula, os maiores beneficiários do esquema: tudo montado à revelia de ambos?

# SÓ ELES NÃO SABIAM...

© ALAN MARQUES/AGF/REUTERS

118



Passa de trinta o número de ministros, ex-ministros, políticos, auxiliares e pessoas próximas à presidente Dilma e ao ex-presidente Lula implicados, investigados ou presos no bojo dos desvios na Petrobras

#### RODRIGO RANGEL E THIAGO BRONZATTO

Em 2009, quando ainda era um obscuro senador pelo Distrito Federal, Gim Argello teve uma ideia banal que mudaria radicalmente sua vida. Como a então ministra-chefe da Casa Civil, provável sucessora do presidente Lula, caminhava todas as manhãs perto de sua residência, o senador começou a simular encontros fortuitos. Deixava um funcionário vigiando a rua para avisá-lo da aproximação da ministra. No início, apenas se cumprimentavam. Depois passaram a falar de cães — Dilma estava quase sempre acompanhada de Nego, o labrador que ganhara de José Dirceu. Em algumas semanas, já se tratavam por Gim e Dilma. Quando Dilma adoeceu, Gim organizou uma corrente de orações para a ministra na

paróquia São Pedro, localizada numa cidade-satélite de Brasília, famosa pelos casos de supostas curas. A aproximação com a futura presidente rendeu-lhe prestígio, poder e, na última terça-feira, cadeia.

Gim Argello foi preso, acusado de receber 5 milhões de reais em propina para atrapalhar as investigações sobre corrupção na Petrobras. A polícia descobriu que, a pedido do senador, apelidado nas hostes da bandaalheira de Alcoólico, a OAS, uma das empreiteiras do escândalo, doou 350 000 reais à mesma paróquia São Pedro, ainda não se sabe exatamente por quê. O dinheiro, segundo a igreja, foi usado para financiar a festa de Pentecostes. Gim é mais um amigo de Dilma a juntar-se à já impressionante lista que inclui ministros, ex-

218

ministros, assessores e amigos, tanto de Dilma quanto de Lula, com envolvimento em subornos e propinas na Petrobras. Tal como o antecessor, a presidente também não sabia do esquema de corrupção, nunca desconfiou das pessoas próximas nem se preocupou em perguntar origem do dinheiro que abastecia suas campanhas — versão cada vez mais frágil diante das revelações da Lava-Jato. Eis um resumo:

**PASADENA**

Ex-líder do governo, o senador Delcídio do Amaral contou em acordo de delação premiada que Dilma tinha pleno conhecimento da compra superfaturada da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. O negócio, fechado em 2006, tinha como objetivo fazer caixa para campanhas do PT. Àquela altura, Dilma era chefe da Casa Civil de Lula e presidente do Conselho de Administração da Petrobras. A aquisição da refinaria deu um prejuízo de quase 800 milhões

de dólares à estatal. Ela sempre afirmou que, mesmo sendo presidente do conselho de administração da Petrobras na época da compra, desconhecia os detalhes da operação. Além da delação de Delcídio, há mais elementos da investigação — inclusive testemunhos de outros delatores, como o ex-diretor da estatal Nestor Cerveró — que apontam para a participação ativa de Dilma no negócio.

**A CAMPANHA DE 2010**

Também em delação premiada, Otávio Marques de Azevedo, ex-presidente da Andrade Gutierrez, outra empreiteira do petróleo, contou aos procuradores que na primeira eleição de Dilma, em 2010, a empresa fez pagamentos via caixa dois a prestadores de serviço da campanha petista. Citou, especificamente, a agência Pepper, que trabalhou e recebeu 6 milhões de reais da empreiteira. Para despistar, a Pepper e a Andrade simula-

**A GALÁXIA DA CORRUPÇÃO**

Dilma e Lula não sabem de nada, mas os maiores astros do petróleo giravam em torno deles



ram um acordo de prestação de serviço. A fraude foi acertada entre Azevedo e Fernando Pimentel, então um dos coordenadores da campanha presidencial de Dilma. Pimentel foi promovido a ministro do Desenvolvimento, elegeu-se governador de Minas Gerais em 2014 e hoje está indiciado por corrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de influência e organização criminosa.

**PROPINA NO HOTEL**

Há um segundo e grave episódio que envolve a campanha de Dilma em 2010. Um dos delatores contou ao Ministério Público que 1 milhão de reais desviados da Petrobras foram repassados a caixa petista. O dinheiro, oriundo das empreiteiras envolvidas no petróleo, foi entregue pelo doleiro Alberto Youssef a um integrante do comitê da campanha presidencial em um

**ALCOÓLICO**

O ex-senador Gim Argello: carreira meteórica como "amigo" da presidente Dilma e prisão por ter recebido dinheiro em troca de proteção a empreiteiros do petróleo



hotel em São Paulo. De acordo com os depoimentos, seria uma espécie de adiantamento feito pela quadrilha em troca do compromisso de Dilma, se eleita, de manter no cargo um dos diretores da Petrobras fundamentais para a continuidade do esquema de corrupção.

**A CAMPANHA DE 2014**

Empreiteiros que decidiram colaborar com a investigação re-

velaram ter sido pressionados a doar para a campanha de Dilma sob pena de perderem negócios na Petrobras. O primeiro a fazer a denúncia foi Ricardo Pessoa, dono da UTC Engenharia. Na sequência, outros dois empreiteiros contaram a mesma história: José Antunes Sobrinho, da Engevix, e Otávio Azevedo, da Andrade Gutierrez. A chantagem, segundo eles, partia do tesoureiro da campanha à reelei-

**INDULGÊNCIA**

Igreja frequentada pelo ex-senador recebeu "doação" de empreiteira envolvida no petróleo

ção, Edinho Silva, hoje ministro da Comunicação Social. Azevedo afirmou ainda que as doações da Andrade tinham origem em obras superfaturadas no governo federal.

#### O MARQUETEIRO

Cérebro por trás das duas vitórias de Dilma, o marqueteiro João Santana foi pago com dinheiro desviado da Petrobras. Preso desde fevereiro, ele virou alvo da Lava-Jato quando os investigadores descobriram anotações com números de contas bancárias ligadas a ele na casa de um lobista do petróleo. Era a ponta de um iceberg. A Polícia Federal rastreou 7,5 milhões de dólares recebidos pelo marqueteiro em contas secretas no exterior. Entre os depositantes estava a empreiteira Odebrecht. Ao avançarem sobre o caixa da empresa, os investigadores descobriram que Santana recebera mais 22,5 milhões de reais. A maior parte dos repasses em dinheiro vivo foi feita em 2014, ano da reeleição de Dilma. Mar-

celo Odebrecht, dono da empreiteira, já disse que tratou tudo isso com Dilma. Mônica Moura, mulher de Santana e responsável pela contabilidade da empresa do marido, negocia um acordo de delação premiada.

#### SETOR ELÉTRICO

A Lava-Jato descobriu que um esquema de arrecadação de propinas semelhante ao petróleo se reproduzira no setor elétrico. Erenice Guerra, ex-braço-direito de Dilma, e Antonio Palocci, coordenador da primeira campanha da petista, são acusados de cobrar 150 milhões de dólares às empreiteiras escolhidas para construir a hidrelétrica de Belo Monte. O pacote de corrupção estabelecia pagamentos de percentuais fixos em todas as obras do setor. O ex-presidente da Andrade apontou o petista Ricardo Berzoini, o atual ministro da Secretaria de Governo, como o coletor de propinas do PAC, cujas obras estavam sob o comando da então ministra Dilma.

#### OBSTRUÇÃO DA JUSTIÇA

Delcídio do Amaral revelou que Dilma tramou para atrapalhar as investigações do petróleo. O senador contou que recebeu da presidente a tarefa de conversar com o então juiz Marcelo Navarro Ribeiro Dantas e condicionar a indicação dele para o cargo de ministro do STJ ao compromisso de soltar os empreiteiros presos. A decisão de Dilma de nomear Lula como ministro-chefe

da Casa Civil também é considerada pela Procuradoria-Geral da República como uma iniciativa da presidente destinada a atrapalhar as investigações. O objetivo seria proteger o ex-presidente de uma eventual prisão. Lula é investigado por corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de influência. Nas palavras de Delcídio, é o chefe do esquema. Dilma, por enquanto, é apenas coadjuvante. ■



## ANEXO E – TELAS REVISTA CARTACAPITAL (07 DE SETEMBRO DE 2016)

CAPA

# A INTELIGÊNCIA IMPOTENTE



**Q**uem, ainda dotado de um resquício de espírito crítico embora dado à autoflagelação, se dispôs a assistir às sessões de segunda 29 e terça 30, derradeiros quadros do ato da farsa trágica intitulada *Impeachment*, o segundo, provavelmente, terá de cair em depressão profunda. O conjunto da obra imposto ao País, desde a eclosão do escândalo da Petrobras até os dias de hoje ao longo de um enredo tortuoso e apavorante na sua insensatez, levará aquele cidadão, peculiar em relação à maioria, a se render à evidência: o maior problema do Brasil, muito antes do desequilíbrio social e da corrupção, é o quociente de inteligência baixo, baixíssimo. Um país que se permite um golpe desta natureza carece de saúde mental.

No palco o espetáculo engloba a plateia por inteiro, mesmo que muitos se supunham meros espectadores, e representa um povo primitivo, da cúspide da pirâmide à base. Cordial não é certamente, como sinônimo de alegre, bonachão, malemolente. E a pirâmide, a bem da verdade, é mais um estranhíssimo contubérnio com um cone, ponta de agulha em vez da cúspide e uma base imensa e compacta. Um Frankenstein geométrico e social.

**DILMA ROUSSEFF TALVEZ SE SAÍSSE MELHOR AO SE DIRIGIR DIRETAMENTE AO POVO PARA LER, EM TOM PACATO, A FICHA CRIMINAL DOS SEUS ACUSADORES**

2  
9

A resignação na base explica-se ao evocar três séculos e meio de escravidão, que deixaram a marca da chibata no lombo de dezenas de milhões de cidadãos privados da consciência da cidadania e geraram um preconceito feroz, conquanto hipocritamente negado até por quem, a despeito do “pé na cozinha”, agrediu-se, ao enricar, a uma aristocracia de fancaria.

A resignação do povão merece pena em lugar de todas as interpretações. Ao cidadão ainda em condições de exercer o espírito crítico há de doer entre o fígado e a alma a forma pela qual a prepotência vingou e o cenário se aquietou, como se a farsa trágica em andamento fosse obra dos fados, gregos, obviamente.

**E**stá claro, de todo modo, que o golpe de 2016 é infinitamente mais grave do que o de 1964. Este provocou reações fortes, criou uma resistência e até uma luta armada, além do anseio de democracia autêntica, como jamais se dera até então, passível de ser atingida tão logo se fossem os ditadores. Se falo por mim, a ditadura me levou ao entendimento da real serventia do jornalismo e me reteve no País graças a esse entendimento, destinado a oferecer motivação a um cético convicto ao excitar seu otimismo na ação.

O golpe destes dias devolve o Brasil aos tempos mais remotos e demole inexoravelmente todos os avanços ocorridos depois de 1985. Não foram demolidas a casa-grande e a senzala, mas avanços se deram, e o maior deles está na eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Foi divisor de águas na história brasileira tornar um ex-metalúrgico o primeiro mandatário. Aquela momento aparentou ser a prova provada da habilitação do Brasil à prática da democracia.

FOTOS DESTA PÁGINA:  
EMBERTO DAMPIER / GIVALDO  
BARBOSAS / G. GILBERTO  
LUIZ MARQUES / G. GILBERTO  
F. E. EDLSON RODRIGUES /  
AGÊNCIA SENARIP

3  
9

Sergio Moro trafega pelas trevas ao insistir na sua pretensão de comparar o Brasil da Lava Jato com a Itália de Mani Pulite



Lula teve méritos inegáveis, já apontados largamente por *CartaCapital* e reconhecidos mundialmente. Hoje o vemos perseguido por razões inconsistentes e até ridículas, com a pronta colaboração de uma polícia que se presta ao serviço outrora entregue pela casa-grande a capatazes e jagunços, e o beneplácito de uma Justiça de mão única. Imaginar que a farsa trágica se encerra com o *impeachment* é ilusão ou parvoíce. Não faltam escribas para outro ato, o terceiro, *grand finale*, e nele Lula é excluído à força da disputa presidencial de 2018.

Cabe uma pergunta a quem ainda trava diálogos com seus botões: se houver eleições presidenciais em 2018, de que feito serão? O golpe, ao rasgar a Constituição, manda às favas o presidencialismo republicano para substituí-lo pela lei do mais forte. Que surgirá dos escombros? E os eleitores,

4  
9

acreditarão na validade do pleito se a pesquisa de opinião e a prepotência de uma gangue sinistra que age a mando da casa-grande anulam o voto popular? Mais: se o candidato favorito é excluído ao sabor de falsas acusações?

Botões atentos responderão que a prisão de Lula é perfeitamente possível, se não provável, já que a quadrilha manda, a mesma que precipita o *impeachment* de Dilma Rousseff sem prova de crime de responsabilidade. A presidenta impedida defendeu-se em plenário com os argumentos justos e irretocáveis como se dirigisse a uma Câmara Alta digna da contemporaneidade do mundo e da confiança dos eleitores, e horas e horas a fio os defendeu com empenho e elegância. Aos meus botões pergunto, contudo, se não teria sido melhor dirigir-se ao povo brasileiro para ler, pacatamente, mas sem retoques, a ficha criminal daqueles que se arvoraram a julgá-la.

**S**empre tive admiração pela figura de Sansão, ele disse no lance final da sua aventura bíblica, “morra, Sansão, com todos os filisteus”, e pontualmente executou a ameaça. Dilma não dispõe da musculatura de Sansão, tampouco da mentalidade do “perdido, perdido e meio”, apesar da coragem que soube mostrar em situações diversas. Não lhe faltou energia para aguentar dois dias de uma pantomima celebrada para tornar a decisão tomada faz meses, e prolongada conforme um ritual ibérico, tão inútil quão humilhante.

Dilma teve de suportar situações deploráveis, recheadas pela retórica mais hipócrita, pelas lacunas culturais dos interrogadores, frequentemente pela lida difícil com o vernáculo, e pela

5

9

aterradora atuação do presidente do STF, Ricardo Lewandowski, avalista do desastre. (Recomendo aos ministros do STF a leitura da coluna de Wálter Fanganiello Maierovitch, página 27). Pergunta Acácio Neves algo assim como “a senhora não se sente responsável pela alta do desemprego?” Dilma responde com uma aula sobre as origens e os desenvolvimentos da crise econômica mundial em vez de desancar o torquemadinho mineiro. Será que quem puni-la por causa do desemprego?

De todos, mais deplorável e revelador, o viscido desempenho do senador Cristovam Buarque. Sim, ele reconhece, Dilma é uma mulher honesta e lhe merece muita simpatia, mas as “pedaladas” são criminosas e ele tem de se render às suas responsabilidades de cidadão e de parlamentar para cumprir a missão de condená-la. Abjeta tentativa de se mostrar como varão de Plutarco, enquanto participa de um crime, este sim irrefutável. Honra ao mérito, em contrapartida, aos dignísimos senadores Roberto Requião e Lindbergh Farias.

**B**uarque prefere apostar no QI baixo, ao rés do chão, e nesta confiança não se diferencia dos demais golpistas. Parlamentares, juizes, promotores, policiais, empresários rentistas, barões midiáticos e seus sabujos. Muitos, entre estes, também não primam pelo brilho da mente. Umás dúvidas me assaltam em relação ao juiz Sergio Moro. Será que acredita no que diz ao afirmar a semelhança entre a Lava Jato e a *Mani Pulite*? Com inefável candura, continua a afirmar que os vazamentos para a mídia foram uma arma eficaz da operação italiana. Saberá ele que a mídia

6

9

O viscido comportamento de alguém que pretende ser varão de Plutarco



peninsular está nas antípodas da nativa, no sentido de que se abre em leque em sintonia com ideologias e tendências políticas a representar todos os estratos da nação?

Como sabemos, a mídia nativa é do pensamento único, na linha do vento a soprar das alturas da casa-grande, mesmo porque seus patrões são inquilinos cativos da mansão senhorial. Moro já percebeu isso tudo e sabe que a Suprema Corte da Itália costuma agir como sentinela da lei e da sua aplicação, bem ao contrário do nosso altamente politizado STF? *Mani Pulite* não pretendeu alvejar um partido e os seus líderes, e sim um sistema corrupto. Da investida escapou tranquilamente o Partido Comunista de conduta irrepreensível, em um país onde a Constituição permanece a mesma desde 1948.

7

9

A respeito do QI baixo de inúmeras personagens da farsa trágica, não tenho dúvida, bem como de uma classe A e B1 (adoto as terminologias correntes) nunca alcançada pelas lições do Iluminismo, estupidamente exibicionista, ignorante até a medula, arrogante e vulgar. Não são melhores os seus aspirantes, os brasileiros sequeiosos de chegar lá, e mesmo aqueles que estão longe disso e se antepõem ao comungar com idênticas, parvas pretensões. Com este gênero de brasileiros, um diálogo baseado na razão e na lógica é simplesmente impossível. Sabem tudo de antemão, nutridos pela torpe narrativa midiática, ou de ouvidos postos no que sai da boca dos graúdos.

**I**núteis esperanças foram as de quem pretendeu trafegar pela *realpolitik* e, embora de esquerda e desenvolvimentista, tentou agradar aos senhores e fez genuflexão ao deus mercado. Como se deu com a própria Dilma, ao chamar Joaquim Levy para a Fazenda. Em sua defesa da presidenta afastada, dia 25 de agosto, o professor Belluzzo não deixou de apontar o erro grave, e nem por isso passível de punição pelo *impeachment*. Sem contar que Joaquim Levy jamais será tido como inimigo dos golpistas. Aliás, quem imagina ser possível um entendimento com a casa-grande comete um erro fatal: no Brasil, conciliação só das elites.

Diálogo equilibrado deste lado é também inviável, e buscá-lo exige um QI frágil. No poder o PT enredou-se nas suas próprias carências, entre elas a ausência de crenças arraigadas por parte até de alguns de seus líderes, e portou-se como todas as demais agremiações políticas, melhor, clubes recreativos.

8

9

Gostou  
dessa  
matéria?

assine

TOQUE NO BOTÃO

Muitos dos comportamentos de uma esquerda tão distante das consignas iniciais revelam, a seu modo, o QI baixo. Sem excluir os jovens revolucionários de tempos idos, tão desnutridos de leituras e de ideias, radicais extremados em nome da moda passageira.

Não tenho conhecimento suficiente para dissertar a respeito do exato significado de inteligência. Sei apenas que cada qual ao nascer recebe a sua horta de neurônios, cujo tamanho depende de uma série de fatores, a começar pelo DNA. Para dar frutos, a horta precisa ser cultivada, pelo estudo, pela leitura, pela busca do conhecimento. Nem todos têm a chance de cumprir a tarefa.

No Brasil de um Estado desinteressado da saúde mental e física do povo, certamente muito poucos. Não há como apurar quantos gênios são desperdiçados em um país onde o povo é valor desconfável, quando é, de verdade, um tesouro inexplorado. E esta também, e sobretudo, é prova de um quociente de inteligência baixo, baixíssimo. A gritaria e os fogos ouvidos no encerramento do segundo ato da farsa trágica são próprios da festa da pobreza de espírito. •

**PRATICANTES DA REALPOLITIK QUE TENTAM AGRADAR AO MERCADO E À MÍDIA NATIVA AINDA NÃO ENTENDERAM QUE, NO BRASIL, CONCILIAÇÃO SÓ DAS ELITES**

9



**P**ASSA POUCO DAS 9 HORAS DA manhã, quando os olhos verdes de Chico Buarque entram no plenário do Senado sob óculos escuros para ver das galerias o interrogatório de Dilma Rousseff. É só proteção contra a luz, mas ajuda a disfarçar que “a esperança não é grande” de a petista salvar o mandato dali a dois dias, sentimento por ele admitido nos bastidores. Com algumas de suas canções melancólicas e de protesto dos anos de chumbo citadas por senadores, o músico de 72 anos torna-se a trilha sonora dos acontecimentos. *O impeachment*, diria no dia seguinte o baiano Otto Alencar, do PSD, foi construído “tijolo com tijolo num desenho mágico” contra a “Geni”, restava torcer para que, “apesar de você, amanhã há de ser outro dia”. Um amanhã “com a presidente Dilma”, completaria ele. Não deu.

Pelos próximos dois anos e quatro meses, ao menos se não houver surpresas na Justiça Eleitoral, o amanhã será de Michel Temer. Um governo no qual muita gente andando “de lado e olhando pro chão”, como Chico cantava na ditadura, e ao qual já há certa resistência popular, como se viu em manifestações em várias cidades a pedir “Fora Temer” logo no dia da posse definitiva dele. Um governo responsável por uma situação inédita, brigas por atacado na vizinhança. Equador e Bolívia chamaram seus embaixadores de volta, a Venezuela resolveu congelar as relações diplomáticas com o Brasil, tudo obra de quem vê com reservas o *impeachment*, classificado “golpe de Estado” por Cuba como óbvia constatação. Consolo dos governistas: o pronto reconhecimento do Tio Sam.

Por obra de cicatrizes e turbulências imaginadas há tempos, fica mais fácil de entender por que não

DEBATES DESTA MATÉRIA: A SAMPAIAGUETAÇÃO  
CONTEÚDO: MARCELO CHAMARGOARIN, EVARISTO SA  
ARTE: TATIANA FERNANDES, DANIEL SILVA, ANDRÉ CES  
FALGÃO, RICARDO GOMES, VICTOR MORAES, ANDRÉ TTY  
IMAGEM: GARY ELLIS/CONTRASTO/GETTY IMAGES/SENADO  
FELIPE SAMPAIAGUETA

2  
15

havia euforia quando 61 senadores cassaram Dilma às 13h35 da quarta-feira 31 (eram necessários 54 votos, do total de 81). Idem para a cerimônia de dez minutos em que Temer fez os juramentos devidos naquela tarde. Cenário oposto ao da cassação de Fernando Collor, em 1992. “É o episódio mais trágico que já vivi, pior até do que a ditadura militar. Chegamos a uma ruptura terrível que separa grupos que podiam dialogar e colaborar”, diz Renato Janine Ribeiro, 66 anos, professor de Ética e Filosofia Política da USP.

Para ele, há gente muito indignada e disposta a não aceitar o novo governo, enquanto larga parte do País tende à resignação. “Talvez, mais do que o acirramento dos ânimos, haja um desânimo com a política”, afirma. “Muita gente verá no forte arrocho fiscal uma saída penosa, mas não enxergará uma saída no horizonte. Hoje não há alternativa política viável, nenhum projeto de País, é um dos nossos grandes problemas agora. Uma nova eleição seria bom, ao menos daria legitimidade ao governo. Mas quem proporia o quê?”

As linhas gerais das propostas de Temer já são conhecidas. Foram anunciadas em cadeia de rádio e tevê na quarta 31 à noite, com o peemedebista a vestir o terno preto da cerimônia no Senado. Um pacote feito para cativar o coração de empresários e do

**O NOVO PRESIDENTE, “HOMEM DAS SOMBRAS”, COMO DIZ DER SPIEGEL, PRETENDE LANÇAR UM PACOTE DE MEDIDAS PARA CATIVAR MERCADO E EMPRESÁRIOS**

3  
13

A Fiesp e seu pato sempre atrás do golpe até sua consumação

“mercado”. O presidente defendeu congelar por 20 anos gastos públicos como saúde e educação, proposta por ele enviada aos parlamentares quando ainda interino, e as reformas previdenciária e trabalhista, prometidas pelas autoridades para até o fim do ano.

As reformas são objeto de truques retóricos de Temer. A trabalhista agora o presidente a batiza como “modernização”, “adequação da relação empregado-empregador”. Uma tentativa de fugir do impopular termo “reforma”. As intenções são iguais, todavia. Permitir que, em negociações com os sindicatos, o empresariado possa contornar direitos previstos na CLT, na hora de contratar. Parcelar férias e 13º salário, por exemplo. Objetivo idêntico ao da terceirização, outra bandeira da nova administração. Uma lei aprovada na marra em 2015 pelos deputados sob o comando de Eduardo Cunha, o réu por corrupção bastante lembrado por seu papel decisivo no *impeachment* por Dilma durante o interrogatório no Senado.

No caso da Previdência, Temer prega que a finalidade é “garantir o pagamento das aposentadorias”. Tradução sem jogo semântico: controlar despesas públicas para não ameaçar o pagamento de juros da dívida estatal ao “mercado”, mesma razão para o congelamento de gastos por duas décadas. O plano é instituir uma idade mínima à inatividade, 65 ou 70 anos. Mudanças demográficas recentes justificam calibragens no regime das aposentadorias, hoje o brasileiro vive mais. Seria “urgente”, porém, como Temer disse em sua primeira reunião ministerial pós-*impeachment*? Para provar que sim e convencer a população, ele pretende inundar a mídia com propaganda.

Graças ao pacote publicitário, Temer sonha em ativar o instinto animal do capital. Sem risco para os juros da dívida, o “mercado” passaria a falar bem do País. Já o barateamento do trabalhador por meio da terceirização e reforma, opst, “modernização” trabalhista, aumentaria os lucros do setor produtivo, esperança de empurrão em investimentos e contratações. Voltar a gerar empregos é prioridade, disse Temer na tevê e a seus ministros. Em julho, o desemprego era de 11,6%, número digno dos anos 1990, embora os índices de agora e de antes do IBGE não sejam exatamente comparáveis.

A turma do PIB merece as medidas urdidas por Temer desde o início da trama do *impeachment*, em fins de 2015. Sem ela, o peemedebista ainda seria um vice “decorativo”. A indústria mergulhou no “Fora Dilma”. A Fiesp, federação do setor em São Paulo, apoiou a deposição e converteu sua sede em QG do *impeachment*. O motivo? Nada a ver com crime de responsabilidade, apenas divergências sobre quem deveria pagar a conta da crise. Empurrar a fatura para a minoria do privilégio, nem pensar. “Uma vez aprovado o *impeachment*, somos a favor do ajuste fiscal, mas com corte de despesas, não com aumento de impostos”, dizia o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, em 17 de março, em um ato público realizado na entidade com a presença do presidente das federações do Rio, Eduardo Eugênio Gouveia Vieira, e do Paraná, Edson Campagnolo.

A CNI, entidade nacional do setor, abraçou a causa quatro dias antes da abertura do processo pela Câmara, em abril. Em carta aos deputados, seu presidente, Robson Andrade, dizia ser “hora de mudar”.



UMA TRAGÉDIA E UM ESCÂNDALO

5  
13

A população reage, do repúdio ao aplauso. Rio, “Fora Temer”. Porto Alegre, contra a mídia. Em São Paulo, o manifestante ataca o carro da polícia enquanto outros participam da festa da pobreza de espírito

Como a Fiesp, nada a ver com corrupção ou crime, e sim em favor de “medidas duras, mas essenciais” como as reformas previdenciária e trabalhista. O texto reclamava ainda que “parcelas” da gestão Dilma tinham fórmulas diferentes e que “o governo tem sido complacente com grupos sociais que pregam a radicalização e o confronto como forma de impor suas ideias”, uma pista sobre como a CNI acha que os protestos do “Fora Temer” devem ser tratados.

Ao jogar a conta da crise para a maioria desvalida, o pacote tem tudo para ativar certos sindicatos e movimentos sociais que já encaram o novo governo com má vontade, graças à forma como chegou ao poder.

Em uma reunião em São Paulo em agosto na XP Investimentos, empresa do mercado financeiro, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, comentou que a agenda do governo era impopular, tinha tudo para mobilizar a oposição. A reação vista até então, acrescentou, não era pequena ante o que estava por vir.

Uma agenda arriscada para um mandatário de ibope baixo. O peemedebista ostenta índices de aprovação dignos de Dilma, de uns 13%, embora ainda seja desconhecido por fatia parecida. Transformar desaprovção e desconhecimento em aprovação dependerá das medidas oficiais. Congelar despesas com saúde e educação por 20 anos, por exemplo, pode ser visto pela população como uma forma de “colocar preço na vida ou no futuro do filho”, diz o publicitário Renato Meirelles, especialista nas classes C e D e presidente do instituto de pesquisas Locomotiva. Segundo ele, Temer ao menos entendeu que seu desafio principal é a economia, acerta ao falar em eficiência do gasto público. Ao contrário de Dilma, conta com a boa vontade da maioria do Parlamento e do setor produtivo. “Mas a crise de liderança e de perspectiva ainda não está resolvida. A maioria quer nova eleição.”

A elite econômica beneficiada pela agenda Temer liderou o *impeachment*, de acordo com o recém-lançado

**TEMER PRETENDE INUNDA A MÍDIA COM PROPAGANDA GOVERNISTA. A BEM DO PLANO DE PUNIR O TRABALHO, AGENDA INDIGESTA PARA UM PRESIDENTE DE IBOPE BAIXO**

7

13



livro *A Radiografia do Golpe*, do sociólogo Jessé Souza, professor da Universidade Federal Fluminense e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Mas, sem “um aliado de ocasião”, Dilma talvez não tivesse caído. Trata-se do “aparelho jurídico-policial do Estado”, personificado na Operação Lava Jato, fundamental para dar base social ao *impeachment* por meio do frenesi anticorrupção. Um “falso moralismo”, segundo Souza, pois clama contra a corrupção, existente mundo afora, mas não se incomoda com a escandalosa desigualdade social do Brasil.

Esse “complexo jurídico-policial” exhibe suas rachaduras. Em junho, a vice-procuradora-geral da República, Ela Wiecek, foi a Portugal de férias e participou de um protesto contra o *impeachment*. Um vídeo dela no ato veio a público na véspera da cassação de Dilma, fato que a levou a desligar-se do cargo. No

8

13

início de agosto, seu marido, Manoel Volkmer de Castilho, desembargador do Paraná, assinara um manifesto de apoio à decisão do ex-presidente Lula de recorrer à ONU contra o juiz Sergio Moro. Castilho era assistente do ministro do STF Teori Zavascki e foi exonerado quando sua assinatura foi vista no manifesto. Aprovado o *impeachment*, o ex-ministro do STF Joaquim Barbosa, Torquemada do PT no “mensalão”, escreveu no Twitter que o processo era “tabajara” e que Temer “engana-se” se “acreditar piamente que terá o respeito e a estima dos brasileiros”.

O “*impeachment* tabajara” foi marcado pela previsibilidade em quase quatro meses de duração no Senado. Desde o início ficou claro que o crime de responsabilidade imputado a Dilma por assinar três decretos orçamentários para praticar “pedalada fiscal” no Plano Safra era pretexto para acertos de conta. Foi um “simulacro de júri”, segundo o pernambucano Armando Monteiro Neto, do PTB, a prognosticar “uma cicatriz”, a marcar anos a fio “nossas instituições democráticas”. Desse acerto de contas, participou o PSDB, derrotado na eleição de 2014 e comprador, por 45 mil reais, do *impeachment* apresentado ao Congresso por alguns pseudojuristas, Janaina Paschoal entre eles, a advogada que no Senado apontou em Deus seu inspirador. Talvez com a inspiração do Espírito Santo.

Ex-aliados de Dilma também aproveitaram para um acerto de contas contra certas atitudes autoritárias que caracterizaram seu desempenho na Presidência. No interrogatório no Senado, a petista foi firme, abusou da palavra “golpe”, mas às vezes beirou a soberba que envenenou sua relação com parlamentares.

9

13

Ela Wiecek, ex-procuradora-geral da República, exemplo de dignidade



Ernandes Amorim, do PSC do Sergipe, foi o único a arrancar um *mea-culpa*, após reclamar de que ela não ouvia ninguém. “O senhor receba as minhas desculpas por não ter atendido às suas expectativas quanto ao diálogo”, disse. Apetista ao menos demonstrou consciência do estrago, ao pedir aos senadores que votassem “sem ressentimento”. Em relação à economia, nada de *mea-culpa*. Dilma insistiu que o Brasil sofreu com a crise externa, uma meia-verdade, a ocultar que a ortodoxia escolhida para o segundo mandato pariu a recessão de 3,8% do PIB em 2015 e de 4,6% no primeiro semestre.

Apesar da previsibilidade, o último capítulo do *impeachment* trouxe uma surpresa. Dilma perdeu o cargo, mas salvou os direitos políticos, ao menos até segunda ordem do Supremo Tribunal Federal (STF). O processo foi separado em duas votações. Uma sobre a cassação de Dilma, outra sobre sanções extras, como a perda dos direitos por oito anos.

10

13



A petista venceu esta última, foram 42 votos contra ela e 36 a favor. Eram necessários 54 sufrágios para derrotá-la, como na cassação. Ela manteve assim a possibilidade de disputar algum cargo eletivo que não seja a Presidência, na interpretação de juristas que a defendem. Quem sabe o Senado pelo Rio Grande do Sul na eleição de 2018?

A dupla votação foi um pedido de Dilma na noite anterior, quando ficou claro que não conseguiria se salvar. Até ali, ela negociava com sete senadores dispostos a ouvi-la e apoiá-la, desde que unidos. Caso de Acir Gurgacz, do PDT de Rondônia, que votou a favor do *impeachment* e depois disse à TV Senado não ter havido crime de responsabilidade. Dilma, entretanto, carecia de governabilidade. Daqueles sete, dois aderiram à cassação na véspera e mataram as conversas.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB, apoiou o pedido de dupla votação. Parte do PMDB, notadamente alguns que balançaram entre o "sim" e o "não" no *impeachment*, também, como João Alberto Souza, do Maranhão. No comando do julgamento, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, deu respaldo, embora em uma conversa dias antes com a senadora ruralista Kátia Abreu, ferrenha dilmista do PMDB do Tocantins, tivesse dito que era contra.

Os tucanos estrilaram. Líder do governo no Senado, o paulista Aloysio Nunes Ferreira ligou para Temer para entregar o cargo, diante da digital de vários peemedebistas na salvação dos direitos da petista. A pedido, resolveu esperar a volta do presidente de uma viagem à China, onde participará dias 4 e 5 de uma reunião de cúpula do G-20, grupo das maiores

A continuidade dos direitos políticos de Dilma teria o objetivo de evitar a cassação de Eduardo Cunha, de cinto Louis Vuitton



economias do planeta, primeiro teste à receptividade do mundo ao novo governo. Ultimamente, o PSDB recorre a qualquer pretexto para brigar com Temer, como a demora do ex-interino de mergulhar no arrocho. Um parlamentar peemedebista, ex-ministro, diz que Temer sofre "chantagem" dos tucanos, a cobrar "maldades" como as reformas previdenciária e trabalhista, em troca de deixá-lo em paz com uma ação de cassação da chapa Dilma-Temer a correr no Tribunal Superior Eleitoral.

Parte da bancada petista também torceu o nariz para a anistia de Dilma, por entender que o deputado afastado Eduardo Cunha poderá tirar proveito quando, e se, for votada sua cassação. Similar alegação tucana, a propalar um inverossímil acordo

11  
13

12  
13

Dilma-Cunha. Uma polêmica, como o *impeachment* em si, destinada a ser resolvida pelo STF: cassação presidencial não implicaria automaticamente perda de direitos políticos? Se o Senado anulasse os direitos de Dilma por oito anos, a ação contra a chapa dela no TSE poderia ser arquivada automaticamente. Motivo: suas implicações idênticas às do *impeachment*, perda do mandato e dos direitos políticos.

Confirmado no cargo, Temer garante sua incolumidade com relação à Lava Jato, mas o TSE ainda será uma ameaça. Com sua ascensão, pela primeira vez desde a volta das eleições diretas em 1989, a direita do país da casa-grande e da senzala será hegemônica no poder.

Alguns movimentos sociais como os sem-teto prometem não dar trégua a Temer, e é por eles chamado de "golpista". Um terço do País, segundo pesquisas, acha a mesma coisa. "Golpista é você", disse Temer em sua primeira reunião ministerial, ao sugerir como a equipe deve reagir. Filho do presidente João Goulart, deposto em 1964 pelos militares, João Vicente foi ao Senado juntamente com Chico Buarque, para apoiar Dilma durante o interrogatório. Para ele, a reação dos que derrubaram a petista repete a história como farsa. "Os golpistas de 64 também não gostavam de ser chamados assim, eram todos 'revolucionários...' •

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA, TEMER FICA EM SEGURANÇA EM RELAÇÃO À LAVA JATO, MAS O TSE AINDA PERMANECE COMO PEDRA NO SEU SAPATO**

13  
13

CAPA

# ECONOMIA, O GRANDE COMPLICADOR

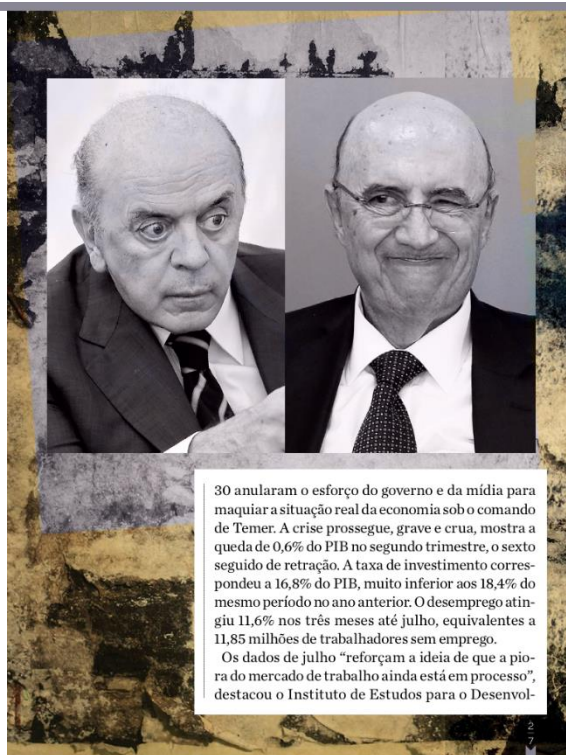
O DESEMPENHO PÉSSIMO DO PIB E A ALTA DO DESEMPREGO BORRAM A MAQUIAGEM APLICADA PELA MÍDIA E COMPLICAM OS PLANOS ANACRÔNICOS DO GOVERNO

POR CARLOS DRUMMOND

**N**ão será tão fácil como alguns pensam implantar o modelo de política econômica ensaiado pelo governo golpista, de consolidação do Brasil como um reduto mundial da especulação institucionalizada e dos negócios de ocasião. É o que mostra o péssimo desempenho do PIB, do emprego e do crédito e as disputas no governo e no Congresso quanto ao ritmo da regressividade social em marcha.

Os números anunciados pelo IBGE na quarta-feira

1  
7



30 anularam o esforço do governo e da mídia para maquiar a situação real da economia sob o comando de Temer. A crise prossegue, grave e crua, mostra a queda de 0,6% do PIB no segundo trimestre, o sexto seguido de retração. A taxa de investimento correspondeu a 16,8% do PIB, muito inferior aos 18,4% do mesmo período no ano anterior. O desemprego atingiu 11,6% nos três meses até julho, equivalentes a 11,85 milhões de trabalhadores sem emprego.

Os dados de julho "reforçam a ideia de que a piora do mercado de trabalho ainda está em processo", destacou o Instituto de Estudos para o Desenvol-

2  
7

vimento Industrial, mantido pelo setor manufatureiro. "Mas não é apenas o desemprego que aumenta. As famílias brasileiras são obrigadas a enfrentar também uma perda expressiva de seus rendimentos reais", acrescenta a instituição.

No trimestre findo em julho, a massa de rendimentos reais foi 4% inferior àquela do mesmo período em 2015. Em 2013, houve um crescimento de 5% e em 2014, de 6%. O resultado foi um encolhimento do poder de compra no mercado interno em 7,3 bilhões de reais. Acrescente-se às más notícias a valorização do real em 20% desde o início do ano, em forte reversão do patamar mais competitivo, entre 3,80 e 4 reais por dólar, que ajudou a ampliar as exportações em 2015.

Os números ruins incluem a queda de 0,4% no estoque de crédito em julho, segundo o Banco Central. No ano, o declínio totaliza 3,2%, puxado pelo crédito livre, com baixa de 5,1%, e uma inédita contração do crédito direcionado, em 1,3%. O recuo denota a diminuição dos projetos de expansão da produção e de abertura de empresas.

**O**s conflitos no governo e no Congresso entre orientações distintas para a política econômica devem prolongar a crise. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, quer aumentar impostos e aposta no mercado doméstico. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, declarou, entretanto, oposição radical a um ajuste de tributos e o ministro das Relações Exteriores, José Serra, quer a expansão das exportações.

Impulsionar vendas no País e no exterior não é objetivo excluinte. "O problema é que se Meirelles tiver na memória o seu período à frente do BC, entre

FOTOS DESTA AMÉTERIA:  
EDUARDO MARTELLI/LULA  
MARCUS WERTNER  
SANTANA/ESTADÃO  
CONTÓDIO E MARIO TAMAY  
GETTY IMAGES

3  
7

2003 e 2010, provavelmente pensará em estimular o mercado interno com o real valorizado. Um grande erro, que só foi possível absorver naquele período porque o *boom* chinês nos garantiu receita exportadora de *commodities*. Agora o quadro é outro", destaca o economista Antonio Correa de Lacerda, professor da PUC de São Paulo.

A compatibilização de políticas nas frentes interna e externa sob o comando daqueles dois ministros, prováveis candidatos à Presidência em 2018, não será fácil por várias razões. Em novembro, quando Meirelles estava cotado para substituir Joaquim Levy na Fazenda, o então senador José Serra afirmou sobre o ex-banqueiro, em apresentação a empresários de São Paulo: "Não lembro de presidente do Banco Central tão ignorante ou comprometido com a especulação cambial como esse senhor, o pior presidente do BC que o País teve".

Meirelles estaria em um processo de "fritura" alimentado pelo próprio governo. Segundo assessores de Temer, o ministro da Fazenda cometeu equívocos na negociação do projeto para alongar

**COMO CONCILIAR MEIRELLES E SERRA,  
PARA QUEM O MINISTRO DA FAZENDA  
É IGNORANTE, COMPROMETIDO COM A  
ESPECULAÇÃO E FOI O PIOR PRESIDENTE DO BC?**

4  
7



A sanha privatizante incluirá creches, presídios e o que vier

as dívidas dos estados ao insistir na suspensão por dois anos dos reajustes salariais para servidores públicos. Não há clima político, em ano de eleição municipal, para exigir apoio de deputados à aprovação de um projeto que gera insatisfação no funcionalismo. Muito menos, quando aproximadamente uma centena dos parlamentares serão candidatos a prefeito. O problema deve afetar a aplicação da pauta da retirada de direitos sociais, incluídas a reforma da previdência e a Proposta de Emenda Constitucional 241, de eliminação de recursos para a saúde e a educação.

Outros itens da agenda regressiva enfrentam menos obstáculos do que se previa. Os reajustes ao funcionalismo e a previsão de déficit público de 170 bilhões neste ano e de 130 bilhões em 2017 não provocaram a reação esperada do sistema financeiro, um defensor dogmático da contração fiscal. O aumento dos ganhos reais das vultosas aplicações do setor em títulos públicos e ativos correlatos, a partir da manutenção da Selic nas alturas em uma situação de inflação cadente, talvez explique a súbita complacência. A

obtenção de lucros mais que proporcionais nas operações de crédito reforça o pragmatismo do setor. Com a elevação da Selic de 7,25%, em outubro de 2012, para 14,25% em julho do ano passado, a taxa média para a pessoa física, por exemplo, subiu de 88,47% ao ano para 154,25% ao ano. O cálculo é da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade e inclui os juros do comércio, cartão de crédito, cheque especial, financiamento bancário de veículos, empréstimo pessoal nos bancos e nas financeiras. Essa é a ordem de grandeza do aumento dos ganhos do sistema nos últimos 13 meses, renovados com a confirmação dos juros de 14,25% na reunião da quarta-feira 31 do Comitê de Política Monetária.

**A** equipe de Temer deixou para a véspera da destituição da presidenta eleita o anúncio da extensão da política de privatizações para hospitais, creches, presídios e saneamento. O fracasso da iniciativa privada no saneamento está documentado na literatura internacional e hoje menos de 10% da população mundial é abastecida por sistemas controlados por particulares. A desestatização de presídios foi abolida oficialmente neste mês nos Estados Unidos, após dez anos de aplicação ruinosa na maior parte dos casos. A onda iniciada com a liquidação ou anúncio da entrega de ativos estratégicos como o pré-sal, a BR Distribuidora, a Gaspetro e a maior parte do metrô de São Paulo incorpora agora áreas essenciais de atendimento à população, em sintonia com o pretendido desmanche dos direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988.

A escalada privatizante esbarra em algumas dificuldades. "Vale a pena chamar a atenção para o fracas-

5



6



so da primeira tentativa. O leilão da distribuidora de energia Celg-D foi cancelado recentemente por falta de interessados", destaca o economista Gabriel Galipolo, professor da PUC de São Paulo. De modo geral, projetos de infraestrutura são financiados com só 30% de recursos próprios dos acionistas e o restante com capital de terceiros, como linhas de crédito do BNDES e da Caixa Econômica Federal. "Na ausência de empréstimos dos bancos públicos, fica a dúvida de quem financiará projetos intensivos em capital e com longo prazo de maturação, em uma economia que sustenta uma taxa básica de juros tão elevada, com moeda não conversível e extremamente volátil", chama a atenção Galipolo.

A situação da economia mundial não ajuda o governo. O crescimento débil da Zona do Euro arrefeceu ainda mais em agosto e a derrapada trouxe uma pressão adicional para o Banco Central Europeu afrouxar a política monetária. A prevalência mundial de taxas de juro negativas ou ligeiramente positivas mostra claramente a fraqueza do consumo e do investimento, um sinal de estagnação por tempo indefinido e de perspectivas nada promissoras para as exportações. •

**A PRIMEIRA PRIVATIZAÇÃO, DA DISTRIBUIDORA CELG-D, FRACASSOU POR FALTA DE INTERESSADOS E NINGUÉM SABE COMO SUPRIR A AUSÊNCIA DOS BANCOS PÚBLICOS**

7





## O DILEMA DO PT

NA SITUAÇÃO ADVERSA, O PARTIDO TERÁ DE ENCONTRAR UM FATOR UNIFICADOR PARA TORNAR-SE OPOSIÇÃO EFICAZ

POR RENAN TRUFFI

FOTO DE STAMATOKA  
MARIO TAMAGGETTY/IMAGES

alguns petistas também apostam na capacidade de Jaques Wagner (PT-BA), ex-ministro da Casa Civil de Dilma, para liderar a unificação da legenda. O governador petista de Minas Gerais, Fernando Pimentel, corre por fora por também ter problemas com a Justiça.

Mais do que isso, o partido precisa provar que pode liderar uma aliança de esquerda sem repetir os mesmos erros que culminaram nesse cenário. Pelo menos no papel, essa autocrítica já começou a ser feita. Em maio, poucos dias após o afastamento de Dilma, o PT divulgou uma nota com apontamentos sobre os erros que contribuíram para a perda de governabilidade e o enfraquecimento de sua base social.

Entre outras coisas, o documento afirma que a legenda, de fato, relegou as reformas política e tributária e deixou de lado a regulamentação dos meios de comunicação. Os petistas ainda admitiram, na ocasião, ter abandonado as consignas da luta social como vetor de pressão às instituições e, conseqüentemente, não priorizaram alianças com partidos de esquerda e movimentos sociais.

O problema é que, alguns meses depois da divulgação dessa resolução, repetiria a política de conciliação: parte da bancada petista apoiou a candidatura de

**A** avaliação negativa feita por meio da mídia sobre o discurso de Dilma Rousseff após o *impeachment* traduz o que parte da classe política e econômica do País espera agora: a tal da pacificação. “Exagerado”, “clima de guerra” e “PT mostra suas garras” foram algumas das críticas feitas pelos comentaristas políticos da tevê brasileira sobre as frases e a postura de Dilma. Tudo porque a ex-presidenta deu a entender que vai continuar lutando contra o golpe. Com direitos políticos mantidos, Dilma mostra intenção de encampar o “Fora Temer”, na mesma toada dos protestos de rua que começaram a surgir após a conclusão do processo no Senado. Mas nem a campanha por “Diretas Já” é consenso dentro do Partido dos Trabalhadores. Esfacelado, o PT ainda busca um caminho para conseguir se unificar. “O partido que perde um cargo como o de presidente da República não pode passar por esse processo sem fazer autocrítica”, disse a jornalista e senadora Humberto Costa (PT-PE), líder do PT no Senado, logo após a conclusão do *impeachment*. Dois dias depois da deposição de Dilma, o partido marcou uma reunião da Executiva Nacional, em São Paulo, para discutir exatamente qual deve ser o caminho trilhado pelo partido daqui em diante.

Com o ex-presidente Lula na mira, a única certeza é de que o PT deve empenhar-se para salvar seu principal cabo eleitoral. Além disso, o partido vê no resultado das eleições municipais de 2016 um termômetro para saber o tamanho do desgaste provocado na imagem do partido com esse processo. Um dos nomes de destaque do partido, Fernando Haddad (PT-SP) enfrenta dificuldades em busca da reeleição em São Paulo. Se o resultado for mesmo ruim, como esperado,

Rodrigo Maia (DEM-RJ) à presidência da Câmara dos Deputados. “O PT não está conseguindo sair da crise porque se omite, não faz uma prestação de contas com a sociedade”, afirma o professor da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fespsp), Aldo Fornazieri. “Enquanto o PT não fizer esse acerto de contas não vai ter a confiança dos milhares que estão indo às ruas, enfrentar a polícia e protestar contra o golpe. A tendência é que o partido termine rachado.”

**O**tra questão que parece não ter sido superada são as costumeiras incoerências na formação de alianças políticas regionais. Apesar do *me-a-culpa*, o PT decidiu também em maio não proibir alianças municipais com o PMDB, mesmo após o partido construir o *impeachment* que expulsou Dilma do cargo. Um exemplo citado por um dos nomes da cúpula do partido é o caso do governador do Ceará, Camilo Santana, que vai apoiar a reeleição do atual prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio (PDT-CE), em vez da candidatura da colega de partido Luizianne Lins. A escolha se deu porque Cláudio é do mesmo grupo político dos irmãos Gomes, Ciro e Cid, que o antecedeu no cargo. “Em outros tempos, ele seria expulso do partido”, diz um petista.

Esse tipo de situação tem rachado a legenda, com o risco de esvaziar ainda mais sua base social. “O partido deveria ter assumido alguma bandeira de recuperação da soberania popular quando começou o processo de afastamento, fosse através de um plebiscito, fosse através de eleições gerais.” De fato, o apoio a estas propostas foi bastante tímido, afirma o ex-governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. “Se o PT não se unificar rapidamente em torno de uma

**LULA É A FAVOR DA FORMAÇÃO DE UMA FRENTE AMPLA DE ESQUERDA, QUE REÚNA PARTIDOS E MOVIMENTOS SOCIAIS, COMO SE DEU NO URUGUAI**

bandeira dessa natureza – insiste o ex-governador –, se consolidará como um partido burocrático e tradicionalizado e perderá o que resta de respeito da base social que garantiu a eleição de Lula e Dilma.”

Para fazer oposição ao governo Temer no Congresso, o PT voltou a discutir internamente uma ideia que circula há algum tempo e conta com aval do ex-presidente Lula. A proposta é a formação de uma frente ampla de esquerda, formada por partidos e movimentos sociais, como acontece no Uruguai. “Dessa forma, os movimentos participam de sorte a não ficarem subordinados aos partidos públicos. A ideia de um partido hegemônico como foi o PT, que exerce poder sobre a esquerda, se esgotou”, complementa Fornazieri.

**H**umberto Costa é um dos defensores da formação dessa frente de esquerda, combinada com uma bandeira de “Diretas Já” nas ruas. “Eu entendo que nós conseguimos, durante esse processo (de *impeachment*), construir algumas alianças e acho que seriam interessantes preservá-las também na definição dos próximos passos. Estou falando da (*aliança com*) Frente Brasil Sem Medo, Frente Brasil Popular, do PSOL”, explica. “Eu acho que essa bandeira das Diretas pode ser eficaz. Temos de encontrar um fator de unificação.”

Apenas se posicionar contra a retirada de direitos, imposta por Temer, não é estratégia para voltar a se credenciar como legenda representante da classe trabalhadora e da esquerda brasileira, segundo o professor Fornazieri. “O PT está fazendo uma aposta errada. Qual é a aposta? O Temer vai atacar os direitos sociais, os direitos trabalhistas. E o partido se recupera? Isso é muito pouco.” •

5

CAPA

Ícones e personagens de uma era que começa alegremente celebrando a nostalgia do capiau. O padrão cultural requerido pelos pamonhas e patos será ditado pelos luminares (no sentido horário) Rosenfield, Lobão, Ponté e Alexandre Frota. E pelo porta-voz do Parnaso, é claro

# O TRIUNFO DA NAFTALINA

DERROTADA A MARÉ VERMELHA DO PT, A ERA TEMER HÁ DE RESTAURAR AQUELE PATRIARCADO VISCOSO E BACHARESCO DA REPÚBLICA DO CAFÉ COM LEITE

POR NIRLANDO BEIRÃO

FOTOS DESTA MATÉRIA: ANDRÉSSA ANAQUE/TEMER; MARCELO ENTOU/IMPRESSO; SHUTTERSTOCK; VELELLA; MARCELO ENTOU/IMPRESSO E LULA MARQUES/AGÊNCIA PT

**T**ão minuciosamente arquitetada no tapetão da mídia e do Judiciário, a Era Temer desponta no horizonte, cobrando de seus apaniguados o respeito a novos códigos, novos hábitos, novos cenários, nova iconografia – com a irônica ressalva de que o que muda na paisagem não traz nada de novo, só de velho.

A Era Temer, a quem quiser aderir a ela, é um mergulho retrô, busca suas referências no mobiliário emocional de antanho, recua ao paradigma azinhavrado daquela República velhíssima dos cortesões de polainas, de um Campos Salles, de um Prudente de Moraes, e das barganhas eleitorais da política do café com leite. A escravidão, por ora, não será restabelecida.

O bacharel de Tietê há de inspirar, nos adeptos, seu estilo de enfação empolada, de mesóclises pernósticas e de um primarismo rudimentar. Figurino ideal para ganhar assento naquele Parnaso das Letras onde bebericam seus chazinhos luminares tais como Merval Pereira, escritor sem escrita. O que a Academia está esperando para aclamar o poetaço-presidente?

Outro padrão cultural há de implantar a Era Temer. Saem os favorecimentos das leis de incentivo às minorias alternativas e a artistas pervertidos e a nação instaurará a solenidade dos saraus e recitativos à moda antiga, desde que não desviem as *demoiselles* do lar, belas e recatadas, dos deveres da maternidade e de seus cursos de caligrafia e de ponto cruz.

Nada de pensadores complicados, liberais da Rive Gauche ou subversivos teutônicos, já que agora a inteligência brasileira viverá seu esplendor sob aégi-

2

de dos eméritos eruditos que o presidente usurpador guarda na algibeira: Gaudêncio Torquato, Denis Rosenfield, Bolívar Lamounier e Luís Felipe Pondé.

Esse Pondé talvez se esgueire, ora e vez, para outro tipo de atividade, não só as do espírito, mas também as do físico, com amparo de Alexandre Frota. A Frota será destinada a missão de formatar a têmpera viril da mocidade nativa, em esportes de muito contato, o que pode servir de consolo a Pondé em sua carência afetiva e sua intermitente queixa de que as meninas bonitas, invariavelmente de esquerda, recusam seus favores sexuais à direita.

**O** canarinho CBF passa a vigorar como corolado obrigatório da alma nacional, proscrevendo aquele vermelho PT, que, aliás, fazia tempo que já tinha virado *pink*. O canastrão de plantão, *condottiere* do rigor patriarcal, perfumado numa alfazema que recende a naftalina, insistirá em suas fatiotas talhadas em gótico funéreo, assim como José Sarney, outro presidente do PMDB a não chegar lá pelo voto, não conseguia largar seu ridículo jaquetão preto. As mulheres do *impeachment* podem se sentir, elas, motivadas pela moda pombagira da advogada Janaína Paschoal, mas na República dos carolas e dos hipócritas os descontroles libidinosos devem ser, cruz-credo, preservados atrás das portas.

A pamonha assume o papel de pitêu número 1 no cardápio dos pamonhas e o pato será proscrito da mesa, com medo das ilações que lembrem os sonegadores da Fiesp. No cenáculo das beaux-arts,

as reminiscências do passado vão recuperar o Brasil profundo da arte de raiz, docemente ingênua, com a reabilitação dos pintores acadêmicos de capiaus e violeiros. Nos lares de família, por inspiração dos Bolsonaros, saem as poltronas modernistas inspiradas pelas comunas da laia de um Niemeyer e passa a imperar aquele décor de estatuetas equestres em bronze que tanto encantam os oficiais da ativa – e da passiva. Bibelôs com a mimosa figura do senador Anastasia serão igualmente bem-vindos.

**I**deologicamente, o País será abençoado pelo retorno aos nobres valores do catolicismo, com o devido cuidado de não incomodar a sempre gulosa e ciosa bancada evangélica e dispensando-se, é claro, aquele mandamento – não roubar – tão pernicioso ao PMDB cleptomaníaco. Cristianismo, sim, pio, devoto, de boa cepa, nada que se assemelhe às ideias perturbadoras externadas pelo bolivariano papa Bergoglio, discípulo do belzebu. Cristianismo vigoroso, como o da época em que a gente sacrificava alegremente, sem culpa declarada, as bruxas que, como esta que estava aí, vítima expiatória do Santo Ofício do Planalto Central, atormentavam nossa fé.

A música passa a dispensar o Chico e o Caetano e os palcos farão, enfim, justiça ao abnegado Lobão, que andava pagando o preço de sua convicta militância em auditórios invariavelmente vazios. Recompensa semelhante esperam os amantes do teatro, a serem brindados, à sombra do regozijo ver-

3

5

4

5

de-amarelo, não mais com as obscenidades de um Zé Celso, e sim com as tortuosas peças kafkianas de Octávio Frias Filho, o editor daquela *Folha de S. Paulo* tão enternecida, nas páginas editoriais, com os arautos da marcha à ré.

O óleo de fígado de bacalhau, os purgantes, o Leite de Rosas e o bicho-de-pé farão seu estrepitoso *revival* com o patrocínio da Era Temer. O Brasil cordial triunfará sobre os ativistas do ódio de classe. A indagação sobre qual será a obra de cabeceira mais representativa da nova velha ordem é capciosa. Podia ser, por exemplo, um dos textos de Olavo de Carvalho, mas *O Imbecil Coletivo* soaria autorreferente. Adentrando essa fase de operosa produtividade, a Bolsa bombando, a indústria trabalhando, os investidores investindo e o maná da prosperidade caindo do céu da pátria amada, quem é que terá tempo de se distrair com leitura? O Paulo Skaf da Fiesp, por exemplo, nunca abriu um livro. •

**A CULTURA, QUE TEM UM MINISTRO VICIADO EM SELFIES LÚBRICOS, PODE AGORA TROCAR OS PENSADORES QUE FAZEM PENSAR PELO FROTA E O PONDÉ**

5

5

ANEXO F – TELAS REVISTA VEJA (07 DE SETEMBRO DE 2016)



**NOVA ORIENTAÇÃO** Michel Temer com o presidente chinês, Xi Jinping: mensagem de que o país mudou de rumo na economia

# ACABOU A LUA DE MEL

TEMER, PARA CONQUISTAR A CONFIANÇA DOS INVESTIDORES, TERÁ DE APROVAR AJUSTES DIFÍCEIS – E TOUREAR OS SEUS ALIADOS **MARCELO SAKATE E DANIEL PEREIRA**

© SÉBASTIÃO APARECIDA / CONTRASTO

116



**A EXPLOSAO DO DESEMPREGO**  
Total de trabalhadores desocupados (em milhões)

6,1 (Dez-2015) / 11,8 (Jul-2016)

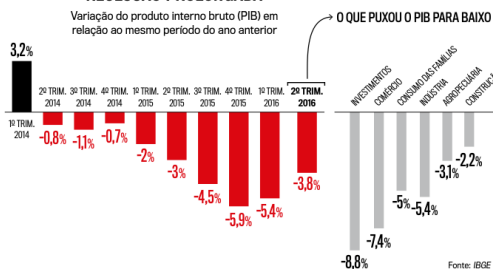
**COMO A ECONOMIA** é, quase sempre, o alfa e o ômega na hora de definir o destino político dos presidentes da República, a situação nacional agora é a mais clara possível. Dilma Rousseff, ao promover o caos econômico, está evidentemente destituída com o impeachment. E o futuro do presidente Michel Temer, agora em definitivo no cargo, está na agenda para tirar a economia do precipício. Há sinais de uma retomada, mas ainda embrionários.

Em sua primeira viagem internacional como presidente, Temer partiu para a China na noite de quarta-feira, horas depois da posse. Na agenda, reuniões com os chefes de Estado das vinte maiores economias mundiais. Tentará convencer a todos de que a administração brasileira mudou de orientação. Saem de cena o intervencionismo, o protecionismo e as experimentações e ganham espaço a ortodoxia na condução econômica e as políticas concebidas para atrair o capital privado. “Passaremos a mensagem de que o país tem agora um governo que acredita no livre mercado, ainda que bem regulado”, afirmou a VEJA o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que já programou viagens a Nova York e Washington, onde ocorre, em outubro, a reunião semestral do Fundo Monetário Internacional. O discurso será enfatizar a disposição reformista do novo governo.

Em sua primeira viagem internacional como presidente, Temer partiu para a China na noite de quarta-feira, horas depois da posse. Na agenda, reuniões com os chefes de Estado das vinte maiores economias mundiais. Tentará convencer a todos de que a administração brasileira mudou de orientação. Saem de cena o intervencionismo, o protecionismo e as experimentações e ganham espaço a ortodoxia na condução econômica e as políticas concebidas para atrair o capital privado. “Passaremos a mensagem de que o país tem agora um governo que acredita no livre mercado, ainda que bem regulado”, afirmou a VEJA o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, que já programou viagens a Nova York e Washington, onde ocorre, em outubro, a reunião semestral do Fundo Monetário Internacional. O discurso será enfatizar a disposição reformista do novo governo.

Neste ano, todos os esforços estão voltados para a aprovação da proposta de emenda constitucional do teto dos gastos e para o encaminhamento ao Congresso da reforma da Previdência, a reforma da Previdência (a ser apresentada até outubro) e a retomada das privatizações.

116



**RECESSÃO PROLONGADA**  
Variação do produto interno bruto (PIB) em relação ao mesmo período do ano anterior

**O QUE PUXOU O PIB PARA BAIXO**

INVESTIMENTOS	-8,8%
COMÉRCIO	-7,4%
CONSUMIDORES FINANCEIROS	-5,4%
INDÚSTRIA	-5,4%
REPOSIÇÃO	-3,1%
CONSTRUÇÃO	-2,2%

Fonte: IBGE

Iho de corpo a corpo com os deputados e seus assessores para explicar as medidas. Há reuniões quase que diárias. No caso da emenda constitucional do teto dos gastos, existe um otimismo acerca da aprovação. Mas, segundo um dos envolvidos no trabalho de divulgação, sabe-se que as resistências vão crescer, e muito, quando o assunto for a reforma da Previdência. O governo vai lançar nas próximas semanas uma campanha publicitária ostensiva para informar a população sobre a necessidade de mudança nas regras — e Temer já sinalizou o caminho em seu pronunciamento em cadeia de rádio e TV, logo após tomar posse, ao anunciar que a Previdência, sem reformas, em poucos anos não terá dinheiro para pagar as aposentadorias. Um dos objetivos será desmistificar tabus e mostrar que a equiparação da idade para a aposentadoria de homens e mulheres é comum em diversos países.

Ao mesmo tempo, programas públicos e gastos sociais passam por

116



**CRISE NO BOLSO**  
A inflação e o desemprego derrubaram o consumo, mas as vendas em supermercados começam a reagir

um pente-fino, com o intuito de cortar despesas com baixo retorno para a sociedade. Técnicos da equipe econômica pretendem corrigir distorções que prejudicam o funcionamento em diferentes setores e penalizam os consumidores. Na área de comércio exterior, por exemplo, descobriram que são cobradas tarifas antidumping de uma série de produtos que beneficiam apenas uma ou duas empresas. É uma proteção que, na verdade, funciona como reserva de mercado.

No campo político, o novo governo deu mostras de que dispõe de uma base mais coesa que a de Dilma. No entanto, a lua de mel em que Temer vivia já acabou. Começaram a sair as primeiras faixas de atritos que envolvem alguns de seus aliados. Era questão de tempo. Uma aliança circunstancial levou Temer à Presidência. Depois de perderem

116



quatro eleições seguidas, PSDB e DEM atuaram ao lado do peemedebista com o objetivo de destronar o PT. Partidos menores, como o PR e o PTB do mensalaço e o PP do petrolão, aderiram porque tiveram políticos faxinados por Dilma e viram na sua destituição uma chance de ampliar espaços na administração pública. Em tese, essa coligação garante a Temer votos suficientes para aprovar mudanças constitucionais, que exigem três quintos dos votos de deputados e senadores. A realidade é mais espinhosa. A bancada governista está longe de ser homogênea. Uniu-se por interesses diversos que convergiam para a derrubada de Dilma. A partir de agora, a tendência é que cada grupo negocie ponto a ponto o seu apoio a Temer.

Tucanos e democratas pretendem lançar candidato à Presidência em 2018. O desafio de PSDB e DEM é ajudar o novo governo, mas, ao mesmo tempo, apresentar-se como alternativa a ele. Há tentativas nesse sentido. As duas legendas anunciaram que votarão contra o reajuste dos salários dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do procurador-geral da República. Antes, já tinham reclamado quando Temer,

ainda interino, avalizou uma série de bondades a estados, municípios e categorias de servidores públicos. Assim, dizem tucanos e democratas, Temer põe sob suspeita a promessa de reorganizar as finanças.

Há também escaramuças políticas. Graças a uma aliança entre PT e PMDB, o Senado preservou o direito de Dilma de exercer funções públicas. PSDB e DEM se disseram traídos e ameaçaram deixar o consórcio governista. Em resposta, Temer alegou ter sido pego de surpresa e manifestou contrariedade à decisão. Na primeira reunião ministerial depois de empossado, Temer falou mais grosso. Considerou inadmissíveis as cizânias e afirmou que não vai tolerá-las: "Quem não quer que o governo dê certo declare-se contra o governo e saia". Temer subiu o tom porque sabe que terá dificuldade para se fazer ouvir. Na quinta-feira, enquanto o presidente viajava para a China, o senador Ronaldo Caiado, líder do DEM, disse que terá uma postura de independência. O senador, que pretende concorrer ao Planalto em 2018, justificou a decisão por causa do acordo que poupou os direitos de Dilma e dos sinais trocados sobre o ajuste fiscal.

516



Temer não terá facilidade nem dentro do PMDB. O presidente do Senado, Renan Calheiros, aderiu ao novo governo sem romper de vez os laços com Lula e o PT. Já o líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira, liberou a bancada para votar contra a inabilitação de Dilma de olho no apoio do PT à sua candidatura à presidência da Casa. "Não sou dinamite para destruir pontes", declarou a VEJA.

Rixas à parte, o senador tucano Aloysio Nunes, líder do governo no Senado, acredita na aprovação das reformas essenciais. "O governo tem uma base ampla no Congresso", disse ele a VEJA. "O presidente Temer não fará como a ex-presidente Dilma, que tinha uma base do tamanho de um oceano e terminou com um laguninho quase seco." Segundo Nunes, o PSDB manterá o seu apoio às reformas, a despeito das aspirações de candidatura à Presidência em 2018 de caciques do partido. "Somos parte do governo e temos de nos esforçar para que a agenda dê certo, caso contrário não haverá 2018 para ninguém."

Os analistas, contudo, preveem negociações acirradas no Congresso. "O governo terá uma base majoritária,

mas pouco leal. Ademais, não haverá espaço para liberação de emendas parlamentares", diz Christopher Garman, diretor da consultoria Eurasia. Ele aponta um risco adiante: "O que colabora para a aprovação das reformas é a sensação de estarmos à beira do abismo. Na medida em que a economia se recupere, o senso de urgência deve diminuir, e o avanço de reformas ficará comprometido". Na avaliação do cientista político Murillo de Aragão, da Arko Advice, não se pode esquecer de outro fator: a Lava-Jato. "A maior ameaça que o novo governo tem é o fato inequívoco de que as investigações voltarão a andar. Isso vai afetar o mundo político", afirma. "Temer terá de saber gerenciar a base em meio aos desdobramentos da operação." Imponderáveis da Lava-Jato à parte, a cada votação relevante o presidente receberá novas futuras. Os deputados do chamado "centrão" já avisaram que querem rediscutir as condições de seu apoio nas votações. Lula e Dilma buscaram o caminho mais simples: optaram por comprar os parlamentares. Deu no que deu. ■



Com reportagem  
de Bianca Alvarenga

616



## VISÃO DA HISTÓRIA

Como no caso do impeachment de Dilma Rousseff, outros episódios políticos relevantes receberam nomes distintos, numa guerra que vai muito além das palavras. **FERNANDA ALLEGRETTI**



### PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA OU GOLPE?

Os republicanos precisaram dos militares para chegar ao poder, em 1889

118



**ENTRARÁ PARA A HISTÓRIA** o dia em que o Brasil teve três presidentes. Na quarta-feira 31 de agosto de 2016, às 15h05, Dilma Rousseff assinou a notificação para deixar o cargo. Às 16h51, Michel Temer tomou posse e, pouco depois, votou para a China. Às 18h40, Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, assumiu a cadeira do Planalto. O que não se sabe é como a história contará o que levou a isso: terá sido impeachment ou golpe?

Em seus respectivos discursos logo após o desfecho do processo no Senado, Dilma e Temer evidenciaram o cisma que reverbera no país. Ela prometeu "a mais enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer". Ele rebateu: "Golpista é você que está contra a Constituição". Não é a primeira vez — e não será a última — que se vê um embate dessa natureza, cujos aspectos ultrapassam, e muito, o "estado de dicionário" de cada palavra.

Tome-se um exemplo de 1964 — a derrubada do governo João Goulart, com a instauração do regime militar. Inicialmente foi chamada de "revolução", pois

suas lideranças diziam estar movidas pelo objetivo de impedir a ascensão comunista. A expressão "golpe militar" só se consagraria bem mais tarde. A ela viria se juntar ainda outro termo: "golpe civil-militar", uma vez que o episódio teve, sim, apoio de uma parcela da sociedade civil.

Essa dança de palavras, cada lado com sua escolha, a rigor nunca termina. Vencedores e derrotados põem o rótulo que desejam, de modo a construir suas ideias. No Twitter, o ex-presidente do STF Joaquim Barbosa, que condenou petistas no mensalaço, falou em "impeachment tabajara". Foi apelidado de "novo petralha" por quem até outro dia o defendia a todo custo. É uma história sem fim. Ainda que a polarização resulte em debates violentos, a cientista política Christiane Romeo, professora do Ibmec, acredita tratar-se de um avanço: "Poder expressar diferentes opiniões sem prejuízo da liberdade de expressão é um ganho".

A variedade de definições, embora democrática, quase sempre confunde. Nessa linha de raciocínio, além do que houve em 1964, os movimentos de 1889 e 1930

218





também poderiam ser classificados como golpes militares, e, no entanto, a história escolheu denominá-los de forma mais nobre: "Proclamação da República" e "Revolução de 30".

Enfim: impeachment claramente regido pelo STF ou golpe parlamentar? Para Daniel Aarão Reis, professor da Universidade Federal Fluminense, é melhor fixar a atenção numa única pala-



vra, Constituição, e a partir dela tirar conclusões. "O impeachment é autoritário porque atribui a centenas de pessoas o direito de depor um presidente eleito por milhões, mas as esquerdas não só deixaram de suscitar o debate a esse respeito quando deveriam como já se serviram desse mecanismo". Desde 1988, o PT protocolou cinquenta pedidos de impeachment. ■

313

**O PECADO ORIGINAL**

O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF ENCERRA O CICLO DO PT NO PODER, O MAIS LONGEVO DESDE A REDEMOCRATIZAÇÃO, E PÕE O POPULISMO E A CORRUPÇÃO NO CENTRO DAS PREOCUPAÇÕES NACIONAIS

DANIEL PEREIRA E THIAGO BRONZATTO

© RICARDO STURZENEGGER INSTITUTO LULA

118





O PT nunca se sentiu tão poderoso como em 2010. Naquele ano, o presidente Lula terminava seu segundo mandato como recordista de popularidade e lançava a candidatura de Dilma Rousseff à Presidência da República. Havia dois objetivos. A curto prazo, a eleição da primeira mulher pelas mãos do primeiro representante genuinamente popular a chegar ao posto. Um simbolismo caro à esquerda. A longo prazo, comandar o país por pelo menos vinte anos, justamente a meta traçada anteriormente, e não alcançada, pelo PSDB. Entre os aliados de Lula e Dilma, havia até quem trabalhasse com horizontes mais ambiciosos. O ministro de Comunicação Social, Franklin Martins, dizia que "o ciclo virtuoso de crescimento com inclusão social" renderia frutos duradouros. Festejada na propaganda oficial, a nova classe média, dinamismo do crescimento de 7,5% em 2010, despejaria votos nos petistas por anos a fio, talvez década-

das: oito anos de Lula, oito anos de Dilma, a volta de Lula, a consagração de Fernando Haddad... O roteiro estava traçado. Nele, eternizar-se no poder não era mera figura de linguagem.

Na quarta-feira passada, esse enredo foi dramaticamente abreviado. Por 61 votos a 20, os senadores aprovaram o impeachment de Dilma e encerraram um período de treze anos de governo do PT, atendendo ao clamor de milhões de brasileiros que foram às ruas em manifestações históricas. A sentença apareceu no painel eletrônico do plenário às 13h35. Uma hora depois, o senador Vicentinho Alves (PR-TO), primeiro-secretário do Senado, chegou ao Palácio da Alvorada para notificar Dilma de que ela se tornara o segundo presidente a ter o mandato cassado desde a redemocratização. Na recepção, um segurança orientou Alves, que votou a favor do impedimento, a estacionar na garagem, "um lugar mais discreto". O ex-ministro Jaques Wagner, encarregado de recebê-lo, pediu para ver o ofício. "É melhor eu ir sozinho para evitar atrito com o nosso

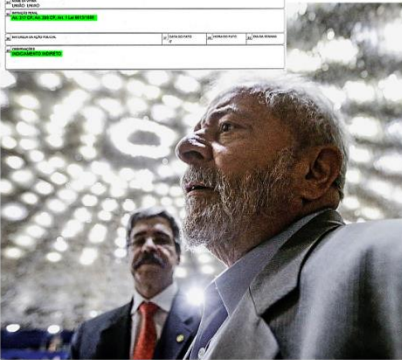
218





**FICHADO**  
O boletim criminal de Lula: indiciado por corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica

**O NÚMERO 1**  
Delator revelou que Lula comandava o esquema de corrupção que fulminou Dilma Rousseff e o PT



© CRISTIANO MARIZ

318




peçoal que está lá com ela”, disse. Alves explicou que não seria possível. Dez minutos depois, ele foi autorizado a entrar. Dilma assinou o documento com um ar de indiferença. Eram 15h05 quando ela atestou o óbito do ambicioso plano de hegemonia política do PT. Um plano que, desde a chegada do partido ao Planalto, estava assentado num pecado original, que não foi inventado pelo PT, não foi implantado pelo PT, mas foi executado com rigor e método nunca antes vistos neste país: a corrupção da classe política com recursos públicos.

Em 2005, VEJA mostrou um funcionário dos Correios recebendo propina. A estatal era fadada entre PT, PMDB e PTB. Cada partido controlava uma diretoria, recolhendo dinheiro sujo em sua área. A verba subornava parlamentares no Congresso. Era o mensalão. “O governo acabou”, sentenciou José Dirceu, o então poderoso chefe da Casa Civil, preocupado com os desdobramentos do caso. Dirceu, dirigentes partidários, deputados e empresários foram condenados à prisão. Mas o governo sobrevi-

veu. Lula declarou-se traído e inocente, de nada sabia. Reeleger-se em 2006, fez um governo aplaudido pelo eleitorado e ajudou Dilma a conquistar dois mandatos. Seu plano era voltar a comandar o país em 2018 e permanecer no posto até 2026. O obstáculo essencial, agora, está no avanço inexorável da Lava-Jato. Deflagrada em 2014, a operação descobriu um esquema de corrupção montado nos mesmos moldes do mensalão, só que 200 vezes maior em volume de dinheiro roubado. Outra diferença: a investigação, pelo menos até aqui, não tem poupado ninguém.

Os maiores empreiteiros do país foram presos e dividiram o espaço das celas com mais um ex-tesoureiro do PT. Lula está indiciado por corrupção, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. Ele e Dilma são investigados por tentativa de obstrução da Justiça e acusados por delatores de financiar suas campanhas com propinas derivadas de contratos da Petrobras. Na semana passada, o ex-senador Delcídio do Amaral prestou depoimento à Lava-Jato. Confirmou o que VEJA

418



## O FUTURO DE DILMA

Quais as consequências da decisão do Senado para a ex-presidente e outros políticos ameaçados de cassação


**O que diz a Constituição sobre a inabilitação para exercício de função pública?** A Constituição diz que cabe ao Senado condenar o presidente da República que cometeu crime de responsabilidade à perda do cargo, “com inabilitação por oito anos do exercício de função pública”.

**O que diz a lei do impeachment sobre a inabilitação para exercício da função pública?** A lei que rege processos de impeachment diz que, na condenação do presidente da República, o Senado “fixará o prazo de inabilitação do condenado para o exercício de qualquer função pública”.

**A decisão do Senado foi, portanto, inconstitucional?** A letra da Constituição deixa claro que à perda do cargo soma-se a inabilitação do exercício da função pública. A decisão do Senado de faltar a votação, portanto, não seguiu a Constituição.

**A decisão do Senado pode ser revertida?** Sim. O Supremo pode acatar os mandados de segurança impetrados na corte contra a decisão. O prazo para julgamento não pode passar de cinco dias após o recebimento do mandado pelo relator.

**Dilma Rousseff pode disputar eleições?** Sim. Com a preservação de seus direitos políticos, caso a decisão do Senado seja mantida, ela pode disputar eleições a qualquer cargo, incluindo o de presidente da República.



518





**EMOÇÃO**  
Responsável pela acusação, a advogada Janina Paschoal chorou durante o julgamento do impeachment

antecipara em março: Lula era o chefe do esquema de corrupção. Em pouco mais de cinco anos de mandato, Dilma jogou o país no atoleiro. Sua tolerância à inflação, em nome do crescimento, deu fôlego ao dragão, que voltou a superar a casa dos dois dígitos. A renda caiu, o desemprego subiu e parte da nova classe média, que consolidou o PT no poder e lá o manteria, voltou para a base da

pirâmide social. Dilma perdeu o mandato pelo conjunto da obra. Formalmente, o impeachment foi aprovado porque ela cometeu crime de responsabilidade ao usar recursos de bancos públicos para pagar despesas do Tesouro, prática conhecida como pedalada fiscal, e ao liberar créditos suplementares sem a autorização prévia do Congresso. É por causa da discrepância entre a razão técnica

618



**LÁGRIMAS**  
Responsável  
pela defesa  
de Dilma,  
o ex-ministro  
José Eduardo  
Cardozo  
também chorou

ca (orçamentária) e a motivação real (corrupção e recessão) que Dilma se diz vítima de um golpe parlamentar tramado por "desleais", "traidores" e "covardes". Ao defender-se no Senado na segunda-feira, numa sessão que durou catorze horas, ela jurou inocência, disse que não cometeu crime de responsabilidade e afirmou que só o povo, por meio de eleições livres e diretas, poderia

destituir um mandatário devido ao "conjunto da obra". "Por duas vezes, vi de perto a face da morte. Quando fui torturada por dias seguidos, submetida a sevícias que nos fazem duvidar da humanidade e do próprio sentido da vida. E quando uma doença grave e extremamente dolorosa poderia ter abreviado minha existência. Hoje, eu só temo a morte da democracia", declarou.

© MARILINE BORGES/FILIA PRESS

718



Ela não impediu o impeachment, mas, graças a uma esdrúxula articulação dos presidentes do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, conseguiu evitar a aprovação de sua inabilitação para o exercício de funções públicas. Preservou, assim, o direito de assumir cargos públicos e disputar eleições, ao contrário do entendimento adotado pelo STF no caso de Fernando Collor, destituído da Presidência em 1992 (*leia o quadro*).

O presidente Michel Temer, agora em definitivo, tucanos e outros expoentes do novo governo não gostaram dessa decisão,

que já está sendo contestada judicialmente. Dilma, mantida por enquanto no jogo político, também recorreu ao STF para anular o impeachment e prometeu uma oposição "enérgica e incansável". De saída, citou Vladimir Maiakowski, o poeta futurista da Revolução Russa: "Não estamos alegres, é certo, mas também por que razão haveríamos de ficar tristes? O mar da história é agitado. As ameaças e as guerras, haveremos de atravessá-las. Rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta". É belo, mas também um autêntico réquiem. ■

Com reportagem de  
Laryssa Borges e Hugo Marques

818

## PARA ONDE ELES VÃO AGORA

CANDIDATOS ESCONDEM A ESTRELA SÍMBOLO DO PT, QUE DEIXA O PODER COLOCANDO A ESQUERDA BRASILEIRA NUM BECO SEM SAÍDA **PIETER ZALIS E PEDRO DIAS LEITE**



**PÓS-IMPEACHMENT** Protesto contra a queda de Dilma: black blocs, quebra-quebra e nenhuma palavra de condenação do PT ao vandalismo

© TARA BERNETT/FILIA PRESS

115

"**TICÃO DO PT**" hoje é "Ticão da Ambulância". "Edna do PT" virou "Professora Edna". E "Sará do PT", apenas "Sará". Em 2012, segundo a Justiça Eleitoral, nada menos que 1.045 aspirantes a prefeito ou vereador pelo Partido dos Trabalhadores apresentavam-se ao eleitor tendo a sigla como cartão de visita. Hoje, são 362 os que resistiram à ideia de livrar-se do aposto, agora mais um peso do que uma alavanca. O PT foi o partido mais longevo na Presidência da República no Brasil — nos oitenta anos em que os presidentes foram escolhidos por eleições diretas, nunca uma sigla ficou tanto tempo no poder quanto essa: treze anos. O partido também foi por muito tempo o líder isolado na preferência dos brasileiros. Alcançou o pico de popularidade em 2012, com 31% de favoritismo. Em 2007, com Lula no poder, chegou a acumular as presidências também do Senado e da Câmara, uma composição que não ocorria desde o governo Sarney, quando o PMDB obteve os três postos. Nas eleições de 2010 e 2014, chegou a arrecadar, oficialmente, 323 milhões de reais — nenhum partido recebeu tanto dinheiro quanto o PT.

Hoje, o cenário das eleições municipais dá a dimensão da debacle que vive o partido. Seu número de candidatos a prefeito é o menor desde 1996, quando o PT nem sonhava em chegar à Presidência. Entre as capitais, em apenas duas — Recife e Rio Branco — a sigla aparece nas pesquisas com chances reais de chegar ao segundo turno. Nos cartazes, sumiram não só os "Ticões do PT" como também a estrela vermelha, símbolo do orgulho petista nas prisões eras pré-mensalão, pré-petrolão, pré-impeachment.

O PT que deixou o poder não é o PT que subiu a rampa do Planalto em 2003. E o que será feito dele a partir de agora dependerá, em grande medida, de dois fatores: Lula e o governo Temer. "Nenhum outro partido político brasileiro tem essa característica, de estar assentado sobre um único nome", diz o sociólogo José de Souza Martins, da Universidade de São Paulo. "O PT tem um eleitorado cativo e duradouro constituído por aqueles que optam pelo partido porque optaram por Lula, e optaram por Lula porque nele enxergam a personificação de uma esperança messiânica." Sendo assim, a sobrevivência política de

215



Lula — indiciado pela Polícia Federal por corrupção, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro no caso do triplex do Guarujá, investigado por corrupção no episódio do sítio de Atibaia e por tráfico de influência no inquérito sobre o lobby internacional para a Odebrecht — será a sobrevivência do partido. E o contrário também é verdadeiro.

A relação se inverte quando a referência é o governo Temer. Nesse caso, o sucesso de um é o fracasso do outro. Se o novo governo conseguir aprovar as reformas e retomar o crescimento econômico, esvaziará o que deve ser a principal bandeira petista a partir de agora: a defesa das conquistas sociais supostamente ameaçadas pela política de austeridade fiscal. “O PT deve sofrer o mesmo processo vivido pela centro-esquerda da Europa”, diz o cientista político Rafael Cortez, da Tendências. “Lá, como consequência da crise econômica de 2008 e seus reflexos no plano social, houve o que se pode chamar de uma ressaca da moderação.” Esse quadro, diz Cortez, fomentou os massivos protestos de rua e o surgimento de grupos como o Podemos, na Espanha, e o Syriza, na Grécia. “São grupos formados por

uma geração de intelectuais e ativistas de classe média que passaram a defender a ideia de que era impossível atingir objetivos ‘de esquerda’, como a inclusão social e a diminuição da desigualdade, dentro de uma ‘moldura de direita’, como o respeito às regras de mercado e à responsabilidade fiscal.” O cientista político Rubens Figueiredo defende tese semelhante. “O PT já conseguiu, com certo êxito, montar a narrativa de que a proposta de teto para gastos públicos significa que os investimentos em saúde e educação ficarão congelados durante vinte anos.”

Há outra nuvem sombria no horizonte do partido. O PT sempre foi marcado por uma guerra de tendências internas que só se pacificou quando ele subiu a rampa do Planalto, em 2003, selando a soberania absoluta da corrente de Luiz Inácio Lula da Silva e José Dirceu. Agora, com a perda do poder, será difícil silenciar o dissenso entre os quase dez grupos internos do partido. Afirma o professor Marco Aurélio Nogueira, da Universidade Estadual Paulista (Unesp): “O que manteve a sigla unida nos últimos anos foi o fato de ter conseguido manusear os recursos de poder que

315



#### 2002 A HORA DA ESTRELA

Na campanha que levou Lula pela primeira vez ao Planalto, uma constelação de artistas se uniu para dar apoio ao partido que se orgulhava de seus símbolos; num vídeo eleitoral famoso, o “Lulinha paz e amor” abraçava uma estrela



#### 2016 O PT COM VERGONHA DO PT

Nos cartazes dos candidatos do PT sumiram os símbolos e as cores do partido. Os que usavam a sigla no nome, como cartão de visita para o eleitor, caíram de 1045, em 2012, para 362, neste ano

© WILSON JUNIOR/REUTERS/VEZES

415



acumulou: cada prefeitura, cada governo foi usado para agradar a um conjunto de filiados. Agora que perdeu sua principal fonte, o cenário pode ficar conturbado e será difícil juntar os cacos”.

A propalada capacidade de mobilização do PT também não é mais a mesma. O partido, que em 1999 levou 100 000 pessoas a Brasília no maior protesto já realizado contra o governo Fernando Henrique Cardoso, no dia seguinte ao impeachment da petista Dilma Rousseff não conseguiu promover protestos em mais do que vinte cidades, sendo que em nenhuma delas os manifestantes se contavam aos milhares. Em alguns casos, era difícil separar os apoiadores do PT dos black blocs que estavam ali só para quebrar tudo. Em cidades como São Paulo e Porto Alegre, manifestantes queimaram pneus e lixo para interditar as ruas, quebraram vidraças, depredaram carros, lojas e agências bancárias. Na Avenida Paulista, canteiros de cimento foram arrastados para o meio da via e um homem foi espancado por cerca de vinte pessoas depois de gritar “Viva a PM”.

E, aqui, um parêntese: até o fim da tarde de sexta-feira, não se tinha notícia de nenhum grão-petista que tenha

vindo a público condenar o vandalismo e a violência promovidos nas ruas a pretexto de demonstrar apoio à ex-presidente e repúdio ao atual. Espera-se que, à falta de bandeira melhor, não seja a do confronto que o PT resolve adotar.

E qual será o futuro da esquerda, que o PT tanto contribuiu para arrancar? Com o golpe de 1964, a esquerda brasileira sofreu um revés duríssimo. Parte fez a autocrítica do populismo a que se entregara, parte optou pela luta armada, com as desastrosas e dolorosas consequências. Ela só voltou a fazer sentido e ganhar relevância política com o surgimento do PT, nos anos 80. Pode-se dizer que o golpe de 64 acabou com o outrora frondoso Partido Comunista e seus braços. Agora, o impeachment acaba com treze anos de PT no poder e desferiu um golpe igualmente duríssimo na esquerda. Mas, neste momento, não se vislumbra nenhuma disposição do PT e da esquerda que o acompanha de fazer uma autocrítica. Enquanto petistas e esquerdistas em geral se colocarem no papel de vítima das elites predadoras, sem admitir os próprios erros, será difícil que recuperem parte da força que já tiveram. ■



515

## **APÊNDICES**

### **APÊNDICE A – PROJETO DE PESQUISA**

## APÊNDICE B – CALENDÁRIO DO *IMPEACHMENT* DE DILMA ROUSSEFF

CALENDÁRIO DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF - CRONOGRAMA E DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO X EDIÇÕES REVISTAS DIGITAIS "CARTACAPITAL" E "VEJA"							NOVEMBRO							2015	DEZEMBRO													
							D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S							
							31	1	2	3	4	5	6								6	7	8	9	10	11	12	
							7	8	9	10	11	12	13								13	14	15	16	17	18	19	
							14	15	16	17	18	19	20								20	21	22	23	24	25	26	
							21	22	23	24	25	26	27								27	28	29	30	31			
							28	29																				
2016	JANEIRO							2016	FEVEREIRO							2016	MARÇO											
	D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S					
						1	2		31	1	2	3	4	5	6				1	2	3	4	5					
	3	4	5	6	7	8	9		7	8	9	10	11	12	13		6	7	8	9	10	11	12					
	10	11	12	13	14	15	16		14	15	16	17	18	19	20		13	14	15	16	17	18	19					
	17	18	19	20	21	22	23		21	22	23	24	25	26	27		20	21	22	23	24	25	26					
	24	25	26	27	28	29	30		28	29							27	28	29	30	31							
	ABRIL								MAIO								JUNHO											
	D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S		D	S	T	Q	Q	S	S					
						1	2		1	2	3	4	5	6	7					1	2	3	4					
	3	4	5	6	7	8	9		8	9	10	11	12	13	14		5	6	7	8	9	10	11					
	10	11	12	13	14	15	16		15	16	17	18	19	20	21		12	13	14	15	16	17	18					
17	18	19	20	21	22	23	22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25								
24	25	26	27	28	29	30	29	30	31					26	27	28	29	30										
JULHO							AGOSTO							SETEMBRO														
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S								
					1	2	31	1	2	3	4	5	6					1	2	3								
3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10								
10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17								
17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24								
24	25	26	27	28	29	30	28	29	30	31				25	26	27	28	29	30	1								
D	"CARTACAPITAL" E "VEJA"						D	"CARTACAPITAL"						D	"VEJA"													
D	FATOS POLÍTICOS - PROCESSO DE IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF																											

02/12/2015	O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), aceita o pedido de abertura de processo de impeachment contra Dilma Rousseff (PT). O pedido foi protocolado pelos advogados Hélio Bicudo, Miguel Reale Junior e Janaina Paschoal
11/04/2016	A Comissão Especial do impeachment na Câmara aprova por 38 votos favoráveis e 27 contrários parecer do deputado Jovair Arantes (PTB-GO) favorável à continuidade do processo de impeachment. Com isso, o caso vai ao plenário principal da Câmara
17/04/2016	O plenário da Câmara aprova o processo de impeachment, por 367 votos favoráveis e 137 contrários, que segue para o Senado Federal
06/05/2016	A Comissão Especial do impeachment no Senado aprova, por 15 a 5, parecer do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) favorável à abertura do processo de impeachment pela Casa, fase chamada de "admissibilidade da denúncia"
12/05/2016	O Senado aprova, por 55 votos a favor e 22 contra, a admissibilidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Com isso, ela é afastada da função por até 180 dias e o vice-presidente Michel Temer (PMDB) assume no seu lugar
04/08/2016	A Comissão Especial do Impeachment no Senado aprova, por 14 votos a 5, o relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB), favorável ao prosseguimento do processo e ao julgamento da presidenta afastada Dilma Rousseff por crime de responsabilidade. Com isso, a comissão encerra os trabalhos. A fase, chamada de "pronúncia", também vai à votação pelo plenário principal
10/08/2016	O Plenário do Senado decide, por 59 votos a 21, que a denúncia contra Dilma Rousseff é procedente e que a petista deve ser julgada por crimes de responsabilidade. Com a aprovação do relatório da comissão especial, é concluída a fase de "pronúncia". Acusação e defesa apresentam, no prazo de até 48 horas, a acusação e sua contrariedade, juntamente com até cinco testemunhas legais e mais uma extranumerária para cada uma das partes
25/08/2016	Senado começa julgamento do impeachment de Dilma com o depoimento de testemunhas. Os senadores poderão fazer perguntas à vontade
31/08/2016	Dilma Rousseff é deposta por crime de responsabilidade fiscal, mas tem seus direitos políticos preservados. Michel Temer é nomeado presidente da República Federativa do Brasil

Fonte: Autor (2017).